



PLANO ESTADUAL DE
DEFESA SOCIAL
2014 **2015**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. PALAVRA DO SECRETÁRIO | 7 |
| 2. PALAVRA DO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR | 8 |
| 3. PALAVRA DO CHEFE DA POLÍCIA CIVIL | 9 |
| 4. PALAVRA DO COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS | 10 |
| 5. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA | 12 |
| 6. EVOLUÇÃO DA DINÂMICA DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS | 14 |
| 7. ESTRATÉGIA GERAL DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL | 37 |
| 8. EIXO PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE | 39 |
| 8.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 39 |
| 8.2. Investimentos em Destaque | 40 |
| 8.3 Detalhamento das Ações | 41 |
| 9. EIXO POLICIAMENTO OSTENSIVO E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA-ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR | 65 |
| 9.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 65 |
| 9.2. Investimentos em Destaque | 67 |
| 9.3 Detalhamento das Ações | 68 |
| 10. EIXO POLÍCIA JUDICIÁRIA E APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS-ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL | 85 |
| 10.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 85 |
| 10.2. Investimentos em Destaque | 87 |
| 10.3 Detalhamento das Ações | 88 |
| 11. EIXO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO | 104 |
| 11.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 104 |
| 11.2. Investimentos em Destaque | 106 |
| 11.3 Detalhamento das Ações | 107 |
| 12. EIXO SISTEMA PRISIONAL | 133 |
| 12.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 133 |
| 12.2. Investimentos em Destaque | 135 |
| 12.3 Detalhamento das Ações | 136 |
| 13. EIXO ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS | 161 |
| 13.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 161 |
| 13.2. Investimentos em Destaque | 163 |
| 13.3 Detalhamento das Ações | 164 |
| 14. EIXO POLÍTICA SOBRE DROGAS | 172 |
| 14.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 172 |
| 14.2. Investimentos em Destaque | 173 |
| 14.3 Detalhamento das Ações | 174 |
| 15. EIXO INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL | 183 |
| 15.1. Síntese dos Objetivos Estratégicos | 183 |
| 15.2. Investimentos em Destaque | 185 |
| 15.3 Detalhamento das Ações | 186 |
| 16. APÊNDICE - PLANILHA SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS | 212 |
| 17. FICHA TÉCNICA | 216 |
| 18. LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 218 |

PALAVRA DO

SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL

Promover a segurança e gerar a sensação de segurança são missões do governo estadual e prioridades do Governador Alberto Pinto Coelho. Os índices de criminalidade nos deixam vigilantes e empenhados neste esforço, com a atuação de todos os órgãos do Sistema de Defesa Social. Uma estratégia desenhada, bons projetos, investimentos e um sistema de monitoramento da execução são fundamentais para alcançar este objetivo. Este Plano Estadual de Defesa Social sistematiza os esforços e projetos que concentram a atenção do Governo de Minas. Ao todo, são 909 milhões de reais em investimentos direcionados à Secretaria de Defesa Social, à Polícia Militar, à Polícia Civil e ao Corpo de Bombeiros. Destes, cerca de 650 milhões já estão contratados e em plena execução. 170 milhões de reais estão em plena negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e vão garantir a sustentabilidade de projetos prioritários, como o Fica Vivo!, nos próximos anos.

Este Plano Estadual descreve de maneira clara as estratégias e projetos em execução e se coloca como um instrumento orientador das ações do Sistema de Defesa Social em Minas Gerais. De maneira inédita, os principais investimentos de cada uma das instituições estão claramente descritos e especificados. O Plano permite enxergar sinergia, pontos de cooperação e integração, além de desafios na execução conjunta.

Cabe dizer que os projetos já estão em pleno andamento. Como exemplo, temos a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle, cuja sede provisória já está em funcionamento e a sede definitiva se encontra em construção; a expansão dos Centros de Prevenção à Criminalidade – referência para os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, dentre outros – para mais 4 novas localidades em 2013 e estão previstas outras 5 implantações no primeiro semestre de 2014. Outro exemplo é a aquisição de viaturas para ampliar a capacidade operacional da Polícia Militar e Polícia Civil: estão sendo adquiridas mais de 2.800 viaturas, a maior compra já feita na história de Minas. Deste total, mais de 1.100 já foram entregues.

Outros investimentos ainda estão em execução no período 2014-2015. Um exemplo é o significativo investimento que estamos fazendo em videomonitoramento eletrônico – Projeto Olho Vivo – que está implantando um total de 808 câmeras em 19 municípios do Estado. Estamos investindo, também, na construção e aparelhamento de Postos de Perícia Integrada (PPIs) em diversos municípios-polo do Estado, como Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora, que vão aumentar a capacidade de esclarecer e elucidar crimes. No entanto, estes e outros investimentos que ainda estão em execução têm um período natural de maturação antes de produzirem efeitos mais diretos.

Assim, as estratégias, ações, projetos e investimentos contidos neste Plano Estadual colocam Minas Gerais num outro patamar de condições operacionais para enfrentamento do crime. Não obstante, mantemos nosso esforço diário, na certeza de que segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos.

Rômulo Ferraz

Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais

PALAVRA DO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Prevenir criminalidade, bem como recompor a ordem pública nos casos de sua ruptura por criminosos, sempre constituiu, desde os idos de 1775, a missão principal da PMMG. O modo para a concretização desse ideal tem se sofisticado, ao longo desses quase dois e meio séculos de existência da Corporação. Como se vê no rodapé desta breve nota, nos últimos cinco anos, a Polícia Militar tem ampliado ações no campo das Ciências Policiais, a fim de lidar com maior efetividade com os três bens de valor absoluto, não redutíveis a números, que seus integrantes têm de proteger e que concretizam a missão organizacional: a vida de cada indivíduo integrante da sociedade; a vida da coletividade mineira; e o direito daquele e desta serem protegidos contra ameaças que ponham em risco a sua lúcida e civilizada visão de mundo. Essa tríade protetiva é sintetizável no compromisso com a liberdade, presente no exemplo do alferes de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que integrou os quadros da PMMG e liderou a Inconfidência Mineira.

Nossa organização alinha-se ao presente esforço concentrado e concertado do Governo de Minas, para trabalhar com eixos e detalhamento de ações que vêm dar um sentido ainda mais claro às prioridades de investimentos e de atuações perante a política pública da integração. Além disso, de sua parte, a PMMG segue o aprendizado organizacional bissecular de que é indispensável cuidar dos fatores que interferem no discernimento ético da população e que de alguma forma predispõem ao cometimento de delitos. Ao mesmo tempo em que se alinha aos propósitos deste Plano Estadual, a PMMG segue atenta à necessidade e à oportunidade de extrapolar o estágio anterior, que foi (e continua sendo) o de colaborar com a política de integração, atuar em parceria com os conselhos comunitários de segurança pública e estimular a formação de redes de vizinhos protegidos.

A esse respeito, é relevante o eco de otimismo vindo de representantes das comunidades acadêmicas da segurança pública brasileira¹ e do contexto técnico da defesa social mineira² quanto à aplicabilidade a Minas Gerais, de uma ideia proveniente da *Griffith University* (da Austrália): usar os conceitos de “complexidade” e “incerteza” como vetores para interpretar e implementar planejamentos que envolvam grande número de organizações. Trazida para a realidade da luta contra a criminalidade e da promoção dos direitos humanos no Brasil, essa ideia, se adotada juntamente com as previsões de medidas a serem tomadas, presentes neste Plano Estadual, parece tornar possível pensar na tão sonhada conexão entre desenvolvimento econômico e social, e defesa social, em Minas. A mencionada aprovação da ideia pelos públicos intelectual e técnico mencionados é indicativo de que Minas pode ser útil à concretização de uma nova forma de abertura periódica do Estado à participação da sociedade, sob o ideal do “Estado para a Cidadania”.

Márcio Martins Sant’Ana, Coronel PM
Comandante-Geral da PMMG

¹Quanto aos primeiros frutos conceituais da adaptação da tipologia referida, para uso na prevenção criminal brasileira, ver a revista *Segurança, Justiça e Cidadania*, da SENASP (Ano 3, n. 5, 2011, pp. 35-62; 151-176). Para reflexões a respeito da aplicabilidade ao caso mineiro, ver a *Revista Brasileira de Segurança Pública* (v. 7, n. 2, 162-181 Ago/Set 2013).

²Para maiores detalhes, ver a pesquisa realizada junto à comunidade técnica do sistema de defesa social mineiro, contida em: MARQUES, M, A, *Governança social, accountability e políticas públicas em Minas Gerais: percepção sobre indicadores de gestão de longo prazo no Sistema de Defesa Social*. Belo Horizonte: Centro de Ensino de Graduação da Academia de Polícia Militar, 2011.

PALAVRA DO

CHEFE DA POLÍCIA CIVIL

As mudanças na orientação e no desenho das políticas de segurança pública de Minas Gerais a partir do ano de 2003 traduziram bem as necessidades de enfrentar a violência e a criminalidade com uma visão sistêmica, republicana e cientificamente sustentada pelo caráter multifacetado do fenômeno. Decorrida uma década, a evolução do Sistema Integrado de Defesa Social do Estado revela ganhos importantes dos pontos de vista qualitativo e quantitativo, implicando maior transparência nas relações de órgãos e agentes do Poder Executivo e algumas vantagens na aproximação política e técnica com os Poderes, órgãos independentes e movimentos sociais.

A edição de um novo Plano, agora sustentado por uma proposição elaborada em conjunto com a Fundação João Pinheiro, sob a liderança da Secretaria de Estado de Defesa Social, acontece em instante oportuno, porque o grau de maturidade das instituições envolvidas nessa marcha histórica é suficiente para correção de rumos, potencialização de virtudes e supressão de imperfeições.

No âmbito da Polícia Civil, as ações estratégicas foram direcionadas ao investimento em recursos humanos e materiais, a fim de fortalecer a sua capacidade institucional. As ações foram realizadas por meio dos projetos do Órgão, operações de crédito firmadas junto ao Banco do Brasil e ao BNDES, além de convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Os investimentos em pessoal realizados pela PCMG se deram por meio da nomeação de candidatos aprovados em concurso público para Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e Técnico Assistente da Polícia Civil, assim como pela viabilização de concursos públicos para Perito Criminal e Médico-Legista. Cabe registrar que, ainda em 2013, foi concluído o concurso público para Analista da Polícia Civil, cujas nomeações foram iniciadas em janeiro de 2014. Ainda no ano de 2013, a Academia de Polícia Civil foi responsável por planejar, realizar e promover, diretamente ou por meio de outras instituições, o treinamento, aperfeiçoamento e especialização de 7.030 servidores da PCMG, a partir da disponibilização de cursos presenciais e à distância (EAD).

Nos próximos anos, a PCMG prosseguirá nas ações voltadas à reestruturação de seus órgãos e unidades, com aquisições de equipamentos, melhoria da infraestrutura física de suas unidades e concurso para novos policiais. Em 2014, mais de 200 policiais civis, entre Peritos Criminais e Médicos-Legistas, que concluíram o curso de formação policial, serão nomeados e designados para unidades periciais e médico-legais no Estado. Além disso, foi autorizada a realização de concurso para o provimento de 1.000 vagas do cargo de Investigador de Polícia.

Assim, a PCMG prossegue na consecução de seus objetivos estratégicos, em consonância às diretrizes do Sistema Integrado de Defesa Social.

Oliveira Santiago Maciel

Chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

PALAVRA DO COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS

O Corpo de Bombeiros Militar tem como missão servir à sociedade mineira com atividades preventivas e de resposta a sinistros, garantindo a proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente, contribuindo com a transformação do Estado, no intuito de tornar “Minas o melhor Estado para se viver”. Trabalhamos para ser referência em ações de prevenção e proteção à vida, reconhecendo os anseios da sociedade, que espera ser atendida com qualidade e presteza.

O tripé de proteção pública, agrega as faces: Governo, Corpo de Bombeiros e Cidadão, sendo fundamental para as tomadas de decisão, com avanços facilmente mensuráveis. Buscamos fazer nossas ações com simplicidade e universalidade. Todos são importantes beneficiários de nosso atendimento e nossos serviços. Para isso trabalhamos para aumentar a segurança e proteção dos mineiros em edificações e eventos, sustentados pelas modernas medidas de segurança contra incêndio e pânico (Lei nº 14.130/2002) e o significativo número de Unidades de Bombeiros no Estado. Passamos de 33 para 54 cidades com unidades de Bombeiros de 2003 a 2014 e a frota expandiu de 335 para 1.050 viaturas de Bombeiros.

A maior conquista, porém, ocorre no campo dos recursos humanos com investimentos em treinamentos diários, que preparam nossos militares para a gama de atribuições desempenhadas. No ano de 2014, a Instituição se projeta expressivamente neste campo com a maior recomposição do efetivo já existente. Incluímos em nosso quadro mais 960 militares, tornando nosso efetivo seis vezes maior do que em 2007.

Acreditamos que a projeção da Instituição é reflexo de uma política maior de Governo que acredita nas pessoas e incentiva a integração. Contamos com a Secretaria de Defesa Social para integrar os órgãos de segurança pública, expressar e sistematizar nossos esforços e trabalhos. Esse modelo de gestão nos permite agir com maiores racionalidade e qualidade para o cumprimento da missão que nos cabe – Salvamento, Combate a Incêndio, Defesa Civil, Prevenção e Atendimento Pré-hospitalar.

O Plano estadual de Defesa Social é a construção de um projeto comum a todo o sistema de Defesa Social, respeitando a diversidade e complexidade dos trabalhos de segurança pública e apresentando, de forma transparente e clara nossas políticas. Entendemos que os conceitos e objetivos devem ser compartilhados por todos os integrantes do sistema, que por sua vez, servirão de instrumento para o fortalecimento da transparência, no qual o cidadão terá plena noção das premissas básicas das Instituições, reconhecerá os investimentos realizados e ainda para que todos tenham conhecimento dos objetivos e metas traçados no médio prazo.

O Plano ora tratado é a expressão da busca constante de qualidade no serviço público que no Estado mineiro é marcado pela cooperação dos órgãos que integram o sistema. E ainda a consolidação de que desempenhamos nossos trabalhos pautados na fiel crença de que ser Bombeiro é estar ladeado de pessoas, servi-las e acima de tudo protegê-las.

Ivan Gamaliel Pinto, Coronel BM

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais



INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A partir de uma demanda do Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social, deu-se início, em 2012, um conjunto de ações para a elaboração do **Plano Estadual de Defesa Social**. A percepção dos líderes da Secretaria de Defesa Social (SEDS), Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros era de que se fazia necessário um novo conjunto de esforços e investimentos para fazer frente aos desafios de criminalidade e defesa social.

Decidiu-se que era necessário um apoio externo e científico para orientar melhor o estabelecimento das prioridades e investimentos de segurança. Por este motivo, a SEDS e o Núcleo de Estudos em Segurança Pública (NESP) da **Fundação João Pinheiro (FJP)** celebraram em 04 de janeiro de 2013 contrato de apoio técnico e consultoria especializada para subsidiar a elaboração deste Plano. Para conduzir o trabalho no Sistema de Defesa Social, formou-se um grupo coordenador, liderado pelos titulares das **Assessorias de Gestão Estratégica e Inovação (AGEIs)** de cada instituição. Também estabeleceu-se parceria com o **Escritório de Prioridades Estratégicas** do Governo do Estado, que apoiou este trabalho com a visão especializada de seus técnicos e especificamente com um esforço de identificação de interfaces entre as políticas da SEDS e outras organizações da administração pública.

Na fase inicial do trabalho, foi produzido o **Diagnóstico da Política de Defesa Social** que avaliou a trajetória e estratégias utilizadas entre 2003 e 2013 e sinalizou os desafios que se colocavam. Nesta etapa, foram entrevistadas cerca de 50 pessoas, entre gestores de políticas públicas, gestores de unidades prisionais e socioeducativas, secretários e subsecretários de estado, comandantes e dirigentes da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, técnicos da SEDS, personalidades do mundo da segurança pública e da universidade.

Na **segunda fase do trabalho**, foi realizado um conjunto de 21 workshops para analisar com os gestores o diagnóstico elaborado pelos pesquisadores da FJP e avaliar as estratégias necessárias para a política. Nessa etapa, deram-se os resultados dos workshops com gestores e técnicos das áreas de atuação da SEDS, dos quais participaram um total de cerca de 400 pessoas, e das 21 entrevistas realizadas, nos meses de outubro e novembro de 2013, com profissionais do nível estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG).

Assim, do ponto de vista metodológico, o Plano de Defesa Social do Estado de Minas Gerais foi realizado por meio de pesquisa de natureza qualitativa, sendo utilizados como meios para coleta de dados: 1) pesquisa bibliográfica; 2) pesquisa documental; 3) entrevista semiestruturada; 4) grupo de foco e 5) observações de campo. Para a análise dos dados coletados adotou-se a técnica de análise de conteúdo.

Para o levantamento documental foram consideradas pesquisas internas à SEDS, com a consulta a relatórios de gestão, documentos de avaliação de políticas específicas, além de diversos outros documentos como resoluções, resultados de auditorias,

editais, planos e projetos. Privilegiou-se ainda a análise das atas do Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social entre os anos de 2003 a 2011, totalizando 188 atas referentes às deliberações do Colegiado; bem como a documentação referente ao “Alinhamento Estratégico do Sistema de Defesa Social” da Secretaria de Estado de Defesa Social, produzido com auxílio da Fundação Dom Cabral em 2008, e documentação complementar produzida na SEDS.

Também foram analisados em profundidade os planos estratégicos das organizações policiais e do Corpo de Bombeiros Militar, notadamente: 1) a Resolução nº 394, de dezembro de 2010 que aprova e institui o “Planejamento Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; 2) o “Portfólio de Projetos e Acordo de Resultados” da Polícia Civil de Minas Gerais, sistematizado em julho de 2013; além da c) Diretriz no 002/2012 do Comando Geral que organiza e disciplina a “Metodologia de Gestão para Resultados da Polícia Militar de Minas Gerais”.

A análise documental permitiu a identificação dos principais programas da Política de Defesa Social que seriam coligidos quanto à sua avaliação de objetivos e resultados alcançados com a percepção dos entrevistados, bem como nas audições com os grupos focais que apontaram os avanços e dificuldades em cada eixo da Política.

A partir de roteiro previamente elaborado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas abrangendo os pontos relevantes da Política. No que tange ao desenho amostral, por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não é recomendado o uso da amostragem probabilística, uma vez que os sujeitos da pesquisa eram os atores específicos, relevantes dentro do contexto pesquisado. Assim, tomou-se o cuidado de selecionar profissionais de diferentes áreas de atuação, e distinta experiência profissional para melhor conteúdo das informações. As entrevistas foram realizadas com os dirigentes e executivos considerados importantes no delineamento e execução da Política de Defesa Social vigente em Minas Gerais. Os entrevistados eram membros da Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, da Polícia Civil de Minas Gerais e da Polícia Militar de Minas Gerais, considerados representativos do universo total de componentes do Sistema de Defesa Social.

Ao final foram analisadas 71 entrevistas, que em sua maioria foram gravadas. Para as demais foram utilizados os resumos de campo, escritos pelos pesquisadores participantes, uma vez que a gravação das entrevistas não foi consentida.

A **terceira e última fase** deste trabalho constituiu-se na elaboração deste texto do **Plano Estadual de Defesa Social 2014-2015** que ora se apresenta. A partir do texto proposto pela Fundação João Pinheiro em 2013, foi organizado um processo de discussão, análise e proposição de ações conduzido pelas AGEIs internamente a cada instituição. O resultado deste trabalho, sintetizado nas páginas a seguir, é resultado da visão dos gestores do Sistema de Defesa Social em Minas Gerais. As proposições da FJP foram importante fundamento para a definição de prioridades exposta neste documento. No entanto, as prioridades, estratégias e ações ora definidas são de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Defesa Social, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

EVOLUÇÃO DA DINÂMICA DA CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

A análise da série histórica de crimes violentos em Minas Gerais evidencia que o estado experimentou, ao longo do final da década de 80, padrões estáveis de criminalidade violenta, permanecendo no patamar médio de 106,3 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. Por outro lado, em consonância com o Gráfico 1, esses padrões se deterioraram a partir de meados da década de 90, quando se inicia uma trajetória ascendente atingindo-se o patamar de 541,6 crimes por 100 mil habitantes, em 2003. Nesse contexto, entre 1995 e 2003, ou seja, num período de 9 anos, a taxa em questão aumentou 307,5% no Estado.

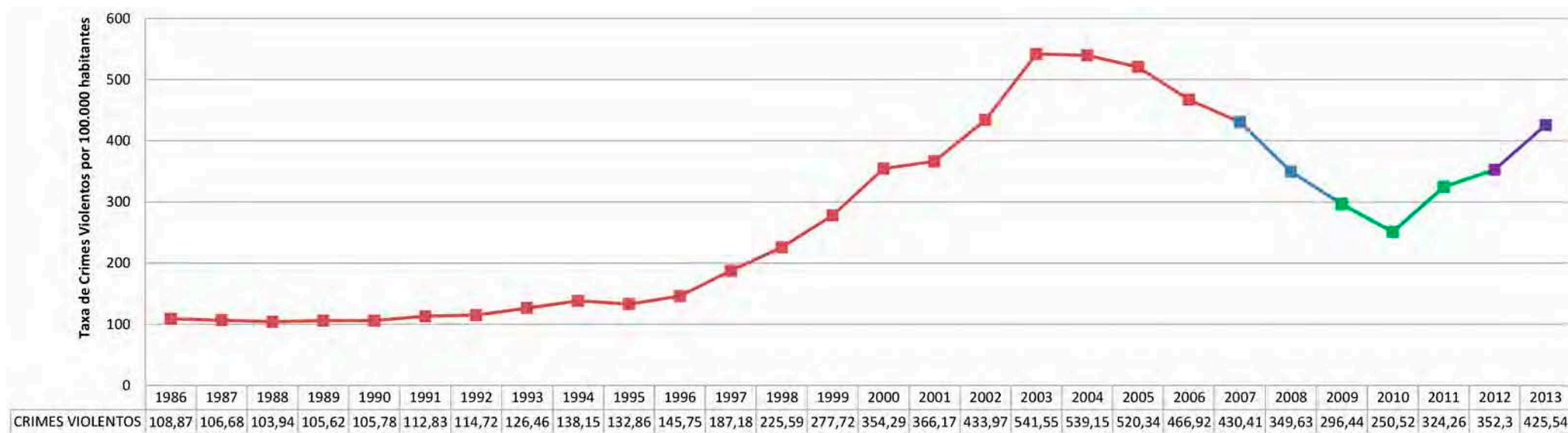
No ano de 2004, esse movimento ascendente nas taxas de crimes violentos foi interrompido, tendo se iniciado em 2005 uma trajetória descendente até o ano de 2010. Assim, na comparação entre os patamares de 2003 e 2010, foi observado que os crimes violentos tiveram uma redução de 53,7% nas taxas anuais, passando de 541,6 para 250,5 ocorrências por 100 mil habitantes.

Posteriormente, a partir do ano de 2011, nota-se o retorno do comportamento ascendente na taxa de crimes violentos, que atingiu, em 2013, o patamar de 425,5 ocorrências por 100 mil habitantes, representando aumento de 69,9% entre 2010 e 2013.



Foto: Renato Cobucci

GRÁFICO 1: Evolução da Taxa de Crimes Violentos por 100 mil habitantes, Minas Gerais, de 1986 a 2013



Nota 1) No período de 2006 a 2011 houve transição entre os sistemas de coleta de dados de crimes (de SM20 para REDS)

Nota 2) Até 2011 eram considerados como crimes violentos: Homicídio (Consumados e Tentados), Roubo Consumado e Estupro Consumado. A partir de 2012 foram incluídos na publicação deste indicador os crimes de Estupro Tentado, Sequestro e Cárcere Privado e Extorsão Mediante Sequestro.

Fonte: 1986 a 2006 - SM20; 2007 e 2008 - SM20 e DCCV; 2009, 2010 e 2011 - SM20, DCCV e REDS; 2012 e 2013 - REDS.

Considerando-se os dados mais recentes, especificamente os do ano de 2013, a Tabela 1 destaca o ranking dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes de Minas Gerais, de acordo com a taxa de crimes violentos. Observa-se que 11 localidades tiveram taxas superiores àquela do Estado, qual seja, 425,5 crimes por 100 mil habitantes. Dentre elas, Contagem se apresenta em evidência com 1426,4 registros para cada grupo de 100 mil habitantes, seguido de Belo Horizonte, Betim, Sete Lagoas e Uberlândia. Por outro lado, embora não possuam as menores populações entre as localidades listadas, Barbacena e Varginha apresentaram as mais baixas taxas, com valores inferiores a 100 crimes por 100 mil habitantes.

TABELA 1: Ranking dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes de Minas Gerais, de acordo com a taxa de crimes violentos - 2013

| Município | Total | População | Taxa |
|----------------------|---------------|-------------------|--------------|
| Contagem | 9.304 | 652.249 | 1426,4 |
| Belo Horizonte | 30.823 | 2.515.819 | 1225,2 |
| Betim | 4.126 | 484.758 | 851,1 |
| Sete Lagoas | 1.963 | 237.985 | 824,8 |
| Uberlândia | 4.975 | 676.171 | 735,8 |
| Uberaba | 1.994 | 309.907 | 643,4 |
| Montes Claros | 2.237 | 380.637 | 587,7 |
| Divinópolis | 1.161 | 226.017 | 513,7 |
| Vespasiano | 533 | 109.882 | 485,1 |
| Governador Valadares | 1.152 | 267.815 | 430,1 |
| Ipatinga | 1.087 | 254.304 | 427,4 |
| Coronel Fabriciano | 439 | 107.225 | 409,4 |
| Santa Luzia | 988 | 246.254 | 401,2 |
| Sabara | 505 | 129.389 | 390,3 |
| Ribeirão das Neves | 1.376 | 381.892 | 360,3 |
| Itabira | 393 | 114.070 | 344,5 |
| Patos de Minas | 444 | 144.674 | 306,9 |
| Juiz de Fora | 1.570 | 548.120 | 286,4 |
| Passos | 310 | 110.723 | 280,0 |
| Ibirité | 446 | 164.985 | 270,3 |
| Uba | 256 | 104.224 | 245,6 |
| Muriae | 228 | 101.811 | 223,9 |
| Teófilo Otoni | 280 | 130.504 | 214,6 |
| Pouso Alegre | 284 | 134.557 | 211,1 |
| Pocos de Caldas | 329 | 156.202 | 210,6 |
| Araguari | 226 | 113.768 | 198,6 |
| Conselheiro Lafaiete | 146 | 118.101 | 123,6 |
| Barbacena | 128 | 132.940 | 96,3 |
| Varginha | 86 | 125.629 | 68,5 |
| MINAS GERAIS | 87.996 | 20.678.738 | 425,5 |

Fonte: REDS

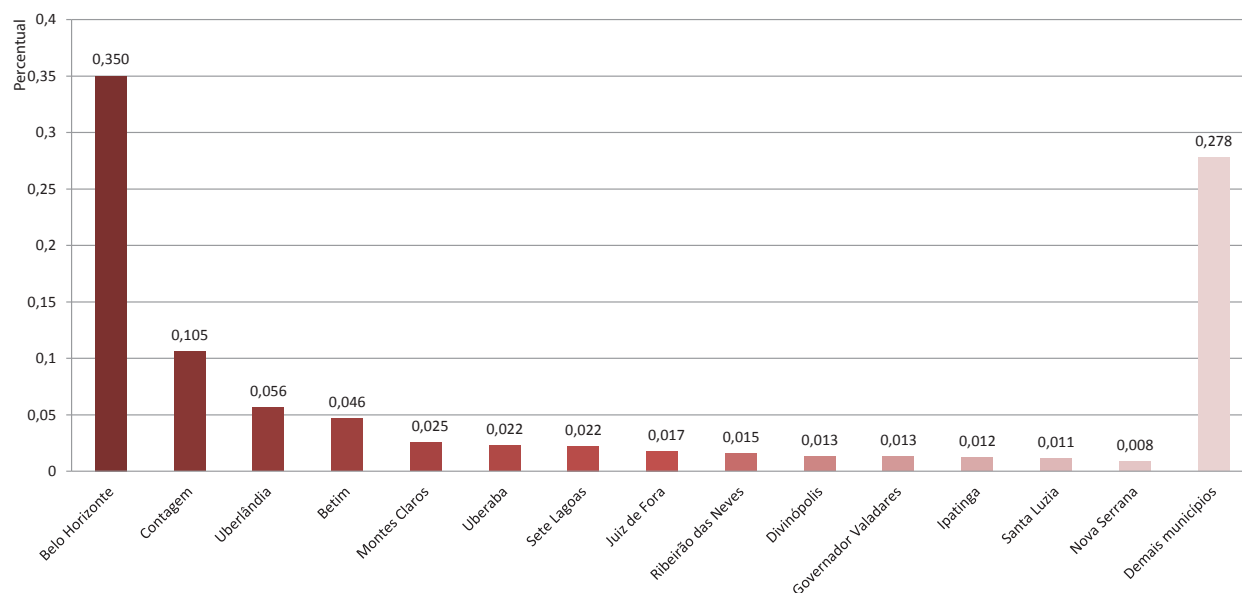
Sob outra perspectiva, e classificando os municípios de Minas Gerais por ordem decrescente do quantitativo de crimes violentos, são evidenciados quatorze locais críticos no que se refere à incidência desses crimes, conforme demonstra a [Tabela 2](#). Essas cidades, em conjunto, possuem alta densidade populacional, visto que comportam 35% da população estadual em pouco mais de 3% do território mineiro. Além disso, somados, esses municípios contribuíram para 72% dos crimes violentos ocorridos em todo o Estado de Minas Gerais ([Gráfico 2](#)) e correspondem, como destacado pelo [Mapa 1, a](#): Belo Horizonte, Betim, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Serrana, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia.

TABELA 2: Ranking dos quatorze municípios críticos de Minas Gerais, de acordo com o quantitativo de crimes violentos - 2013

| Município | Crimes Violentos | População | Taxa Crimes Violentos | Percentual dos crimes |
|--------------------------|-------------------------|-------------------|------------------------------|------------------------------|
| Belo Horizonte | 30.823 | 2.515.819 | 1225,2 | 35,0% |
| Contagem | 9.304 | 652.249 | 1426,4 | 10,6% |
| Uberlândia | 4.975 | 676.171 | 735,8 | 5,7% |
| Betim | 4.126 | 484.758 | 851,1 | 4,7% |
| Montes Claros | 2.237 | 380.637 | 587,7 | 2,5% |
| Uberaba | 1.994 | 309.907 | 643,4 | 2,3% |
| Sete Lagoas | 1.963 | 237.985 | 824,8 | 2,2% |
| Juiz de Fora | 1.570 | 548.120 | 286,4 | 1,8% |
| Ribeirão das Neves | 1.376 | 381.892 | 360,3 | 1,6% |
| Divinópolis | 1.161 | 226.017 | 513,7 | 1,3% |
| Governador Valadares | 1.152 | 267.815 | 430,1 | 1,3% |
| Ipatinga | 1.087 | 254.304 | 427,4 | 1,2% |
| Santa Luzia | 988 | 246.254 | 401,2 | 1,1% |
| Nova Serrana | 772 | 77.777 | 992,6 | 0,9% |
| Demais municípios | 24.468 | 13.419.033 | 182,3 | 27,8% |
| Minas Gerais | 87.996 | 20.678.738 | 425,5 | 100,0% |

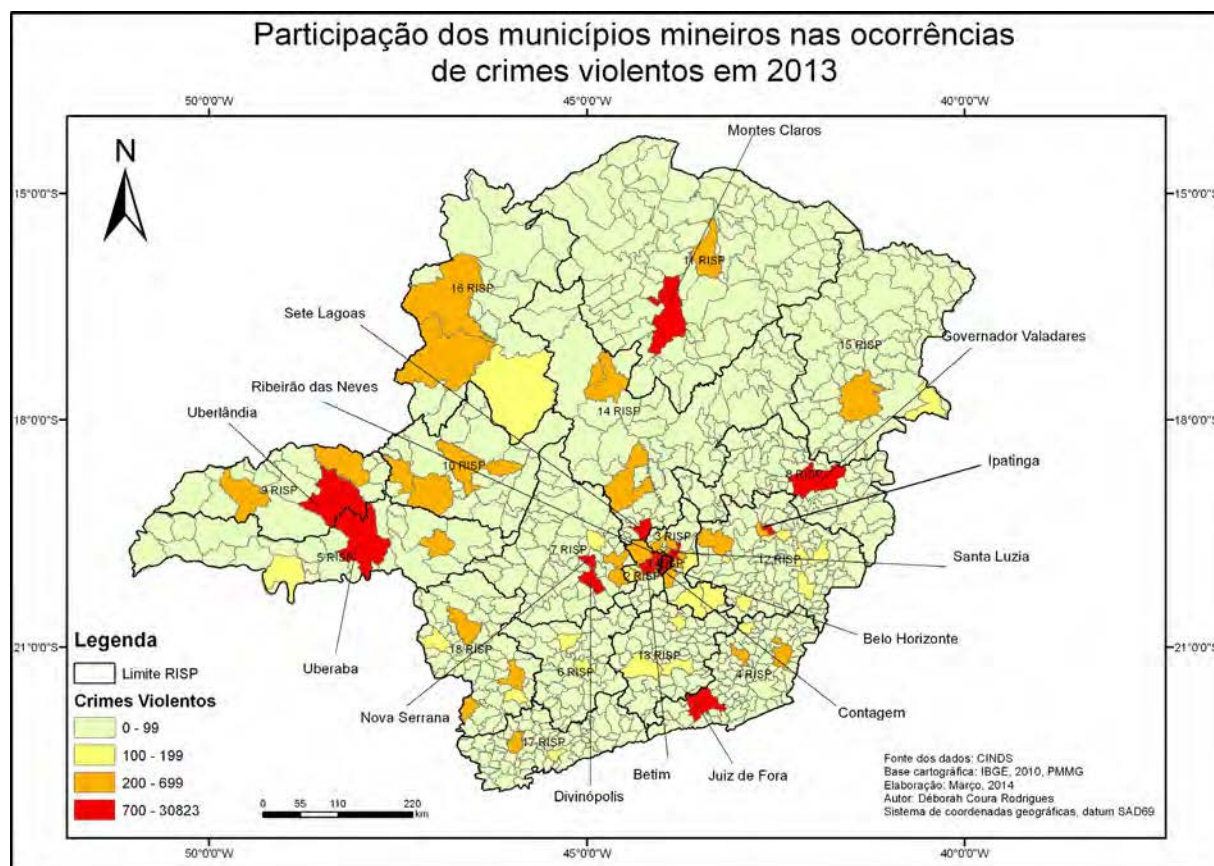
Fonte: REDS

GRÁFICO 2: Quatorze municípios críticos e sua participação no total de Crimes Violentos em Minas Gerais - 2013



Fonte: REDS

MAPA 1: Distribuição espacial do quantitativo de Crimes Violentos em Minas Gerais, por município - 2013



Fonte: REDS

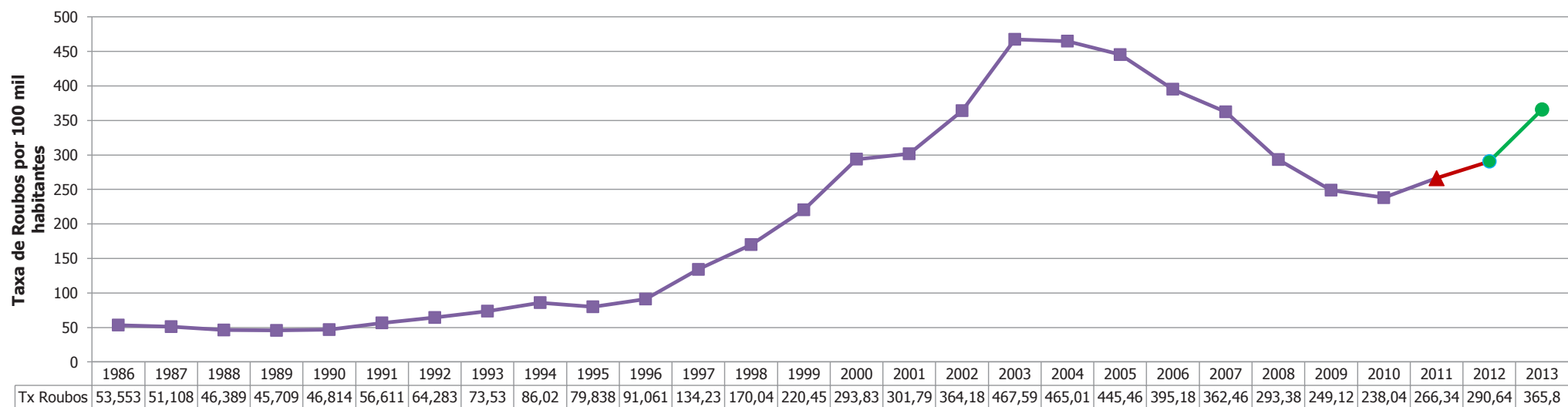
ROUBOS CONSUMADOS

A trajetória observada em relação às taxas de criminalidade violenta em Minas Gerais deve-se, basicamente à ocorrência de crimes violentos contra o patrimônio, composto essencialmente da natureza de roubos consumados³. Nesse contexto, conforme pode ser observado no Gráfico 3, no período de 1986 a 1995, Minas Gerais apresentou dados de roubos consumados próximo à estabilidade, com média de 60,4 registros para cada grupo de 100 mil habitantes. A partir de 1996 até 2003, por outro lado, o volume de roubos foi elevado em 413,3%, passando, respectivamente, de 91,1 para 467,6 ocorrências por 100 mil habitantes. Em sequência, o índice em questão passou, entre 2003 e 2010, por um decréscimo acumulado de 49,1%. A partir de 2011, as taxas desta natureza criminal voltaram à elevação e 2013 apresentou 53,7% de registros a mais do que em 2010.

³Até 2011, a categoria de crimes violentos contra o patrimônio equivalia apenas à natureza de roubos consumados.



GRÁFICO 3: Evolução da Taxa de Roubos Consumados por 100 mil habitantes - Minas Gerais - 1986 a 2013



Fonte: 1986 a 2010 - SM20; 2011 - SM20 e REDS; 2012 e 2013 - REDS.

Com referência ao ano de 2013, a Tabela 3 destaca o ranking dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes em Minas Gerais, segundo a taxa de roubos consumados. Destaca-se que 8 cidades tiveram índices superiores àquele notado no estado, qual seja, 365,8 crimes por 100 mil habitantes. Nesse contexto, Contagem se apresenta em evidência com 1.314,2 registros para cada grupo de 100 mil habitantes, seguido de Belo Horizonte, Betim, Sete Lagoas e Uberlândia. Além disso, embora não possuam as menores populações dentre as localidades listadas, Barbacena e Varginha apresentaram as mais baixas taxas, com valores inferiores a 100 crimes por 100 mil habitantes.

TABELA 3: Ranking dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes de Minas Gerais, de acordo com a taxa de roubos consumados – 2013

| Município | Total | População | Taxa |
|----------------------|---------------|-------------------|--------------|
| Contagem | 8.572 | 652.249 | 1314,2 |
| Belo Horizonte | 28.558 | 2.515.819 | 1135,1 |
| Betim | 3.633 | 484.758 | 749,4 |
| Sete Lagoas | 1.776 | 237.985 | 746,3 |
| Uberlândia | 4.475 | 676.171 | 661,8 |
| Uberaba | 1.890 | 309.907 | 609,9 |
| Montes Claros | 1.997 | 380.637 | 524,6 |
| Divinópolis | 1.079 | 226.017 | 477,4 |
| Ipatinga | 927 | 254.304 | 364,5 |
| Vespasiano | 382 | 109.882 | 347,6 |
| Santa Luzia | 769 | 246.254 | 312,3 |
| Coronel Fabriciano | 325 | 107.225 | 303,1 |
| Sabara | 391 | 129.389 | 302,2 |
| Governador Valadares | 805 | 267.815 | 300,6 |
| Ribeirão das Neves | 1.012 | 381.892 | 265,0 |
| Itabira | 292 | 114.070 | 256,0 |
| Patos de Minas | 326 | 144.674 | 225,3 |
| Passos | 249 | 110.723 | 224,9 |
| Juiz de Fora | 1.194 | 548.120 | 217,8 |
| Ibirite | 344 | 164.985 | 208,5 |
| Muriae | 190 | 101.811 | 186,6 |
| Uba | 189 | 104.224 | 181,3 |
| Pouso Alegre | 244 | 134.557 | 181,3 |
| Pocos de Caldas | 283 | 156.202 | 181,2 |
| Teófilo Otoni | 222 | 130.504 | 170,1 |
| Araguari | 190 | 113.768 | 167,0 |
| Conselheiro Lafaiete | 131 | 118.101 | 110,9 |
| Barbacena | 102 | 132.940 | 76,7 |
| Varginha | 76 | 125.629 | 60,5 |
| MINAS GERAIS | 75.643 | 20.678.738 | 365,8 |

Fonte: REDS

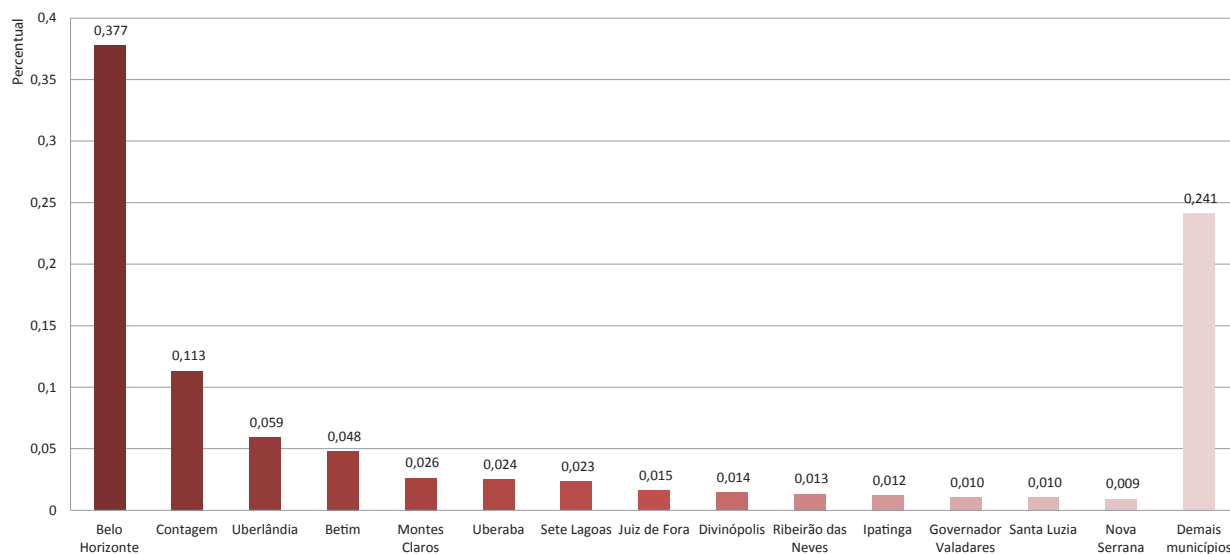
Sob outro ponto de vista, a Tabela 4 e o Gráfico 4 demonstram a contribuição dos municípios críticos destacados na seção anterior no total de roubos consumados em Minas Gerais. Nesses 14 municípios (que ocupam pouco mais de 3% do território) ocorreram 76% dos roubos consumados em Minas Gerais em 2013. Observa-se que, assim como para crimes violentos, Belo Horizonte é o município em maior evidência no que se refere à incidência dessa natureza criminal no Estado. O Mapa 2 evidencia a distribuição do quantitativo de registros de roubos no território do Estado.

TABELA 4: Ranking dos 14 municípios críticos de Minas Gerais, de acordo com o quantitativo de roubos consumados - 2013

| Município | Roubos consumados | População | Taxa Roubos | Percentual dos Roubos |
|--------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------|------------------------------|
| Belo Horizonte | 28.558 | 2.515.819 | 1135,1 | 37,8% |
| Contagem | 8.572 | 652.249 | 1314,2 | 11,3% |
| Uberlândia | 4.475 | 676.171 | 661,8 | 5,9% |
| Betim | 3.633 | 484.758 | 749,4 | 4,8% |
| Montes Claros | 1.997 | 380.637 | 524,6 | 2,6% |
| Uberaba | 1.890 | 309.907 | 609,9 | 2,5% |
| Sete Lagoas | 1.776 | 237.985 | 746,3 | 2,3% |
| Juiz de Fora | 1.194 | 548.120 | 217,8 | 1,6% |
| Divinópolis | 1.079 | 226.017 | 477,4 | 1,4% |
| Ribeirão das Neves | 1.012 | 381.892 | 265,0 | 1,3% |
| Ipatinga | 927 | 254.304 | 364,5 | 1,2% |
| Governador Valadares | 805 | 267.815 | 300,6 | 1,1% |
| Santa Luzia | 769 | 246.254 | 312,3 | 1,0% |
| Nova Serrana | 700 | 77.777 | 900,0 | 0,9% |
| Demais municípios | 18.256 | 13.419.033 | 136,0 | 24,1% |
| Minas Gerais | 75.643 | 20.678.738 | 365,8 | 100,0% |

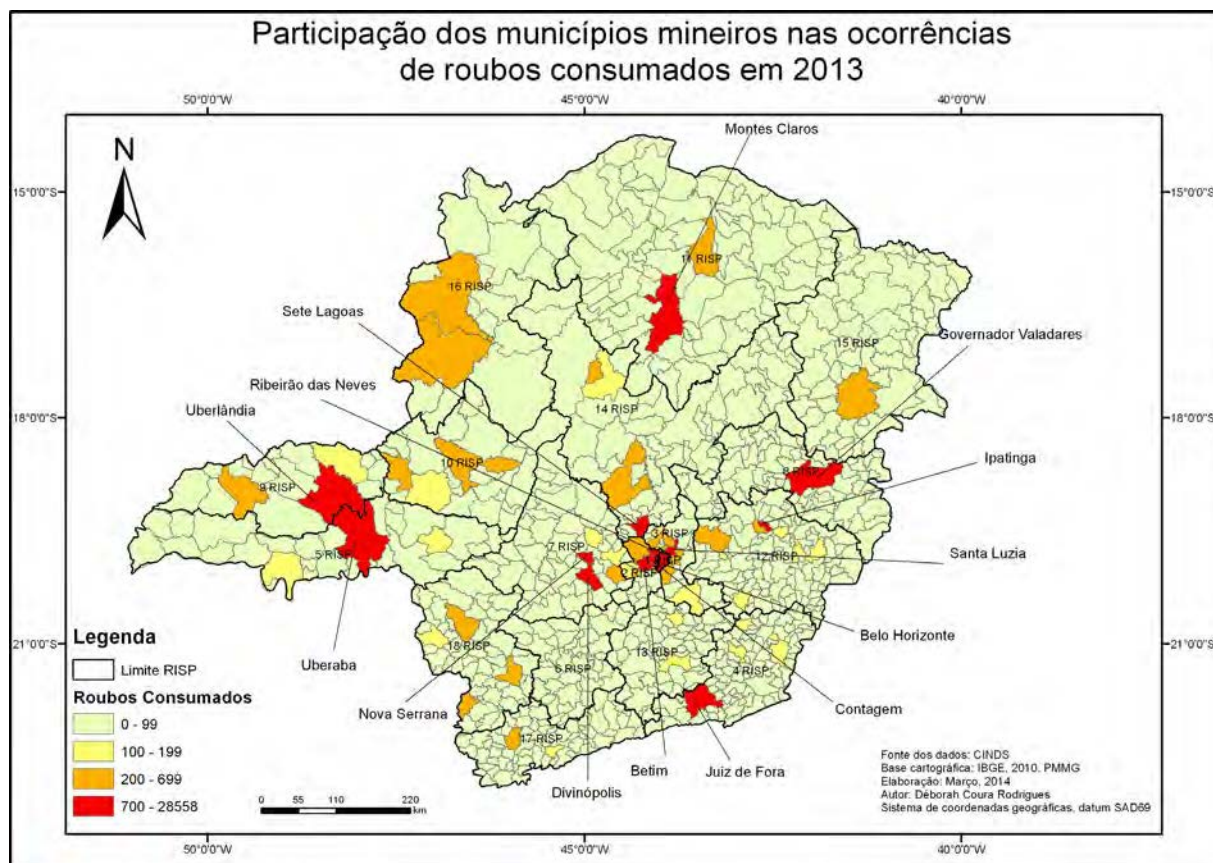
Fonte: REDS

GRÁFICO 4: Municípios críticos e sua participação no total de Roubos em Minas Gerais durante 2013



Fonte: REDS

MAPA 2: Distribuição espacial do quantitativo de Roubos em Minas Gerais, por município - 2013.

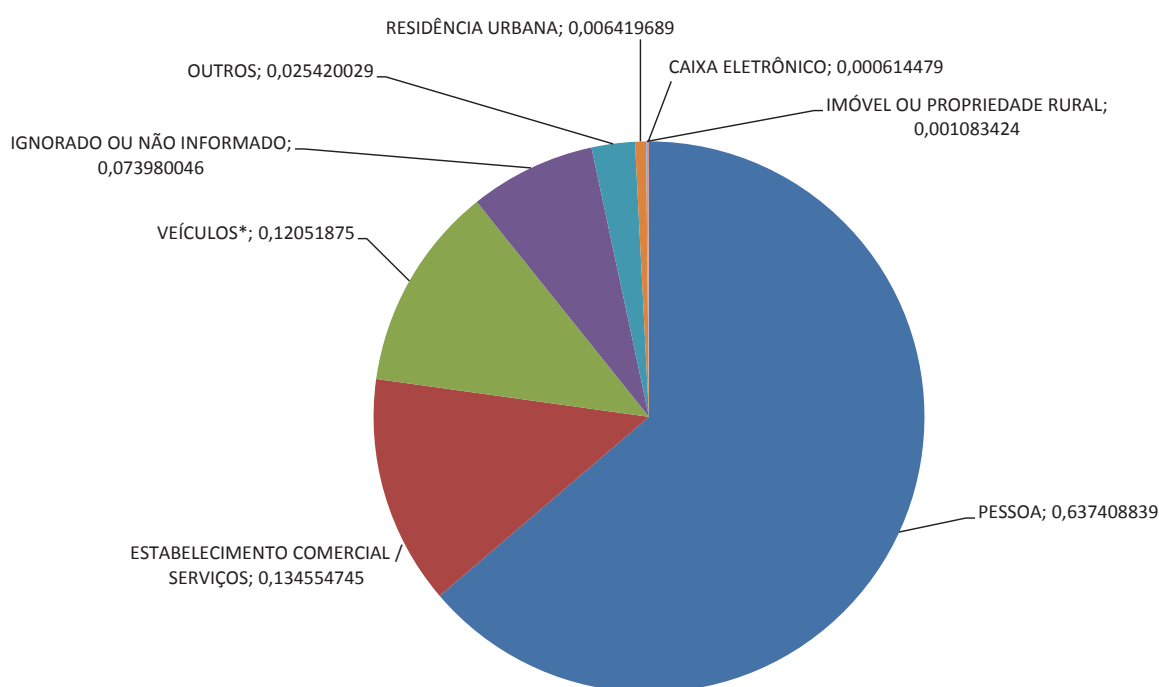


Fonte: REDS

DISTRIBUIÇÃO DE ROUBOS POR ALVO E MEIO UTILIZADOS - MUNICÍPIOS CRÍTICOS

Tendo em vista a listagem descrita anteriormente, nota-se, conforme o [Gráfico 5](#), que, em 2013, o principal alvo de roubos nos municípios críticos foi a categoria “Pessoas”, com 63,7% dos registros, seguida de “Estabelecimento Comercial/Serviços”, com 13,5%, e “Veículos”, com 12,1%. Por outro lado, o restante dos alvos em conjunto (“Imóvel ou Propriedade Rural”, “Caixa Eletrônico”, “Residência Urbana”, “Local - Outros” e “Ignorado ou Não Informado”) agregou pouco mais de 10% do total de fatos ocorridos nessas localidades.

GRÁFICO 5: Distribuição do quantitativo de roubos por Alvo nos municípios críticos - 2013



Nota: * Veículos incluem embarcação aérea/aquática/terrestre

Fonte: REDS

Em comparação com os dados de 2012 sobre “alvo”, o volume de registros de 2013 apresentou tanto aumento, quanto redução, conforme [Tabela 5](#). Roubos de “Veículos”, por exemplo, foram elevados em 76,8%, seguido de roubos de “Caixas Eletrônicas”, com acréscimo de 52,0%, e de roubos a “Pessoas”, com 46,6%. Por outro lado, a incidência desse tipo criminal contra “Residência Urbana”, “Imóvel ou Propriedade Rural” e “Estabelecimento Comercial/Serviços” decresceu, respectivamente, 56,9%, 23,0% e 22,1%.

TABELA 5: Distribuição do quantitativo de roubos por alvo nos municípios críticos em 2012 e 2013

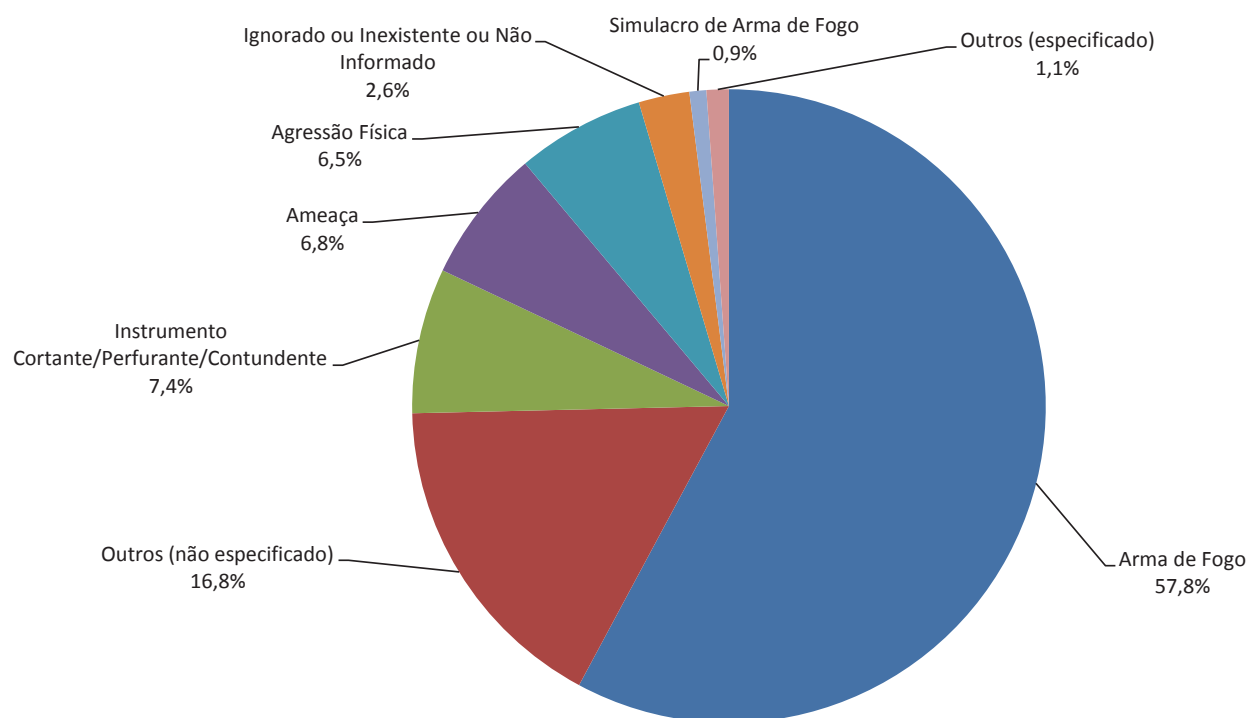
| GRUPO_ALVO | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO 2012 - 2013 |
|--------------------------------------|-------|-------|----------------------|
| PESSOA | 26888 | 39418 | 46,6% |
| ESTABELECIMENTO COMERCIAL / SERVIÇOS | 10676 | 8321 | -22,1% |
| VEÍCULOS* | 4215 | 7453 | 76,8% |
| RESIDÊNCIA URBANA | 921 | 397 | -56,9% |
| IMÓVEL OU PROPRIEDADE RURAL | 87 | 67 | -23,0% |
| CAIXA ELETRÔNICO | 25 | 38 | 52,0% |

* Veículos incluem embarcação aérea/aquática/terrestre

Fonte: REDS

A análise do quantitativo de roubos, de acordo com o meio utilizado, aponta, conforme Gráfico 6, que a maioria dos registros (57,8%) apresenta a utilização da arma de fogo para a consumação do fato. Por outro lado, também é notado que, o conjunto dos outros meios especificados - a saber: “Instrumento Cortante/Perfurante/Contundente”, “Ameaça”, “Agressão Física”, “Simulacro de Arma de Fogo”, e “Outros (especificado)” - corresponde a 22,8% do total de roubos ocorridos nos quatorze municípios críticos.

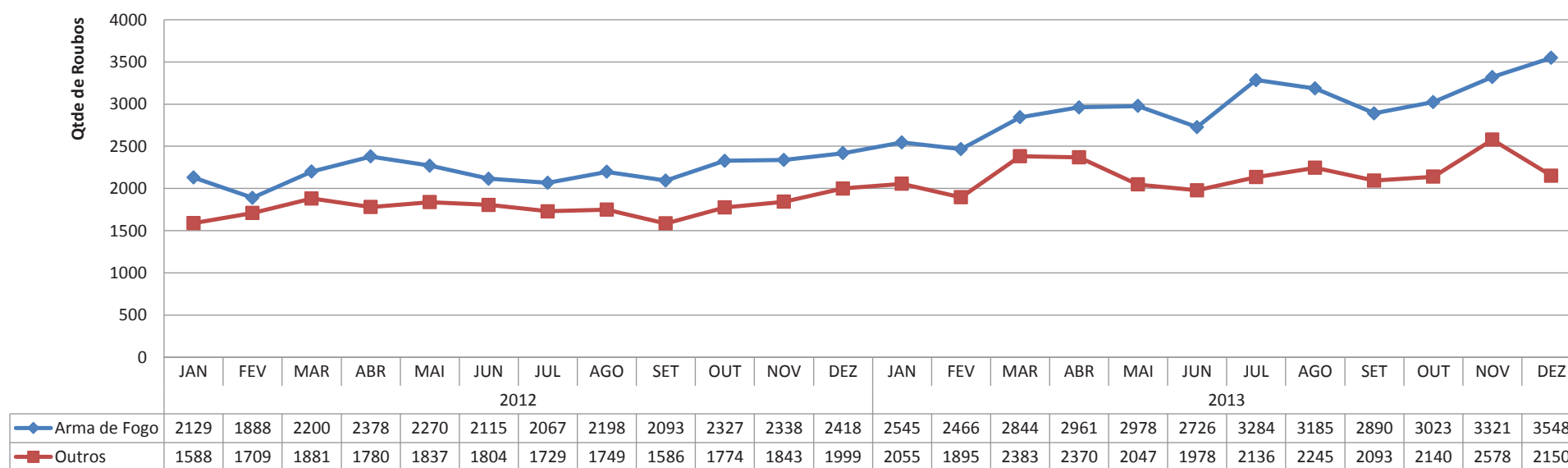
GRÁFICO 6: Distribuição do quantitativo de roubos por meio utilizado nos municípios críticos - 2013



Fonte: REDS

No comparativo de 2012 e 2013, e evidenciando-se a utilização de arma de fogo nos roubos registrados nessas localidades, nota-se, pelo Gráfico 7, que ainda que todos os outros tipos de meios fossem somados, o volume de “Arma de Fogo” permaneceria, ao longo do tempo, acima do restante e em ritmo de crescimento significativo.

GRÁFICO 7: Distribuição do quantitativo de roubos por meio utilizado nos municípios críticos em 2012 e 2013



Fonte: REDS.

HOMICÍDIOS CONSUMADOS

A análise da série histórica de homicídios consumados em Minas Gerais evidencia que o Estado passou por taxas estáveis entre 1986 e 1997, permanecendo no patamar médio de 10,1 ocorrências para cada grupo de 100 mil habitantes. Por outro lado, em consonância com o Gráfico 8, esses padrões se deterioraram a partir de meados de 1998 até 2005, quando se inicia uma trajetória ascendente atingindo-se o quantitativo de 20,4 crimes por 100 mil habitantes em 2005.

TABELA 6: Ranking dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes de Minas Gerais, de acordo com a taxa de homicídios consumados – 2013

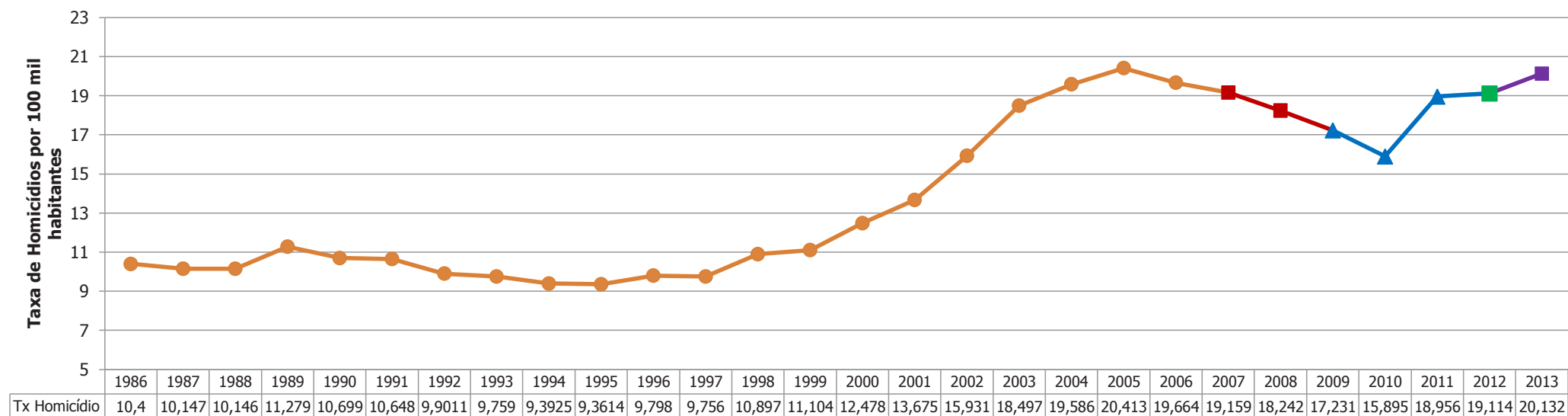
| Município | Total | População | Taxa |
|----------------------|-------------|-------------------|-------------|
| Vespasiano | 63 | 109.882 | 57,3 |
| Ribeirão das Neves | 169 | 381.892 | 44,3 |
| Contagem | 286 | 652.249 | 43,8 |
| Coronel Fabriciano | 45 | 107.225 | 42,0 |
| Betim | 192 | 484.758 | 39,6 |
| Governador Valadares | 96 | 267.815 | 35,8 |
| Santa Luzia | 88 | 246.254 | 35,7 |
| Ibirite | 57 | 164.985 | 34,5 |
| Belo Horizonte | 843 | 2.515.819 | 33,5 |
| Sete Lagoas | 71 | 237.985 | 29,8 |
| Sabara | 38 | 129.389 | 29,4 |
| Itabira | 26 | 114.070 | 22,8 |
| Uberlândia | 147 | 676.171 | 21,7 |
| Montes Claros | 76 | 380.637 | 20,0 |
| Passos | 22 | 110.723 | 19,9 |
| Juiz de Fora | 100 | 548.120 | 18,2 |
| Ipatinga | 45 | 254.304 | 17,7 |
| Patos de Minas | 25 | 144.674 | 17,3 |
| Teófilo Otoni | 21 | 130.504 | 16,1 |
| Araguari | 17 | 113.768 | 14,9 |
| Uba | 13 | 104.224 | 12,5 |
| Muriae | 12 | 101.811 | 11,8 |
| Divinópolis | 26 | 226.017 | 11,5 |
| Uberaba | 24 | 309.907 | 7,7 |
| Pocos de Caldas | 12 | 156.202 | 7,7 |
| Pouso Alegre | 8 | 134.557 | 5,9 |
| Conselheiro Lafaiete | 5 | 118.101 | 4,2 |
| Barbacena | 4 | 132.940 | 3,0 |
| Varginha | 3 | 125.629 | 2,4 |
| MINAS GERAIS | 4163 | 20.678.738 | 20,1 |

Fonte: REDS.

No ano de 2006, esse movimento ascendente nas taxas de homicídios consumados foi interrompido pelo início de uma trajetória descendente até o ano de 2010. Ao longo desse período, houve redução de 22,1% na incidência desse tipo criminal. Posteriormente, a partir do ano de 2011, nota-se o retorno do comportamento ascendente na taxa de homicídios consumados, que atingiu, em 2013, o patamar de 20,1 ocorrências por 100 mil habitantes, representando aumento de 26,4% entre 2010 e 2013. Por fim, sob o ponto de vista acumulado, entre 1986 a 2013 o Estado apresentou elevação de 93,6% na taxa de homicídios.

Nesse contexto, a [Tabela 6](#) destaca o *ranking* dos 29 municípios com mais de 100 mil habitantes de Minas Gerais, segundo a taxa de homicídios consumados, no ano de 2013. Dentre essas localidades, 13 delas se destacaram com índices acima daquele apurado para o Estado. O primeiro deles, Vespasiano, se apresenta em evidência com 57,3 registros para cada grupo de 100.000 habitantes, seguido de Ribeirão das Neves, Contagem, Coronel Fabriciano e Betim. Além disso, as menores taxas se destacaram em Conselheiro Lafaiete, Barbacena e Varginha cujos valores foram menores que a 5 crimes por cada 100 mil habitantes.

GRÁFICO 8: Evolução da Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes - Minas Gerais - 1986 a 2013



Nota 1) No período de 2006 a 2011 houve transição entre os sistemas de coleta de dados de crimes (de SM20 para REDS)

Fonte: 1986 a 2006 - SM20; 2007 e 2008 - SM20 e DCCV; 2009, 2010 e 2011 - SM20, DCCV e REDS; 2012 - DCCV e REDS; e 2013 - REDS.

A [Tabela 7](#) demonstra o ranking dos municípios de Minas Gerais de acordo com o quantitativo de homicídios ocorridos em 2013. Nesse sentido, nota-se que Belo Horizonte concentrou uma parcela significativa desses crimes, cerca de 20%. Além disso, nessa listagem foram evidenciados vários municípios da região metropolitana (RMBH), como Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, Ibirité e Esmeraldas. A título de ilustração, o [Mapa 3](#) mostra a distribuição desses registros em todo o Estado de Minas Gerais e o [Mapa 4](#) destaca a concentração espacial das ocorrências na RMBH.

TABELA 7: Ranking dos 15 municípios críticos de Minas Gerais, de acordo com o quantitativo de homicídios consumados - 2013

| Município | Total | População | Taxa | Percentual de participação |
|--------------------------|--------------|-------------------|--------------|----------------------------|
| Belo Horizonte | 843 | 2.515.819 | 33,5 | 20,25% |
| Contagem | 286 | 652.249 | 43,8 | 6,87% |
| Betim | 192 | 484.758 | 39,6 | 4,61% |
| Ribeirão das Neves | 169 | 381.892 | 44,3 | 4,06% |
| Uberlândia | 147 | 676.171 | 21,7 | 3,53% |
| Juiz de Fora | 100 | 548.120 | 18,2 | 2,40% |
| Governador Valadares | 96 | 267.815 | 35,8 | 2,31% |
| Santa Luzia | 88 | 246.254 | 35,7 | 2,11% |
| Montes Claros | 76 | 380.637 | 20,0 | 1,83% |
| Sete Lagoas | 71 | 237.985 | 29,8 | 1,71% |
| Vespasiano | 63 | 109.882 | 57,3 | 1,51% |
| Ibirite | 57 | 164.985 | 34,5 | 1,37% |
| Esmeraldas | 51 | 63.275 | 80,6 | 1,23% |
| Paracatu | 50 | 86.058 | 58,1 | 1,20% |
| Coronel Fabriciano | 45 | 107.225 | 42,0 | 1,08% |
| Outros Municípios | 1.829 | 13.755.613 | 476,7 | 43,9% |
| Minas Gerais | 4.163 | 20.678.738 | 20,1 | 100,0% |

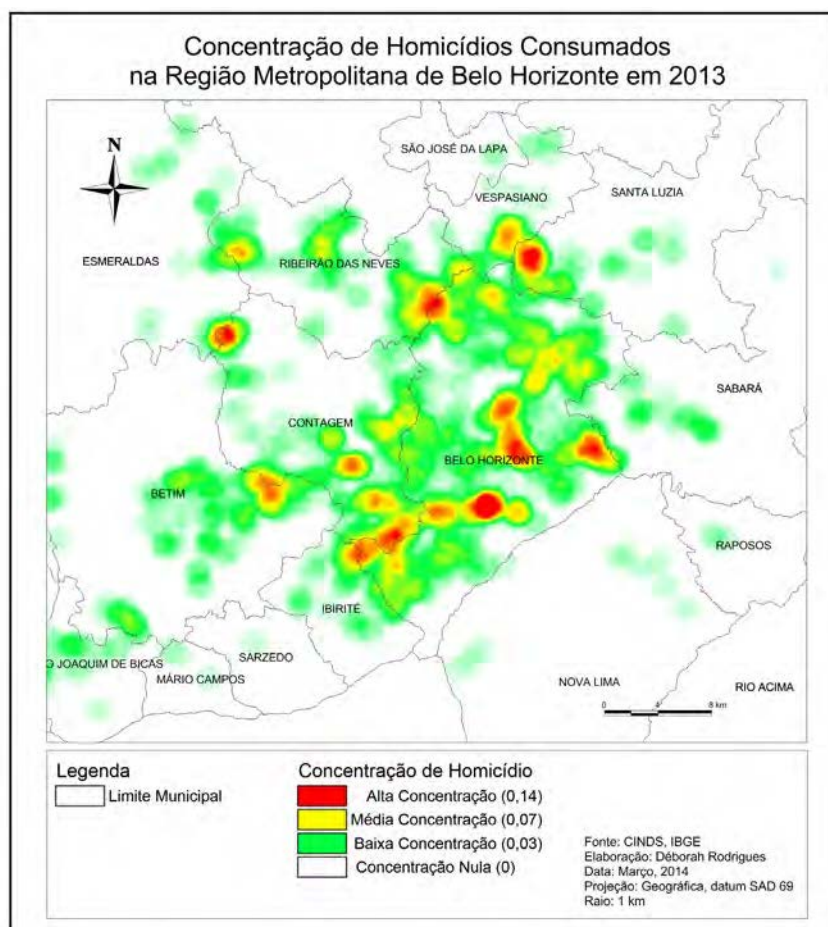
Fonte: REDS

MAPA 3: Distribuição espacial do quantitativo de Homicídios Consumados em Minas Gerais, por município - 2013.



Fonte: REDS

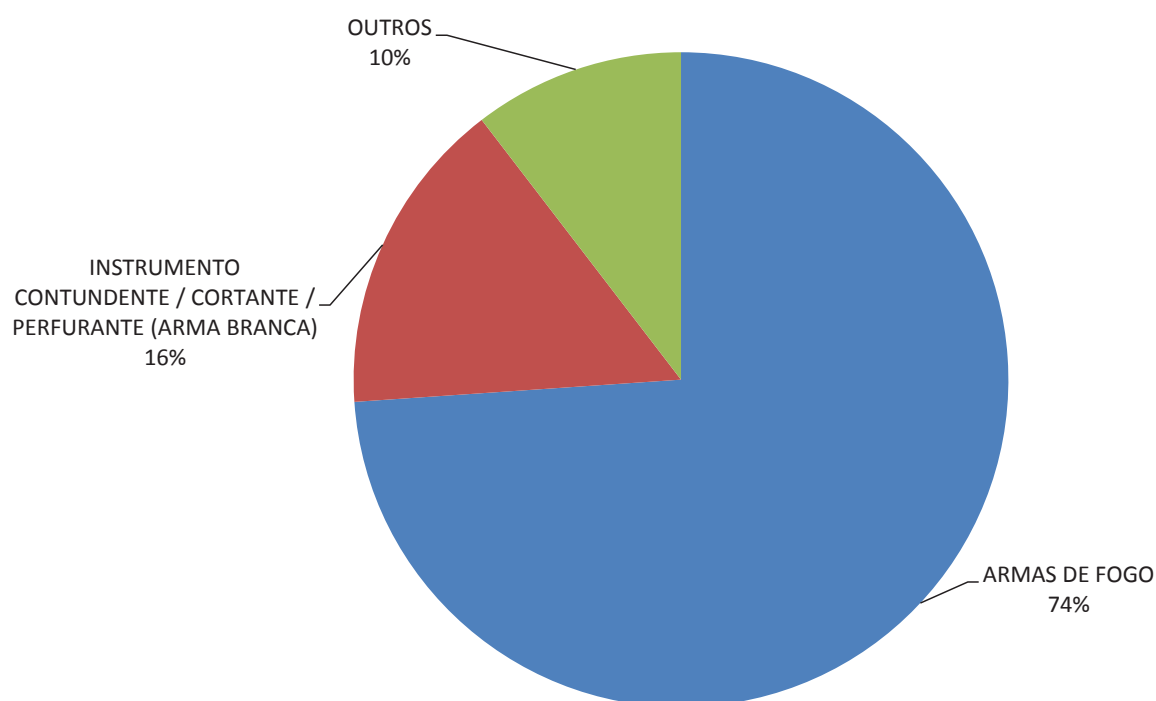
MAPA 4: Concentração espacial do quantitativo de Homicídios Consumados na Região Metropolitana de Belo Horizonte - 2013



Fonte: REDS

Nesse cenário, o Gráfico 9 expõe a análise dos registros em questão, de acordo com o meio empregado na consumação do crime. A arma de fogo se destaca como o instrumento mais utilizado (74%), seguida da categoria “Instrumento Contundente/Cortante/Perfurante (Arma Branca)” com 16%. Somado a isso, o restante dos tipos de meio utilizados totaliza 10% do volume de homicídios ocorridos em Minas Gerais.

GRÁFICO 9: Percentual de Homicídios Consumados por Meio Utilizado - Minas Gerais - 2013



Fonte: REDS

No comparativo de 2012 e 2013 e evidenciando-se a utilização de arma de fogo nos homicídios consumados ocorridos em Minas Gerais, nota-se, pelo Gráfico 10, que ainda que todos os outros tipos de meios fossem somados, o volume de “Arma de Fogo” permaneceria, ao longo do tempo, acima do restante e em ritmo de crescimento significativo.

Sobre a faixa etária das vítimas de homicídios consumados em Minas Gerais, o Gráfico 11 evidencia que a maior parte desse tipo criminal atinge adolescentes e jovens de até 24 anos (38,5%), seguidos por adultos pertencentes à faixa de 25 a 34 anos (29,6%) e, posteriormente, por adultos na faixa de 35 a 64 anos, com 25,7%. Por outro lado, nota-se que crianças com menos de 11 anos e pessoas com mais de 65 anos possuem os menores percentuais de vitimização do Estado, quais sejam, 0,6% e 1,9%, respectivamente.

GRÁFICO 10: Evolução mensal de Homicídios Consumados por Meio Utilizado - Minas Gerais - 2012 - 2013

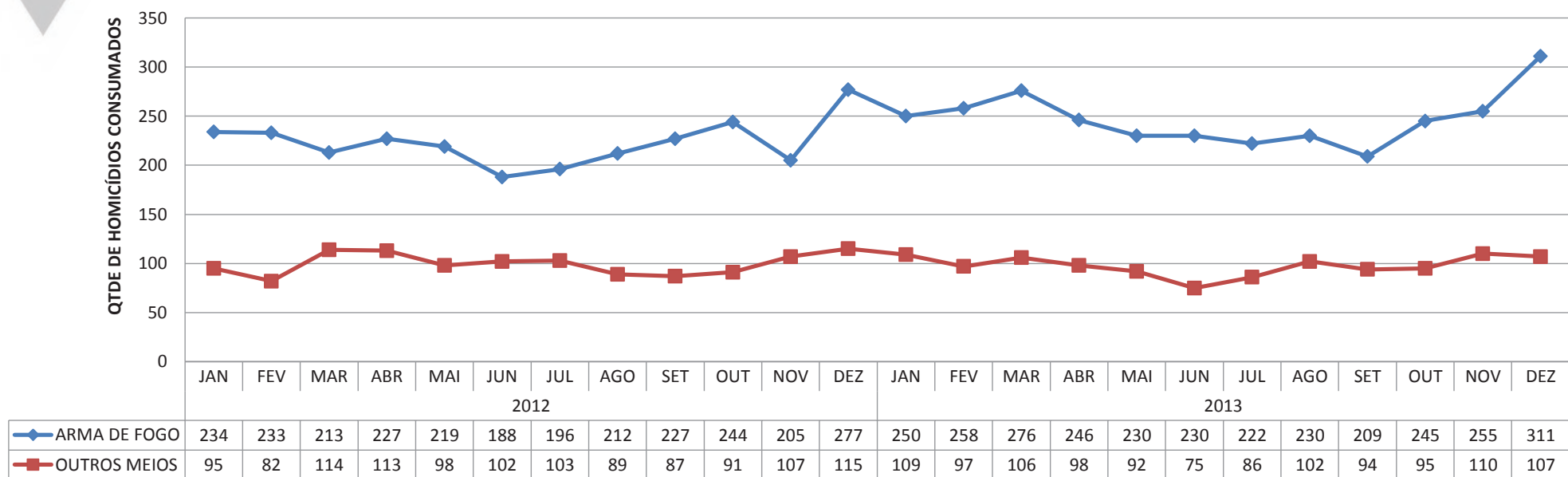
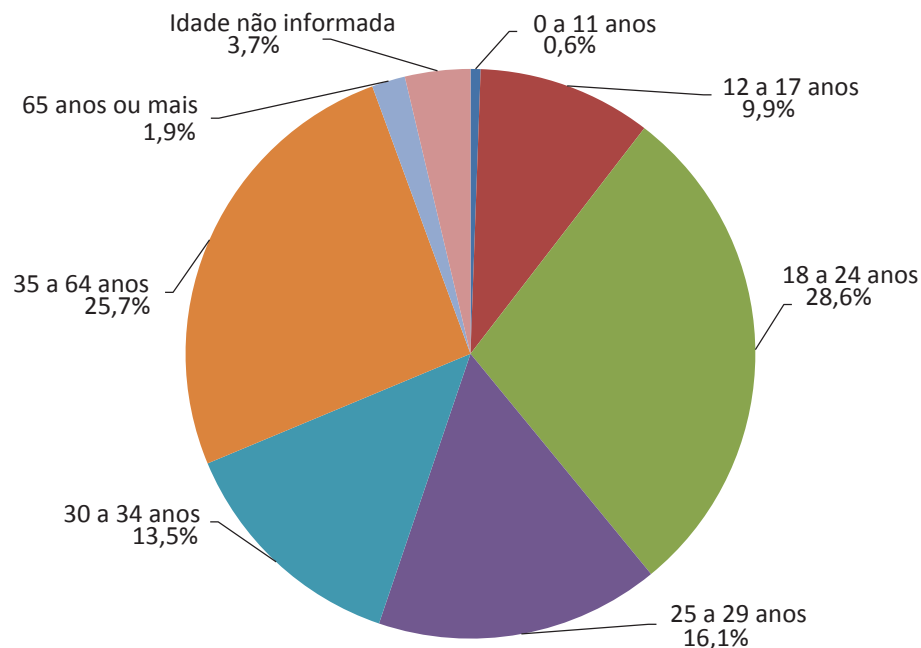


GRÁFICO 11: Percentual de Vítimas de Homicídios Consumados por Faixa Etária - Minas Gerais - 2013



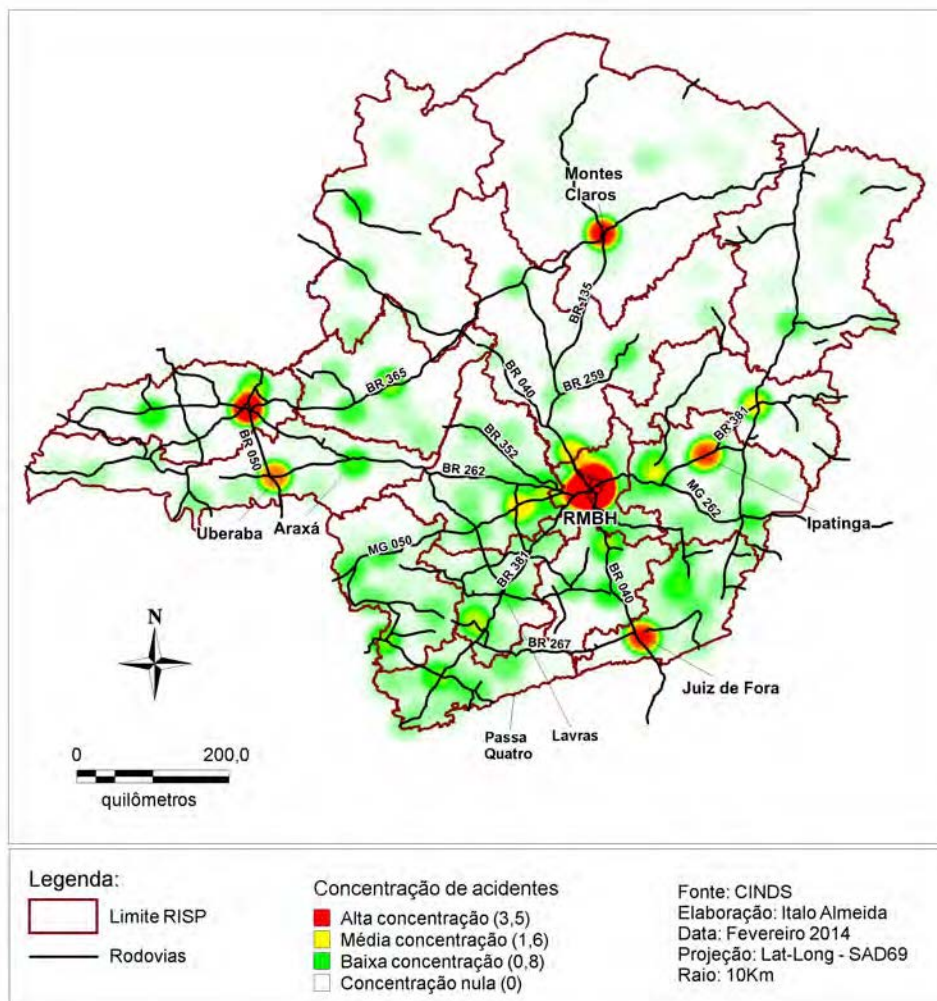
Fonte: REDS.

ACIDENTES DE TRÂNSITO

O Estado de Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do Brasil, equivalente a 16% de toda a malha viária existente no país. No Estado, existem 274.150 km de rodovias. Desse total, 8.968 km são de rodovias federais, 26.991 km de rodovias estaduais e 238.191 km de rodovias municipais. Quanto às características das estradas, a malha estadual se divide em 20.301 km pavimentados e 6.690 km não pavimentados. A maioria das rodovias municipais não é pavimentada.

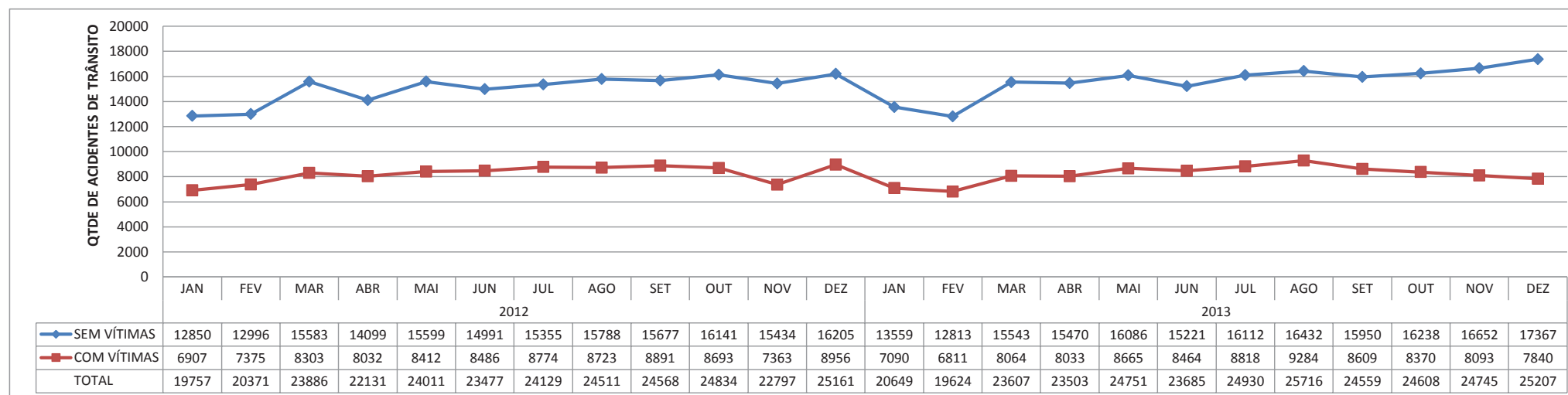
Nesse cenário, o Gráfico 12 apresenta a evolução mensal para 2012 e 2013 dos acidentes de trânsito com e sem vítimas em Minas Gerais. O quantitativo de acidentes sem vítimas supera, em grandes proporções, àqueles com vítimas, totalizando, respectivamente, 368.161 e 197.056 registros. Além disso, nota-se, ainda, que a evolução de acidentes sem vítimas apresentou uma tendência ascendente no último trimestre de 2013, enquanto os acidentes com vítimas demonstraram, a partir de agosto de 2013, uma tendência descendente. Para ilustrar, o Mapa 5 apresenta a concentração espacial desses eventos no Estado, destacando os principais centros urbanos mineiros, inclusive o conjunto da RMBH.

MAPA 5: Concentração espacial dos Acidentes de Trânsito - Minas Gerais - 2012 e 2013.



Fonte: REDS.

GRÁFICO 12: Evolução mensal dos Acidentes de Trânsito em Minas Gerais - 2012 e 2013



Fonte: REDS.

Segregando os dados de acordo o tipo de local onde houve a ocorrência do fato, a [Tabela 8](#) demonstra que a maior parte dos registros (499.438) ocorreu em áreas urbanas. Além disso, é possível constatar que o volume de acidentes cujas vítimas tiveram grau de lesão fatal foi cerca de 9 vezes maior em rodovias do que em centros urbanos, onde o grau de lesão identificável predominante foi o “leve”.

TABELA 8: Quantitativo de registros de acidentes de trânsito urbano e rodoviário, em Minas Gerais, por grau de lesão da vítima – 2012 e 2013

| Município | URBANOS | | | | RODOVIÁRIOS | | | |
|--------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | LEVE | GRAVE | FATAL | OUTRAS | LEVE | GRAVE | FATAL | OUTRAS |
| BELO HORIZONTE | 19.930 | 2.458 | 277 | 121.694 | 83 | 272 | 2.079 | 6.963 |
| CONTAGEM | 3.619 | 563 | 68 | 27.317 | 4 | 25 | 127 | 326 |
| MONTES CLAROS | 4.589 | 4.678 | 57 | 9.317 | 30 | 242 | 108 | 194 |
| UBERLÂNDIA | 7.031 | 1.141 | 64 | 9.092 | 21 | 75 | 183 | 416 |
| JUIZ DE FORA | 3.027 | 810 | 56 | 12.527 | 4 | 12 | 44 | 94 |
| BETIM | 1.770 | 332 | 40 | 11.552 | 5 | 19 | 72 | 279 |
| UBERABA | 2.776 | 413 | 45 | 8.171 | 13 | 39 | 115 | 212 |
| IPATINGA | 2.565 | 327 | 24 | 5.210 | 15 | 62 | 404 | 1.026 |
| GOVERNADOR VALADARES | 2.081 | 461 | 43 | 5.171 | 15 | 81 | 163 | 310 |
| DIVINÓPOLIS | 1.551 | 268 | 34 | 4.559 | 27 | 91 | 332 | 548 |
| SETE LAGOAS | 1.775 | 164 | 17 | 4.384 | 12 | 29 | 60 | 176 |
| PATOS DE MINAS | 2.115 | 367 | 21 | 3.313 | 7 | 16 | 42 | 111 |
| POÇOS DE CALDAS | 876 | 94 | 18 | 3.737 | 4 | 14 | 69 | 109 |
| RIBEIRÃO DAS NEVES | 856 | 124 | 10 | 3.317 | 11 | 24 | 99 | 146 |
| VARGINHA | 859 | 169 | 26 | 3.169 | 10 | 45 | 215 | 376 |
| Outros Municípios | 49.959 | 9.508 | 1.342 | 137.510 | 2.161 | 5.707 | 15.803 | 25.583 |
| Minas Gerais | 105.379 | 21.877 | 2.142 | 370.040 | 2.422 | 6.753 | 19.915 | 36.869 |

Fonte: REDS

Por fim, analisando-se o [Gráfico 13](#), pode-se conferir que o “Abalroamento” foi o tipo de acidente mais frequente em Minas Gerais, no período de 2012 a 2013, representando 41,4% do total de registros. O “Choque” figurou como o segundo tipo de acidente mais ocorrido, com 25,0%, seguido de “Colisão de veículo na traseira” com 11,1% e “Atropelamento de Pessoa” com 4,4%. Somados, os tipos de acidentes restantes correspondem a 18,1% dos registros realizados.

GRÁFICO 13: Tipos de acidentes de trânsito em Minas Gerais – 2012 e 2013

Fonte: REDS

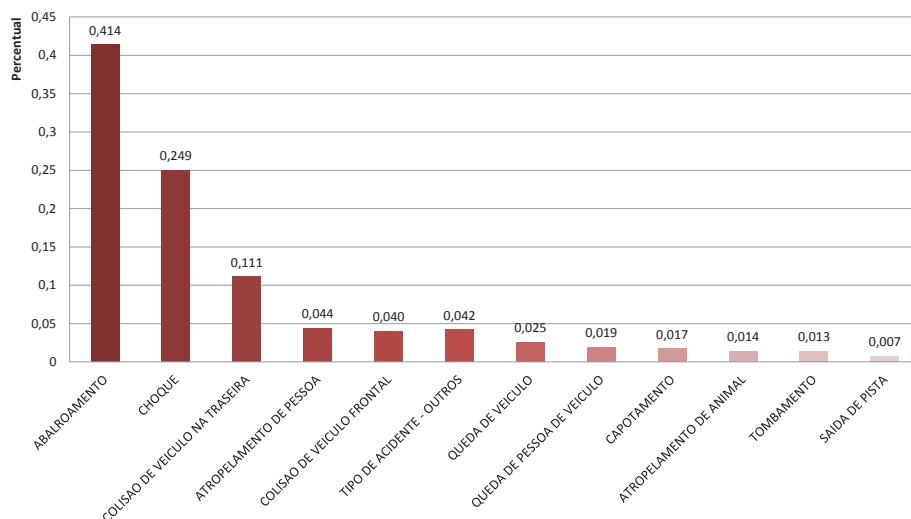




Foto: Renato Cobucci

ESTRATÉGIA GERAL DE ATUAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

O crescimento recente dos índices de criminalidade, em especial homicídios e roubos, nos apresenta a necessidade de esforços significativos, de estratégia conjunta para o enfrentamento dos fatores causadores deste fenômeno. Cabe destacar que a estratégia de enfrentamento à criminalidade, expressa neste documento e perseguida atualmente pelo Sistema de Defesa Social em Minas Gerais avalia que só um conjunto de esforços articulados, que combine estratégias preventivas e repressivas, pode dar resposta adequada ao fenômeno criminal.

Partimos de ações de prevenção social para evitar que o jovem se envolva com grupos ligados ao crime em comunidades vulneráveis, avançamos com ações de patrulhamento preventivo e de inteligência, atuamos com repressão qualificada para prender e processar indivíduos com comportamento criminoso contumaz e alcançamos ações para melhorar as condições de ressocialização e reinserção social após penas privativas de liberdade.

Temos a crença de que não será uma ou outra ação isolada que terá condições de gerar bons resultados. Apenas o conjunto delas pode atuar no fenômeno criminal que possui causas múltiplas.

Cabe destacar que o trabalho da Fundação João Pinheiro apontou que parte substantiva dos crimes no estado encontram-se relacionados a dinâmicas de proximidade (comunitárias), por um lado; e à prevalência de violência doméstica nas relações familiares. Constitui-se, portanto, clara necessidade de se fortalecer intervenções de natureza comunitária, com foco territorial (local), baseadas em estratégias de mediação e dissolução (ou neutralização) das dinâmicas conflitivas locais.

É necessário enfatizar que esse conjunto de ações deve ser combinado com investimentos significativos que demandam grande volume financeiro. É por este motivo que este Plano combina estratégia com investimentos, conforme o detalhamento que se verá nas páginas a seguir.

Nesse sentido, o Sistema de Defesa Social de Minas Gerais apresenta a seguir as principais estratégias de atuação, que estão detalhadas no restante do documento:

1. Atuar de forma prioritária com foco na prevenção social em territórios com concentração de crimes violentos, expandido e interiorizando os programas Fica Vivo! e mediação de conflitos, com especial atenção para os jovens em comunidades vulneráveis;

2. Intensificar a prevenção por meio da atuação da Polícia Militar, com investimentos em aparelhamento, inteligência, tecnologia - em especial o Projeto Olho Vivo - e em ações de polícia comunitária;

3. Aumentar a efetividade da polícia investigativa, reestruturando e reaparelhando unidades da Polícia Civil e otimizando o fluxo de investigação, com uso de

tecnologia no atendimento ao cidadão – em especial o projeto Delegacia Virtual e aprimorando os sistemas de informação;

4. Reduzir significativamente o déficit de vagas no sistema socioeducativo, investindo maciçamente em medidas de meio aberto e na construção de novas unidades em regiões com elevada demanda, melhorando ainda o sistema de informação que permita cruzar informações com as outras organizações do sistema;

5. Reduzir o déficit de vagas e aprofundar medidas de humanização do sistema prisional, ampliando vagas em parceria com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), construindo novas unidades, ampliando o uso da monitoração eletrônica (tornozeleira), ampliando condições de trabalho e estudo dos presos e atuando de forma pioneira na gestão de vagas em parceria com o setor privado (PPP);

6. Fortalecer as ações de defesa civil pela ação do Corpo de Bombeiros, criando cultura de autoproteção na população, intensificando ações preventivas e proporcionando respostas eficientes aos desastres;

7. Promover ações de prevenção ao uso de drogas e garantir condições para a recuperação de usuários em parceria com as comunidades terapêuticas;

8. Fortalecer a integração operacional na atuação do sistema, em especial com o projeto de Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) focal nos 14 municípios de maior índice de criminalidade e aprimorar a resposta a emergências em eventos e situações de crise com a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle e seus projetos associados, como a implantação de GPS nas viaturas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A seguir, cada uma destas estratégias são detalhadas.

EIXO PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1.** Contribuir para a compreensão, o registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados a crimes e violências incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a processos de criminalização, de forma a qualificar as estratégias de enfrentamento e intervenção nesses fenômenos.
- 2.** Promover e favorecer articulações intergovernamentais e multisetoriais para o enfrentamento conjunto dos fatores relacionados à incidência de crimes e violências identificadas nos territórios de intervenção e vivenciadas pelo público atendido por todos os programas de prevenção social à criminalidade (Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp e Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PETP).
- 3.** Contribuir para a prevenção e a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores de áreas nas quais os crimes violentos estão concentrados por meio do desenvolvimento do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de Base Local.
- 4.** Promover meios pacíficos de administração de conflitos nos níveis interpessoal, comunitário e institucional, de forma a minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violência e criminalidade, por meio da atuação do Programa Mediação de Conflitos nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de Base Local.
- 5.** Contribuir para a consolidação de uma política criminal de responsabilização penal alternativa ao cárcere, mediante o efetivo monitoramento das Penas e Medidas Alternativas e da qualificação da execução penal via ações e projetos de caráter reflexivo e pedagógico, por meio do desenvolvimento da CEAPA.
- 6.** Favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos e egressas do sistema prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento, por meio da atuação do PrEsp.
- 7.** Promover ações de articulação de rede para o enfrentamento às violações de direitos que favorecem o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais, por meio dos eixos: a) atenção às vítimas e seus familiares, b) ações de prevenção e c) responsabilização penal dos autores e repressão ao crime.
- 8.** Institucionalização da Política de Prevenção Social à Criminalidade por meio de Lei Estadual, de forma a fortalecer as intervenções realizadas e os resultados alcançados pela política.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Implantação de 4 Centros de Prevenção à Criminalidade de base local, em territórios de maior concentração de crimes violentos, em especial, homicídios consumados de adolescentes e jovens, com investimento de 303 mil reais para aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos, visando a atuação do Programa Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos, nos municípios:
 - Governador Valadares, região do Carapina/Querosene/Santa Helena (implantado no final de 2013);
 - Ribeirão das Neves, região do Justinópolis;
 - Betim, região das Alterosas;
 - Uberlândia, região do Jardim Canaã.
- Continuidade das atividades em 48 Unidades de Prevenção à Criminalidade com investimento anual de R\$ 39,3 milhões de reais (ano base: 2014).
- Implantação do Programa Mediação de Conflitos no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, com investimento de 22 mil reais para aquisição de equipamentos, computadores e mobiliários (implantado em 2013).
- Aquisição de veículos, mobiliário, computadores, eletroeletrônicos e eletrodomésticos para as Unidades de Prevenção à Criminalidade, com investimento de 1,3 milhão de reais.
- Implantação do programa CEAPA nos municípios de Vespasiano e Araguari com investimento de 763 mil reais.
- Desenvolvimento do projeto piloto nacional de Justiça Restaurativa, com investimento de 612 mil reais de Convênio Federal com o Ministério da Justiça, em parceria com o Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, como estratégia de ampliar o rol de aplicação de alternativas penais.
- Implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) no Aeroporto Tancredo Neves (Confins), com investimento de 71 mil reais para aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos.
- Implantação e gestão de mais 8 Unidades de Prevenção à Criminalidade a partir de 2015. Já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) 32,5 milhões de reais para essas Unidades.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

O objetivo geral da Política de Prevenção Social à Criminalidade é contribuir para a prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos e para o aumento da sensação de segurança no Estado de Minas Gerais.

Para fins da Política de Prevenção Social à Criminalidade entende-se como grupos mais vulneráveis a violências e criminalidades, o seguinte público:

- jovens e famílias moradoras de territórios com maior concentração de crimes de homicídios;
- pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas;
- pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares;
- pessoas e famílias em situação de tráfico de pessoas.

1. Contribuir para a compreensão, o registro, análise e intervenções nos fatores sociais relacionados a crimes e violências incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a processos de criminalização, de forma a qualificar as estratégias de enfrentamento e intervenção nesses fenômenos.

Os objetivos e ações estratégicas que norteiam a atuação da Política de Prevenção Social à Criminalidade dividem-se em ações de abrangência territorial (eixos de proteção social e repressão qualificada), abrangência municipal e abrangência estadual, da seguinte forma:

• AÇÕES DE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL - EIXO PROTEÇÃO SOCIAL

1.1 Ação - Implantação e gestão de Centros de Prevenção Social à Criminalidade

1.1.1. Avanços até 2013

a) De 2003 a 2013, foram implantados 31 Centros de Prevenção Social à Criminalidade (CPC) de base local, em territórios de maior concentração de crimes violentos, em especial, homicídios consumados de adolescentes e jovens, visando a atuação do Programa Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Sabará, Vespasiano, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia.

b) Em 2013, a SEDS implantou 4 novos CPCs de base local, para atuação dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, sendo 02 nas regiões do Vila Pinho e Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, 01 na Região do Ressaca, em Contagem e 01 Região do Carapina/Querosene/Santa Helena, em Governador Valadares.

1.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

Implantar pela iniciativa da SEDS, em parceria com os municípios, os seguintes Centros de Prevenção Social à Criminalidade de base local:

- Centro de Prevenção Social à Criminalidade no município de Ribeirão das Neves, região do Justinópolis;
- Centro de Prevenção Social à Criminalidade no município de Betim, região das Alterosas;
- Centro de Prevenção Social à Criminalidade no município de Uberlândia, região do Jardim Canaã.

1.1.3. Planejamento de médio prazo

Implantar 8 novos Centros de Prevenção à Criminalidade, sendo 06 para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e 2 para o interior do Estado, com o investimento total de 32,5 Milhões de Reais. Os investimentos já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

1.2 Ação – Empreender o registro e análise sobre a dinâmica social de violência e criminalidade, nos territórios de atuação dos CPCs de abrangência local, entendida como a leitura dos principais fatos e fenômenos de natureza social, cultural, econômica e territorial que se relacionam e/ou podem interferir na incidência de violências e crimes nas localidades atendidas, além do monitoramento de estatísticas criminais, visando qualificar as estratégias de enfrentamento desses fenômenos.

1.2.1. Avanços até 2013

- a) Realização de Diagnósticos de Implantação de CPCs, por meio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Instituto Elo, com a identificação das principais vulnerabilidades sociais, violências, crimes, fatores de proteção social, equipamentos públicos locais, lideranças comunitárias, para orientar a atuação dos programas de prevenção social à criminalidade nos territórios.
- b) Construção de Relatório Analítico para sistematização da Dinâmica Social das Violências e Criminalidades dos territórios de atuação dos CPCs.
- c) Realização de fóruns comunitários junto ao público atendido e moradores, visando levantamento dos principais eventos e fenômenos geradores de violências e crimes vivenciados nos territórios, análise e proposição de intervenções articuladas e integradas.
- d) Envio, pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS) da SEDS, de relatórios mensais contendo os números absolutos dos registros de homicídios consumados e homicídios tentados, ocorridos nos territórios georreferenciados de atuação dos CPCs, GEPAR e GIE.

1.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

- a) Orientar, a partir dos Diagnósticos de Implantação de CPCs, a intervenção das equipes dos novos CPCs (Carapina/Querosene/Santa Helena, em Governador Valadares; Jardim das Alterosas, em Betim; Jardim Canaã, em Uberlândia e Justinópolis, em Ribeirão das Neves).

b) Manter a produção, pelo CINDS, de relatórios de homicídios nas áreas dos CPCs e articular para incluir os crimes de violência doméstica nesses relatórios.

1.2.3. Planejamento de médio prazo

a) Reconstruir o banco de dados informatizado, de forma a melhorar o registro e permitir o cruzamento de dados e a produção de conhecimento sobre o público atendido.

b) Disponibilizar funcionário exclusivo no CINDS para registro e sistematização de dados que qualificam e orientam a atuação da política de prevenção à criminalidade.

c) Cruzar dados entre Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), Inquéritos Policiais e Relatórios Analíticos dos CPCs, de forma a favorecer uma melhor compreensão sobre as dinâmicas de violência e criminalidade, propiciar intervenções preventivas e atuação nos territórios atendidos.

• AÇÕES DE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL - EIXO REPRESSÃO QUALIFICADA

1.3 Ação - Contribuir para a integração e melhoria da atuação do Sistema de Defesa Social e Sistema de Justiça Criminal nos territórios de atuação dos CPCs de base local, especialmente por meio das ações do Grupo de Intervenção Estratégia (GIE), integrado pela SEDS, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Civil e Polícia Militar.

1.3.1 Avanços até 2013

a) Atuação articulada e realização de reuniões periódicas do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), nas áreas de abrangência dos CPCs.

b) Coordenação do GIE, pelo Ministério Público, em Belo Horizonte, Betim e Governador Valadares. Nos demais municípios, a coordenação é realizada pela SEDS, via CPEC.

c) Participação, nas reuniões do GIE, dos Gestores Sociais dos CPCs, de representantes dos setores de inteligência da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) e Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE).

d) Desenvolvimento e utilização, em Belo Horizonte, de Sistema de Informações do Grupo de Intervenção Estratégica (SIGIE) pelo Ministério Público de Minas Gerais.

e) Articulação com os municípios para a participação, nas reuniões do GIE, de representante municipal da área de segurança pública, visando favorecer a atuação integrada para a promoção de intervenções urbanas e ações de proteção social nos territórios atendidos.

f) Articulação com a PCMG, por meio de Delegacias de Área e Delegacias Especializadas de Homicídios, para disponibilização de dados referentes aos

homicídios tentados e outros crimes violentos ocorridos nas áreas de abrangência dos CPC.

1.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Buscar a coordenação do GIE, pelo Ministério Público, em todos os municípios de atuação dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de base local.

b) Buscar a implantação e utilização do SIGIE por todos os Grupos de Intervenção Estratégica.

c) Construir e executar, em articulação com as instituições integrantes do GIE de Belo Horizonte, proposta de capacitação para os profissionais atuantes no GIE, visando o alinhamento conceitual e metodológico sobre a intervenção em territórios de maior concentração de homicídios e atuação da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

d) Ampliar a participação de representante municipal da área de segurança pública, nas reuniões do GIE, visando contribuir nas ações de proteção social.

1.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Cursos contínuos de capacitações de alinhamento conceitual e metodológico para todas as instituições que integram o GIE em todos os municípios de atuação da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

1.4 Ação – Articulação estratégica da SEDS e Polícia Militar, na atuação dos Grupos Especializados em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR) nos territórios de atuação conjunta com os CPCs, visando o desenvolvimento de polícia comunitária, nos termos da “Instrução nº 002/2005. Polícia Militar. Comando Geral/3ª Seção do Estado Maior”.

1.4.1. Avanços até 2013

a) Atuação do GEPAR em todos os territórios de atuação dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de base local (Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos).

b) Realização pela SEDS de pesquisa de avaliação do impacto da aprendizagem no trabalho e percepções dos profissionais do GEPAR.

c) Formalização de Resolução Conjunta nº 160, de 2013, no âmbito do Colegiado de Integração de Defesa Social, que estabeleceu diretrizes de atuação conjunta entre GEPAR e CPC.

d) Retomada em 2013 das capacitações de formação dos policiais que atuam no GEPAR, em formato e carga horária reduzida.

1.4.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Buscar articulação com a Polícia Militar para a continuidade das capacitações de formação dos policiais que atuam no GEPAR, ampliação das temáticas afetas

ao policiamento comunitário e qualificação da participação da Política de Prevenção Social à Criminalidade na matriz curricular dos cursos.

b) Buscar maior aproximação com os Batalhões e Companhias responsáveis pelo GEPAR, visando auxiliar na qualificação das intervenções nos territórios.

c) Ampliar a realização de reuniões entre os oficinheiros que executam as oficinas no âmbito do programa Fica Vivo! e o GEPAR.

1.4.3. Planejamento de médio prazo

Articular com a Polícia Militar o aprimoramento das capacitações de formação dos policiais que atuam no GEPAR, nos termos apontados pela pesquisa de avaliação do impacto da aprendizagem no trabalho e percepções dos profissionais do GEPAR.

• AÇÕES DE ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1.5 Ação - Fortalecer a política de alternativas penais, por meio do Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, e a política de inclusão social de egressos do sistema prisional, por meio do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, a partir da implantação de CPCs nos municípios que apresentam, respectivamente:

a) aplicação elevada de penas e medidas alternativas;

b) maior quantidade de pessoas egressas do sistema prisional em progressão de pena para o regime aberto, livramento condicional e egressos em definitivo.

1.5.1. Avanços até 2013

a) De 2003 a 2013, a SEDS implantou 11 Centros de Prevenção Social à Criminalidade de abrangência municipal, com os programas CEAPA e PrEsp, em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Ipatinga, Governador Valadares, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora.

b) Celebração de convênio federal, em parceria com o Ministério da Justiça, para a expansão do Programa CEAPA para os municípios de Vespasiano e Araguari (valor do investimento: 763 mil reais).

1.5.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Implantar a CEAPA no município de Vespasiano.

b) Implantar a CEAPA no município de Araguari.

c) Desenvolver projeto piloto nacional de Justiça Restaurativa, no âmbito do Programa CEAPA, por meio de convênio federal com o Ministério da Justiça, em parceria com o Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, como estratégia de ampliar o rol de aplicação de alternativas penais, com foco na restauração das relações e danos e no caráter pedagógico da responsabilização penal (valor do investimento: 612 mil).

d) Articular com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE) para o desenvolvimento de serviço especializado para atendimento as mulheres egressas do Sistema Prisional, no âmbito do PrEsp.

1.5.3. Planejamento de médio prazo

a) Implantar prioritariamente o PrEsp nos municípios de Araguari e Vespasiano, nos quais, em 2014, foi implantado isoladamente o Programa CEAPA.

b) Implantar Serviço Especializado no Atendimento à Mulher Egressa no Município de Belo Horizonte.

c) Expandir a Justiça Restaurativa para todos os municípios onde o programa CEAPA já está implantado.

d) Implantar (considerando a quantidade de Unidades de Prevenção à Criminalidade e os investimentos em negociação já indicados no item 1.1.3) a CEAPA em municípios que vivenciam maior aplicação de alternativas penais pelo Poder Judiciário, visando fortalecer o acompanhamento das pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas e a articulação de rede de proteção social, e implantar o PrEsp nos municípios contemplados com Unidades Prisionais com maior saída de egressos do Sistema Prisional.

• AÇÕES DE ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1.6 Ação – Fortalecer a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas por meio da atuação do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, implantação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), implantação de Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) e institucionalização e articulação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP).

1.6.1. Avanços até 2013

a) Em 2011, a SEDS/CPEC celebrou convênio federal com a Secretaria Nacional de Justiça, para o desenvolvimento do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de forma integrada e articulada à Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

b) Em 2012, a SEDS/CPEC implantou o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de abrangência estadual, localizado na rua Rio de Janeiro, Centro de Belo Horizonte.

c) Em 2013, iniciou-se a atuação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP).

1.6.2. Planejamento até dezembro de 2014

Institucionalizar, via Decreto, a atuação do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP), com a participação da sociedade civil.

1.6.3. Planejamento de médio prazo

Consolidar e expandir a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas por meio da atuação integrada entre NETP de base estadual, NETP de base regionais, PAAHM nas principais localidades de chegada e saída de migrantes (aeroportos e rodoviárias), e Comitê Estadual e também dos Comitês Regionais.

2. Promover e favorecer articulações intergovernamentais e multisetoriais para o enfrentamento conjunto dos fatores relacionados à incidência de crimes e violências identificadas nos territórios de intervenção e vivenciadas pelo público atendido por todos os programas de prevenção social à criminalidade (Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - CEAPA, Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas - PrEsp e Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PETP).

2.1 Ação - Institucionalizar Termos de Cooperação entre SEDS/CPEC e municípios parceiros, visando à integração contínua de esforços para intensificar a execução de ações, projetos e programas de prevenção à criminalidade no âmbito da proteção social e das intervenções urbanas.

2.1.1. Avanços até 2013

a) Atualização do Termo de Cooperação para intensificar a parceria com os municípios na implantação e gestão da política de prevenção à criminalidade, por meio de 03 eixos de atuação: ações de proteção social; produção, sistematização, gestão e compartilhamento de dados e informações; infraestrutura das unidades de Prevenção à Criminalidade.

b) Celebração de Termos de Cooperação com os municípios de Contagem, Betim, Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares, Araguari e Montes Claros.

c) Participação em espaços de rede institucionais tais como Comitês Interinstitucionais e Gabinete de Gestão Integrada Municipais, de forma a favorecer o encaminhamento e atendimento de demandas dos territórios e públicos atendidos, bem como o debate e a disseminação de temas afetos a prevenção à criminalidade, e realização de Seminários Estaduais e Municipais, de forma a favorecer a integração e a apresentação de resultados junto às políticas municipais, ao Sistema de Justiça Criminal, Sistema de Defesa Social e a sociedade civil.

2.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Articular para celebração de Termo de Cooperação com os municípios de Belo Horizonte, Sabará e Ipatinga.

b) Apresentar, trimestralmente, Relatório contendo os dados de atendimentos, principais projetos e ações realizadas e resultados alcançados pelos programas

de prevenção social à criminalidade para a Administração Pública Municipal de todos os municípios parceiros.

2.1.3. Planejamento de médio prazo

Ter plena operacionalização dos Termos de Cooperação em todos os municípios parceiros.

2.2 Ação – Articulação entre a CPEC e as Secretarias de Estado responsáveis pelas áreas de Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, de forma a qualificar os atendimentos realizados pelos programas de prevenção social à criminalidade, as ações desenvolvidas e os encaminhamentos realizados para a rede específica de atendimento.

2.2.1. Avanços até 2013

a) Articulação com a SEDESE para estabelecimento de fluxos para encaminhamentos do público atendido pelos CPCs para equipamentos de proteção social.

b) Encaminhamentos de usuários da política para, entre outros, programas de proteção a pessoas ameaçadas, programas de direitos humanos, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), Centro “Risoleta Neves” de Atendimento - CERNA (a mulheres em situações de violência de gênero).

c) Encaminhamento do público atendido pelos programas de prevenção à criminalidade, conforme demanda, para tratamento de saúde, entre eles, junto ao Centro Mineiro de Toxicomania - CMT (estadual), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAD) e Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) - municipais.

d) Articulação com a rede escolar das áreas de abrangência dos CPCs para: encaminhamento dos alunos para participação espontânea e atendimento nos programas; empréstimo de espaço da escola para realização de oficinas do Fica Vivo!, projetos temáticos do Mediação de Conflitos e ações em parceria (exemplo: curso de mediadores mirins, mediação escolar); encaminhamento de prestadores de serviço à comunidade, como modalidade de pena e medida alternativa; incentivo para que o público atendido retorne ao estudo, bem como o acesso destes às vagas do Projeto de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

2.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

Articular com a SEDESE, visando à oferta de oportunidades de emprego e cursos de formação profissional para as egressas e familiares de egressos do sistema prisional por meio do Projeto Com Licença Vou à Luta!, realizado nos municípios de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Governador Valadares.

2.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Articular com a Secretaria Estadual de Educação para promover ações conjuntas com os CPCs de base local, nos territórios de atuação conjunta, visando consolidar espaços de formação compartilhados voltados à mediação de conflitos.

b) Articular com a Secretaria Estadual de Saúde para implementar ações de promoção da saúde junto ao público atendido pelos programas da CPEC.

3. Contribuir para a prevenção e a redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores de áreas nas quais os crimes violentos estão concentrados por meio do desenvolvimento do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de Base Local.

O Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo! tem como público alvo adolescentes e jovens, na faixa etária de 12 a 24 anos, moradores de territórios com maior concentração de crimes de homicídios dolosos.

3.1 Ação - Desenvolver ações voltadas a prevenção e redução de homicídios e à desnaturalização da morte de adolescentes e jovens.

3.1.1. Avanços até 2013

a) Execução e expansão gradativa do Programa Fica Vivo!, iniciada pelo projeto piloto em 2002 e, atualmente, presente em 31 territórios por meio da implantação de CPCs nos territórios de maior concentração de homicídios consumados e tentados.

b) Participação média anual de 12.500 mil jovens atendidos no programa.

c) Execução, em média, de 550 oficinas mensais e contínuas de esportes, cultura, artes, por meio da atuação deicineiros, preferencialmente, moradores dos territórios atendidos.

d) Execução de Projetos Locais como estratégia de acesso aos jovens e intervenções nos territórios, em especial, dentro das áreas de abrangência de atuação nas quais o Fica Vivo! ainda não conseguiu intervir por meio das oficinas e outras formas de atendimento. No ano de 2013 foram realizados 69 projetos locais.

3.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Realizar atendimentos individuais e coletivos, projetos locais e institucionais, além de oficinas do Fica Vivo!

b) Realização de encontros com Grupos de jovens que participaram das Conferências Livres da Juventude 2013, nas áreas de atuação do Fica Vivo!, para discussão de temáticas afetas a letalidade juvenil, vulnerabilidades sociais, relação com as drogas, segregação, mundo do trabalho, saúde, etc.

c) Fomentar a participação social, política e cultural dos jovens em espaços coletivos e de proposição de políticas públicas para juventude.

3.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Realizar Seminário Nacional que possa discutir letalidade juvenil, chamando a atenção do país para o problema da mortalidade de jovens, em especial, moradores de periferias com envolvimento em dinâmicas criminais.

b) Intensificar os investimentos em projetos esportivos e culturais que propiciam visibilidade e reconhecimento para os jovens, bem como a desconstrução de estigmas de marginalização e criminalização incidentes sobre determinados territórios, culturas e populações.

c) Direcionar recursos financeiros para a realização de campanhas midiáticas destacando o problema da letalidade juvenil, em especial, focadas em jovens pobres, negros e moradores de periferias.

3.2 Ação – Aprimorar as formas de encaminhamento de adolescentes e jovens com trajetórias de envolvimento com a criminalidade a outros equipamentos sociais e políticas de proteção social, bem como o acompanhamento desses processos.

3.2.1. Avanços até 2013

a) Estabelecimento de parcerias visando sensibilizar e ampliar a rede de proteção social para o acolhimento e acesso pelos jovens ao mercado de trabalho, a capacitações técnicas e a oportunidades efetivas de inclusão profissional, tais como SENAI/COPASA, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Belo Horizonte, Sistema Nacional de Emprego (SINE), Programa Voluntários da Cidadania - Bombeiro Civil.

b) Definição de fluxos de encaminhamento e recebimento de jovens entre o Programa Fica Vivo! e o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

c) Articulação com a Política da Juventude de Minas Gerais para a realização do Projeto Estação Juventude nas áreas de abrangência de CPC de base local, bem como para a eleição de jovens atendidos pelo Fica Vivo! como delegados para a Conferência Estadual da Juventude e para a realização da Conferência Livre da Juventude na Cidade Administrativa com a participação de adolescentes da Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM).

3.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Intensificar parceria com as Secretarias competentes pelas temáticas de juventude e esportes visando o desenvolvimento de ações conjuntas e a participação dos jovens atendidos pelo Fica Vivo! nos projetos executados pelos respectivos órgãos, tais como Plug Minas, Minas Olímpica Incentivo ao Esporte.

b) Desenvolver ações e projetos integrados com a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas e Secretaria de Estado de Saúde, com vistas à construção de estratégias de abordagem, capacitações na temática de drogas e prevenção/promoção da saúde, além de formalização de fluxos de encaminhamentos para atendimentos a jovens que apresentam demanda de cuidado em virtude de uso abusivo de drogas.

3.2.3. Planejamento de médio prazo

a) Propor programa ou projeto específico de abrigo e proteção aos jovens ameaçados, maiores de 18 anos e que, atualmente, não são contemplados pelos critérios de atuação dos programas de proteção à vida existentes (PPCAAM e Programa de Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada - PROVITA).

b) Propor e articular com o Governo uma instância colegiada interinstitucional que busque oferecer oportunidades e serviços governamentais para os jovens com envolvimento em dinâmicas de criminalidade e violência.

3.3 Ação - Garantir a mobilidade aos adolescentes e jovens que participam dos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade, como meio de possibilitar sua participação social, política e cultural.

3.3.1. Avanços até 2013

a) Desenvolvimento de ações e eventos institucionais, oficinas e projetos locais que favorecem o acesso à cidade, ao território, ao esporte, lazer, cultura, educação e saúde, tais como: olimpíadas, eventos culturais, conferências da juventude, campeonatos e torneios esportivos, visitas a museus, teatros, cinemas e centros culturais.

3.3.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Realizar Projetos Locais em todos os territórios atendidos visando o desenvolvimento de eventos e projetos esportivos, culturais e artísticos que favorecem a circulação dos jovens dentro do território e o acesso a espaços culturais, esportivos, históricos e turísticos da cidade.

b) Articular com parceiros que possam contribuir para a inclusão dos jovens na sociedade, em especial, os que atuam nos segmentos culturais e de inclusão digital.

c) Realização das oficinas de esporte, cultura, artes e inclusão produtiva, buscando favorecer o acesso, a circulação e a visibilidade dos jovens atendidos, tanto nos territórios de atuação do Fica Vivo!, como em espaços e agendas externas municipais, estaduais e nacionais.

3.3.3. Planejamento de médio prazo

a) Realizar integralmente todos os projetos institucionais previstos na metodologia do Programa Fica Vivo!, a saber: Olimpíadas; Mostras Culturais, Fica Vivo! Na Cidade, Exposições de Grafite, Seminário Estadual sobre Juventude, Prevenção à Criminalidade e Letalidade Juvenil.

b) Adquirir veículos para transporte coletivo, no âmbito da SEDS, e disponibilizar outros meios de deslocamento que garantam a mobilidade dos jovens e o transporte seguro para a participação em eventos e acesso a direitos.

c) Realizar intercâmbios culturais entre jovens moradores de diferentes territórios com o objetivo de conhecer distintas realidades e trocar experiências.

3.4 Ação - Estabelecer fluxo institucional de compartilhamento de informações sobre adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo que residem nas áreas de abrangência dos CPCs de base local e desenvolver ações integradas entre o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte (CIA-BH) e CPCs de Belo Horizonte, para atendimentos em comum dos adolescentes moradores nos territórios de atuação dos CPCs.

3.4.1. Avanços até 2013

a) Realização de atendimentos conjuntos entre as equipes do Programa Fica Vivo! e equipes das Unidades Socioeducativas e semiliberdade, quando os jovens são moradores dos territórios de atuação do programa.

b) Apresentação de oficinas no âmbito de Unidades Socioeducativas visando sensibilizar e divulgar o programa Fica Vivo! para participação dos jovens.

3.4.2. Planejamento até dezembro 2014:

a) Compartilhamento de informações, entre as equipes dos CPCs e dos programas socioeducativos, sobre adolescentes atendidos que residem em áreas de abrangência dos CPCs, e sobre as dinâmicas sociais de criminalidade e violência dos territórios, inclusive sobre eventuais restrições de circulação dos adolescentes.

b) Identificar, em parceria com a SUASE, os jovens que são atendidos no CIA e que não irão cumprir medida socioeducativa e que são moradores das áreas de atuação dos CPCs.

c) Levantar demandas do adolescente ou de sua família e encaminhar para programas de seu interesse, sejam programas da Prevenção no território, como Fica Vivo! ou Mediação de Conflitos, sejam outros equipamentos e programas da rede local.

d) Promover o atendimento pré-agendado focado nos adolescentes encaminhados pelo sistema socioeducativo e suas famílias.

3.4.3. Planejamento de médio prazo

Elaborar e distribuir nos centros socioeducativos e no CIA material informativo sobre os CPC de Belo Horizonte destacando as principais ações desenvolvidas pelos programas de prevenção social à criminalidade (ex: quantidade e modalidades de oficinas, projetos locais, atendimentos em mediação de conflitos e orientação para acesso a direitos, projetos institucionais, etc.).

4. Promoção de meios pacíficos de administração de conflitos nos níveis interpessoal, comunitário e institucional, de forma a minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violência e criminalidade, por meio da atuação do Programa Mediação de Conflitos nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade de base local.

4.1 Ação - Identificar, sensibilizar, capacitar e favorecer a atuação dos moradores e referências comunitárias dos territórios de atuação do Programa Mediação de Conflitos como mediadores comunitários instrumentalizados para atuar na solução pacífica dos conflitos.

4.1.1. Avanços até 2013

a) Realização de articulações e trocas de experiências entre mediadores comunitários que atuam em outros Estados e o corpo técnico e gerencial do Programa Mediação de Conflitos, visando construir estratégias de sensibilização e capacitação de moradores dos territórios atendidos para atuação no papel de mediadores comunitários.

b) Execução do I Fórum Nacional de Mediação Comunitária em articulação com atores do Sistema de Justiça Criminal, do Sistema de Defesa Social e outras instituições e entidades de mediação comunitária do país.

4.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Realizar cursos de formação para 100 lideranças comunitárias e outros moradores de referência dos territórios de atuação do Programa Mediação de Conflitos, em mediação de conflitos e direitos humanos.

b) Realizar o II Fórum Nacional de Mediação Comunitária (Convênio Federal SENASP/MJ - Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça).

4.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Implantar bolsa e/ou subsídios ou outra estrutura de incentivo que viabilize uma efetiva atuação das lideranças e referências comunitárias moradores dos territórios de atuação do Programa Mediação de Conflitos como mediadores comunitários.

b) Promover o intercâmbio entre lideranças comunitárias de vários Estados do Brasil, com o intuito de fortalecer uma rede de mediação comunitária, favorecer a troca de experiências e aprimoramento dos métodos e ações.

c) Publicar revistas e/ou cartilhas visando à divulgação dos resultados e boas práticas oriundas da experiência de mediação comunitária com a participação direta dos moradores dos territórios de atuação do Programa Mediação de Conflitos.

4.2 Ação - Realizar atendimentos individuais, coletivos, projetos temáticos e projetos institucionais e diagnósticos organizacionais nos territórios de atuação do Programa Mediação de Conflitos, visando promover meios pacíficos de administração de conflitos nos níveis interpessoal, comunitário e institucional.

4.2.1. Avanços até 2013

- a)** Execução e expansão gradativa do Programa Mediação de Conflitos, iniciada em 2005 e, atualmente, presente em 30 territórios por meio da implantação de Centros de Prevenção Social à Criminalidade.
- b)** Realização de 155.025 atendimentos em mediação de conflitos e orientações para acesso à direitos entre 2005 a 2013 em todos os territórios atendidos; somente em 2013 foram realizados 22.330 atendimentos.
- c)** Realização de 157 projetos temáticos para a minimização de fatores de risco locais identificados e enfrentamento a contextos e situações de conflitos e violências, entre 2007 a 2013. Somente em 2013 foram realizados 21 projetos temáticos.
- d)** Realização de 54 Diagnósticos Organizacionais Comunitários, entre 2006 e 2013, como forma de leitura e fomento ao capital social e consequente mobilização dos moradores em todos os territórios atendidos pelo Programa Mediação de Conflitos. Em 2013 foram realizados 06 Diagnósticos.
- e)** Capacitação contínua da rede parceira nas técnicas e princípios da mediação de conflitos como forma de sensibilização para a temática da mediação e como mecanismo de intervenção no fenômeno da violência.
- f)** Publicação de 03 livros institucionais e 01 revista do Programa Mediação de Conflitos.

4.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Realizar 21.500 atendimentos em casos de mediação de conflitos e orientação sobre direitos em todos os territórios atendidos.
- b)** Realizar 18 projetos temáticos, sendo 10 direcionados a capacitação de lideranças comunitárias e 08 para a minimização de fatores de risco locais identificados e enfrentamento a contextos e situações de conflitos e violências.
- c)** Realizar 450 atendimentos psicológicos.
- d)** Realizar 240 atendimentos jurídicos e ações judiciais.
- e)** Alcançar o percentual de 73% de solução pacífica de conflitos em casos de mediação de conflitos acompanhados.

4.2.3. Planejamento de médio prazo

- a)** Expandir o Programa Mediação de Conflitos para atuação no Aglomerado Santa Lúcia.

b) Expandir o Programa Mediação de Conflitos, em parceria com o Programa Fica Vivo!, como estratégia de prevenção à violências e criminalidade em novos territórios com concentração de crimes violentos.

5. Contribuir para a consolidação de uma política criminal de responsabilização penal alternativa ao cárcere, mediante o efetivo monitoramento das Penas e Medidas Alternativas e da qualificação da execução penal via ações e projetos de caráter reflexivo e pedagógico, por meio do desenvolvimento do Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – CEAPA.

5.1 Ação - Fomentar o reconhecimento e confiança na aplicação das penas alternativas como estratégia de prevenção social à criminalidade e responsabilização penal complementar e substitutiva da privação de liberdade.

5.1.1. Avanços até 2013

a) Celebração de Termo de Cooperação Técnica entre SEDS/CPEC, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Procuradoria de Justiça de Minas Gerais e Defensoria Pública de Minas Gerais, visando o estabelecimento de responsabilidades e competências para o desenvolvimento da Política de Alternativas Penais em Minas Gerais.

b) Composição e acompanhamento de rede de instituições parceiras para recebimento e acolhimento de pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas, nas modalidades de prestação de serviços à comunidade e penas pecuniárias. Até dezembro de 2013, a CEAPA contava com uma rede parceira de 2.751 instituições.

c) Execução, direta e via parcerias, de Projeto de Execução Penal nas temáticas de Violência Contra Mulher, Uso de Drogas Ilícitas, Crimes de Trânsito e Crimes Ambientais, visando o desenvolvimento de grupos reflexivos como forma de cumprimento das penas e medidas alternativas aplicadas.

5.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

Celebrar parcerias para execução de Projeto de Execução Penal nas temáticas de Violência Contra Mulher, Uso de Drogas Ilícitas, Crimes de Trânsito e Crimes Ambientais, visando o desenvolvimento de grupos reflexivos como forma de cumprimento das penas e medidas alternativas aplicadas. Previsão de 200 Projetos de Execução Penal.

5.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Lançar livro institucional do Programa CEAPA sistematizando a atualização metodológica, artigos científicos e resultados alcançados.

b) Executar Seminários anuais com participação do Sistema de Justiça Criminal, instituições parceiras e sociedade civil visando sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a importância da política de alternativas penais como estratégia de responsabilização penal e prevenção social à criminalidade.

c) Instituir Órgão Colegiado Municipal de Alternativas Penais, em todos os municípios onde a CEAPA está implantada, visando qualificar a articulação e integração entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal, rede de instituições parceiras e sociedade civil.

5.2 Ação - Realizar continuamente Projetos de Execução Penal Temáticos para possibilitar a abordagem específica e pedagógica nas ocorrências de violência contra a mulher, uso de drogas ilícitas, crimes de trânsito e crimes ambientais.

5.2.1. Avanços até 2013

a) Acompanhamento de medidas relativas a Projetos de Execução Penal, que em 2013 atenderam 3.474 pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas por meio da execução de 171 grupos reflexivos nas temáticas de uso de drogas ilícitas, crimes de trânsito, violência contra a mulher e crimes ambientais, nos municípios onde a CEAPA está implantada.

b) Aumento da participação de homens agressores nos Projetos de Execução Penal sobre violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio da aplicação de medidas protetivas de urgência, medidas cautelares e suspensão condicional da pena, nos municípios de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Em 2013, 501 pessoas foram atendidas por meio do cumprimento de penas e medidas alternativas em projeto de execução penal na temática de violência contra a mulher.

c) Execução do Projeto de Execução Penal sobre uso drogas ilícitas nos municípios atendidos pelo programa CEAPA. Em 2013, foram 1.533 pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas na temática de uso de drogas ilícitas.

d) Ampliação, a partir de 2012, da aplicação e acompanhamento de Projeto de Execução Penal sobre Crimes de Trânsito para os municípios de Betim, Contagem Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Uberlândia, além de Belo Horizonte. Em 2013, foram 1.379 pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas na temática de crimes de trânsito.

5.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Articular com a rede e celebrar parcerias para expansão do Projeto de Execução Penal de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para os municípios de Betim, Contagem, Santa Luzia, Vespasiano, Juiz de Fora e Montes Claros.

b) Articular com a rede e celebrar parcerias para expansão do Projeto de Execução Penal Sobre Uso de Drogas Ilícitas para os municípios de Vespasiano e Araguari.

c) Articular com a rede e celebrar parcerias para expansão do Projeto de Execução Penal Sobre Crimes de Trânsito para os municípios de Vespasiano e Araguari.

d) Receber, pontualmente, pessoas em cumprimento de medida cautelar, atendidas pela Central de Flagrantes, para participação em Projetos de Execução Penal nas temáticas de uso de drogas ilícitas e crimes de trânsito.

5.2.3. Planejamento de médio prazo

a) Executar Projetos de Execução Penal, nas temáticas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Uso de Drogas Ilícitas, Crimes de Trânsito e Crimes Ambientais, em parceria com o Poder Público Municipal, Universidades e sociedade civil organizada, em todos os municípios atendidos pelo programa CEAPA, inclusive Araguari e Vespasiano, em processo de implantação de CEAPA em 2014.

b) Contemplar novas temáticas passíveis de qualificação das intervenções e atendimentos via Projetos de Execução Penal, tais como porte ilegal de armas, lesões corporais e via de fato fora do âmbito de atuação da violência contra mulher, tais como brigas de torcida e crimes contra patrimônio.

6. Favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos e egressas do sistema prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento, por meio da atuação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional.

São considerados egressos do sistema prisional, para fins de atendimento pelo PrEsp:

- a) o liberado definitivo, pelo prazo de 01 ano a contar da saída do estabelecimento;
- b) o liberado condicional, durante o período de prova;
- c) o liberado em regime aberto e prisão domiciliar, a partir de acordo prévio com as Varas de Execuções Penais para planejar atendimentos.

6.1 Ação – Garantir o apoio e atendimentos qualificados às pessoas egressas do sistema prisional, conforme previsto na Lei de Execuções Penais – LEP (Lei Federal nº 7.210 de 1984), e intervir em fatores individuais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a estigmatização deste público.

6.1.1. Avanços até 2013

a) Realização de 100.697 atendimentos psicossociais e jurídicos aos egressos do sistema prisional e seus familiares, sendo que, somente em 2013, foram 20.289 atendimentos.

b) Concessão de benefícios que possibilitem a subsistência logo após a saída do estabelecimento prisional e a minimização das vulnerabilidades sociais identificadas no público atendido, tais como entrega de cestas básicas e vales transportes visando o deslocamento e acesso a rede de proteção social.

c) Intervenções coletivas e realizações de projetos para o acompanhamento de condicionalidades impostas na execução penal, aliada a ações de promoção da cidadania, acesso a direitos e participação social do público atendido.

6.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Realizar 20.100 novos atendimentos psicossociais e jurídicos a egressos do Sistema Prisional.
- b)** Realizar oficinas em temáticas de Direitos Humanos e Execução Penal, com ênfase na Inclusão Social e Promoção da Cidadania, nos 11 municípios atendidos pelo PrEsp.

6.1.3. Planejamento de médio prazo

- a)** Ampliar o apoio e assistência ao egresso do Sistema Prisional, sobretudo, para garantir a proteção social e o alojamento, nos termos do artigo 25 da LEP, em especial, daqueles que são portadores de sofrimento mental e/ou estrangeiros e/ou em situação de moradia de rua.
- b)** Ampliar o atendimento e acesso de egressos do Sistema Prisional, que necessitam de tratamento para o uso abusivo de dependência química, aos serviços especializados.

6.2 Ação – Possibilitar o atendimento qualificado e o desenvolvimento de ações de inclusão social direcionadas para mulheres egressas do Sistema Prisional.

6.2.1. Avanços até 2013

- a)** Desenvolvimento de projetos em parcerias com as Unidades Prisionais femininas, tendo, entre outras, as temáticas de saúde da mulher, auto estima, comunicação não violenta, etc.
- b)** Participação nas ações e intervenções realizadas pela Coordenadoria Especial de Política para Mulheres (CEPAM), da SEDESE, nas Unidades Prisionais Femininas.
- c)** Celebração de Termo de Cooperação Técnica com a SEDESE para a execução do Projeto Com Licença Vou à Luta, em articulação do PrEsp com o Projeto Travessia, visando o atendimento às mulheres egressas e familiares.
- d)** Participação do Programa na Elaboração do Plano Estadual de Atenção e Atendimento às Mulheres Presas e Egressas.

6.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Articular com a CEPAM para a implementação de projeto piloto, no Município de Belo Horizonte, de serviço especializado ao atendimento às mulheres egressas do sistema prisional.
- b)** Conclusão e implementação das diretrizes do Plano Estadual de Atenção e Atendimento às Mulheres Presas e Egressas.

6.2.3. Planejamento de médio prazo

Criar um Centro Especializado no Atendimento às Mulheres Egressas do Sistema Prisional - Belo Horizonte e Região Metropolitana - que proporcione a ampliação e qualificação dos atendimentos direcionados às mulheres egressas do sistema prisional acompanhadas pelo PrEsp.

6.3 Ação - Desenvolver ações articuladas entre o PrEsp e o Sistema Prisional, visando o estabelecimento de vínculos iniciais do PrEsp com os pré-egressos, bem como favorecer reflexões sobre a retomada da vida em liberdade.

6.3.1. Avanços até 2013

a) Ações de divulgação do PrEsp, em Unidades Prisionais dos municípios de atuação do programa, e realização de grupos, projetos e oficinas com pré-egressos com ênfase em projeto de vida e preparação para a liberdade.

b) Realização de Seminário de Integração entre a Subsecretaria de Administração Prisional, por meio da Superintendência de Atendimento ao Preso, e a CPEC, por meio do PrEsp.

c) Realização de divulgação e encaminhamento do egresso para atendimento pelo CPC de base local (Fica Vivo! e Mediação de Conflitos), quando este e seus familiares forem moradores do mesmo território de abrangência do CPC.

6.3.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Articular com o Sistema Prisional para receber informações sobre jovens adultos atendidos que residem nos territórios de abrangência dos CPC e para realização de reuniões da Comissão Técnica de Classificação (CTC) específicas para pré-egressos, favorecendo a participação e acompanhamento do PrEsp.

b) Articular com a Central de Flagrantes (CEFLAG) para identificação do egresso do Sistema Prisional, em livramento condicional ou regime aberto, atendido no âmbito da CEFLAG, a fim de promover o encaminhamento para o acompanhamento do PrEsp, paralelamente ao cumprimento da medida cautelar restrita a esse público.

c) Atender egressos em cumprimento de prisão domiciliar, a partir de articulação com a Central de Monitoração Eletrônica, potencializando a assistência prevista na Lei de Execuções Penais e proteção social para além da monitoração.

6.3.3. Planejamento de médio prazo

a) Realizar o II Seminário Estadual de Integração CPEC/PrEsp e SUAPI.

b) Ampliar projetos e oficinas com os pré-egressos nas Unidades Prisionais dos municípios atendidos pelo PrEsp e dos municípios vizinhos.

c) Articular conjuntamente SUAPI e CPEC com a rede de assistência dos municípios para garantir o abrigamento/alojamento temporário de egressos que não possuem residência fixa ou vínculo familiar em albergues e outros tipos de abrigo.

d) Contratação e acompanhamento de dez egressos do sistema prisional para atuarem como jovens aprendizes no âmbito dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade.

6.4 Ação - Fomentar oportunidades de acesso a redes de formação e qualificação profissional de egressos e egressas, de forma a favorecer a geração de renda e a inclusão deste público no mercado formal de trabalho.

6.4.1. Avanços até 2013

a) Celebração de parceria entre o PrEsp e o Instituto Minas Pela Paz, visando a execução do Projeto Regresso, que consiste em ações para favorecer a contratação de egressos do Sistema Prisional no mercado formal de trabalho. De 2010 a 2013, realização de 1.667 encaminhamentos de egressos para vagas de trabalho ofertadas e 447 contratações formais de egressos para trabalho nas empresas credenciadas.

b) Publicação da Lei nº 20.264 de 2013 que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egressos do Sistema Prisional, atendidos e encaminhados pelo PrEsp.

c) Realização de Cursos Profissionalizantes para egressos via recurso de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em articulação com a Procuradoria do Trabalho e com a instituição parceira Rede Cidadã.

d) Contratação e acompanhamento de dez egressos do sistema prisional para atuarem como jovens aprendizes no âmbito dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade.

6.4.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Ampliar o número de empresas sensibilizadas e credenciadas pelo Instituto Minas pela Paz, via Projeto Regresso, visando aumentar e diversificar a quantidade de vagas ofertadas.

b) Pactuar a abertura de novas vagas em cursos profissionalizantes via Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

c) Articular com a Procuradoria do Trabalho visando o direcionamento de recursos financeiros oriundos de TAC, para a promoção de cursos de capacitação com oferta de bolsa para os egressos do sistema prisional.

d) Sistematizar e qualificar o Projeto de Jovens Aprendizes.

6.4.3. Planejamento de médio prazo

a) Realizar campanhas publicitárias, eventos e seminários que pautem a relevância da empregabilidade e abertura de vagas de trabalho para egressos do sistema prisional, como estratégia de inclusão social e prevenção à reincidência criminal.

b) Sustentabilidade do Projeto Regresso, de forma a destinar recurso orçamentário e financeiro para o pagamento da subvenção para as empresas credenciadas que

contratarem egressos do sistema prisional, conforme previsto na Lei 20.642/13.

c) Ampliar o Projeto de Jovens Aprendizes para todos os municípios atendidos pelo PrEsp.

7. Promover ações de articulação de rede para o enfrentamento às violações de direitos que favorecem o tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais, por meio dos eixos: a) atenção às vítimas e seus familiares, b) ações de prevenção e c) responsabilização penal dos autores e repressão ao crime.

7.1 Ação – Coordenar o Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas por meio da publicação de Decreto Estadual.

7.1.1. Avanços até 2013

a) Realização, no decorrer do ano de 2013, de 09 reuniões do CIETP com a participação de 22 instituições membros (Secretarias de Estado de: Defesa Social, Desenvolvimento Social, Educação, Esporte e Juventude, Saúde, Trabalho e Emprego, Turismo, Extraordinária da Copa do Mundo; Polícias Militar e Civil de Minas Gerais, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Tribunal Regional Federal/Justiça Federal de Minas Gerais).

b) Promoção de capacitações na temática do tráfico de pessoas para os membros do CIETP.

c) Alinhamento conceitual entre os membros do CIETP para padronização do registro de dados e identificação de casos passíveis de enquadramento legal nos crimes de tráfico de pessoas.

7.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização de 11 reuniões, uma por mês, do CIETP.

b) Publicação do Decreto Estadual de formalização do CIETP.

c) Propor a celebração de Termos de Cooperação Técnica entre as instituições membros visando à operacionalidade e institucionalização dos protocolos e fluxos de atuação pactuados no âmbito do CIETP.

d) Promover capacitações sobre a temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas para o corpo de profissionais que atuam nas instituições membros.

7.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Elaborar e publicar o primeiro Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais, de forma alinhada a Política Nacional e ao Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

b) Adquirir Banco de Dados oficial para registro, acompanhamento e sistematização de informações sobre o tráfico de pessoas por todas as instituições membros do CIETP.

7.2 Ação – Realizar diagnósticos e pesquisas sobre o fenômeno do tráfico de pessoas em Minas Gerais para produção e disseminação de conhecimento sobre as distintas modalidades de violações de direitos e crimes, público e regiões mais vulneráveis, para orientar o desenvolvimento da Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais.

7.2.1. Avanços até 2013

Convênio com Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Justiça para realização da pesquisa diagnóstica acerca do tráfico de pessoas em Minas Gerais (147 mil reais destinados para pesquisa).

7.2.2. Planejamento até dezembro de 2014

Contratação de instituição de pesquisa e execução do diagnóstico sobre o tráfico de pessoas em Minas Gerais.

7.2.3. Planejamento de médio prazo

Produzir artigos científicos e publicar pesquisas desenvolvidas na temática do tráfico de pessoas.

7.3 Ação – Desenvolver ações de prevenção direcionadas a execução de capacitações e campanhas focadas nas temáticas afetas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao direito migratório e a violação de direitos humanos, além de ações de atenção às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas.

7.3.1. Avanços até 2013

a) Capacitação de 4.385 profissionais integrantes de instituições do Sistema de Defesa Social, Sistema de Justiça Criminal, Assistência Social, Direitos Humanos, Saúde e Sociedade Civil Organizada, na temática do tráfico de pessoas.

b) Implementação, em 2012, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, de abrangência estadual.

c) Acompanhamento de 28 casos, envolvendo 268 pessoas em situação de violações de direitos e indícios de tráfico de pessoas.

d) Articulação com INFRAERO para concessão do espaço físico visando à implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).

e) Celebração de convênio federal com o Ministério da Justiça para aquisição de material permanente visando à estruturação e implantação do PAAHM.

f) Realização de atendimento a migrantes estrangeiros encontrados em situação de violação de direitos e encaminhamento para a rede de proteção social.

7.3.2. Planejamento até dezembro de 2014

- a) Realizar campanhas sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio da produção de material audiovisual e gráfico (em diversos idiomas), visando à conscientização e prevenção social nos grandes eventos.
- b) Promover capacitações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas para instituições públicas, privadas e sociedade civil organizada.
- c) Realizar Seminário Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no âmbito do convênio federal celebrado entre SEDS/CPEC e Secretaria Nacional de Justiça.
- d) Promover ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas junto a migrantes, deportados e não admitidos, em trânsito, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).
- e) Capacitar profissionais prestadores de serviços no Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins).

7.3.3. Planejamento de médio prazo

- a) Interiorizar Campanhas sobre o fenômeno do tráfico de pessoas e as estratégias institucionais de enfrentamento deste crime em todo o Estado de Minas Gerais.
- b) Inserir a temática nas ementas de formação e capacitação das instituições componentes do Sistema de Defesa Social, Sistema de Justiça Criminal e políticas públicas de proteção social.
- c) Ampliar o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas assegurando sua capacidade de atuação estadual frente ao fenômeno do tráfico de pessoas.
- d) Empreender, a partir do diagnóstico e da constatação de concentração de casos de tráfico de pessoas em determinadas regiões, a implantação de Núcleos ou serviços regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- e) Implantar o PAAHM nos principais terminais aéreos e rodoviários de Minas Gerais, observando as principais rotas migratórias e de tráfico de pessoas.

8. Institucionalização da Política de Prevenção Social à Criminalidade por meio de Lei Estadual, de forma a fortalecer as intervenções realizadas e os resultados alcançados pela política.

8.1 Ação – Apresentar Projeto de Lei Estadual à Assembleia Legislativa de Minas Gerais que institucionalize a Política de Prevenção Social à Criminalidade em Minas Gerais, de forma a articular sistemicamente a atuação dos programas já desenvolvidos no âmbito da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, a saber: Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, CEAPA, PrEsp e PETP.

8.1.1. Avanços até 2013

a) Desenvolvimento inicial da elaboração do Marco Lógico da Política de Prevenção Social à Criminalidade, por meio da construção da árvore de problemas de todos os programas de prevenção à criminalidade.

b) Elaboração da proposta inicial de redação do Projeto de Lei, em consonância com o Marco Lógico elaborado.

8.1.2. Planejamento até dezembro de 2014

a) Finalizar o Marco Lógico, visando aprimoramento de indicadores, avaliações e mensuração de resultados esperados.

b) Enviar a proposta do Projeto de Lei para a Casa Civil.

c) Tramitação e aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

8.1.3. Planejamento de médio prazo

Consolidar a sustentabilidade financeira, política, institucional, ideológica e operacional da prevenção social à criminalidade como estratégia de atuação inerente ao desenvolvimento e execução de uma política de segurança pública sistêmica.

EIXO POLICIAMENTO OSTENSIVO E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA - A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Aperfeiçoar o gerenciamento dos recursos humanos com enfoque na melhoria do desempenho policial militar.

- Manter a educação continuada dos policiais militares por meio da formação, capacitação, treinamentos e especializações.
- Fortalecer mecanismos de gestão para a identificação preventiva de vulnerabilidades vivenciadas pelo policial militar com vistas a evitar desvios de conduta, violação dos direitos humanos e das garantias do cidadão, e responsabilizar e reabilitar autores dessas condutas.

2. Potencializar a Inteligência de Segurança Pública, integrada ao Sistema Estadual de Inteligência, através de análises quantitativas e qualitativas dos fenômenos sociais que impactam na segurança da sociedade.

- Atuar de forma sinérgica com as agências do Sistema Estadual de Inteligência, consolidando a Inteligência de Segurança Pública como ferramenta de gestão estratégica aplicada ao Sistema de Defesa Social.
- Capacitar, qualificar e especializar os integrantes do Sistema de Inteligência da Polícia Militar para as atividades vinculadas à produção e difusão de conhecimentos de Inteligência de Segurança Pública.
- Reestruturar as Agências do Sistema de Inteligência da Polícia Militar (SIPOM) com aporte logístico e tecnológico para a promoção da inteligência preditiva.

3. Desenvolver estratégias que possibilitem à Polícia Militar aprimorar a qualidade de seus serviços destinados a prevenir e mitigar o crime, a violência, a desordem e a sensação de insegurança em Minas Gerais.

- Fortalecer a doutrina de emprego da Polícia Militar, com foco na filosofia dos direitos humanos e na polícia comunitária;
- Implementar programas de padronização de qualidade contínua nos procedimentos de relacionamento com o cidadão, no planejamento e na execução das ações e operações integradas / conjuntas.
- Fortalecer os serviços especializados de repressão qualificada no controle da criminalidade, violência e desordem.
- Priorizar medidas que potencializem a presença ostensiva da Polícia Militar e o investimento na qualidade da comunicação com o cidadão.

4. Melhorar a qualidade do gasto público, a fim de suprir a infraestrutura logística e tecnológica, garantindo a capilaridade da PMMG em todo o território mineiro.

- Desenvolver mecanismos de gestão com vistas à melhoria dos processos componentes da cadeia de suprimentos, desde o planejamento orçamentário até o uso ou descarga dos bens de capital e custeio, com foco na economicidade e na sustentabilidade ambiental.

- Otimizar a distribuição dos recursos e os custos das operações de rotina, para garantir o funcionamento eficiente da organização, a fim de potencializar os resultados.

5. Ampliar o relacionamento entre a Polícia Militar e a sociedade, contribuindo para o aumento da sensação de segurança, para a redução do medo do crime e para a melhoria da qualidade de vida e da cidadania.

- Investir em recursos tecnológicos inovadores de relacionamento para aumentar a vocalização da sociedade na definição de estratégias de prevenção.

- Desenvolver mecanismos de acesso à informação.

6. Expandir a Capacidade dos sistemas de informação organizacional e a criação de soluções tecnológicas.

- Realizar o downsize dos sistemas terceirizados de grande porte, trazendo-os para dentro da organização em plataforma web, com ênfase em soluções de suporte à tomada de decisão.

- Desenvolver a planta de telecomunicações e radiofonia digital, com o objetivo de garantir a capilaridade da PMMG em todos os municípios mineiros, adequando-a para suportar a demanda por infraestrutura decorrente do processo de urbanização no Estado, integrada ao desenvolvimento de redes locais de videomonitoramento.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Construção e estruturação de Batalhões e Companhias de Polícia Militar, totalizando 18,7 milhões de investimentos, com destaque para as construções do 46º BPM em Patrocínio, 33º BPM em Betim, 35º BPM em Santa Luzia e 59ª CIA do 8º BPM em Oliveira;
- Aquisição de aproximadamente 970 viaturas de diversos modelos, entre elas caminhonetes, carros e motos, somando investimentos de 31 milhões de reais;
- Aquisição de aproximadamente 630 rádios digitais, cujo investimento totaliza 3,7 milhões de reais;
- Aquisição do Banco de Dados e respectivos softwares para integrar e atualizar a infraestrutura de tecnologia de gestão da informação da PMMG, totalizando 5 milhões de reais de investimento;
- Implantação de sistema de videomonitoramento em 19 municípios, totalizando 808 câmeras, com investimento de 45,2 milhões de reais;
- Reestruturação do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR), investindo 2,6 milhões de reais, com aquisição de 50 viaturas, câmeras fotográficas, binóculos e rádios;
- Aquisição de 241 viaturas e equipamentos diversos para o Projeto Polícia para Cidadania, totalizando 9,22 milhões de reais de investimentos;
- Implantação de Patrulhas Rurais, investindo 13,9 milhões de reais, com aquisição de 154 viaturas equipadas com GPS;
- Aquisição de 403 viaturas para as unidades especializadas da PMMG, totalizando 32,3 milhões de reais de investimentos.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Aperfeiçoar o gerenciamento dos recursos humanos com enfoque na melhoria do desempenho policial militar.

1.1 Ação: Manter a educação continuada dos policiais militares por meio da formação, capacitação, treinamentos e especializações.

1.1.1 Avanços até 2013

Em 2013, foram capacitados:

- 24.152 policiais militares no Treinamento Policial Básico (TPB), que se trata de um treinamento bienal de todos os policiais militares da ativa, com duração de uma semana, voltado para a atividade operacional, alinhamento quanto ao uso de instrumentos de menor potencial ofensivo, repasse de técnicas de primeiros socorros, tiro policial, defesa pessoal, e outros temas contemporâneos, voltados para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela PMMG aos cidadãos mineiros;
- 4.700 policiais militares em treinamentos complementares e cursos voltados para a atuação da Polícia Militar na Copa do Mundo 2014, dos quais destacam os cursos de “Operações de Controle de Distúrbios Civis”, “Gerenciamento de Crises” e “Uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo”, como as pistolas de eletro choque, dentre outros;
- 215 policiais militares no Curso de Formação de Oficiais e no Curso de Habilitação de Oficiais;
- 3.700 policiais militares foram convocados para os cursos de formação de sargentos.

1.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização dos seguintes cursos:

- Treinamento Policial Básico (TPB): 20.000 policiais militares;
- Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública (CESP/CEGESP): 170 Oficiais;
- Curso de Formação de Oficiais (CFO/CHO): 185 vagas;
- Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS): 1.115 vagas para o 1º semestre e 923 vagas para o 2º semestre;
- Curso de Formação de Sargentos (CFS): 115 policiais formados até setembro de 2014, e, no 2º semestre, será publicado novo edital para o concurso para o CFS, com oferta de 215 vagas;
- Curso de Formação de Soldados (CFSd): no mês de novembro de 2014, há previsão de ocorrer a formatura de 1.990 soldados;

b) Treinamento de 1.200 funcionários servidores civis que foram contratados, proporcionando à PMMG transferir policiais que atualmente trabalham na atividade administrativa para a atividade operacional, gerando maior presença policial e, conseqüentemente, melhoria da prevenção e maior redução de crimes;



Foto: Divulgação SEDS

c) Serão adquiridas três Estações de Treinamento Virtual, com investimento total de 2,04 milhões de reais. A Estação de Treinamento Virtual é um equipamento de TI que projeta imagens de situações cotidianas encontradas pelo policial na atividade operacional, aproximando o treinamento da realidade. Esta tecnologia proporciona melhoria do condicionamento psicológico e físico do policial, gerando habilidades para o enfrentamento à violência, padronização de condutas, economia de gasto com munições e redução de erros;

d) Será realizada a otimização da Gestão da Educação Profissional, por meio da automatização dos indicadores educacionais, da melhoria dos processos educacionais e do desenvolvimento de sistema de TI (Sistema Informatizado de Gestão da Educação-SIGE) para gestão dos diversos cursos realizados na Academia de Polícia Militar (APM) e nas Companhias Escola (Cia Escola) do interior do Estado.

1.1.3 Planejamento a médio prazo

a) Criar mestrado profissional credenciado pela Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

b) Capacitar 42.000 policiais no Treinamento Policial Básico (TPB), até 2015;

c) Recrutar 3.000 soldados em 2015;

d) Reformular a matriz curricular do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP);

e) Criar o Centro de Extensão e Educação à Distância da Polícia Militar;

f) Adquirir a certificação ISO 9001 da Academia de Polícia Militar (APM);

g) Implementar, de forma integral, os módulos do “Sistema Informatizado de Gestão da Educação” (SIGE);

h) Executar o projeto “Novas Tecnologias Aplicadas à Formação Policial Militar”, que tem por escopo a aquisição de tablets para utilização dos cadetes do Curso de Formação de Oficiais (CFO) e para os alunos do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), por meio de empréstimo.

1.2 Ação: Fortalecer mecanismos de gestão para a identificação preventiva de vulnerabilidades vivenciadas pelo policial militar com vistas a evitar desvios de conduta, violação dos direitos humanos e das garantias do cidadão, e responsabilizar e reabilitar autores dessas condutas.

1.2.1 Avanços até 2013

Projeto Alarme Prévio: Elaboração do projeto e planejamento da captação de recursos para o desenvolvimento do Sistema de Alarme Prévio, que consiste em um mecanismo institucional para identificar, intervir e acompanhar preventivamente os policiais militares com problemas de desempenho e conduta profissional, e reduzir o agravamento de condutas nocivas ao próprio policial, ao cidadão e à Instituição.

1.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Projeto Alarme Prévio: Desenvolvimento do sistema de TI; bem como o treinamento para operadores e coordenadores em todas as Unidades, por meio de Ensino à Distância (EAD) e da realização de seminário destinado aos Comandantes de Unidades, com investimento total de 447 mil reais, através de convênio entre a SENASP e PMMG.

1.2.3 Planejamento a médio prazo

Projeto Alarme Prévio: Expansão do projeto para todas as unidades da PMMG.

2. Potencializar a Inteligência de Segurança Pública, integrada ao Sistema Estadual de Inteligência, através de análises quantitativas e qualitativas dos fenômenos sociais que impactam na segurança da sociedade.

2.1 Ação: Atuar de forma sinérgica com as agências do Sistema Estadual de Inteligência, consolidando a Inteligência de Segurança Pública como ferramenta de gestão estratégica aplicada ao Sistema de Defesa Social.

2.1.1 Avanços até 2013

a) A produção integrada de conhecimentos, amplos e oportunos, possibilitou ações policiais qualificadas, a exemplo dos trabalhos realizados pelo Grupo de Monitoramento de Gangues (GMG) no Grupo de Intervenção Estratégica – MPE, onde estão reunidas as inteligências da Polícia Militar, Polícia Civil e Sistema Prisional, do programa FICA-VIVO (SEDS) e GEPAR (SEDS – PMMG) sob coordenação de Promotores do MPE-MG. Tal ação estratégica consistiu, resumidamente, em três fases:

- Identificação/Mapeamento: constatação e identificação de grupos/organizações criminosas em determinado espaço geográfico;
- Diagnóstico: qualificação e descrição dos integrantes dos grupos criminosos, com respectiva hierarquização e vínculos: aliados e rivais, incluindo situação jurídica, vulnerabilidades, fornecedores, motivação delituosa, público-alvo, dentre outros, além da descrição do modo de ação criminosa;
- Monitoramento: acompanhamento permanente da atuação de grupos criminosos, de seus integrantes, presos e em liberdade, incluindo situação jurídica, movimentações penitenciárias, ligações externas, dentre outras.

b) Desenvolvimento de know-how na geração do conhecimento acerca do processo de inteligência de segurança pública, por meio da participação no Grupo de Inteligência no Centro Integrado de Coordenação e Controle (CICC) durante a Copa das Confederações em 2013.

2.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Enfatizar o gerenciamento das rotinas do Sistema de Inteligência Policial Militar (SIPOM) para produção de conhecimentos necessários para prever, prevenir e reprimir atos delituosos de interesse da Segurança Pública e da Defesa Social. A

atuação se dará através das Agências que integram o SIPOM e ainda, na forma colegiada no:

- Grupo de Intervenção Estratégica- MPE;
- Grupo de Inteligência da Operação Divisa Segura;
- Grupo Integrado de Segurança Pública- GISP/AID-SEDS;
- Centro Integrado de Coordenação e Controle (CICC) durante a copa do mundo de 2014.

2.1.3 Planejamento a médio prazo

Efetivar a integração com os diversos organismos de Inteligência do Sistema de Defesa Social para a produção integrada de conhecimento e o incremento da atividade de Inteligência de Segurança Pública, subsidiando o processo decisório sobre as intervenções policiais no Estado de Minas Gerais, com destaque para os grandes eventos como as Olimpíadas em 2016.

2.2 Ação: Capacitar, qualificar e especializar os integrantes do Sistema de Inteligência da Polícia Militar para as atividades vinculadas à produção e difusão de conhecimentos de Inteligência de Segurança Pública.

2.2.1 Avanços até 2013

Capacitação, pelo Centro de Treinamento de Inteligência (CTInt), de 991 policiais que atuam no serviço de inteligência na PMMG, por meio da realização dos seguintes cursos: Treinamento Policial Básico dos integrantes do SIPOM e COM; Gestão da Atividade de Inteligência; Análise da Atividade de Inteligência; Operações de Inteligência; Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos; Inteligência de Segurança Pública em Grandes Eventos; Análise do Terrorismo; dentre outros.

2.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

- Capacitar 420 policiais que atuam no serviço de inteligência da PMMG, com a realização dos cursos Inteligência de Segurança Pública em Grandes Eventos – vertente Copa do Mundo 2014; Análise do Terrorismo- vertente Grandes Eventos; Inteligência de Segurança Pública aplicada à Polícia Ostensiva; Mídias Sociais na Atividade de Inteligência; Policiamento Velado e Curso Básico de Inteligência (Comunidade de Inteligência).
- Realizar o “Seminário de Inteligência de Segurança Pública”, no primeiro semestre de 2014, que tem por escopo avaliar os principais aspectos inerentes à gestão da atividade de Inteligência de Segurança Pública pelas Agências do SIPOM e atualizar/aprimorar as competências dos Gestores das Agências do SIPOM, capacitando-os para o desempenho eficiente e eficaz das respectivas missões específicas, de forma que a Atividade de Inteligência na Corporação produza conhecimentos e informações que permitam orientar as ações e operações da Polícia Ostensiva, possibilitando maior efetividade na prevenção criminal e na repressão qualificada.
- Realizar o 1º Curso de Pós-Graduação em Inteligência de Segurança Pública, na Academia de Polícia Militar, com oferta de vagas para 23 policiais militares, 02 bombeiros militares, 03 policiais civis e 04 civis.

2.3 Ação - Reestruturar as Agências do SIPOM com aporte logístico e tecnológico para a promoção da inteligência preditiva

2.3.1 Avanços até 2013

- O Sistema de Inteligência Policial Militar tem investido em ações voltadas à busca por integração entre os sistemas e bancos de dados organizacionais, com as informações e dados disponíveis na internet e em bancos de dados externos, com base em prospecção de cenários e análise de tendências, dos quais destacam:
 - Cadastro de Vínculos Criminais (CVC): Banco de dados informatizado, disponível para acesso pela Intranet PM e REINT, no qual são registradas informações relativas aos infratores e seus respectivos vínculos, permitindo compreender seus modus operandi e a dinâmica do ambiente criminal. Com o aprimoramento do CVC, o total de cadastramentos passou de 27.000 em seis anos, para 101.000 em apenas dois anos, totalizando 128.000 indivíduos cadastrados;
 - Sistema Mosaico: Implementação do sistema de construção colaborativa do conhecimento de Inteligência, o qual possibilita agilidade no compartilhamento e fluxo de fatos/situações de interesse da Corporação;
 - Sistema Guia: Implementação do sistema de disponibilização de Informações de ISP através de dispositivos móveis que proporciona a rápida difusão de informações nos diversos níveis;
 - Cadastro de Vínculos de Torcedores (CVT): Sistema de cadastramento de torcedores de eventos esportivos nas diversas modalidades, com registro de dados e informações sobre a identificação dos torcedores, características físicas, informações referentes às torcidas e agremiações, crimes e contravenções praticados e suas respectivas redes de relacionamento.
 - Sistema “Em foco”: Repositório de dados de interesse da Atividade de Inteligência provenientes, principalmente, de fontes abertas, distribuídos por assuntos e hierarquizados de acordo com o nível de relevância, possibilitando a rápida recuperação de informações, com vistas a subsidiar a produção de conhecimento.

2.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

- Promover de ações com ênfase nos eventos que envolvem a Copa do Mundo e seus efeitos posteriores: disponibilizar informações e conhecimentos de ISP referentes aos riscos sociais para subsidiar decisões do Comando da PMMG e para atendimento das necessidades da Assessoria Extraordinária da Copa do Mundo, Diretorias, Seções do EMPM e Comandos Regionais, especialmente para orientar o policiamento ostensivo. Produtos: Relatórios de Inteligência, Delineamentos de Cenário e Análises de Risco;
- Promover ações com ênfase no combate ao crime organizado sob a vertente do tráfico de drogas: ampliar o Sistema de Pesquisa da DIInt, potencializando, junto às RPM's e BPM's; ações para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos perpetrados por organizações criminosas, principalmente as relacionadas ao tráfico de drogas;

- Promover ações voltadas ao monitoramento de grandes manifestações para suprir o emprego do policiamento para a manutenção da ordem pública: monitorar os cenários de risco identificados nos estudos precedentes ao evento, de forma a antecipar situações que possam afetar a segurança pública ou que exijam pronta resposta da Polícia Militar. Produtos: Delineamentos de Cenário, Análises de Risco e Relatórios de Inteligência.

2.3.3 Planejamento a médio prazo

- Promover a reestruturação lógica e física da Rede de Inteligência (REINT). Esta rede permite a comunicação de dados de forma segura, utilizando a rede pública de comunicações, criptografia e Rede Privada Virtual, garantindo a integridade e confidencialidade. Esta reestruturação tem custo estimado de 750 mil reais.

3. Desenvolver estratégias que possibilitem à Polícia Militar aprimorar a qualidade de seus serviços destinados a prevenir e mitigar o crime, a violência, a desordem e a sensação de insegurança em Minas Gerais.

3.1 Ação - Fortalecer a doutrina de emprego da Polícia Militar, com foco na filosofia dos direitos humanos e na polícia comunitária

3.1.1 Avanços até 2013

Atualmente, a Polícia Militar de Minas Gerais é referência na produção doutrinária de manuais que padronizam a conduta operacional dos policiais militares, garantindo seu alinhamento ao ordenamento jurídico vigente e às convenções e pactos deliberados pelas Nações Unidas para a garantia dos direitos humanos. No ano de 2013, foram elaborados 28 documentos doutrinários, dos quais destacam “Caderno Doutrinário de Intervenção Policial, Processos de Comunicação e Uso de Força”, “Caderno Doutrinário de Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamentos às Vítimas”, “Caderno Doutrinário de Blitz Policial”, “Caderno Doutrinário de Abordagem a Veículos”, Caderno Doutrinário de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo”, dentre outros.

3.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Elaborar a resolução que definirá o “Portfólio de Serviços Especiais”, a diretriz que regulará o “Emprego Operacional de Aeronaves na Polícia Militar” e a instrução que regulará a “Atuação Policial Militar na Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres no Estado de Minas Gerais”.

3.1.3 Planejamento a médio prazo

Revisar e atualizar sistematicamente os documentos doutrinários de forma a manter a PMMG como referência nacional em doutrina policial militar.

3.2 Ação - Implementar programas de padronização de qualidade contínua nos procedimentos de relacionamento com o cidadão, no planejamento e na execução das ações e operações integradas / conjuntas.

3.2.1 Avanços até 2013

a) Projeto Segurança Rural: o projeto Segurança Rural tem por escopo a implantação de equipes de Patrulha Rural em municípios mineiros. A Patrulha Rural é uma guarnição PM, em veículo de quatro rodas, integrada por 02 (dois) ou 03 (três) policiais militares, atuando com armamento e equipamento adequados para pronta resposta. O policiamento em zona rural é uma atividade sistemática, de preservação da Ordem Pública, executada no meio rural, com o suporte de veículos apropriados, objetivando prevenir e reprimir delitos em fazendas, sítios, condomínios e cooperativas, dentre outros locais. Em 2013, foram adquiridos 154 viaturas camioneta pick-up, equipadas com GPS, para a implantação de Patrulhas Rurais, com investimento de 13,9 milhões de reais.

b) Projeto Trânsito Rodoviário e Meio Ambiente: em 2013, foram adquiridas 40 Viaturas SW sem cela; 7 Motos 650 CC e 2.220 cones para emprego no policiamento de trânsito rodoviário e de meio ambiente, com investimento de 2,3 milhão de reais, em convênio com a Polícia Rodoviária Federal.

c) Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD): O PROERD consiste num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família, e se destina a evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso abusivo das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciência para este problema e também para a questão da violência. O Programa é aplicado por policiais militares voluntários, devidamente treinados para esta atividade, recebidos nas escolas de forma muito carinhosa, fazendo do Proerd uma das mais importantes atividades junto às instituições de ensino.

Em 2013 foi realizada a tradução e adaptação do Novo Currículo PROERD “Caindo na Real”, destinado ao 5º ano do ensino fundamental. A nova metodologia foi lançada nos EUA em substituição ao currículo anterior. Minas Gerais foi pioneira ao realizar a tradução e adaptação desse material, inédito no Brasil, e que posteriormente foi compartilhado com as demais Polícias Militares do país. Foram realizados cinco treinamentos do PROERD no Estado, sendo uma reunião técnica de alinhamento do corpo docente (mentores e facilitadores), ocorrida em Betim; três cursos de atualização de instrutores no novo currículo de 5ºAno “Caindo na Real”, realizados em Belo Horizonte, Juiz de Fora e Patos de Minas; além de um Curso de Formação de Instrutores PROERD na cidade de Machado. Em decorrência dos treinamentos conduzidos, o número geral de instrutores credenciados no Estado aumentou de 655 em 2012 para 705 em Dez/2013.

d) Projeto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: No ano de 2010, foi criado o serviço da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PVD), cuja equipe básica é formada por uma guarnição PM, em veículo de quatro rodas, integrada por 02 (dois) policiais militares, que prestam serviço de proteção às vítimas de violência doméstica. Este serviço da PM atua em conjunto com outros órgãos da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar do Município, visando um ciclo completo de atendimento à vítima. Até o ano de 2013, as equipes da PVD atenderam cerca de 21.640 mulheres vítimas de violência doméstica, em todo o Estado de Minas Gerais. Em 2013, foram empregadas 70 equipes de Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) em 30 municípios mineiros.

3.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Projeto Segurança Rural: Adquirir 12 Viaturas camioneta pick-up, equipadas com GPS, e rádios HT digitais, para a implantação de Patrulhas Rurais, com investimento de 1,2 milhão de reais.

b) Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD): Promover cursos de atualização de instrutores do novo currículo de 5º ano “Caindo na Real”, para capacitar 100% dos instrutores credenciados no Estado, por meio de módulos de ensino à distância e seminários presenciais (condicionado à liberação de recursos financeiros). Em 2014, o PROERD atenderá aproximadamente 50.000 crianças, adolescentes e pais. Serão investidos 75 mil reais na compra de 50.000 cartilhas.

c) Projeto Ambiente de Paz do município de Juiz de Fora: Ampliar este projeto com a criação de duas novas unidades no município de Juiz de Fora, com investimento de 300 mil reais. O Programa Ambiente de Paz é um modelo de atuação integrada com a participação de servidores da Polícia Militar, Polícia Civil e prefeituras, norteado pela filosofia de polícia comunitária, que tem por escopo promover ações de identificação de necessidades sociais dos moradores dos bairros e aglomerados, e, com base neste diagnóstico, trabalhar em rede, encaminhando os cidadãos para comunidades terapêuticas, cursos de capacitação profissional, agências de emprego, escolas, dentre outros serviços ofertados por programas federais, estaduais e municipais, trabalhando em rede.

3.2.3 Planejamento a médio prazo

a) Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD): Retomar o patamar de atendimento do PROERD, com a formação de 300 mil jovens e adultos por ano, a partir da destinação de recursos da ordem de 435 mil reais anuais, para a compra de cartilhas para a realização do programa.

b) Projeto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher: Estender o serviço da Prevenção a Violência Doméstica para outros 39 municípios de Minas Gerais, através da criação de 24 novas equipes, com emprego de 65 policiais militares, com um valor a ser investido de 2,5 milhões de reais, em fase de captação de recurso.

3.3 Ação -Fortalecer os serviços especializados de repressão qualificada no controle da criminalidade, violência e desordem.

3.3.1 Avanços até 2013

a) Projeto Aparelhamento para Grandes Eventos: em 2013, foram adquiridos equipamentos antibomba; 4.986 munições químicas; 45 máscaras antigás; 970 cartuchos para armas de lançamento de dardos energizados; 97 armas de lançamento de dardos energizados e 01 imageador aéreo, todos com foco na estruturação logística da Polícia Militar para fazer frente ao evento da Copa do Mundo e demais eventos vindouros, com investimento de 3,5 milhões de reais em parceria com o Governo Federal.

b) Projeto Potencialização das Unidades Especializadas: em 2013, foram adquiridos 403 viaturas, de diversos modelos, para garantir a estrutura logística necessária

à realização do policiamento motorizado, com investimento total de 32,3 milhões de reais.

c) Projeto Companhias de Missões Especiais: em 2013, foram criadas 03 Companhias de Missões Especiais, sendo: 7ª Companhia de Missões Especiais, com sede em Divinópolis; 14ª Companhia de Missões Especiais, com sede em Sete Lagoas e 17ª Companhia de Missões Especiais, com sede em Pouso Alegre;

d) Projeto GEPAR: O Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR) tem por objetivo executar o policiamento ostensivo diuturno dos aglomerados, vilas e locais violentos (áreas de risco), onde o número de homicídios evolua para um quadro de descontrole, bem como outros crimes violentos, devidamente constatado pela SEDS ou outros órgãos do Sistema de Defesa Social; e em locais onde estejam implantados ou possam emergir focos de associações delituosas (crime organizado) voltadas para a quebra da “Paz Social”. Atualmente, nos locais em que são empregadas equipes do GEPAR, tem ocorrido redução de crimes violentos e homicídios, comprovando a eficiência e efetividade deste serviço. Em 2013 foram adquiridas 50 viaturas Perua SW com cela e 35 câmeras fotográficas digitais destinadas às equipes de GEPAR, com investimento de 2,48 milhões de reais.

3.3.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Projeto Potencialização das Unidades Especializadas: adquirir 2 viaturas micro-ônibus e 2 caminhões para transporte de semoventes para garantir a estrutura logística necessária à realização do policiamento motorizado, com investimento de 1,2 milhão de reais.

b) Projeto Companhias de Missões Especiais: criar a 12ª Companhia de Missões Especiais na cidade de Ipatinga e 18ª Companhia de Missões Especiais na cidade de Poços de Caldas;

c) Projeto GEPAR: adquirir 36 viaturas Perua SW com cela e com GPS; 51 binóculos e 83 Rádio Transmissor Portátil Digital (HT) destinadas às equipes de GEPAR, com investimento de 2,15 milhões de reais.

3.3.3 Planejamento a médio prazo

Projeto Cinturão de Segurança: implementar a quarta e última fase do projeto Cinturão de Segurança, com aquisição de armamentos, equipamentos, viaturas e a realização de capacitação dos policiais militares lotados em mais 17 municípios localizados na divisa, de forma a evitar que o crime organizado presente em outros países e em outros Estados da Federação adentre em Minas Gerais.

3.4 Ação - Priorizar medidas que potencializem a presença ostensiva da Polícia Militar e o investimento na qualidade da comunicação com o cidadão.

3.4.1 Avanços até 2013

a) Projeto Base Comunitária Móvel (BCM): a Base Comunitária Móvel é um serviço preventivo prestado por uma equipe de policiais militares preparados para aplicar o policiamento orientado para o problema (POP), com o apoio da comunidade,

que utiliza uma viatura (tipo trailer ou van adaptados) e outros processos de policiamento, tais como a pé, de ciclopatrolha e de motocicleta, com o objetivo de reduzir o crime de menor potencial ofensivo, a sensação de insegurança e a desordem pública em áreas com alta densidade populacional sazonal. No ano de 2013, foram adquiridas 21 Viaturas Minivan e 128 Rádios Transceptores Móveis Analógicos para estruturação de BCM's, com o investimento de 2,7 milhões de reais a partir de convênio com a SENASP.

b) Programa Polícia para a Cidadania: o Programa Polícia para a Cidadania é um conjunto de serviços ofertados pela Polícia Militar que, agindo sob os pilares da polícia comunitária e direitos humanos, se integram e convergem seu foco para viabilizar a aproximação entre o policial militar e a família, célula básica na qual o cidadão se insere. Cada equipe do Programa Polícia para a Cidadania é formada por um Oficial comandante, 02 Sargentos supervisores e 31 Cabo/Soldado, que foram devidamente capacitados para atuarem no programa e que trabalharão em uma Base Comunitária Móvel e terão à sua disposição 02 viaturas, 02 motocicletas e 04 ciclopatrolhas (bicicletas), prestando à comunidade os serviços Rede de Vizinhos Protegidos, Patrulha Escolar, PROERD, Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, Proteção à Criança, Adolescente e ao Idoso e Atenção à Vítima. Em 2013, houve a aquisição de 40 minivans (Bases Comunitárias Móveis); 26 viaturas Peruas SW com cela; 22 viaturas utilitárias Doblô; 34 viaturas Hatch; 39 motos 150 CC e 80 bicicletas para a estruturação logística das equipes de serviço do programa Polícia para a Cidadania, com o investimento de 9,22 milhões de reais.

c) Projeto Setorização: Aquisição de 224 motocicletas para o projeto de setorização territorial do emprego operacional, com investimento de 4,2 milhões de reais.

d) Projeto Policiamento Ostensivo Geral (POG): em 2013, foram iniciadas reformas e construções de Unidades de Polícia Militar e de estandes de tiro, bem como a aquisição de armamentos e equipamentos policiais, com o investimento total de 34,5 milhões de reais, conforme descrito a seguir:

- Início da construção e estruturação básica da sede do 46º BPM em Patrocínio, com investimento de 4,55 milhões de reais.
- Início da construção e estruturação básica do Vestiário da 9ª CIA do 34º BPM de Belo Horizonte, com investimento de 359 mil reais.
- Início da construção e estruturação básica do Estande de Tiro da PMMG do 10º BPM em Montes Claros, com investimento de 653 mil reais
- Início da construção e estruturação básica do Estande de Tiro da PMMG 15º BPM em Patos de Minas, com investimento de 639 mil reais.
- Aquisição de equipamentos de proteção individual; 2.494 armas; 224 viaturas Moto 300 CC e 458 viaturas básicas (Uno Way);

3.4.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Programa Polícia para a Cidadania adquirir 2 minivans (Patrulha Escolar e PROERD); 15 viaturas Peruas SW com cela; 150 motos 150 CC; 80 bicicletas; 249 impressoras; 249 projetores multimídia; 260 câmeras fotográficas; 38 binóculos; equipamento para apoio à sala de imprensa e 95 rádios transmissores portáteis digitais (HT); todos para estruturação logística das equipes do Programa Polícia para a Cidadania, com o investimento de 5,15 milhões de reais.

b) Projeto Policiamento Ostensivo Geral (POG): finalizar as reformas e construções iniciadas em 2013 e realizar novas construções e aquisições, com investimento total de 37,7 milhões de reais, conforme descrição a seguir:

- Finalização das construção do 46º BPM em Patrocínio, do Vestiário da 9ª CIA do 34º BPM de Belo Horizonte, do Estande de Tiro da PMMG do 10º BPM em Montes Claros e do Estande de Tiro da PMMG 15º BPM em Patos de Minas;
- Aquisição de mobiliário e material de informática para as novas Unidades;
- Construção do Hangar de Uberlândia, com investimento de 900 mil reais;
- Construção e Estruturação Básica da sede do 46º BPM em Patrocínio, com investimento de 4,55 milhões de reais.
- Construção e Estruturação Básica da sede do 33º BPM em Betim, com investimento de 5,56 milhões de reais.
- Construção e Estruturação Básica da sede do 35º BPM em Santa Luzia, com investimento de 5,31 milhões de reais.
- Construção e Estruturação Básica da sede do 59ª CIA do 8º BPM - Oliveira, com investimento de 1,03 milhão de reais.
- Construção/Reforma dos Estandes de Tiro do Complexo da Gameleira em Belo Horizonte, com investimento de 1,5 milhão de reais
- Reforma da Rede Elétrica da Academia de Polícia Militar, com investimento de 2,73 milhões de reais.
- Aquisição de Rádios de Comunicação Portátil HT, com investimento de 3,77 milhões de reais.
- Aquisição de 198 viaturas peruas SW com cela, com investimento de 9,79 milhões de reais.

3.4.3 Planejamento a médio prazo

- Projeto Policiamento Ostensivo Geral (POG): Construir, mobiliar e instalar rede básica de informática da sede do 49º BPM em Belo Horizonte (Região Norte), com investimento de 6 milhões de reais, a serem captados.
- Construir, mobiliar e instalar rede básica de informática da nova sede do 44º BPM, em Almenara, com investimento de 6 milhões de reais a serem captados.

a) Projeto Setorização: adquirir motocicletas e equipamentos, com o escopo de ampliar o projeto de setorização territorial do emprego operacional, com investimento de 5,12 milhões de reais, a serem captados.

b) Projeto Destacamento Seguro: adquirir 01 viatura, 02 coletes e 01 rádio transceptor digital HT para cada um dos 568 destacamentos PM. O investimento total necessário é de 19,1 milhões, em fase de captação de recursos. Destacamento é o nome dado ao quartel da Polícia Militar que está presente e que possui responsabilidade pela manutenção da ordem pública nos municípios de menor porte, que são a maioria dos municípios mineiros (568 municípios).

c) Projeto Valorização da Marca: executar este projeto, que tem por escopo divulgar a Instituição e seus serviços, além de padronizar a marca existente nos quartéis, viaturas e demais elementos tangíveis, de forma a facilitar a identificação do cidadão mineiro com a sua força policial. E elaborar o Manual de Identidade Visual da Polícia Militar e o “brandbook” (livro da marca).

4. Melhorar a qualidade do gasto público, a fim de suprir a infraestrutura logística e tecnológica, garantindo a capilaridade da PMMG em todo o território mineiro.

4.1 Ação - Desenvolver mecanismos de gestão com vistas à melhoria dos processos componentes da cadeia de suprimentos, desde o planejamento orçamentário até o uso ou descarga dos bens de capital e custeio, com foco na economicidade e na sustentabilidade ambiental.

4.1.1 Avanços até 2013

a) Otimização da gestão da frota da PMMG: desde o ano de 2005, o Governo definiu em conjunto com o Comando da Polícia Militar um projeto que garantisse a reposição de viaturas na PMMG, bem como a otimização da manutenção preventiva e corretiva, de forma a garantir que as viaturas policiais estejam disponíveis para o patrulhamento preventivo e o atendimento de ocorrências. O projeto Gestão Terceirizada da Frota tem por escopo adquirir novas viaturas a cada dois anos, e, nos primeiros 24 meses as viaturas possuem contrato de manutenção com uma empresa terceirizada, que garante a manutenção preventiva dentro dos prazos definidos pelos fabricantes e a manutenção corretiva imediata, em caso de acidentes e defeitos do uso. A primeira fase do projeto Gestão Terceirizada da Frota foi executada entre os anos de 2005 e 2007, com aquisição de 528 viaturas e investimento de 43,4 milhões de reais. A segunda fase foi executada entre 2008 e 2010, com aquisição de 831 veículos e investimento de R\$ 56,7 milhões. E, a terceira fase ocorreu entre os anos de 2011 e 2013, com aquisição de 1.000 viaturas e investimento de R\$ 77,4 milhões.

4.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Otimizar a gestão da frota da PMMG: Com o encerramento do projeto de manutenção terceirizada, atualmente a gestão da frota será executada por cada unidade da PM, com recursos da Lei Orçamentária Anual (LOA). Para aprimorar este processo, está sendo estudada a contratação do serviço de gerenciamento da manutenção. Por meio deste modelo é possível acompanhar a vida útil de cada peça ou serviço realizado, controlar as garantias de peças e serviços, acompanhar a evolução de gastos por viatura ou unidade, subsidiando o gestor quanto ao melhor momento de substituição da frota, além do acesso a uma ampla rede de oficinas. Neste modelo ocorre a contratação de uma empresa gestora que disponibiliza ao contratante um sistema online de gestão e uma equipe especializada para análise dos orçamentos, com sua rede de oficinas credenciadas. O valor reservado para a PMMG é de 10 milhões de reais, que poderá ser executado em até 36 meses.

b) Projeto modelagem e automatização do macroprocesso da cadeia de suprimentos: treinar os operadores do processo, com investimento de 80 mil reais. O desenvolvimento e automatização do processo gerencial da cadeia de suprimentos irá gerar maior governança sobre o planejamento e a realização da despesa, com a consequente reposição dos suprimentos com maior eficiência na ponta da linha. Em relação à prestação dos serviços, esse investimento acarretará

na maior disponibilidade de equipamentos e viaturas para o atendimento de ocorrências.

4.1.3 Planejamento a médio prazo

a) Projeto modelagem e automatização do macroprocesso da cadeia de suprimentos: adequar a estrutura de gestão logística à lógica do processo.

4.2 Ação – Otimizar a distribuição dos recursos e os custos das operações de rotina, para garantir o funcionamento eficiente da organização, a fim de potencializar os resultados.

4.2.1 Avanços até 2013

Projeto Gestão de Custos: Em 2013, foi realizada a modelagem do Macroprocesso de Gestão de Custos na PMMG. Com o gerenciamento dos custos será capaz de gerar melhoria do monitoramento sobre as despesas realizadas por cada Unidade de Policiamento, rastreando e corrigindo incidentes de custos superlativos, em prol da qualidade do gasto. Em relação à prestação dos serviços, o processo garantirá maior eficiência na distribuição dos recursos, diminuindo a escassez eventual.

4.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Projeto Gestão de Custos: automatizar o processo de Gestão de Custos, em Business Process Management (BPM); e realizar o treinamento dos servidores que trabalham da Seção de Orçamento e Finanças das Unidades da PMMG, para que saibam operar o sistema e entender o processo após a modelagem. O sistema está em fase de automatização, aguardando acesso ao SIAFI pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), para facilitar a captação de dados por cada unidade executora.

4.2.3 Planejamento a médio prazo

Projeto Gestão de Custos: expandir o sistema de automatização da gestão de custos para todas as unidades da PMMG.

5. Ampliar o relacionamento entre a Polícia Militar e a sociedade, aumentando a sensação de segurança, contribuindo para a redução do medo do crime, para a melhoria da qualidade de vida e da cidadania.

5.1 Ação - Investir em recursos tecnológicos inovadores de relacionamento para aumentar a vocalização da sociedade na definição de estratégias de prevenção.

5.1.1 Avanços até 2013

Projeto de Estruturação das Mídias Sociais: foi lançado em 2012 com o objetivo de hospedar, nas redes sociais, uma página oficial da Polícia Militar de Minas Gerais no Facebook e outra no Twitter. Já são 25.000 cadastros no Facebook e 9.542 seguidores no Twitter.

5.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Projeto de Estruturação das Mídias Sociais: aumentar a interatividade das páginas, com inserção de *Quiz* (perguntas sobre ações preventivas), vídeos com orientações sobre carnaval, volta às aulas, volta das férias, feriados, fala do comando, fala da sociedade e resposta da PMMG, entre outros. Internamente será reforçado o uso do Portal da Intranet PM com a criação de novas ferramentas mais interativas com os policiais militares como vídeos, destaques das ocorrências, e outros.

5.1.3 Planejamento a médio prazo

Projeto de Estruturação das Mídias Sociais: Aumentar a interatividade e fomentar a ampliação da capilaridade do uso das Redes Sociais pelo Estado, a fim de atingir uma maior diversidade de comunidades e gerar maior vocalização dos cidadãos mineiros com a PMMG e planejar o uso do Whatsapp como ferramenta de interação comunitária com a PMMG.

5.2 Ação - Desenvolver mecanismos de acesso à informação.

5.2.1 Avanços até 2013

Projeto Transparência Institucional: Em 2013 foi idealizado o projeto Transparência Institucional, com o escopo de aperfeiçoar os sistemas tecnológicos já presentes na Corporação (Portal da PMMG, Fale Conosco, email corporativo) e implementar as novas diretrizes da Lei de Acesso à Informação.

5.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Projeto Transparência Institucional: Em 2014, está prevista a automatização do processo de Transparência Institucional.

5.2.3 Planejamento a médio prazo

Projeto Transparência Institucional: No médio prazo, pretende-se aprimorar o gerenciamento dos requerimentos dos cidadãos de forma a aumentar a interatividade e o acompanhamento, diminuindo o tempo de resposta ao solicitante, tornando o processo mais eficiente, através da implementação de um sistema transacional.

6. Expandir a Capacidade dos sistemas de informação organizacional e a criação de soluções tecnológicas.

6.1 Ação - Realizar o downsize dos sistemas terceirizados de grande porte, com ênfase em soluções de suporte à tomada de decisão.

6.1.1 Avanços até 2013

Foram desenvolvidos diversos softwares que proporcionaram a melhoria da gestão estratégica, administrativa e operacional dos serviços prestados pela

PMMG, gerando economia de gastos, uso racional dos meios e otimização dos processos internos e operacionais.

6.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Desenvolver softwares destinados à melhoria da Gestão da Saúde, Gestão da Educação: Gestão de Custos; *Comunicação online via chat*; Gestão de Recursos Humanos e Gestão Estratégica:

6.1.3 Planejamento a médio prazo

Desenvolver softwares de suporte à decisão e ferramenta de comunidades temáticas e comunidades de prática, com funcionalidades para a realização de fóruns de discussão e repositório de arquivos.

6.2 Ação -Desenvolver a planta de telecomunicações e radiofonia digital, com o objetivo de garantir a capilaridade da PMMG em todos os municípios mineiros, adequando-a para suportar a demanda por infraestrutura decorrente do processo de urbanização no Estado, integrada ao desenvolvimento de redes locais de videomonitoramento.

6.2.1 Avanços até 2013

a) Projeto Videomonitoramento do Estádio Mineirão:

- O Videomonitoramento do Estádio Mineirão é um projeto conjunto da SEDS e da PMMG, que prevê o investimento de 5,2 milhões de reais para a aquisição e instalação de 67 câmeras e o cabeamento por meio de fibra ótica para o envio dos dados para o Centro Integrado de Coordenação e Controle (CICC);
- Em relação ao total de câmeras, 53 serão instaladas nas vias de acesso ao estádio localizadas na área do 34º BPM; 07 serão instaladas nas principais vias de acesso localizadas no centro da cidade, na área do 1º BPM; e 07 serão instaladas nas vias de acesso localizadas na área do 34º BPM;
- No ano de 2013, foi adquirido todo o material permanente do projeto, bem como todo o material de consumo e foi concluída a “Fase A” do projeto, com a instalação de 20 câmeras no entorno do Estádio Mineirão e no centro da cidade.

6.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Projeto Videomonitoramento do Estádio Mineirão: Conclusão da “Fase B”, com instalação de 19 câmeras no entorno do Mineirão, da “Fase C”, com instalação de 28 câmeras e da “Fase D”, com a instalação dos tubos para transmissão da fibra ótica para envio dos dados das câmeras da “Fase C”, para o CICC;

b) Projeto Videomonitoramento na cidade de Uberaba: Instalação de 54 câmeras, com investimento total de 3,7 milhões;

c) Projeto Videomonitoramento Bloco 1: Instalação de 32 câmeras em Divinópolis, 16 em Araguari, 16 em Patos de Minas, 16 em Ituiutaba, 16 em Unaí, 16 em Paracatu e 104 Uberlândia, com investimento total de 12,3 milhões;

d) Projeto Videomonitoramento Bloco 2: Instalação de 54 câmeras em Juiz de Fora, 52 em Montes Claros, 16 em Passos, 16 em Teófilo Otoni, 16 em Janaúba e 16 em Pouso Alegre, com investimento total de 9,7 milhões;

e) Projeto Videomonitoramento Bloco 3: Instalação de 92 câmeras em Contagem, 16 em Ribeirão das Neves, 32 em Betim, 16 em Nova Lima e 145 em Belo Horizonte, com investimento total de 14,5 milhões;

f) Programa de manutenção e ampliação dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações: entre os anos de 2013 e 2014, estão sendo implantadas 52 torres de rádio-comunicação em diversos municípios e ocorrendo a substituição das centrais telefônicas por tecnologia de voz sobre IP, de forma a melhorar a qualidade e a segurança da comunicação policial durante as operações, cercos e bloqueios a quadrilhas e criminosos foragidos e/ou no cometimento de crimes, com investimento total de 12,2 milhões de reais.

g) Projeto de aquisição de rádios digitais: em 2014, serão adquiridos 27 rádios fixo, 190 rádios móveis e 414 rádios portáteis para a digitalização da rede rádio da Diretoria de Inteligência, Corregedoria, Batalhão de Polícia de Eventos, Batalhão ROTAM, Batalhão de Rádio Patrulhamento Aéreo, Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, Batalhão de Policiamento de Guardas, Comando de Policiamento Especial e Companhia Independente de Cães, com investimento de 3,7 milhões de reais.

6.2.3 Planejamento a médio prazo

Ampliação do Projeto Videomonitoramento para outros municípios não contemplados

EIXO POLÍCIA JUDICIÁRIA E APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS - A ATUAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Implantar a Investigação Modelo no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG).

- Desenvolver padrões pertinentes ao processo de investigação policial.
- Melhorar o processo de investigação a partir do desenvolvimento do Sistema de Gestão do Conhecimento Finalístico da Polícia Civil, apoiado por inovações tecnológicas e recursos de TI.
- Desenvolver a Delegacia Virtual na Polícia Civil.
- Modernizar a infraestrutura de Delegacias para adequá-las aos novos padrões da Investigação Modelo.

2. Readequar a política de estabelecimento e atendimento de metas da Polícia Civil.

- Desenvolver indicadores finalísticos da Polícia Civil mais ajustados às funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais e que possibilite mensurar a atuação de todas as carreiras policiais civis.

3. Aprimorar a atividade pericial da Polícia Civil.

- Fortalecer a interação entre a perícia criminal, a medicina legal e as demais ações investigativas da Polícia Civil.

4. Ampliar as ações de apoio à atividade finalística da Polícia Civil.

- Melhorar as condições materiais de trabalho do policial civil.
- Renovar a frota da Polícia Civil.
- Aperfeiçoar o atendimento à saúde dos servidores da Polícia Civil.

5. Fortalecer a gestão de pessoas na Polícia Civil, incluindo ensino e valorização profissional, correção e controle de qualidade.

- Realizar o provimento de cargos dos quadros de pessoal de todas as carreiras da PCMG e aperfeiçoar o sistema de ensino policial civil.
- Adequar o regulamento do plano de carreira dos policiais civis de forma a assegurar o desenvolvimento profissional segundo critérios predominantemente objetivos e meritocráticos.

- Fortalecer as atividades de correição para tornar mais eficaz a atuação da Corregedoria-Geral da Polícia Civil.

6. Implementar o Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

- Executar os planos de ação dirigidos aos viabilizadores estratégicos da Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

- Suprir lacunas do conhecimento estratégico identificadas no Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

7. Modernizar a identificação civil e criminal de competência da Polícia Civil.

- Reestruturar o Instituto de Identificação da Polícia Civil (IIMG).

- Investir em tecnologias que possam potencializar a identificação civil e criminal.

8. Transferir integralmente a direção de unidades carcerárias sob responsabilidade da Polícia Civil para a SUAPI/SEDS.

- Dar continuidade à estratégia de assunção das cadeias públicas detalhando ações, temporalidade e responsabilidades no conjunto do planejamento da SEDS e PCMG.

9. Consolidar estratégias de mediação de conflitos e policiamento comunitário no âmbito da Polícia Civil.

- Estruturar as unidades responsáveis pela execução da mediação de conflitos e policiamento comunitário e potencializar a capacidade de monitoramento das ações respectivas no âmbito da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária.

10. Reforçar intervenções estratégicas na atuação operacional da Polícia Civil.

- Incrementar o cumprimento das metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), particularmente a Meta 2.

- Aprimorar as atividades de plantão regionalizado.

- Intensificar articulação entre delegacias especializadas e territoriais.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Construção, reforma e estruturação de Delegacias para implantação do Projeto Delegacia Modelo, com investimento de 26,3 milhões de reais.
- Aquisição de viaturas para a Polícia Civil, totalizando 31,1 milhões de reais de investimento.
- Aquisição de equipamentos para o Projeto Inovações Tecnológicas para Investigação Criminal, somando cerca de 17,4 milhões de reais de investimento.
- Construção do Núcleo Integrado de Perícias Criminais, somando investimento de 14 milhões de reais.
- Implementação da Delegacia Virtual, totalizando 1,1 milhão de reais de investimento.
- Construção e estruturação de Postos de Perícia Criminal Integrados (PPIs), contando com cerca de 9,2 milhões de reais de investimento.
- Reforma e aquisição de equipamentos para o Instituto de Identificação de Minas Gerais (IIMG), com investimento de 2 milhões de reais.
- Construção do Auditório da ACADEPOL, totalizando 4 milhões de reais de investimento.
- Reformas e estruturação de unidades da Polícia Civil de Minas Gerais, somando cerca de 11,6 milhões de reais de investimento.
- Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento, com 3 milhões de reais de investimento.
- Disseminação de Acesso do PCNet, somando 3,1 milhões de reais de investimento.
- Modernização da identificação civil e criminal, com identificação biométrica computadorizada de indivíduos, incluindo melhorias no PCNet, totalizando cerca de 8 milhões de reais de investimento. Os recursos necessários a essa ação estão sendo negociados com o BID.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Implantar a Investigação Modelo no âmbito da Polícia Civil

1.1 Ação - Desenvolver padrões pertinentes ao processo de investigação policial

1.1.1 Avanços até 2013

a) Realização de estudo, em 2010, acerca de modelo referencial de Delegacias de Polícia Civil, denominado Projeto de Remodelagem das Unidades Policiais, por intermédio de consultoria do Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). O projeto tratou da definição de um padrão para as unidades policiais civis do Estado de Minas Gerais, tanto no que se refere à sua infraestrutura quanto ao seu funcionamento, mapeando algumas etapas que compõem o Macroprocesso de Investigação Criminal: identificação do fato; levantamento no local de crime; perícia de crime contra o patrimônio; levantamento de vida pregressa; oitiva; identificação do autor; gestão documental e mediação de conflitos.

b) Viabilização do projeto “Delegacia Modelo”, que materializa os esforços de remodelagem das unidades policiais civis e sua inserção no portfólio estratégico da Instituição. O projeto visa reestruturar as Delegacias de Polícia e os processos de trabalho relacionados à atividade investigativa, com investimentos da ordem de 27,7 milhões de reais no período 2013-2015.

c) Contratação de consultoria da Fundação João Pinheiro para desenvolvimento de estudo qualitativo acerca das atitudes, valores e crenças sobre o ciclo de produção da investigação policial, assim como para elaboração de dois processos escolhidos como estratégicos pela PCMG, quais sejam: o “Macroprocesso da Investigação Criminal” e um de seus processos, o “Levantamento do Local de Crime”.

1.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Entregar relatório final da Matriz Teórica da Investigação e desenvolver conjunto de procedimentos operacionais de referência sobre a investigação policial, quais sejam, “Macroprocesso da Investigação Criminal” e “Levantamento do Local de Crime”.

b) Difundir os procedimentos operacionais da Investigação Modelo e implementá-los nas unidades piloto do projeto a serem definidas em meados de 2014.

1.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Disseminar a metodologia da Delegacia Modelo para as demais unidades policiais civis do estado.

b) Definir protocolos de atuação pertinentes aos demais processos afetos à investigação como oitiva, identificação do autor e levantamento de vida pregressa.

1.2 Ação – Melhorar o processo de investigação a partir do desenvolvimento do Sistema de Gestão do Conhecimento Finalístico da Polícia Civil, apoiado por inovações tecnológicas e recursos de TI.

1.2.1 Avanços até 2013

Aquisição de equipamentos de informática e de telecomunicações, tais como computadores (1.100 unidades), notebooks (100 unidades), tablets (500 unidades), impressoras (400 unidades), servidores (24 unidades), gravadores telefônicos (75 unidades) e sistema de interoperabilidade de comunicação de rádio e telefonia, visando aprimorar e otimizar os recursos de informação e comunicação entre as Delegacias de Polícia e outras unidades policiais civis de todo o Estado, com investimento total de 8,5 milhões de reais.

1.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Finalizar os processos de aquisição dos demais equipamentos de informática e de telecomunicações, quais sejam, sistema de videoconferência, 200 equipamentos de gerenciamento de rede, equipamentos de radiocomunicação digital e rede estratégica de alta velocidade, previstos no projeto associado Inovações Tecnológicas, com investimento total de 6 milhões de reais.

b) Contratar e desenvolver a plataforma tecnológica de Gestão do Conhecimento Finalístico da Polícia Civil, o que consistirá em um sistema capaz de integrar e gerir os diversos bancos de dados utilizados pela Instituição (tais como REDS, Sistema de Informações de Segurança Pública – ISP, Rede Infoseg, PCnet, dentre outros), bem como fornecer informações em tempo real que possibilitem a elaboração de estratégias policiais para o enfrentamento do crime, com investimento de 3 milhões de reais.

c) Implementar nas unidades policiais da Regional Noroeste, em caráter de teste operacional, a pronta resposta investigativa, que consiste na combinação da metodologia da Investigação Modelo aos recursos materiais e de inteligência, com o suporte da plataforma tecnológica de gestão do conhecimento finalístico.

1.2.3. Planejamento de médio prazo

a) Concluir a implantação do sistema de Gestão do Conhecimento Finalístico da Polícia Civil, com sua migração para o Complexo da Gameleira, de onde poderá prestar apoio às unidades policiais civis do Estado.

b) Promover a interface e o compartilhamento de dados e informações com outros sistemas e instituições dos diversos poderes do Estado e esferas de governo.

1.3 Ação – Desenvolver a Delegacia Virtual na Polícia Civil.

1.3.1 Avanços até 2013

Contratação da empresa Ernst & Young Terco, com o apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), para a elaboração do projeto e entrega do desenho da solução da Delegacia Virtual, a partir dos quais foi realizado o processo de aquisição da plataforma tecnológica.

1.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Desenvolver e implantar o sistema da Delegacia Virtual, permitindo ao cidadão, via internet, o registro das seguintes ocorrências: extravio de documentos; extravio de objetos; pessoa desaparecida/pessoa localizada; acidente de veículo sem vítima; dano e veículo localizado/recuperado, com o investimento de 1,1 milhão de reais.

1.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Analisar a viabilidade de expansão das naturezas de ocorrências que possam ser registradas por meio da Delegacia Virtual e promover sua implantação, conforme estudo a ser realizado.

b) Auxiliar na integração da solução tecnológica da Delegacia Virtual com os demais sistemas informatizados utilizados pela Polícia Civil e pelas demais instituições do Sistema de Defesa Social.

1.4 Ação - Modernizar a infraestrutura de Delegacias para adequá-las aos novos padrões da Investigação Modelo.

1.4.1 Planejamento até dezembro de 2014

a) Reformar as Delegacias Regionais de Polícia Civil de Governador Valadares, Contagem, Uberaba e Leste/BH, com investimento total de 3,3 milhões de reais.

b) Iniciar as obras de reforma do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DIHPP), com investimento de 5,5 milhões de reais.

c) Iniciar as obras de reforma da Divisão Especializada de Operações Especiais (DEOESP), com investimento de 1,6 milhão de reais.

d) Iniciar as obras de construção do Departamento de Investigação de Crimes Contra o Patrimônio (DICCP), com investimento de 6,4 milhões de reais.

e) Iniciar as obras de construção da Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberlândia, com investimento de 3 milhões de reais.

1.4.1 Planejamento de médio prazo:

Concluir a reforma do DIHPP, a reforma da DEOESP, a construção do DICCP e a construção da Delegacia Regional de Polícia Civil de Uberlândia.

2. Readequar a política de estabelecimento e atendimento de metas da Polícia Civil.

2.1 Ação - Desenvolver indicadores finalísticos da Polícia Civil mais ajustados às funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais e que possibilite mensurar a atuação de todas as carreiras policiais civis.

2.1.1 Avanços até 2013

a) Elaboração de estudos que sugerem aprimoramentos na gestão sobre o inquérito policial: definição de critérios para mensuração do percentual de inquéritos com fato elucidado e para avaliação de sua qualidade.

b) Realização de melhorias no sistema PCnet.

c) Conclusão do projeto “Disseminação de Acesso” aos sistemas de informação da PCMG, contemplando os Departamentos de Polícia Civil de Lavras, Ipatinga, Barbacena, Pouso Alegre, Poços de Caldas e Teófilo Otoni, atingindo assim 100% das unidades policiais do Estado integradas à internet e aos bancos de dados da instituição com aquisição de equipamentos e capacitação de 1.400 policiais nos sistemas REDS e PCnet, totalizando investimentos da ordem de 4 milhões de reais.

2.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Dar continuidade aos trabalhos de análise e identificação de pontos de melhoria dos indicadores finalístico específicos da PCMG.

2.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Desenvolver e implementar indicador relacionado à qualidade da investigação criminal e ao exercício da polícia judiciária.

b) Executar melhorias adicionais no PCnet para viabilizar novas possibilidades de avaliação sobre o desempenho de todas as carreiras policiais civis no cumprimento das metas institucionais.

3. Aprimorar a atividade pericial da Polícia Civil

3.1. Ação – Fortalecer a interação entre a perícia criminal, a medicina legal e as demais ações investigativas da Polícia Civil.

3.1.1 Avanços até 2013

a) Execução de ações de desconcentração das atividades de perícia e de medicina legal, a partir de 2004, por meio da construção e implantação dos denominados Postos de Perícia Integrada (PPI), que agregam serviços de perícia criminal e medicina legal em regiões estratégicas de Minas: São João Del Rey, Diamantina, Frutal, Governador Valadares, Januária, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Ubá e Betim.

b) Aumento da produtividade e eficiência do trabalho pericial a partir das ações de desconcentração, tendo como resultado, no ano de 2012, a elaboração de 300.000 laudos referentes às perícias técnicas (Medicina Legal e Perícia Criminal), o que representa o incremento de 20% em relação ao ano anterior.

c) Elaboração do projeto “Perícia Criminal Integrada” e sua inclusão no portfólio estratégico da PCMG com o objetivo de reduzir o tempo de conclusão das perícias e melhorar o atendimento às demandas referentes a exames periciais, com previsão total de investimentos de 24,8 milhões de reais em obras e equipamentos no período 2013-2015.

3.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Construir o PPI de Uberaba, no valor de 2,8 milhões de reais.

b) Iniciar as obras do PPI de Uberlândia e do PPI de Juiz de Fora, com investimentos de 2,4 milhões de reais cada.

c) Adquirir equipamentos e mobiliários para os PPI de Uberaba, Uberlândia e Juiz de Fora, no valor aproximado de 1,6 milhão de reais.

d) Iniciar a obra do Núcleo Integrado de Perícias, que reunirá, no mesmo espaço físico, o Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC), articulando a perícia criminal no Estado e uniformizando os processos de perícia em conjunto com os procedimentos operacionais de referência sobre a investigação criminal, com investimento total previsto de 14 milhões de reais.

e) Concluir a execução do Convênio Federal nº 776744/2012, firmado entre a Instituição e a Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça (SENASP/MJ), para aquisição de invólucros de segurança e veículos, com investimento no valor de 565 mil reais.

f) Executar o Convênio Federal nº 792975/2013, firmado entre a Instituição e a SENASP/MJ, para aquisição de equipamentos de perícia médico-legais, tais como para identificação de projetis, estudos radiológicos e amplificação de DNA, no valor total de 2,2 milhões de reais

3.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Concluir as obras do Núcleo Integrado de Perícias e dos PPIs de Uberlândia e Juiz de Fora.

b) Aperfeiçoar as atividades de perícia criminal e de medicina legal por meio da elaboração e da revisão de procedimentos operacionais padrão.

4. Ampliar as ações de apoio à atividade finalística da Polícia Civil

4.1 Ação – Melhorar as condições materiais de trabalho do policial civil.

4.1.1 Avanços até 2013

a) Concepção do projeto “Modernização da Polícia Civil”, que mapeou e estabeleceu intervenções estruturais prioritárias em diversas unidades policiais civis do Estado, com previsão de investimentos de 24,8 milhões de reais no período 2013-2015.

b) Contratação e conclusão de projetos executivos para ampliação e adequação de unidades policiais civis e do auditório da Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Acadepol).

4.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Executar obras de reforma e reestruturação das seguintes unidades policiais: Diretoria de Logística e Patrimônio da SPGF, Delegacia Regional de Sete Lagoas, Delegacia de Polícia de Lambari, Delegacia Regional e Posto Médico Legal de Campo Belo, 4ª Delegacia de Polícia de Betim, 3ª Delegacia de Polícia do Barreiro, Delegacia de Polícia de Boa Esperança e Delegacia Regional de Ipatinga, com investimento total de 3,3 milhões de reais.

b) Construir o auditório da Acadepol, para o qual serão investidos 4 milhões de reais.

c) Adquirir mobiliário e equipamentos para unidades policiais civis, no valor aproximado de 4,2 milhões de reais.

d) Adquirir armamento convencional de porte de pronto emprego para uso no serviço tático-operacional, no valor de 4,5 milhões de reais.

4.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Manter rotina de reposição de mobiliário e equipamentos para as unidades da Polícia Civil.

b) Melhorar a infraestrutura das demais unidades da Polícia Civil.

4.2 Ação – Renovar a frota da Polícia Civil.

4.2.1 Avanços até 2013

a) Realização de diagnóstico sobre a composição e condições da frota da PCMG, por meio do qual se concluiu pela necessidade de aprimorar a gestão da frota, imprimindo maior agilidade na manutenção e substituição de viaturas com cinco anos ou mais de utilização ou 150.000 quilômetros rodados.

b) Aquisição e distribuição, no ano de 2013, de 182 veículos, o que representou um investimento de 16,3 milhões de reais. Deste montante, foram destinados 4,3 milhões de reais para a renovação da frota de rabeções da instituição, com aquisição de 30 unidades.

4.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Adquirir e distribuir 650 viaturas policiais, entre caracterizadas e descaracterizadas, resultando em investimentos da ordem de 26,8 milhões de reais.

4.2.3 Planejamento de médio prazo

Elaborar estudo acerca da contratação de serviços de manutenção e abastecimento

de veículos, racionalizando o uso de recursos materiais e financeiros e melhorando a disponibilidade de frota em boas condições.

4.3 Ação – Aperfeiçoar o atendimento à saúde dos servidores da Polícia Civil.

4.3.1 Avanços até 2013

Publicação do Decreto nº 232, de 23 de abril de 2013, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação de imóvel para futuras instalações do Hospital da Polícia Civil, no bairro Carlos Prates.

4.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Executar as atividades de estruturação necessárias ao pleno funcionamento do Hospital da PCMG.
- b)** Possibilitar a nomeação e posse de Analistas da Polícia Civil para atuar no Hospital da PCMG.
- c)** Adquirir equipamentos hospitalares para o Hospital da Polícia Civil, no valor de 2 milhões de reais.

4.3.3 Planejamento de médio prazo

Elaborar estudo sobre a viabilidade de aumento das especialidades médicas ofertadas aos servidores policiais civis, bem como de serviços de internações e de assistência de maior complexidade.

5. Fortalecer a gestão de pessoas na Polícia Civil, incluindo ensino e valorização profissional, correção e controle de qualidade

5.1 Ação – Realizar o provimento de cargos dos quadros de pessoal de todas as carreiras da PCMG e aperfeiçoar o sistema de ensino policial civil. demais ações investigativas da Polícia Civil.

5.1.1 Avanços até 2013

- a)** Realização de Estudo, em 2008, em parceria com o INDG para definição de parâmetros de desempenho e dimensionamento do efetivo necessário à demanda de investigação e inquéritos na Instituição. Para um cenário de boa qualidade do serviço policial civil, concluiu-se a necessidade de 18.875 servidores efetivos.
- b)** Criação, com a Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, de 5.412 cargos para policiais civis. Desta forma, a Polícia Civil passou a contar com 1.486 cargos de servidores administrativos das carreiras de Analista e Técnico Assistente da Polícia Civil, além de 17.517 cargos das carreiras de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Médico Legista e Perito Criminal, somando o total de 19.003 cargos efetivos.

c) Viabilização, em 2013, da posse de 415 Escrivães de Polícia, 413 Delegados de Polícia, 720 Técnicos Assistentes da Polícia Civil e realização de concurso público para provimento de 415 cargos de Analistas da Polícia Civil, 121 cargos de Médico Legista e de 95 cargos de Perito Criminal.

5.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Possibilitar a nomeação e posse de 415 Analistas da Polícia Civil, 121 Médicos Legistas e 95 Peritos Criminais.

b) Reorganizar a Academia de Polícia Civil com a definição das competências de suas unidades para potencializar a capacidade do órgão na execução de cursos de formação policial e de aprimoramento profissional.

5.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Propor projeto de lei para reorganizar o sistema de ensino da Polícia Civil, de forma a definir regras sobre formação policial e aprimoramento profissional, entre outros, reforçando o foco em atividades típicas da PCMG, tais como técnicas de investigação criminal e de exercício das funções de polícia judiciária, tornando a Acadepol o locus de construção do conhecimento tático-operacional da PCMG.

b) Realizar concurso público para a carreira de Investigador de Polícia.

c) Desenvolver e promover cursos voltados à atividade de inteligência policial, a fim de reforçar a produção de informações mais qualificadas para a apuração de infrações penais por meio da investigação criminal.

5.2 Ação – Adequar o regulamento do plano de carreira dos policiais civis de forma a assegurar o desenvolvimento profissional segundo critérios predominantemente objetivos e meritocráticos.

5.2.1 Avanços até 2013

a) Edição da Lei Complementar nº 129, de 2013, com previsão sobre a definição de critérios objetivos para a promoção por merecimento, de forma que a edição do novo regulamento deve levar em conta o desempenho e a capacitação profissional.

b) Captação, por meio da intranet da PCMG e das entidades de representação de classe dos policiais civis, de sugestões para a reformulação do regulamento do plano de carreira dos policiais civis.

5.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Editar novo decreto que “Contém o Regulamento do Plano de Carreira dos Policiais Civis do Estado de Minas Gerais”.

b) Realizar promoções de policiais civis com aplicação e observância dos novos critérios, em conformidade com a Lei Orgânica da Polícia Civil.

5.2.3. Planejamento de médio prazo

Assegurar que as promoções em razão do mérito profissional deem efetividade aos critérios desenvolvidos e normatizados.

5.3 Ação – Fortalecer as atividades de correição para tornar mais eficaz a atuação da Corregedoria-Geral da Polícia Civil.

5.3.1 Avanços até 2013

Edição da Lei Complementar nº 129 de 2013, com previsão em seu artigo 116 de que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar contendo o Estatuto Disciplinar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

5.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Reorganizar a estrutura da Corregedoria-Geral de Polícia Civil com a definição das competências de suas unidades para potencializar a capacidade do órgão na execução de atividades de correição e de controle de qualidade do trabalho policial civil.

b) Viabilizar o encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais de projeto de Lei Complementar sobre o “Estatuto Disciplinar da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais” por meio de ato do Chefe do Poder Executivo.

5.3.3. Planejamento de médio prazo

Fomentar a edição do “Regulamento Disciplinar da Polícia Civil” e adotar medidas para sua efetiva implantação na instituição.

6. Implementar o Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil

6.1 Ação – Executar os planos de ação dirigidos aos viabilizadores estratégicos da Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

6.1.1 Avanços até 2013

a) Elaboração do diagnóstico de maturidade da Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

b) Identificação dos fatores críticos ao sucesso da implantação da Gestão do Conhecimento e sistematização das estratégias de intervenção.

6.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realizar workshops de trabalho do projeto Gestão do Conhecimento, com a participação da administração superior e chefias intermediárias de unidades da Polícia Civil.

b) Modelar sistemas de trabalho e processos de apoio finalísticos, priorizando o compartilhamento do conhecimento e reduzindo o retrabalho.

c) Lançar e divulgar o Plano Setorial de Gestão do Conhecimento na Polícia Civil, bem como difundir as ações e resultados decorrentes dessa implantação.

6.1.3 Planejamento de médio prazo

Investir em programas de capacitação de servidores sobre a Gestão do Conhecimento.

6.2 Ação – Suprir lacunas do conhecimento estratégico identificadas no Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

6.2.1 Avanços até 2013

Identificação, priorização e elaboração de planos de ação de seis lacunas do conhecimento estratégico na Polícia Civil: atendimento ao cidadão; conhecimento tácito dos servidores; gestão da frota; gestão do conhecimento finalístico; mapeamento de talentos e repositório normativo.

6.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Desenvolver projeto de intervenção referente a uma lacuna identificada no Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil, qual seja, “a gestão do conhecimento finalístico”.

6.2.3 Planejamento de médio prazo

Elaborar e desenvolver projeto pertinente às demais lacunas identificadas no Plano Setorial de Gestão do Conhecimento da Polícia Civil.

7. Modernizar a identificação civil e criminal de competência da Polícia Civil

7.1 Ação – Reestruturar o Instituto de Identificação da Polícia Civil (IIMG).

7.1.1 Avanços até 2013

- a) Início das obras de reforma do prédio-sede do IIMG.
- b) Substituição de profissionais contratados por servidores de carreira da PCMG com o aumento da força de trabalho da equipe do IIMG.
- c) Edição da Lei Complementar nº 129 de 2013, e do Decreto nº 46.173 de 2013, que definem atividades de identificação civil e criminal como atribuições das carreiras da Polícia Civil.

7.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Concluir as intervenções na infraestrutura do prédio-sede do IIMG, com investimento total de 2,8 milhões de reais.

b) Adquirir mobiliários e equipamentos para o IIMG, com investimento de 370 mil reais.

c) Capacitar os servidores de carreira da PCMG admitidos por meio de concurso público para reforçar a equipe de profissionais do IIMG.

d) Estabelecer procedimentos operacionais padrão pertinentes à identificação civil com a finalidade de aperfeiçoar os serviços de emissão de Carteira de Identidade e monitorar a respectiva implantação, inclusive no âmbito das Unidades de Atendimento Integrado (UAI).

7.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Classificar e digitalizar, aproximadamente, 6.000.000 de fichas datiloscópicas para integração ao arquivo de identificação do IIMG.

b) Potencializar a atuação das comissões volantes por meio da aquisição de equipamentos específicos ao desenvolvimento da atividade de identificação.

7.2 Ação – Investir em tecnologias que possam potencializar a identificação civil e criminal.

7.2.1 Avanços até 2013

Realização de diagnóstico e elaboração de projeto para a modernização da identificação civil e criminal no Estado, no que concerne à implantação de Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS), reconhecimento facial, conversão dos arquivos existentes e adoção de outras tecnologias.

7.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aperfeiçoar o sistema de identificação utilizado pela Instituição, em consonância aos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) elaborados, por meio de manutenção evolutiva.

7.2.3 Planejamento de médio prazo

Viabilizar a modernização da identificação civil e criminal no Estado, no que concerne à implantação do AFIS, reconhecimento facial, identificação biométrica, conversão dos arquivos existentes e adoção de outras tecnologias.

8. Transferir integralmente a direção de unidades carcerárias sob responsabilidade da Polícia Civil para a SUAPI/SEDS.

8.1 Ação – Dar continuidade à estratégia de assunção das cadeias públicas detalhando ações, temporalidade e responsabilidades no conjunto do planejamento da SEDS e PCMG.

8.1.1 Avanços até 2013

a) Mapeamento de todas as unidades carcerárias ainda sob direção da Polícia Civil, com levantamento sobre estrutura física (se independente ou anexa à Delegacia de Polícia), capacidade legal de ocupação e ocupação efetiva.

b) Desativação ou assunção, por parte da SUAPI/SEDS, de 106 cadeias públicas. Atualmente, 121 cadeias públicas ainda estão sob a direção da PCMG, localizadas em áreas circunscricionais do 3º ao 18º Departamentos de Polícia Civil.

8.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Transferir para a SUAPI/SEDS, a direção de onze unidades carcerárias sob responsabilidade da PCMG. As cadeias públicas estão situadas nas seguintes cidades: Itabirito; Congonhas; Capelinha; Guanhães; Machado; Bocaiúva; Resplendor; Corinto e Três Marias.

b) Estabelecer rotina de comunicação com a SUASE/SEDS sobre a existência de adolescentes acautelados em unidades prisionais sob responsabilidade da Polícia Civil.

8.1.3 Planejamento de médio prazo

Finalizar o processo de assunção de cadeias públicas por parte da SUAPI/SEDS.

9. Consolidar estratégias de mediação de conflitos e policiamento comunitário no âmbito da Polícia Civil

9.1 Estruturar as unidades responsáveis pela execução da mediação de conflitos e policiamento comunitário e potencializar a capacidade de monitoramento das ações respectivas no âmbito da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária.

9.1.1 Avanços até 2013

a) Instituição do Centro de Referência de Polícia Comunitária da Polícia Civil por meio da edição da resolução nº 6.812/2005, vinculado à Academia de Polícia Civil, com competência para fomentar e coordenar os projetos e programas de polícia comunitária no âmbito de todas as unidades policiais civis do Estado.

b) Regulamentação do uso de práticas de solução pacífica de conflitos por meio da mediação no âmbito das ações da Polícia Civil por meio da Resolução nº 7.169/2009. Com esta regulamentação, estão explicitadas as diretrizes e princípios da metodologia de mediação de conflitos interpessoais ou comunitários que importem em potencialização dos riscos sociais de violência e criminalidade.

c) Implantação de Núcleos de Prevenção à Violência e Criminalidade - MEDIAR no âmbito da Polícia Civil. Atualmente, a Polícia Civil conta com diversos Núcleos MEDIAR, instalados em Delegacias do 1º Departamento de Polícia Civil de Belo Horizonte (Leste, Sul, Venda Nova, Barreiro, Noroeste, Delegacia Especializada de

Atendimento à Pessoa com Deficiência e ao Idoso), além de unidades em Santa Luzia, Vespasiano, Betim, Contagem e Ouro Preto. Além de viabilizar serviços de polícia judiciária e de apuração da infração penal, os Núcleos produzem conhecimento sobre a realidade criminológica de ambientes comunitários em geral, contribuindo para a busca de soluções pacíficas de conflitos mediante estratégias de relacionamento interinstitucional, de prevenção criminal e de reorganização dos espaços entre conviventes das comunidades.

9.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Consolidar a metodologia da mediação para a resolução de conflitos, por meio da reestruturação material dos Núcleos existentes, capacitar servidores e divulgar os serviços de mediação, conforme termos do Convênio Federal nº 765095/2011, firmado entre a Instituição e a Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - SENASP/MJ, em fase de execução. Serão adquiridos equipamentos de informática, viaturas, material de divulgação e base comunitária móvel, com investimento de 1,3 milhão de reais.

b) Expandir territorialmente as ações afetas à resolução de conflitos, com implantação de mais duas unidades MEDIAR em Contagem, uma unidade em Ribeirão das Neves e uma unidade em Ibirité.

c) Aprimorar a capacidade de monitoramento das ações respectivas à mediação de conflitos e polícia comunitária pela Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária.

9.1.3. Planejamento de médio prazo

a) Avaliar a possibilidade de expansão dos Núcleos MEDIAR para unidades policiais civis do interior do Estado, a partir de diagnóstico que considere, dentre outros critérios, a área e o número de registros de crimes de menor potencial ofensivo.

b) Desenvolver interface entre os Núcleos MEDIAR e os Centros de Prevenção à Criminalidade da CPEC/SEDS, a fim de promover capacitações, estudos de casos e outras ações de forma conjunta.

10. Reforçar intervenções estratégicas na atuação operacional da Polícia Civil

10.1 Ação - Incrementar o cumprimento das metas Enasp, particularmente a Meta 2.

10.1.1 Avanços até 2013

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado de parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ). Uma das metas da Enasp, conhecida como Meta 2, consiste em concluir inquéritos e procedimentos que investigam homicídios dolosos, consumados ou tentados,

instaurados até 31 de dezembro de 2007, e que ainda estejam pendentes de finalização. A Meta 2 é considerada cumprida com 90% dos inquéritos anteriores a 31 de dezembro de 2007 finalizados. A definição do corte da meta sobre os inquéritos instaurados até 31 de dezembro de 2007 foi uma decisão do Grupo de Persecução Penal da Enasp, que tomou por base a experiência dos delegados participantes quanto ao tempo máximo que poderia durar uma investigação (três anos) para que suas chances de êxito fossem efetivas. Tomou-se em conta, ainda, a própria viabilidade da meta, diante do volume que se estimava existir de inquéritos instaurados até dezembro de 2007 e ainda sem conclusão. Em Minas Gerais, até dezembro de 2013, foi concluída 34,7% da meta, correspondente a 4.170 inquéritos finalizados.

10.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Atingir 45% da taxa acumulada de cumprimento da Meta 2, correspondente à finalização de, aproximadamente, 5.400 inquéritos.

10.1.3 Planejamento de médio prazo

Atingir 57,4% da taxa acumulada de cumprimento da Meta 2, percentual equivalente à média nacional.

10.2 Ação – Aprimorar as atividades de plantão regionalizado.

10.2.1 Avanços até 2013

a) Realização de diagnóstico sobre o atendimento de ocorrências nos plantões regionalizados, considerando, dentre outros elementos, sua natureza (se delitos de menor potencial ofensivo), tempo de atendimento, bem como tempo e custo médio de deslocamento dos policiais.

b) Elaboração do projeto “Procedimento Virtual de Polícia Judiciária e Justiça Criminal” e sua implementação, em caráter experimental, em Ubá e Unaí. A proposta consiste no contato prévio do policial responsável pelo registro do REDS com o Delegado de Polícia de plantão, podendo este solicitar o deslocamento dos policiais e envolvidos à unidade de plantão somente se o caso demandar a formalização de auto de prisão em flagrante, comunicando a prisão, por meio virtual, ao juiz, ao promotor de justiça e ao defensor público. A pessoa presa em flagrante delito dará entrada no sistema prisional do local em que foi autuado, e não onde cometeu a infração penal, com sua respectiva transferência para a unidade prisional no primeiro dia útil subsequente. Se o episódio exigir apenas a elaboração de TCO ou se a vítima não manifestar interesse de representar, o Delegado poderá proferir despacho escrito também por meio eletrônico. Com tais mudanças, pretende-se dar mais agilidade ao atendimento das ocorrências e reduzir gastos com o deslocamento de policiais, como manutenção de veículos, combustíveis e diárias.

10.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Implantar o Procedimento Virtual de Polícia Judiciária e Justiça Criminal em todas as Delegacias Regionais de Polícia Civil do Estado onde houver o plantão regionalizado, com exceção de Belo Horizonte e região metropolitana.

b) Elaborar, com os demais órgãos do sistema de Defesa Social e Justiça Criminal, resolução conjunta que regulamente o Procedimento Virtual de Polícia Judiciária e Justiça Criminal.

c) Implantar sistema de acompanhamento de ocorrências, por meio de painéis eletrônicos atualizados em tempo real, nas Delegacias de Polícia de plantão do Barreiro e de Venda Nova, na Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres em Belo Horizonte, na Coordenação de Operações Policiais do Detran-MG, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) e no Juizado Especial.

10.2.3 Planejamento de médio prazo

Implantar sistema de acompanhamento de ocorrências nas maiores Delegacias de Polícia de plantão da RMBH e do interior, quais sejam, Uberlândia, Uberaba, Contagem, Betim e Governador Valadares.

10.3 Ação – Intensificar articulação entre delegacias especializadas e territoriais.

10.3.1 Avanços até 2013

a) Implantação de unidades avançadas da Delegacia Especializada de Apuração de Ato Infracional (DEAI), para atuação nas Delegacias Regionais de Polícia Civil de Belo Horizonte.

b) Instituição de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), subordinadas, tecnicamente, ao Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família (DIOPF) e, administrativamente, às respectivas Delegacias Regionais de Polícia Civil.

c) Implantação de Delegacias Especializadas de Investigação de Homicídios (DEH), subordinadas à Divisão Especializada de Crimes Contra a Vida (DICCV), com atuação avançada na área circunscricional das Delegacias Regionais de Polícia Civil de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.

d) Implantação do Laboratório de Investigação de Crime Cibernético, subordinado à Delegacia Especializada de Investigação de Crime Cibernético, para subsidiar a execução e tomada de decisões das unidades policiais civis do Estado em investigações relacionadas a fraudes eletrônicas e demais infrações penais praticadas por meio eletrônico, por meio do compartilhamento de conhecimentos estratégicos e metodologias de investigação, bem como prestação de apoio técnico e orientação às unidades policiais civis.

10.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Editar Decreto de Competências da PCMG com definição de parâmetros para instituição e atuação de Delegacias Especializadas no âmbito circunscricional das Delegacias Regionais de Polícia Civil.

b) Regulamentar o Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância (NAVCRADI), que tem por objetivo atender demandas que se configuram como crimes raciais e de intolerância, bem como monitorar os casos registrados em outras delegacias, além de oferecer atendimentos jurídico, psicológico e social por meio da prestação de serviços de instituições parceiras.

10.3.3 Planejamento de médio prazo

Intensificar, em todo o Estado, a articulação entre Delegacias de Polícia de atuação especializada e Delegacias de Polícia de âmbito territorial.

EIXO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Reduzir o déficit de vagas no Sistema Socioeducativo no tocante a privação de liberdade especialmente a partir das seguintes diretrizes:

- a)** sensibilizar, criar condições e contribuir para que o Poder Judiciário tenha alternativas à Medida Socioeducativa (MSE) de internação;
- b)** investir maciçamente na medida em meio aberto enquanto estratégia prioritária de redução do déficit de vagas;
- c)** expandir, de forma regionalizada, o número de vagas a partir da construção ou ampliação/adequação de unidades, primando pela economicidade na sua implantação.

2. Propor fluxo coordenado entre Vara Infração, Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), rede de assistência e prevenção a partir de dados diários da movimentação infração, a fim de propiciar a abordagem de adolescentes que, conquanto tenham sido representados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e não tenham sofrido aplicação de MSE (internação, semiliberdade e meio aberto), possam ser inseridos em programas de proteção social.

3. Reestruturar a forma de provisão dos serviços de suporte (manutenção predial, reposição de materiais de consumo e permanente, transporte, serviços de tecnologia da informação) de forma que as unidades socioeducativas tenham mais agilidade e efetividade no atendimento às suas demandas.

4. Aumentar significativamente a efetividade das ações correccionais e de fiscalização do trabalho nas unidades socioeducativas, reestruturando a carreira, o perfil e capacitação dos servidores da Corregedoria, gerando mais agilidade e qualidade nas apurações.

5. Avaliar e implementar novas modelagens de gestão das parcerias para execução das medidas de internação, semiliberdade e meio aberto, vinculando desempenho ao repasse financeiro de forma a gerar melhores resultados no cumprimento das medidas.

6. Realizar a convergência doutrinária e metodológica de forma a integrar as lógicas de atendimento e segurança, criando ainda mecanismos de valorização técnica, reequilibrando e rebalanceando estes dois pilares da política socioeducativa e garantindo a transdisciplinaridade.

7. Reestruturar a forma de provisão de pessoal a partir de três diretrizes:

- a)** estabelecer novo fluxo de reposição mais ágil e efetivo;
- b)** criar mecanismos para execução da política com menor gasto de pessoal;
- c)** substituir os agentes socioeducativos e as equipes técnicas, de nível superior, contratadas, por servidores efetivos.

8. Reestruturar o sistema informatizado e o banco de dados da SUASE de forma a obter, em tempo real, informação sobre a situação do adolescente, do cumprimento da medida e da gestão das unidades, focando, especificamente, na capacidade desse sistema de cruzar informações com outros sistemas da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), das Polícias, do TJMG e MPMG, criando ainda condições para o exercício da atividade da inteligência.

9. Promover ações para melhoria contínua do atendimento junto aos adolescentes, considerando os eixos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) para a execução da MSE por meio, principalmente, da implementação de mecanismos de monitoramento, controle (auditoria) e revisão dos procedimentos executados pelas equipes de atendimento e segurança nas Unidades Socioeducativas, bem como garantindo a qualidade da gestão do Sistema.

10. Consolidar as ações de Inteligência no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado por meio da organização estrutural (recursos humanos, materiais, tecnológicos), bem como a criação de assessorias nas Unidades Socioeducativas e a melhoria da articulação com a rede de Inteligência da SEDS.

11. Aprimorar o fluxo de comunicação entre a SUASE e os outros setores da SEDS (Subsecretaria de Administração Prisional - SUAPI, Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade - CPEC, Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema Defesa Social - SUPID) também com as demais instituições que compõe o Sistema de Defesa Social (Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG, Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG), especificando a contribuição de cada uma dessas instituições por meio de diretrizes e protocolos.

12. Avaliar a efetividade da execução da medida, mensurando, inclusive, taxas de reentrada, escolarização, profissionalização, acesso à saúde, cultura, esporte e lazer, de forma a verificar se o propósito da política socioeducativa em relação ao adolescente está conforme os objetivos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e SINASE, inclusive buscando condições de comparação com experiências nacionais e internacionais.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Criação de 210 vagas até dezembro de 2015 por meio da implantação de Centros Socioeducativos nos municípios de Ipatinga, Vespasiano, Tupaciguara, Passos e Janaúba, além da ampliação do Centro Socioeducativo de Teófilo Otoni. Investimento de 13,7 milhões de reais.
- Criação de 320 vagas por meio da implantação de Centros Socioeducativos nos municípios de Contagem, Betim, Muriaé, Nova Serrana, Paracatu, Curvelo, Itabira e Almenara. Já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) 30 milhões de reais para criação das vagas.
- Criação de 160 vagas por meio da construção de Centros Socioeducativos nos municípios de Alfenas e Lavras. Investimento de 32 milhões de reais em negociação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do Governo Federal, além de 600 mil reais para confecção dos projetos executivos.
- Melhoria na estrutura física por meio de reforma em 10 unidades socioeducativas, totalizando cerca de 3,1 milhões de reais.
- Instalação e/ou redimensionamento de sistema de aquecimento solar nas Unidades Socioeducativas de Juiz de Fora, Centro de Internação Provisória São Benedito e Centro Socioeducativo Santa Terezinha em Belo Horizonte. Investimento de 917 mil reais.
- Desenvolvimento de nova versão do Sistema de Informação do Atendimento às Medidas Socioeducativas (SIAME), com investimento de 1,652 milhão de reais.
- Modernização do Sistema Socioeducativo com a aquisição de veículos, mobiliário, microcomputadores e outros equipamentos eletroeletrônicos para todas as Unidades Socioeducativas, com investimento de 4,527 milhões de reais.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Reduzir o déficit de vagas no Sistema Socioeducativo no tocante à privação de liberdade especialmente a partir das seguintes diretrizes:

- a) investir maciçamente na MSE em Meio Aberto enquanto estratégia prioritária de prevenção à criminalidade violenta, buscando a redução da demanda por MSE de Internação e Semiliberdade;
- b) sensibilizar, criar condições e contribuir para que o Poder Judiciário tenha alternativas à MSE de Internação;
- c) expandir, de forma regionalizada, o número de vagas a partir da construção ou ampliação/adequação de Unidades Socioeducativas, primando pela economicidade na sua implantação.

1.1 Ação – Sensibilizar os órgãos do Sistema de Justiça quanto à adequada aplicação das MSE elencadas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de acordo com o tipo de infração cometida, priorização das Medidas em Meio Aberto e a utilização de mecanismos da Justiça Restaurativa por meio de capacitações via videoconferências, fóruns e demais meios, com o intuito de direcionar as vagas aos casos mais graves, conforme previsto na legislação.

1.1.1 Avanços até 2013

a) Lançamento do Programa Portas Abertas, em abril de 2013, com o intuito de expandir e qualificar a política de atendimento socioeducativo em Meio Aberto no Estado. Foram capacitados cerca de 900 servidores dos Poderes Executivos Municipais e Estadual, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Investimento de 309 mil reais.

b) Articulação com Poder Judiciário para utilização de mecanismos da Justiça Restaurativa. Foram realizados 04 encontros sobre Justiça Restaurativa, em parceria com o Poder Judiciário, nos meses de maio, julho, setembro e dezembro, com os seguintes temas, respectivamente, “Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas”, “Pensando a Justiça Restaurativa”, “Estudo de Caso” e “Práticas Restaurativas: apresentação das Medidas em Meio Aberto (BH), Semiliberdade e Internação”.

1.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Manter o Programa Portas Abertas, capacitando, até o mês de junho, técnicos em todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, completando o ciclo iniciado em 2013. Investimento de 240 mil reais.

b) Inclusão, no conteúdo das capacitações, do fluxo de encaminhamento dos adolescentes em cumprimento da MSE em Meio Aberto para atendimento nos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPC).

c) Avaliação dos resultados do projeto Justiça Restaurativa apresentados pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), implantado, inicialmente, em Belo Horizonte (Portaria-conjunta nº 221/2011). Com isso, em conjunto com o TJMG, verificar a possibilidade de expansão do projeto para os municípios do interior que possuem Unidades Socioeducativas.

d) Promover curso de Justiça Restaurativa para as equipes do Sistema Socioeducativo.

e) Priorizar audiências de Justificação quando o adolescente estiver em descumprimento da medida.

1.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Utilizar estruturas de videoconferência já existentes nos órgãos estaduais (ex.: Secretaria de Estado de Saúde - SES, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTES, Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE), para expansão e consolidação da política de Meio Aberto por meio de capacitações. Desenvolver um curso que possa ser disponibilizado em ambientes virtuais e por meio de teleaulas.

b) Articular com o TJMG a expansão do projeto de Justiça Restaurativa para os municípios que possuem Unidades Socioeducativas.

1.2 Ação - Aumentar o número de vagas disponíveis no Sistema Socioeducativo por meio da expansão regionalizada do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, com a instalação de novas Unidades, via construção, ampliação/adequação de espaços existentes, nos termos do planejamento da SUASE, levando em conta a demanda efetiva de vagas advindas do Sistema Judiciário.

1.2.1 Avanços até 2013

a) Regionalização do Sistema Socioeducativo no Estado por meio da criação de 930 vagas para Internação, Internação Provisória e Semiliberdade entre os anos de 2003 e 2012 em 11 municípios pólos de desenvolvimento.

b) Inauguração do Centro Socioeducativo (CSE) de Unaí com 90 vagas em Maio de 2013. Investimento de 12,5 milhões de reais.

c) Inauguração de um Centro de Internação Provisória (CEIP) com 40 vagas em Açucena em Novembro de 2013. Investimento de 150 mil reais (Unidade provisória até a inauguração da Unidade em Ipatinga).

1.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Adequar espaço para implantação de um CSE em Ipatinga com 40 vagas. Previsão de inauguração em Março de 2014. Investimento de 1,3 milhões de reais.

b) Adequar espaço para implantação de um CSE em Vespasiano com 40 vagas. Previsão de inauguração em Novembro de 2014. Investimento de 2 milhões de reais.

c) Adequar espaço para implantação de um CSE em Passos com 40 vagas. Previsão de inauguração em Novembro de 2014. Investimento de 2,5 milhões de reais.

d) Adequar espaço para implantação de um CEIP em Tupaciguara com 40 vagas. Previsão de inauguração em Novembro de 2014. Investimento de 2,5 milhões de reais.

e) Ampliação de 10 vagas no CSE de Teófilo Otoni. Previsão de conclusão da obra em Julho de 2014. Investimento de 350 mil reais.

1.2.3 Planejamento de médio prazo

Expandir o Sistema Socioeducativo para 100% das Regiões Integradas de Segurança Pública do Estado por meio da criação de novas vagas em CSE e Casas de Semiliberdade:

- adequar espaço para implantação de um CSE em Janaúba com 40 vagas. Previsão para 2º semestre de 2015. Investimento de 5,5 milhões de reais;
- ampliar a estrutura física do CEIP em Tupaciguara visando atender exclusivamente os adolescentes em cumprimento de MSE de Internação;
- ampliar a estrutura física do CSE Divinópolis, com o objetivo de criar 40 novas vagas para Internação;
- implantar casas de Semiliberdade nos municípios de Uberlândia, Contagem e Betim, criando 45 novas vagas;
- implantar Unidades Socioeducativas de Internação nos municípios de Contagem, Betim, Muriaé, Nova Serrana, Paracatu, Curvelo, Itabira e Almenara, totalizando 320 novas vagas. Já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) 30 milhões de reais para criação das vagas;
- implantar Unidades Socioeducativas de Internação nos municípios de Lavras e Alfenas, criando 160 novas vagas. Investimento de 32 milhões de reais em negociação com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do Governo Federal.

1.3 Ação - Articular junto à Defensoria Pública uma estratégia de atuação nos casos em que envolvam defesa de adolescentes acusados do cometimento de atos infracionais, de modo a estimular a substituição do Acautelamento Provisório e a MSE de Internação por outras medidas previstas no artigo 112 do ECA, no caso de atos infracionais que não atendam à condição imperiosa imposta pelo referido artigo.

1.3.1 Planejamento até dezembro 2014

a) Articular junto à Defensoria Pública a garantia de que pelo menos um Defensor Público atue exclusivamente junto às Unidades com mais de 60 adolescentes.

b) Propor capacitações continuadas dos Defensores Públicos nas temáticas e particularidades Socioeducativas nas comarcas que possuem Unidades Socioeducativas.

c) Articular junto à Defensoria Pública a provisão de um Defensor Público para a atuação exclusiva para a matéria da Infância e Juventude em todas as

comarcas do Estado. Objetiva-se garantir que os adolescentes que não possuem condições financeiras de constituir advogado possam ter uma defesa qualificada, contribuindo para decisões judiciais em conformidade com o artigo 122 do ECA.

1.3.2 Planejamento de médio prazo

Manter permanente articulação entre SUASE/SEDS e Defensoria Pública.

1.4 Ação - Desenvolver um modelo arquitetônico que contemple todos os serviços previstos no SINASE e demais legislações vigentes e que possibilite maior agilidade e menor custo de implantação e manutenção, consentâneo com a crescente demanda.

1.4.1 Planejamento até dezembro 2014

Desenvolvimento de um estudo, em parceria com entidades externas como, por exemplo, instituições acadêmicas, baseado nas diretrizes de atendimento Socioeducativo, legislações, procedimentos e metodologias, considerando estruturas pré-moldadas e experiências adotadas em estruturas arquitetônicas de Minas Gerais e outros Estados do País, para elaboração de novo modelo arquitetônico que contemple um programa mínimo de serviços necessários e ainda garanta a viabilidade técnica e econômica para a construção.

1.4.2 Planejamento de médio prazo

Desenvolver um projeto padrão do novo modelo arquitetônico elaborado, que subsidiará novas construções.

1.5 Ação - Diagnosticar entre os municípios com Unidades Socioeducativas quais possuem demanda para implantação do modelo do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA).

1.5.1 Avanços até 2013

a) Estabelecimento de um fluxo mais ágil de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais pelas instituições que compõem o Sistema de Justiça Juvenil de Belo Horizonte com a inauguração do CIA em Belo Horizonte (CIA-BH) em 2008. Garantiu maior agilidade na responsabilização dos adolescentes pelos atos infracionais cometidos. Dados consolidados até dezembro de 2011 apontam que 67% dos adolescentes que passaram pelo CIA-BH entre os anos de 2009 e 2011 foram levados para a 1ª audiência judicial em até 24 horas.

b) Criada resolução conjunta com Poder Judiciário, MPMG, PCMG, PMMG e SUASE, em que ratificaram a intenção de implantar CIA's em Belo Horizonte, Montes Claros, Uberlândia, Governador Valadares e Juiz de Fora.

1.5.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Quantificar e qualificar as informações relativas às apreensões diárias da Polícia Civil nos municípios de Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia e Governador Valadares, bem como, analisar o atual fluxo de encaminhamento dos

adolescentes nestas cidades, com o objetivo de definir a melhor estratégia para responsabilização célere e adequada dos adolescentes.

b) Desenvolver e sistematizar um modelo de fluxo padronizado que possa ser utilizado pelas instituições do Sistema de Justiça Juvenil em municípios que não possuem demanda para implantação de Centros Integrados.

1.5.3 Planejamento de médio prazo

a) Implantar Centros Integrados nos municípios que possuem a demanda necessária.

b) Realizar capacitações dos servidores das instituições do Sistema de Justiça sobre o fluxo sistematizado.

1.6 Ação – Garantir a efetividade da gestão de vagas pelo Poder Executivo Estadual.

1.6.1 Avanços até 2013

Elaboração de uma minuta de resolução conjunta entre SEDS e TJMG, com o objetivo de garantir ao Executivo Estadual a efetiva gestão de vagas.

1.6.2 Planejamento até dezembro 2014

Publicar e divulgar a resolução em todas as comarcas do Estado.

1.6.3 Planejamento de médio prazo

Garantir que a gestão de vagas seja feita exclusivamente pela SEDS/SUASE.

2. Propor fluxo coordenado entre Vara Infração, SUASE, rede de assistência e prevenção a partir de dados diários da movimentação infração, a fim de propiciar a abordagem de adolescentes que, conquanto tenham sido representados pelo MPMG e não tenham sofrido aplicação de MSE (Internação, Semiliberdade e Meio Aberto), possam ser inseridos em programas de proteção social.

2.1 Ação – Articular com SUPID, CPEC e Vara Infração para obtenção de dados diários da movimentação infração, a fim de subsidiar decisão sobre futuros encaminhamentos à rede de atendimento aos adolescentes.

2.1.1 Planejamento até dezembro 2014

a) Desenvolver e implementar um fluxo para disponibilização dos dados sobre os adolescentes apreendidos diariamente em Belo Horizonte.

b) Elaborar diagnóstico quantitativo de adolescentes atendidos no CIA-BH que sejam moradores das áreas de atuação dos CPC's.

c) Organizar uma agenda de atendimento, tendo em vista a limitação de equipes técnicas e de infraestrutura dos CPC's, bem como a quantidade de ações metodológicas já desenvolvidas pelos programas.

2.1.2 Planejamento de médio prazo

a) Desenvolver e implementar um fluxo para disponibilização dos dados, para os órgãos que compõem o Sistema de Defesa Social, sobre os adolescentes apreendidos diariamente nos demais municípios que possuem Unidades Socioeducativas. Também, elaborar um inventário da rede local de proteção ao adolescente nesses municípios.

b) Estabelecer indicador de inserção dos adolescentes nos programas de proteção social.

c) Elaborar um inventário da rede local de proteção ao adolescente em Belo Horizonte, nas áreas em que não existam CPC's.

2.2 Ação – Estabelecer ações integradas entre os órgãos do Sistema de Justiça das comarcas do interior (TJMG, MPMG, Defensoria Pública de Minas Gerais - DPMG, PMMG, PCMG e SUASE), os conselhos de direitos, conselho de segurança pública e os CPC's, com o objetivo de inserir os adolescentes que foram representados pelo Ministério Público e que não receberam MSE ou receberam somente Advertência, em algum programa coordenado pela CPEC ou em atividades de entidades privadas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou demais órgãos públicos.

2.2.1 Avanços até 2013

a) Encaminhamento pontual de adolescentes atendidos em Unidades Socioeducativas para os programas coordenados pela CPEC.

b) Identificação junto à CPEC da residência dos adolescentes que cumpriram MSE de semiliberdade, em relação aos territórios de abrangência dos CPC's.

2.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Realizar projeto piloto em um município com CPC, por meio da elaboração de inventário da rede local para recebimento do adolescente autor de ato infracional.

b) Elaborar, juntamente com as instituições identificadas no inventário, protocolos de encaminhamento no município piloto.

c) Articular com os municípios que realizam o atendimento aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, com o objetivo de disponibilizar aos jovens os serviços dos CPCs.

2.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Avaliar e expandir o projeto piloto para outros municípios com Unidades Socioeducativas.

- b)** Garantir o apoio e fomento de vagas em meio aberto para 100% dos municípios que possuem CPC's.

2.3 Ação - Estabelecer fluxo institucional de compartilhamento de informações sobre adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo que residem nas áreas de abrangência dos CPC's de base local e/ou que sejam monitorados pelo Grupo de Intervenção Estratégica (GIE).

2.3.1 Avanços até 2013

Participação sistemática da Assessoria de Inteligência Socioeducativa nas reuniões do GIE, em todo o estado, com vistas ao compartilhamento de informações sobre adolescentes monitorados.

2.3.2 Planejamento até dezembro 2014

- a)** Identificar e comunicar à CPEC sobre os adolescentes atendidos pela SUASE que residem em áreas de abrangência dos CPC's.

- b)** Realizar intervenções conjuntas, entre equipes dos CPC's e Unidades Socioeducativas, para encaminhamento e apresentação espontânea do adolescente quando de seu desligamento.

- c)** Realizar, pela equipe do CPC, busca ativa do adolescente no território e/ou visitas domiciliares, caso o adolescente não se apresente espontaneamente.

- d)** Compartilhar informações entre as equipes dos CPC's e SUASE a respeito das dinâmicas sociais de criminalidade e violência dos territórios e sobre eventuais restrições de circulação dos adolescentes.

- e)** Realizar levantamento, pela equipe do CPC, de demandas do adolescente ou de sua família e encaminhamento para programas de seu interesse, sejam programas da Prevenção no território, como Fica Vivo! ou Mediação de Conflitos, sejam outros equipamentos e programas da rede local.

- f)** Promover o intercâmbio de metodologias de atendimento e compartilhamento de boas práticas de abordagem ao público egresso, bem como informações sobre o fluxo junto à rede.

- g)** Promover capacitação conjunta para o Núcleo de Encaminhamento para a Família (NEAF) do CIA-BH e para os servidores das Unidades Socioeducativas com a equipe do programa Fica Vivo e Mediação de Conflitos. O objetivo é preparar os servidores para identificarem todos os adolescentes que chegam ao CIA-BH e no caso das Unidades, àqueles que estão perto de serem desligados, que sejam moradores de áreas de atendimento dos CPC's, devendo informar ao adolescente e sua família os programas disponíveis e horários de atendimentos.

- h)** Operacionalizar, em conjunto com a CPEC, agendas de atendimento nos CPC's e preparar as equipes de forma a garantir o atendimento pré-agendado, focado nos adolescentes e nas famílias que tiverem passado pelo CIA-BH.

h) Operacionalizar, em conjunto com a CPEC, agendas de atendimento nos CPC's e preparar as equipes de forma a garantir o atendimento pré-agendado, focado nos adolescentes e nas famílias que tiverem passado pelo CIA-BH.

i) Disponibilizar estatística e informação sobre os adolescentes que chegam ao CIA-BH incluindo àqueles que não recebem aplicação de MSE e sobre os adolescentes que estão nos Centros Socioeducativos de Internação/Internação Provisória e que serão desligados de forma a viabilizar uma ação proativa dos CPC's.

j) Desenvolver ações integradas entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e os CPC's, para atendimentos em comum, de forma que os jovens em cumprimento de MSE em Meio Aberto, que sejam moradores das áreas de abrangência dos Centros, possam ser encaminhados, voluntariamente, para atendimento.

k) Estudar junto com as equipes do CIA-BH a possibilidade de inserção, no Formulário de Atendimentos, de campo específico para o registro de informações necessárias para o direcionamento do atendimento pelos programas de Prevenção à Criminalidade.

3. Reestruturar a forma de provisão dos serviços de suporte (manutenção predial, reposição de materiais de consumo e permanente, transporte, serviços de tecnologia da informação), de forma que as Unidades Socioeducativas tenham mais agilidade e efetividade no atendimento às suas demandas.

3.1 Ação - Avaliar e implementar mecanismos existentes atualmente no Estado (ex.: Caixa Escolar e pronto pagamento), buscando facilitar a execução de algumas despesas pela própria unidade socioeducativa, dirimindo os entraves burocráticos impostos pela legislação que afetam a agilidade para manutenção, consertos, aquisição de pequenos equipamentos e peças de veículos, reparos na estrutura física, por exemplo, concomitante à intensificação de auditorias.

3.1.1 Avanços até 2013

Ampliação dos valores previstos no Decreto nº 37.924, de 16/05/96, por meio dos benefícios alcançados pelo atingimento das metas do Acordo de Resultados.

3.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Realizar estudo sobre a legislação vigente, visando identificar o melhor modelo para execução das despesas descritas acima, por exemplo:

- Decreto nº 37.924, de 16/05/96, que regulamenta as despesas miúdas de pronto pagamento (regime especial de adiantamento) para implantação de um mecanismo que possibilite aquisições ou execução de serviços de valores superiores aos utilizados atualmente na SEDS e sua consequente prestação de contas;

- Normas sobre a regulamentação do Caixa Escolar, adotado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG), focando na forma de utilização e prestação de contas do recurso.

3.1.3 Planejamento de médio prazo

Regulamentar e implementar o novo modelo identificado.

3.2 Ação – Realizar levantamento sobre a estrutura física de todas as Unidades Socioeducativas e promover as reformas necessárias para garantir a readequação da estrutura física dos estabelecimentos conforme disposição do SINASE, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros. Objetiva-se também com esta ação a garantia das condições de salubridade das Unidades Socioeducativas.

3.2.1 Avanços até 2013

a) Realizado diagnóstico da estrutura física das unidades Prisionais e Socioeducativas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em 2012, pela Superintendência de Infraestrutura e Logística.

b) Melhoria na estrutura física por meio de reforma em 10 unidades socioeducativas, totalizando cerca de 3,1 milhões de reais investidos.

3.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Realizar em conjunto com a Subsecretaria de Inovação e Logística (SULOG), vistorias nas Unidades da SUASE e apresentar um relatório conclusivo, apontando quais adequações devem ser realizadas e seus custos.

b) Instalar e/ou redimensionar o sistema de aquecimento solar nas Unidades Socioeducativas de Juiz de Fora, Centro de Internação Provisória São Benedito e Centro Socioeducativo Santa Terezinha em Belo Horizonte. Investimento de 917 mil reais.

c) Reforma de sete Unidades Socioeducativas, totalizando o investimento de 1,8 milhões de reais.

3.2.3 Planejamento de médio prazo

Realizar obras apontadas no relatório conclusivo das vistorias.

4. Aumentar significativamente a efetividade das ações correcionais e de fiscalização do trabalho nas Unidades Socioeducativas, reestruturando a carreira, o perfil e capacitação dos servidores da Corregedoria, gerando mais agilidade e qualidade nas apurações.

4.1 Ação – Reestruturar a carreira dos técnicos que atuam na Corregedoria, de modo a garantir uma carreira específica para a área, bem como definir um perfil específico para estes técnicos.

4.1.1 Planejamento até dezembro 2014

- a)** Rediscutir o perfil de ingresso dos atuais técnicos que atuam na Corregedoria, bem como uma taxa razoável de resolubilidade dos procedimentos que são enviados para a Corregedoria.
- b)** Elaborar um novo plano de capacitações para os técnicos que atuam na Corregedoria.
- c)** Elaborar um perfil profissional e um plano de carreira específica para o corpo técnico que atua na Corregedoria, visando à realização de concurso público.

4.1.2 Planejamento de médio prazo

- a)** Realizar concurso público para contratação de técnicos para Corregedoria, conforme perfil e carreira definida.
- b)** Garantir um programa contínuo de capacitações, a partir do novo plano de capacitações elaborado.

4.2 Ação - Fortalecer a Corregedoria a partir da redefinição de toda a estrutura de correição da SEDS e fomentar a articulação desta com outros órgãos afins, como Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos da Justiça.

4.2.1 Planejamento até dezembro 2014

- a)** Elaborar um estudo técnico-científico para definição de uma equipe mínima para compor a Corregedoria, levando em consideração a atual complexidade dos procedimentos em apuração, o volume de procedimentos e do número de Unidades existentes.
- b)** Criar um grupo permanente de discussão com Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos de Justiça, visando fortalecer a atuação da Corregedoria.

4.2.2 Planejamento de médio prazo

Garantir as apurações com maior qualidade e em menor tempo possível.

5. Avaliar e implementar novas modelagens de gestão das parcerias para execução das medidas de internação, semiliberdade e meio aberto, vinculando desempenho ao repasse financeiro, de forma a gerar melhores resultados no cumprimento das medidas.

5.1 Ação - Realizar estudo normativo e orçamentário para identificar modelos mais eficientes para formalização de instrumentos jurídicos junto às prefeituras e Organizações não Governamentais (ONG's), visando à execução de MSE em Meio Aberto, Internação e Semiliberdade.

5.1.1 Planejamento até dezembro 2014

a) Identificar na legislação vigente, inclusive dialogando com o setor de Termos de Parcerias da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o melhor modelo de formalização de parcerias para execução das Medidas em Meio Aberto, Internação e Semiliberdade, com o objetivo de desburocratizar a execução dos gastos pelos parceiros, bem como garantir maior eficiência estatal na fiscalização deste gasto.

b) Realizar uma parceria como projeto piloto, a partir da conclusão da identificação do melhor instrumento jurídico.

5.1.2 Planejamento de médio prazo

Readequar 100% dos instrumentos jurídicos utilizados até 2014 ao melhor modelo identificado.

5.2 Ação – Analisar tempestivamente as prestações de contas dos convênios.

5.2.1 Avanços até 2013

Publicação do Decreto nº 46.319, de 26/09/2013, que regulamenta a transferência de recursos financeiros mediante convênios de saída, inclusive sobre forma de subvenções sociais, auxílios ou contribuições, celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública do poder executivo estadual com órgãos e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para execução de programa, projeto, atividade, incluindo reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens. O Decreto entra em vigor a partir de Agosto de 2014.

5.2.2 Planejamento até dezembro 2014

Realizar estudo juntamente com a SULOLOG para desenvolver e implementar um fluxo mais célere e adequado para a análise das prestações de contas dos convênios, que possibilite a eliminação do passivo das prestações de conta em aberto.

5.2.3 Planejamento de médio prazo

Repassar recursos para os parceiros somente após aprovação da última prestação de contas realizada pelo conveniente.

5.3 Ação – Após conclusão do item 5.1, implantar indicadores de desempenho nos instrumentos jurídicos que estabelecem a cogestão das medidas de Internação, Semiliberdade e Meio Aberto por meio de ações de avaliação e monitoramento da aplicação destas.

5.3.1 Avanços até 2013

Implementação da metodologia de Gestão do Sistema Socioeducativo (GEDUC) em 2008, garantindo, desde então, o monitoramento e avaliação contínua de indicadores estratégicos.

5.3.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Elaborar estudo normativo, bem como identificar experiências existentes, como a Parceria Público-Privada e termo de parceria, que possibilitem a inclusão de indicadores de desempenho nos instrumentos jurídicos.

b) Implementar uma agenda de visitas nas Casas de Semiliberdade e Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio (CIAAP), mantidas por meio de convênios, com o objetivo de verificar a adequada execução físico-financeira dos instrumentos jurídicos.

c) Fiscalizar trimestralmente a execução físico-financeira dos instrumentos jurídicos para execução da MSE em Meio Aberto.

d) Implementar uma rotina de apresentação de relatórios trimestrais sobre a adequação metodológica da execução dos serviços.

5.3.3 Planejamento de médio prazo

Ter 100% dos instrumentos jurídicos de parceria sendo orientados por **indicadores de desempenho vinculados ao repasse**.

6. Realizar a convergência doutrinária e metodológica de forma a integrar as lógicas de atendimento e segurança, criando ainda mecanismos de valorização técnica, reequilibrando e rebalanceando estes dois pilares da política socioeducativa e garantindo a transdisciplinaridade.

6.1 Ação - Reestruturar os cursos de capacitação oferecidos aos servidores socioeducativos, desenvolvendo e implantando a política de capacitação continuada para os servidores do sistema socioeducativo, como é proposto no SINASE e modelos de gestão da SUASE, bem como, utilizar plataforma de Ensino à Distância (EAD) para realizar as capacitações e treinamentos complementares.

6.1.1 Avanços até 2013

a) Estudo comparativo realizado pela Fundação Getúlio Vargas voltado à identificação e descrição do perfil do agente de segurança socioeducativo considerada a natureza sui generis de sua atividade.

b) Consolidação e formalização da descrição da Política de Atendimento às Medidas Socioeducativas em um único documento com as descrições detalhadas quanto à execução das medidas em meio aberto, de semiliberdade e de privação de liberdade.

c) Elaboração e aprovação dos parâmetros de gestão e formação para criação da ENS pelo Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de homogeneizar a formação dos socioeducadores no país.

6.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Realizar levantamento de necessidades de treinamento junto ao quadro de servidores do sistema socioeducativo (equipe técnica, administrativa e de segurança), verificando as principais defasagens existentes.

b) Realizar capacitação, em conjunto com a EFES, na metodologia de Atendimento às Medidas Socioeducativas elaborada em 2012, nos novos parâmetros definidos no Regimento Interno das Unidades Socioeducativas e no Procedimento Operacional Padrão (POP) de segurança para 500 servidores do sistema socioeducativo.

c) Sugerir adequação do quadro atual da Escola de Formação do Sistema de Defesa Social (EFES), de servidores e professores especializados no ensino socioeducativo, apresentando proposta para atender as necessidades quantitativas e/ou qualitativas.

d) Elaborar em conjunto com a EFES e Escola Nacional da Socioeducação (ENS) um novo plano de ementas/grade curricular/carga horária para capacitação dos socioeducadores de Minas Gerais, bem como equilibrar a carga horária dos temas de segurança e de atendimento.

e) Participação dos servidores especializados no ensino socioeducativo da EFES nas rotinas de planejamento e implementação dos instrumentos de diretrizes da SUASE.

f) Desenvolver módulos de treinamentos complementares que possam ser executados pela Unidade Socioeducativa de vinculação do servidor, utilizando-se também da figura do multiplicador.

g) Formalizar parceria que viabilize a execução de cursos EAD, por exemplo, com as Secretarias de Estado de Saúde e de Educação que utilizam mecanismos como o sistema de vídeo conferência e Canal Minas Saúde, para capacitação dos servidores de Unidades do interior do Estado.

h) Realizar capacitação em gestão de recursos humanos, logística e instrumentos de avaliação e monitoramento, bem como na legislação e literatura relativa à política socioeducativa para 40 diretores de Unidades Socioeducativas da RMBH e núcleo gerencial com a participação de todas as diretorias.

6.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Ser uma referência para a ENS.

b) Dotar a EFES de professores e servidores especializados no ensino socioeducativo, conforme proposta elaborada em 2014.

c) Capacitar 100% dos servidores do Sistema nas temáticas identificadas como defasadas e no novo conteúdo.

d) Treinar 100% dos servidores do sistema nos módulos complementares por, no mínimo, 40 horas anuais.

e) Consolidar a plataforma de EAD como uma das modalidades contínuas e permanentes de capacitações.

f) Dotar os centros socioeducativos de infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) para EAD, de forma que as unidades estejam preparadas para realização dos cursos à distância assim que estes sejam disponibilizados pela EFES.

g) Realizar cursos de capacitação para os servidores via plataforma EAD.

6.2 Ação – Consolidar os planos de carreiras dos profissionais do sistema socioeducativo, primando pela correção das disfunções eventualmente verificadas.

6.2.1 Avanços até 2013

Elaboração do anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre novos planos de carreira para os servidores do sistema socioeducativo.

6.2.2 Planejamento até dezembro 2014

Instituir comissão para revisão e apresentação de um diagnóstico de disfunções nos planos de carreiras dos servidores da SUASE.

6.2.3 Planejamento de médio prazo

Implementar planos de carreiras qualificados para os servidores, equilibrando as áreas técnica, de segurança e administrativa da SUASE.

7. Reestruturar a forma de provisão de pessoal a partir de três diretrizes:

- a) estabelecer novo fluxo de reposição mais ágil e efetivo;
- b) criar mecanismos para execução da política com menor gasto de pessoal;
- c) substituir gradualmente os agentes socioeducativos e as equipes técnicas, de nível superior, contratadas, por servidores efetivos.

7.1 Ação – Garantir a reposição do quadro funcional a partir da abertura de concursos públicos de provas e títulos viabilizando a completa substituição dos agentes socioeducativos e equipes técnicas de nível superior contratadas por servidores efetivos.

7.1.1 Avanços até 2013

Publicação dos editais números 07 e 09 no ano de 2013, com o objetivo de realizar o provimento de cargos das carreiras de assistente executivo, analista executivo, médico da área de defesa social e agente de segurança socioeducativo.

7.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Concluir o concurso público, nomeando 820 agentes socioeducativos e os aprovados nas demais carreiras.

7.1.3 Planejamento de médio prazo

Realizar novos concursos para substituir profissionais contratados remanescentes que ainda permaneceram nesta condição, garantindo que 100% dos profissionais

que compõem as equipes técnicas de nível superior e de segurança sejam concursados.

7.2 Ação – Estabelecer e implementar nova forma de provisão de recursos humanos mais econômica e ágil para compor as equipes responsáveis por serviços de saúde (nível técnico), limpeza, lavanderia e oficinas (auxiliares educacionais).

7.2.1 Planejamento até dezembro 2014

a) Avaliar o melhor modelo para contratação de serviços de limpeza e lavanderia, incluindo na análise a possibilidade de terceirização.

b) Verificar a possibilidade de contratação dos profissionais de saúde via Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG).

c) Avaliar o melhor modelo para o oferecimento de oficinas nas Unidades, incluindo a análise de parcerias com ONG's.

7.2.2 Planejamento de médio prazo

Manter os serviços de saúde, lavanderia, limpeza e oficinas na quantidade e qualidade necessárias, implementando o melhor modelo identificado.

7.3 Ação – Mapear o fluxo de trabalho e dimensionar o número mínimo de profissionais necessários para execução das atividades, incluindo ainda avaliação sobre otimização da alocação.

7.3.1 Avanços até 2013

Realização do estudo “Dimensionamento da Força de Trabalho” pela SEPLAG, em conjunto com a SUASE, visando à otimização das despesas de pessoal. Nele são apontadas alternativas para melhor aproveitamento das horas de trabalho dos agentes socioeducativos (inclusive propondo alteração do formato de plantão utilizado atualmente), profissionais de saúde e outros. Contempla ainda propostas para a melhoria das rotinas de trabalho e melhor distribuição das equipes de trabalho.

7.3.2 Planejamento até dezembro 2014

Aplicar as recomendações propostas no estudo de 2013.

7.3.3 Planejamento de médio prazo

Contratar instituição/empresa especializada na melhoria de fluxos e processos, visando à otimização da rotina diária das Unidades, potencializando a melhor utilização das horas de trabalho disponíveis para os profissionais.

7.4 Ação – Regulamentar o procedimento de substituição quando do desligamento de servidores contratados das Unidades Socioeducativas, primando por uma reposição imediata.

7.4.1 Planejamento até dezembro 2014

Publicar resolução que regulamente o procedimento de substituição de servidores contratados desligados a partir de uma análise conjunta entre SUASE e SULOG.

7.4.2 Planejamento de médio prazo

Viabilizar a imediata substituição em caso de desligamento.

7.5 Ação – Implantar processos de certificação profissional, conduzidos pela SEDS/SUASE, nos parâmetros do SINASE junto aos diretores das Unidades Socioeducativas, com o objetivo de garantir a melhoria da qualificação e crescimento profissional dentro do próprio sistema.

7.5.1 Planejamento até dezembro 2014

Elaborar termo de referência de edital para certificação de diretores gerais, de atendimento e de segurança.

7.5.2 Planejamento de médio prazo

Publicar edital e exigir certificação para futuras nomeações.

8. Reestruturar o sistema informatizado e o banco de dados da SUASE de forma a obter em tempo real informação sobre a situação do adolescente, do cumprimento da medida e da gestão das Unidades, focando, especificamente, na capacidade desse sistema de cruzar informações com outros sistemas informatizados da SEDS, das Polícias Militar e Civil, do TJMG e do MPMG, criando ainda condições para o exercício da atividade da inteligência.

8.1 Ação – Gerar informações relevantes para a gestão do Sistema Socioeducativo a partir do cruzamento de dados do Sistema de Informação do Atendimento às Medidas Socioeducativas, sistemas da Polícia Civil, Sistema Prisional e Polícia Militar.

8.1.1 Avanços até 2013

Estabelecido fluxo pela SUASE e SUAPI de envio mensal do número de adolescentes acautelados em Unidades Prisionais do Estado. Implementou-se também fluxo para envio anual da relação de presos para cruzamento de dados e produção das informações sobre o número de adolescentes que reentraram em unidades da SUAPI.

8.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Apresentar no Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social proposta de compartilhamento de informações mensais necessárias para a gestão do Sistema Socioeducativo a serem encaminhadas pela Polícia Civil e Polícia Militar.

b) Avaliar a pertinência de contemplar os programas de meio aberto no fluxo institucional de compartilhamento de informações entre o Sistema Socioeducativo e o Sistema Prisional.

8.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Automatizar rotinas do SIAME para que o sistema receba e atualize as informações advindas da SUAPI, PMMG e PCMG.

b) Viabilizar a inclusão no SIAME de informações sobre os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto pelos municípios parceiros, condicionando o repasse financeiro do estado à alimentação do sistema.

8.2 Ação - Aprimorar e manter atualizado o sistema SIAME.

8.2.1 Avanços até 2013

a) Definição das especificações para aprimoramento do SIAME, bem como contratação da Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEP) para execução dos serviços de desenvolvimento do Sistema.

b) Aquisição de leitores biométricos para aprimoramento do fluxo de cadastro e entrada de familiares para visitarem os adolescentes nas Unidades. Investimento de 26 mil reais.

8.2.2 Planejamento até dezembro 2014

Entregar o SIAME em pleno funcionamento. Investimento de 1,6 milhão de reais.

8.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Realizar a gestão da Informação pelo GEDUC, permitindo celeridade na extração das informações e tomadas de decisão.

b) Possibilidades de extração imediata do sistema dos dados atualizados.

9. Promover ações para melhoria contínua do atendimento junto aos adolescentes, considerando os eixos estabelecidos pelo SINASE para a execução da Medida Socioeducativa por meio, principalmente, da implementação de mecanismos de monitoramento, controle (auditorias) e revisão dos procedimentos executados pelas equipes de atendimento e segurança nas Unidades Socioeducativas, bem como garantindo a qualidade da gestão do Sistema.

9.1 Ação - Qualificar o atendimento dos adolescentes com transtornos mentais e dependência química a partir de parcerias com a Rede de Atenção Psicossocial. servidores efetivos.

9.1.1 Avanços até 2013

a) Por meio da articulação entre Ministério da Saúde, SUASE, SES e municípios,

houve a habilitação do Plano Operativo Municipal (POM) de 7 municípios que possuem Centros Socioeducativos (Patrocínio, Montes Claros, Pirapora, Belo Horizonte, Governador Valadares, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas).

b) Em conjunto com a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (SUPOD), SES e SEDESE, a SEDS tem realizado um estudo para mapear toda a rede de atenção psicossocial (pública) e rede complementar (instituições privadas) de atendimento ao dependente químico.

c) Participação da SUASE no Programa Aliança pela Vida, gerenciado pela SUPOD, auxiliando na construção do conteúdo de cursos e na divulgação.

9.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Por meio da articulação entre Ministério da Saúde, SUASE, SES e municípios, fomentar a habilitação do POM de 8 municípios que possuem Centros Socioeducativos (Teófilo Otoni, Divinópolis, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Unaí e Ipatinga).

b) Capacitar as equipes de saúde das Unidades da SUASE para elaboração do Relatório de Gestão previsto no POM.

c) Garantir a produção de relatório de gestão (ações específicas para prevenção e promoção da saúde: saúde mental, sexualidade e vacinação) em 100% dos municípios com os planos habilitados.

d) Concluir o mapeamento da rede de atenção psicossocial (pública) e rede complementar.

e) Articular com diversos setores que atuam na rede de saúde, visando à sensibilização das equipes para inclusão de projetos terapêuticos nos casos de tratamentos em saúde mental.

f) Desenvolver em parceria com a SUPOD metodologia de abordagem pedagógica de prevenção ao uso de drogas para o público jovem e retomar parceria com Projeto Pode Crê, que foi extinta por falta de orçamento.

9.1.3 Planejamento de médio prazo

Ampliar a articulação para o encaminhamento dos adolescentes para a rede de atenção psicossocial e rede complementar, conforme mapeamento realizado.

9.2 Ação - Implantar parcerias com instituições da sociedade civil, com o objetivo de garantir redes externas que permitam uma melhor execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

9.2.1 Avanços até 2013

Contratação de instituição especializada na realização de cursos e a articulação com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para a formação técnico-profissional dos adolescentes. Cerca de 65% dos

adolescentes foram inseridos em cursos profissionalizantes entre os meses de Janeiro e Novembro de 2013.

9.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Estabelecer articulação institucional com a cúpula nacional do Sistema “S” (SENAI e SENAC), com o objetivo de expandir a oferta de cursos profissionalizantes financiados pelo Programa PRONATEC do Governo Federal. Lado outro, é necessário discutir os pré-requisitos de acesso aos cursos, visando que um número maior de adolescentes esteja apto para a realização dos cursos.

b) Realizar um mapeamento quantitativo e qualitativo das instituições que compõem o Programa Menor Aprendiz nos municípios que possuem Unidades Socioeducativas, bem como realizar contato visando à oferta de vagas para os adolescentes em cumprimento da MSE de Internação.

9.2.3 Planejamento de médio prazo

Possibilitar que 100% dos adolescentes em cumprimento de MSE de Internação e Semiliberdade concluam cursos profissionalizantes adequados ao mercado de trabalho.

9.3 Ação – Fortalecer as boas práticas de aproximação entre a família, sociedade e adolescente em cumprimento de MSE.

9.3.1 Avanços até 2013

a) Verificada a necessidade de restabelecer vínculos familiares com os adolescentes, as equipes técnicas das Unidades Socioeducativas realizam visitas às residências dos mesmos e sensibilizam suas famílias para maior participação durante o período de internação. Lado outro, a SUASE garante a todos os adolescentes dois contatos semanais com as famílias, sendo um por meio de visitas e outro por meio de ligações telefônicas.

b) Realização do Projeto Polícia na Medida em parceria com a PMMG nas Unidades Socioeducativas de Belo Horizonte.

9.3.2 Planejamento até dezembro 2014

Revisar a metodologia específica de abordagem do adolescente e sua família, com o intuito de reafirmá-la como agente primordial para sua desinternação e reinserção social.

9.3.3 Planejamento de médio prazo

Viabilizar a execução de um projeto para custeio do transporte das famílias dos adolescentes.

9.4 Ação – Articular ações de atendimento aos adolescentes e famílias junto ao CRAS e CREAS nos termos do SINASE.

9.4.1 Planejamento até dezembro 2014

Articular com os CRAS e CREAS dos municípios que possuem Centros Socioeducativos uma metodologia eficaz de atendimento dos adolescentes e familiares naqueles espaços.

9.4.2 Planejamento de médio prazo

Garantir contínuo e permanente atendimento aos adolescentes pelos CRAS e CREAS, nos moldes de uma metodologia eficaz.

9.5 Ação - Dar visibilidade tanto para as atividades e projetos desenvolvidos pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, como promover campeonatos esportivos, gincanas, exposições, concursos.

9.5.1 Avanços até 2013

a) Anualmente a SUASE promove uma olimpíada do SuperAção, em que os adolescentes disputam diversas categorias esportivas como xadrez, voleibol, futebol, etc.

b) As atividades realizadas pelos adolescentes são incluídas na Intranet da SEDS, além de serem encaminhados releases para os meios de comunicação existentes.

9.5.2 Planejamento até dezembro 2014

Criar eventos públicos para exposição das atividades profissionalizantes, artísticas e culturais dos adolescentes em todos os municípios com Unidades Socioeducativas.

9.5.3 Planejamento de médio prazo

Garantir continuidade do evento público para exposição das atividades dos adolescentes com frequência anual.

9.6 Ação - Promover auditorias nas estatísticas dos indicadores de desempenho das Unidades Socioeducativas obtidos através do SIAME e GEDUC.

9.6.1 Planejamento até dezembro 2014

Formar uma equipe especializada para realização de auditorias permanentes nas Unidades da SUASE, a partir de um treinamento realizado por empresa especializada.

9.6.2 Planejamento de médio prazo

Criar um programa permanente de auditoria das informações do SIAME e GEDUC.

9.7 Ação - Revisar a metodologia do GEDUC, com vistas a garantir a qualidade na Gestão do Sistema Socioeducativa, possibilitando maior celeridade para tomadas de decisões e contramedidas.

9.7.1 Avanços até 2013

- a) Reunião gerencial a cada 15 dias, incluindo avaliação dos indicadores do GEDUC.
- b) Aprimoramento dos indicadores monitorados por meio do GEDUC.

9.7.2 Planejamento até dezembro 2014

- a) Revisar a necessidade dos atuais indicadores, bem como verificar a necessidade de inclusão de indicadores que mensurem mais qualidade no atendimento.
- b) Realizar plano de comunicação para as diretorias da SUASE, com vistas garantir maior tempestividade na solução de indicadores de desempenho que apresentem queda ou execução abaixo do esperado.
- c) Garantir, pelo menos, uma reunião geral de abertura e encerramento do Monitoramento Anual.

9.7.3 Planejamento de médio prazo

Consolidação do GEDUC como uma ferramenta eficaz de gestão do sistema socioeducativo do Estado.

9.8 Ação – Zelar pelo constante aprimoramento do POP da segurança, garantindo sua correta execução por meio de treinamentos operacionais e realização de auditorias de qualidade.

9.8.1 Avanços até 2013

Aprovação da revisão do POP de segurança.

9.8.2 Planejamento até dezembro 2014

- a) Treinar 100% dos Agentes Socioeducativas até Maio no POP revisado.
- b) Formar uma equipe especializada para realização de auditorias permanentes nas Unidades da SUASE.

9.8.3 Planejamento de médio prazo

Auditar 100% das Unidades Socioeducativas, conforme programa permanente de auditorias.

9.9 Ação – Articulação entre a SUASE e SEDESE, SEE, Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ) e SES visando ofertar atendimento de qualidade aos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE), principalmente nos eixos da escolarização, profissionalização, acesso à saúde, cultura, esporte e lazer.

9.9.1 Avanços até 2013

- a) Interfaces com a SEDESE para execução pelo Sistema Único de Assistência

Social (SUAS) das MSEs em Meio Aberto, no âmbito dos municípios e parceria com o Programa de Egressos e com as Unidades Socioeducativas na promoção de cursos profissionalizantes.

b) Interfaces com a SEE para oferta de educação básica nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo e acompanhamento pedagógico para os adolescentes em internação provisória, acompanhamento da frequência escolar, além de contribuir para a inserção dos adolescentes em cumprimento de MSE de Semiliberdade.

c) Articulação com a SES, por meio de Coordenadorias e programas de Saúde abaixo elencados: Coordenadoria de Saúde da Pessoa Privada de Liberdade - articulação para implementação e acompanhamento da Portaria 647, de 2008, do Ministério da Saúde, com vistas à atenção à saúde dos adolescentes privados de liberdade, ou seja, sujeitos à internação; Coordenadoria da Saúde da Criança e do Adolescente - implementação de diversas ações conjuntas junto ao público adolescente atendido no âmbito do sistema socioeducativo; Coordenadoria de Saúde Bucal - padronização das listas de compras e articulação da rede; Programa Permanente de Combate à Dengue - implementação de Comissões Permanentes de Combate à Dengue (CPCD's) em todas as unidades socioeducativas.

9.9.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Estabelecer diretrizes institucionais conjuntas com a SEDESE visando assegurar a efetiva inclusão do público do Sistema Socioeducativo e suas famílias em programas da rede de Assistência Social também para promoção de critérios que permitam maior acesso e inserção aos cursos profissionalizantes pelos adolescentes do Sistema Socioeducativo.

b) Estabelecer junto à SEE ações que visem à redução da distorção idade/série dos adolescentes em cumprimento de MSE de Internação e Semiliberdade.

c) Em parceria com a SES:

- Realizar capacitação das equipes técnicas da semiliberdade em Oficinas de Saúde, especialmente na temática de álcool e drogas.
- Implementar, por meio da Coordenadoria de Agravos não Transmissíveis, as notificações de violência.

d) Desenvolver em conjunto com a SEEJ: projetos que possam atender os adolescentes em cumprimento de MSE.

9.9.3 Planejamento de médio prazo

Articular ações conjuntas com SEDESE para ampliação do número de municípios que executam a MSE em Meio Aberto, bem como, fiscalizar a execução destas medidas.

10. Consolidar as ações de Inteligência no Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado por meio da organização estrutural (recursos humanos, materiais, tecnológicos), bem como a criação de assessorias nas Unidades Socioeducativas e a melhoria da articulação com a rede de Inteligência da SEDS.

10.1 Ação - Delinear as funções da área de Inteligência do Sistema Socioeducativo e criar a área de Inteligência nas Unidades do Sistema Socioeducativo, dando preferência aos servidores efetivos para o exercício desta atividade.

10.1.1 Avanços até 2013

- a) Criação da Assessoria de Inteligência da SUASE.
- b) Elaboração de minuta de resolução de atuação da Assessoria de Inteligência da SUASE.
- c) Participação da Assessoria de Inteligência da SUASE nos diversos espaços institucionais especializados do Sistema de Defesa Social.

10.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Aprovar a Resolução de Atuação da Assessoria de Inteligência da SUASE.

10.1.3 Planejamento de médio prazo

Identificar e capacitar servidores nas Unidades Socioeducativas para compor a Assessoria de Inteligência da SUASE (núcleo gerencial) e os Núcleos de Inteligência (Unidades Socioeducativas).

11. Aprimorar o fluxo de comunicação entre a SUASE e os outros setores da SEDS (SUAPI, CPEC, SUPID) também com as demais instituições que compõe o Sistema de Defesa Social (PMMG, PCMG, CBMG), especificando a contribuição de cada uma dessas instituições por meio de diretrizes e protocolos.

11.1 Ação - Elaborar protocolos de atuação entre a SUASE e os setores da SEDS, bem como com as demais instituições que compõe o Sistema de Defesa Social.

11.1.1 Avanços até 2013

- a) Articulação com a CPEC para ampliar o atendimento dos adolescentes encaminhados pela SUASE.
- b) Elaboração de proposta para melhoria e padronização das ações das Instituições do Sistema de Defesa Social nos eventos de segurança que podem ocorrer nas Unidades Socioeducativas.

c) Disponibilização de informações pela Assessoria de Inteligência da SUASE para PMMG e PCMG.

11.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Elaborar protocolos de atuação em conjunto com os demais setores da SEDS, apontando os riscos, oportunidades e apresentando sugestões de melhoria contínua, contendo, inclusive:

- fluxo padronizado para encaminhamento dos adolescentes atendidos pela SUASE para acolhimento pelos programas de prevenção social à criminalidade coordenados pela CPEC;
- ações padronizadas para as diversas instituições (Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros) durante eventos de segurança (apreensão de drogas, dano ao patrimônio, agressões físicas, etc.) que podem ocorrer nas Unidades Socioeducativas por meio da Diretrizes Integradas de Ações e Operações de Defesa Social (DIAO);
- manter o fluxo de envio mensal de informações pela SUAPI referente ao número de adolescentes acautelados em Unidades Prisionais do Estado e fluxo de envio anual da relação de presos, para cruzamento de dados e produção das informações sobre o número de adolescentes que reentraram em unidades da SUAPI;
- estabelecer rotina de comunicação com a PCMG, visando quantificar e qualificar as informações relativas aos adolescentes custodiados pela Instituição.

11.1.3 Planejamento de médio prazo

Aprimorar continuamente os protocolos e diretrizes definidas, assim como estabelecer um plano de comunicação, primando pela utilização por todos os órgãos envolvidos.

11.2 Ação - Avaliar pertinência de compartilhar informações entre o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH) e a Central de Recepção de Flagrantes de Belo Horizonte (CEFLAG-BH) sobre a rede de proteção social do município, tanto quanto aos equipamentos e programas que compõem a rede quanto sobre o fluxo de encaminhamento.

11.2.1 Avanços até 2013

a) Inauguração do CIA-BH em 2008.

b) Inauguração da CEFLAG em Belo Horizonte em 2012. O espaço reúne em um mesmo espaço físico, representantes da SEDS, da PCMG, do TJMG, do MPMG e da DPMG, permitindo uma análise mais célere de cada caso apresentado e evitando o contingenciamento desnecessário de pessoas presas em flagrante na comarca de BH.

11.2.2 Planejamento de médio prazo

Desenvolver um mapa dos equipamentos da rede de proteção social, com visão geral do estado e de cada município, por meio de software de mapeamento de rede, e promover o compartilhamento com todas as políticas e programas de Defesa Social.

11.3 Ação – Estabelecer fluxo institucional de compartilhamento de informações sobre indivíduos egressos do Sistema Socioeducativo que ingressam no Prisional, no tocante às dimensões específicas do “atendimento” e da “segurança e inteligência”.

11.3.1 Planejamento de médio prazo

- a)** Encaminhar o prontuário de “atendimento” do adolescente para a unidade prisional em que se encontra cumprindo pena quando adulto.
- b)** Compartilhar informes de “segurança e inteligência” sobre o indivíduo, entre a unidade socioeducativa e a unidade prisional envolvidas e, se necessário, entre as unidades centrais de segurança e inteligência dos respectivos sistemas.
- c)** Realizar, quando necessário, estudos de caso entre as equipes técnicas de atendimento.
- d)** Integrar os respectivos sistemas de informação (SIAME e Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN), a partir de uma identificação comum do indivíduo, e que contemple as dimensões de “atendimento” e de “segurança e inteligência”.
- e)** Contemplar as unidades de gestão indireta (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC e Unidade Prisional Parceria Público Privado) no fluxo institucional de compartilhamento de informações entre o Sistema Socioeducativo e o Sistema Prisional.

12. Avaliar a efetividade da execução da medida, mensurando, inclusive, taxas de reentrada, escolarização, profissionalização, acesso à saúde, cultura, esporte e lazer, de forma a verificar se o propósito da política socioeducativa em relação ao adolescente está conforme os objetivos previstos no ECA e SINASE, inclusive buscando condições de comparação com experiências nacionais e internacionais.

12.1 Ação – Desenvolver metodologia e implementar sistemática de mensuração de taxa de reentrada nas Unidades do Sistema Socioeducativo bem como com as demais instituições que compõe o Sistema de Defesa Social.

12.1.1 Avanços até 2013

Metodologia de cálculo da Taxa de Reentrada desenvolvida, além da primeira mensuração realizada.

12.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Publicar a metodologia e realizar o cálculo da Taxa de Reentrada por Unidade Socioeducativa, visando diagnosticar continuamente possíveis entraves no desenvolvimento da política.

12.1.3 Planejamento de médio prazo

Criar série histórica, acompanhar e divulgar taxas anuais, utilizando-as para melhoria contínua.

12.2 Ação – Fortalecer estratégias para acompanhamento do egresso do sistema socioeducativo por meio de atividades de monitoramento e avaliação do programa.

12.2.1 Avanços até 2013

a) Expansão, em 2010, do Programa de Egressos para todos os municípios com Unidades Socioeducativas.

b) Sistematização da metodologia de atendimento ao egresso em 2012, gerando ampliação da média mensal de atendimentos de 190 para 240.

12.2.2 Planejamento até dezembro 2014

Implementar e divulgar o monitoramento de indicadores de qualidade para avaliar a efetividade do programa, inclusive com mensuração do trabalho, estudo e taxa de reentrada no Sistema de Justiça após a participação no programa, buscando, quando couberem, alternativas de atuação do programa.

12.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Garantir que os adolescentes atendidos pelo programa de egressos sejam inseridos na rede escolar e frequentem cursos técnicos profissionalizantes.

b) Aumentar a adesão ao programa de egressos.

12.3 Ação – Continuar o processo de mensuração quantitativo e qualitativo de escolarização, profissionalização, acesso à saúde, esporte, lazer e cultura, criando condições de comparação dos resultados e das estratégias em nível nacional e internacional.

12.3.1 Avanços até 2013

Implementação da metodologia de Gestão do Sistema Socioeducativo em 2008, garantindo, desde então, o monitoramento e avaliação contínua de indicadores como: Acompanhamento Pedagógico, Oficinas Semanais, Planos Individuais de Atendimento Atualizados, Oficinas de Saúde, Adolescentes Matriculados e Frequentes em Escola Formal, Número de Ações para Família, Índice de Saídas, Adolescentes com Inclusão e Conclusão em Formação para o Trabalho, além da Taxa de Reentrada dos Adolescentes no Sistema Socioeducativo e Prisional.

12.3.2 Planejamento até dezembro 2014

Estudar experiências nacionais e internacionais e publicar estudo comparativo entre os resultados de Minas Gerais e estas experiências.

12.3.3 Planejamento de médio prazo

Absorver boas práticas e aprimorar o trabalho desenvolvido no Estado.

EIXO SISTEMA PRISIONAL

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Diminuição do déficit de vagas no Sistema Prisional, de modo a reduzir a superlotação e permitir o cumprimento da pena de acordo com as exigências da Lei de Execução Penal, buscando, ainda, a redução do custo do Sistema, seguindo as diretrizes:

a) minimização da entrada de novos presos no Sistema Prisional através do estímulo a outras opções de responsabilização alternativas ao cárcere em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e com a rede de proteção social;

b) ampliação da monitoração eletrônica (tornozeleira);

c) ampliação do número de vagas disponíveis por meio de construções e ampliações de unidades prisionais e mecanismos de cogestão como Associação de Proteção aos Condenados (APAC), Programa de Custódia, Ressocialização e Assistência ao Recuperando (CURAR) e Parceria Público Privada (PPP).

2. Retirar todos os presos sob custódia da Polícia Civil por meio da assunção de cadeias públicas, construção de novas unidades prisionais e transferência de presos para o Sistema Prisional.

3. Regionalizar e desconcentrar atividades de monitoramento da atuação finalística (situação de segurança e articulação com parceiros locais) e também de processos de suporte, como fiscalização de contratos e rotinas operacionais de pessoal, gerando melhores condições operacionais e maior controle gerencial sobre a situação real das unidades.

4. Melhorar as condições operacionais de infraestrutura e suprimentos nas unidades prisionais investindo em aparelhamento e dando-lhes maior autonomia para a realização de despesas diretas (exemplo do mecanismo do Caixa Escolar) vinculado a uma sistemática de fiscalização.

5. Aumentar, significativamente, a efetividade das ações correcionais e de fiscalização do trabalho nas unidades prisionais por meio da regionalização da Corregedoria e do fortalecimento das ações de prevenção ativa, redefinição do perfil e capacitação dos servidores da Corregedoria, inclusive com mecanismos de valorização, proteção e estabilidade, maior qualificação das informações que chegam à correição, gerando condições para a apuração de todas as denúncias, com agilidade e qualidade, identificando gargalos estruturais e recomendando atuação preventiva.

6. Profissionalização dos servidores das unidades prisionais por meio da reestruturação do treinamento inicial, criação de treinamentos anuais sistemáticos e obrigatórios, normatização, padronização e auditoria de rotinas e atividades críticas (POP), vinculação de aspectos de meritocracia e capacitação à evolução na carreira e qualificação específica e certificação do conhecimento do corpo de diretores das unidades, de forma a criar uma cultura institucional adequada, aumentando o sentimento de pertencimento.

7. Garantir o bem estar e o respeito aos direitos individuais dos custodiados por meio da ampliação de parcerias com terceiros e do provimento da estrutura necessária à sua ressocialização, seguindo as seguintes diretrizes:

- a)** Ampliar o número de vagas de estudo e trabalho;
- b)** Disponibilizar condições para o atendimento de saúde e psicossocial individualizado, inclusive estabelecendo novas parcerias com a rede de saúde;
- c)** Incentivar ações direcionadas às especificidades de gênero e minorias;
- d)** Melhorar o atendimento à família do preso, ampliando locais de atendimento e locais de acolhimento;
- e)** Ampliar o atendimento religioso.

8. Criar e implementar uma política especial com ações de educação, prevenção, atendimento e tratamento aos usuários de drogas, incluindo equipamentos para atendimento específico a custodiados em situação de crise.

9. Fortalecer o papel da sociedade civil enquanto parceira da administração prisional, especialmente na orientação do trabalho e estudo, ampliando, inclusive, mecanismos de trabalho voluntário, estágios obrigatórios de universidade.

10. Melhorar a gestão da informação e dos sistemas informatizados com as seguintes diretrizes:

- a)** ampliar a capacidade de cruzar informações e integrar dados com os sistemas das Polícias e do Poder Judiciário;
- b)** controlar e fornecer informação de qualidade e em tempo real sobre a execução da pena e o controle gerencial das ações na unidade prisional;
- c)** disponibilizar informações, normas e conhecimento de forma ampla e de fácil acesso aos servidores do Sistema e demais interessados.

11. Aprimorar a atuação da Inteligência do Sistema Prisional, gerando informações tempestivas para antecipar possíveis situações de conflitos e riscos, de forma a melhorar as condições de segurança das unidades prisionais com as seguintes diretrizes:

- a)** Melhoria da seleção e capacitação dos servidores da inteligência;
- b)** Melhoria dos equipamentos;
- c)** Aprimoramento dos sistemas de informação.

12. Garantir quantitativo e perfil adequado de servidores para a execução das ações relativas a custódia e ressocialização dos presos a partir das seguintes diretrizes:

- a)** Substituição dos servidores contratados mediante contrato administrativo;
- b)** Aumentar a agilidade na seleção e substituição de funcionários que se desligam do Sistema Prisional.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Início da construção e ampliação de 21 unidades prisionais, totalizando 7168 novas vagas. Esta ação terá um investimento de cerca de 300 milhões de reais.
- Início da construção de 7 APAC's, totalizando 812 novas vagas. A ação tem o valor total de 9,2 milhões de reais.
- Construção e manutenção de 11 APAC's, totalizando um investimento de 30 milhões cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Realização da reforma do Presídio Pedro Leopoldo, cujo investimento soma 426 mil reais.
- Realização da reforma do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP) Gameleira, cujo investimento soma 2,8 milhões de reais.
- Aquisição de 37 aparelhos de raios-X esteira para realização de revistas nas unidades prisionais, totalizando o valor de 3 milhões de reais.
- Implantação de sistema bloqueador de celular para a Penitenciária Nelson Hungria, Penitenciária de Francisco Sá, cujo investimento total soma 2 milhões de reais.
- Aquisição de 112 novos veículos, totalizando um investimento de 7 milhões de reais.
- Inauguração de galpões de Escola e Trabalho nas unidades de: Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia, Penitenciária José M. Alkimin, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio Sete Lagoas, Presídio Pouso Alegre, Presídio de Carmo do Paranaíba, São Joaquim de Bicas I, São Joaquim de Bicas II, Penitenciária José Martinho Drumond, Ponte Nova, João Pinheiro e Alfenas. Com investimento de 10,6 milhões de reais.
- Expansão das atividades de monitoramento eletrônico de presos com a inclusão de 2072 novas vagas em 3 anos, totalizando um investimento de 15 milhões de reais, cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Implantação de 10 novos galpões de Escola e Trabalho nas unidades prisionais, totalizando um investimento de 6 milhões de reais, cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Diminuição do déficit de vagas no Sistema Prisional de maneira a reduzir a superlotação e permitir o cumprimento da pena de acordo com as exigências da Lei de Execução Penal, buscando, ainda, a redução do custo do Sistema, seguindo as seguintes diretrizes:

- a) minimização da entrada de novos presos no Sistema Prisional através do estímulo a outras opções de responsabilização alternativas ao cárcere em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Judiciário e com a rede de proteção social;
- b) ampliação da monitoração eletrônica (tornozeleira);
- c) ampliação do número de vagas disponíveis por meio de construções e ampliações de unidades prisionais e mecanismos de cogestão como Associação de Proteção aos Condenados (APAC), Programa de Custódia, Ressocialização e Assistência ao Recuperando (CURAR) e Parceria Público Privada (PPP).

1.1 Ação - Fomentar a articulação com o Sistema de Justiça, buscando mudar a concepção a respeito do regime aberto de cumprimento de pena, bem como as medidas de alternativas frente às penas centradas no encarceramento.

1.1.1 Avanços até 2013

- a)** Monitoração eletrônica de 1017 presos, sendo que até 2013 foram gastos cerca de 1 milhão de reais provenientes de recursos do tesouro nessa ação.
- b)** Realização, entre 2011 e 2013, de 478 grupos reflexivos para o cumprimento de penas alternativas ao encarceramento, com o atendimento de 9.507 pessoas.
- c)** Articulação entre unidades prisionais e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) que medeia o encaminhamento para o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC) de base local (Fica Vivo! e Mediação de Conflitos).

1.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Estabelecimento de fluxo de encaminhamento de egressos e egressas do Sistema Prisional, em livramento condicional ou regime aberto, para o Programa de Inclusão Social do Egresso do Sistema Prisional (PrEsp).

1.1.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Expansão das atividades de monitoramento eletrônico de presos com a inclusão de 2072 novas vagas em 3 anos, totalizando um investimento de 15 milhões cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- b)** Interiorizar o sistema de monitoração eletrônica de presos.

c) Ampliar o número de vagas disponíveis nos programas PrEsp e Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), inclusive para cidades do interior.

d) Disponibilizar vagas de internação compulsória de dependentes químicos como alternativa a pena privativa de liberdade por meio da Articulação com a Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas.

e) Empreender esforços conjuntos para ampliação de vagas nos projetos temáticos da CEAPA, além de estrutura e equipe para acompanhamento da integralidade do público de medida cautelar.

f) Receber pessoas em cumprimento de medida cautelar, atendidos pela Central de Flagrantes, para participação em Projetos de Execução Penal nas temáticas de uso de drogas ilícitas e crimes de trânsito.

g) Referenciamento do CPC pelo Sistema Prisional, inclusive pela CEFLAG, para encaminhamento e apresentação espontânea do jovem adulto quando de seu desligamento do Sistema Prisional.

1.2 Ação - Aumentar o número de vagas disponíveis no Sistema Prisional por meio da construção de novas unidades prisionais, conforme prospecção da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI).

1.2.1 Avanços até 2013

a) Ampliação, de 2003 a 2013, de 27.795 vagas (provenientes de assunções de cadeias públicas, construções, PPP e APAC's) no Sistema Prisional sob a gestão da SUAPI.

b) Manutenção de 26 APAC's com 2.477 presos.

c) Inauguração de duas unidades prisionais em Parceria Público Privada com capacidade para 1.344 presos.

d) Realização de parceria com o Judiciário no programa "Novos Rumos" para fomento e implementação das APACs.

1.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Início da construção e ampliação de 21 unidades prisionais, totalizando 7168 novas vagas. Esta ação terá um investimento de cerca de 300 milhões de reais provenientes de recursos do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), tesouro e operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil. Os municípios contemplados com essa ação serão: Divinópolis, Governador Valadares, Montes Claros, Ipaba, Itajubá, Alfenas, Ribeirão das Neves, Esmeraldas, Ubá, Frutal, Iturama, Lavras, Itaúna, Pará de Minas, Sete Lagoas, Uberlândia, Barbacena, Pirapora, Poços de Caldas, Unaí e Machado.

b) Início da construção de 7 APAC's, totalizando 812 novas vagas. A ação tem o valor total de 9,2 milhões de reais com recurso proveniente do BNDES. Os municípios contemplados pela ação serão: Alfenas, Barbacena, Itabirito, Manhumirim, Montes Claros, Uberlândia e Tupaciguara.

c) Inauguração de uma nova unidade em Parceria Público Privada na Região metropolitana de Belo Horizonte, com 672 vagas.

1.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Construir 7.000 novas vagas, priorizando regiões com maior taxa de ocupação.

b) Inaugurar duas novas unidades em Parceria Público Privada na Região metropolitana de Belo Horizonte, com 1.344 vagas.

c) Construção e manutenção de 11 APAC's, totalizando um investimento de 30 milhões cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

1.3 Ação - Expandir o modelo integrado de gestão de flagrantes, por meio da Central de Flagrantes (CEFLAG), para as maiores cidades do Estado, de acordo com planejamento das Subsecretaria de Administração Prisional, Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social e dos demais integrantes do Sistema de Justiça. A Central de Flagrantes é responsável por processar as prisões em flagrante e garantir atendimento imediato ao preso e o encaminhamento individualizado, inclusive para o cumprimento de penas alternativas, o que permite a identificação de peculiaridades que possam subsidiar a definição de providências judiciais e administrativas de forma eficiente.

1.3.1 Avanços até 2013

Início das atividades da Central de Flagrantes em Belo Horizonte.

1.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Conclusão dos estudos sobre a demanda e as vantagens da interiorização das Centrais de Flagrantes.

1.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Reestruturar a CEFLAG Belo Horizonte a fim de obter maior efetividade nos resultados, como o aumento do encaminhamento para medidas alternativas à pena de restrição de liberdade mediante articulação com a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas, entidades de assistência social e a Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC).

b) Implantar novas centrais de flagrantes no interior do Estado.

2. Retirar todos os presos sob custódia da Polícia Civil por meio da assunção de cadeias públicas, construção de novas unidades prisionais e transferência de presos para o Sistema Prisional.

2.1 Ação – Retirada dos presos sobre custódia da Polícia Civil.

2.1.1 Avanços até 2013

Assunção de 106 unidades entre 2003 e 2013, restando 121 Cadeias Públicas no Estado.

2.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização de novo planejamento de assunção e desativação das unidades que ainda se encontram sob a custódia da Polícia Civil.

b) Assunção das Cadeias Públicas de: Itabirito, Congonhas, Arcos, Guanhães e Novo Cruzeiro.

2.1.3 Planejamento de médio prazo

Assunção e/ou desativação das demais Cadeias sob custódia da Polícia Civil.

2.2 Ação – Melhorar a eficiência do Sistema por meio da centralização regionalizada de presos, evitando a manutenção das unidades de pequeno porte.

2.2.1 Avanços até 2013

a) Realização de estudo de viabilidade e ganhos de escala na construção de unidades regionalizadas ao invés de manutenção de pequenas unidades.

b) Realização de estudos quanto à regionalização de unidades prisionais por comarca para assunção do restante das Cadeias Públicas da Polícia Civil, visando maior racionalidade na gestão destas novas unidades.

2.2.2 Planejamento de médio prazo

Construir as unidades regionais, substituindo as Cadeias assumidas e desativadas.

3. Regionalizar e desconcentrar atividades de monitoramento da atuação finalística (situação de segurança e articulação com parceiros locais) e também de processos de suporte como fiscalização de contratos e rotinas operacionais de pessoal, gerando melhores condições operacionais e maior controle gerencial sobre a situação real das unidades.

3.1 Ação – Implementar regionalização do controle operacional da atividade prisional, ampliando a efetividade da fiscalização e gerando informações em tempo real da situação das unidades prisionais.

3.1.1 Avanços até 2013

- a) Elaboração da proposta de resolução para a criação de diretores regionais, especificando seu papel.
- b) Início do monitoramento regional das unidades prisionais.

3.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Criação dos cargos de diretor regional.
- b) Publicação da regulamentação, inclusive especificando o perfil do cargo a ser ocupado e incluindo a necessidade de ser servidor efetivo e aprovado em certificação profissional.

3.1.3 Planejamento de médio prazo

Implantar fisicamente e prover pessoal para todas as regionais.

3.2 Ação – Regionalizar e desconcentrar atividades hoje executadas pela área meio da SEDS, a fim de dar celeridade e efetividade aos processos logísticos (fiscalização de contratos, reformas e reparos, distribuição, compras emergenciais, controle de frequência).

3.2.1 Avanços até 2013

- a) Descentralização da fiscalização da alimentação servida nas unidades prisionais, dando mais autonomia e responsabilização aos gestores locais.
- b) Aquisição de equipamento de Biometria para aumento do controle de frequência nas unidades prisionais.
- c) Descentralização da manutenção de veículos a partir de um contrato regionalizado, aumentando a eficiência na manutenção e diminuindo o número de veículos baixados.

3.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aplicação de projeto piloto de descentralização das atividades operacionais em cinco unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

3.2.3 Planejamento de médio prazo

Descentralizar todas as atividades de gestão das unidades prisionais.

4. Melhorar as condições operacionais de infraestrutura e suprimentos nas unidades prisionais, investindo em aparelhamento e dando-lhes maior autonomia para a realização de despesas diretas (exemplo do mecanismo do Caixa Escolar) vinculado a uma sistemática de fiscalização.

4.1 Ação – Aumento da autonomia financeira das unidades prisionais.

4.1.1 Avanços até 2013

Repasse de recursos de pronto pagamento para a realização de compras emergenciais das unidades de até 2 mil reais mensais por unidade.

4.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização de estudo de alternativas para aumento do repasse de dinheiro para provimento das manutenções emergenciais das unidades, verificando a viabilidade de ampliação das hipóteses de utilização de despesa de pronto pagamento.

b) Utilização de mecanismos já existentes no Estado, como pronto pagamento e Caixa Escolar, concomitante à intensificação de auditorias, buscando dirimir os entraves burocráticos para manutenção, consertos e aquisição de pequenos equipamentos.

c) Publicação de regulamentação do “Caixa Prisional”.

4.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Utilizar em todas as unidades prisionais o mecanismo do “Caixa Prisional”.

b) Envolver o Conselho da Comunidade na fiscalização da aplicação dos recursos destinados ao “Caixa Prisional”.

4.2 Ação – Promover as reformas necessárias para garantir a readequação da estrutura física dos estabelecimentos.

4.2.1 Avanços até 2013

Realização de reformas, apenas em 2013, de três pavilhões da Penitenciária Nelson Hungria e um Hospital Psiquiátrico.

4.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização da reforma do Presídio Pedro Leopoldo, cujo investimento soma 426 mil reais, com recursos provenientes de operação de crédito com o Banco do Brasil.

b) Realização da reforma do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP) Gameleira, cujo investimento soma 2,8 milhões de reais, com recursos provenientes de operação de crédito com o Banco do Brasil.

c) Realização da reforma da parte hidráulica e elétrica da Penitenciária José Maria Alkimin, cujo investimento soma 3 milhões de reais, com recursos provenientes de operação de crédito com o Banco do Brasil.

4.2.3 Planejamento de médio prazo

Reformar e adequar a estrutura de segurança e atendimento de todas as cadeias públicas assumidas desde 2011.

4.3 Ação - Implementar inovações na organização do processo de trabalho e soluções tecnológicas para melhoria do funcionamento e otimização dos recursos das unidades prisionais (*Scanner Corporal*, raio-x esteira, câmeras de monitoramento e outros).

4.3.1 Avanços até 2013

a) Implantação de aparelho de Scanner Corporal em 5 unidades prisionais (Penitenciárias Nelson Hungria, Dutra Ladeira, José Martinho Drumond, São Joaquim de Bicas I e São Joaquim de Bicas II) para a realização de revista corporal de presos, visitantes e funcionários.

b) Compra de aparelhos de raios-X esteira para a realização de revistas nas unidades prisionais.

c) Implantação de equipamentos de videomonitoramento para 38 unidades.

d) Estruturação de 2 centrais de escolta (em Ribeirão das Neves e em Juiz de Fora), a fim de garantir maior eficiência nos procedimentos de transporte de presos.

4.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Aparelhamento da central de videomonitoramento com investimentos no valor de 634 mil reais financiados com recursos da operação de crédito com o Banco do Brasil.

b) Aquisição de 37 aparelhos de raios-X esteira para realização de revistas nas unidades prisionais, totalizando o valor de 3 milhões de reais, com recursos da operação de crédito com o Banco do Brasil.

c) Implantação de sistema bloqueador de celular para a Penitenciária Nelson Hungria, Penitenciária de Francisco Sá, cujo investimento total soma 2 milhões de reais com recursos provenientes de operação de crédito do Banco do Brasil.

d) Construção de uma central de escolta em São Joaquim de Bicas, cujo investimento total é de 220 mil reais, com recursos provenientes de operação de crédito do Banco do Brasil.

e) Conclusão do estudo de viabilidade de aluguel de aparelhos de raios-x esteira e videomonitoramento.

4.3.3 Planejamento de médio prazo

Implantar o Scanner Corporal, videomonitoramento e raios-x esteira em todas as unidades de médio e grande porte.

4.4 Ação – Estudo de novas tecnologias para melhor funcionamento e redução de custos das unidades prisionais.

4.4.1 Planejamento até dezembro de 2014

Realização de Benchmarking junto às unidades prisionais de Parceria Público Privada e internacionais, a fim de identificar possíveis tecnologias para aprimorar o funcionamento das unidades prisionais e diminuir custos.

4.4.2 Planejamento de médio prazo

Implantar, nas unidade mineiras, as tecnologias consideradas viáveis.

4.5 Ação – Renovação da frota da SUAPI para a realização dos trabalhos administrativos e de transporte de presos em unidades prisionais.

4.5.1 Avanços até 2013

Aquisição, em 2013, de 22 motos, 50 Jumpers, 50 pálios locker, 9 ambulâncias, 10 Pajero e 26 Hylux.

4.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aquisição de 75 veículos cela pequena, 7 camionetas, 1 micro ônibus, 2 caminhões, 2 carros administrativos, 3 vans, 16 ambulâncias, 5 camionetas e 2 carros administrativos, totalizando um investimento de 7 milhões de reais financiados com recursos de operação de crédito do Banco do Brasil e BNDES.

4.5.3 Planejamento de médio prazo

Renovar toda a frota do Sistema Prisional com mais de 10 anos de uso.

5. Aumentar significativamente a efetividade das ações correcionais e de fiscalização do trabalho nas unidades prisionais por meio do fortalecimento das ações de prevenção ativa, redefinição do perfil e capacitação dos servidores da Corregedoria, inclusive com mecanismos de valorização, proteção e estabilidade, maior qualificação das informações que chegam à correição, gerando condições para a apuração de todas as denúncias, com agilidade e qualidade, identificando gargalos estruturais e recomendando atuação preventiva.

5.1. Ação – Fortalecer a Corregedoria a partir da redefinição de toda a estrutura de correição da SEDS e fomentar a articulação desta com outros órgãos afins, como Ministério Público, Defensoria e demais órgãos da Justiça.

5.1.1 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Formalização da estrutura interna da Corregedoria.
- b)** Fortalecimento das ações de prevenção por meio da disponibilização de informações aos servidores sobre seus direitos, deveres e proibições.
- c)** Definição dos fluxos de informação com os demais órgãos de justiça, a partir da publicação de uma resolução conjunta.
- d)** Implantação de uma política de disseminação do conhecimento, identificando e divulgando as melhores práticas, em parceria com as Corregedorias dos outros órgãos do Sistema de Defesa Social.
- e)** Implantação de sistema de informação que permita o acompanhamento da situação dos processos que tramitam na Corregedoria.

5.1.2 Planejamento de médio prazo

- a)** Implantar Corregedoria itinerante.
- b)** Aumentar o quantitativo de corregedores, privilegiando a composição de equipes mistas com agentes, servidores técnicos e administrativos.
- c)** Implementar mecanismo de pré-seleção de servidores, incluindo a exigência de curso superior.
- d)** Criar curso de capacitação em sindicância e processo administrativo.

6. Profissionalização dos servidores das unidades prisionais por meio da reestruturação do treinamento inicial, criação de treinamentos anuais sistemáticos e obrigatórios, normatização, padronização e auditoria de rotinas e atividades críticas, vinculação de aspectos de meritocracia e capacitação à evolução na carreira e qualificação específica e certificação do conhecimento do corpo de diretores das unidades, de forma a criar uma cultura institucional adequada, aumentando o sentimento de pertencimento.

6.1 Ação - Realização de cursos continuados de formação de agentes e técnicos.

6.1.1 Avanços até 2013

- a)** Capacitação, apenas em 2013, de 4.788 agentes de segurança penitenciária.

6.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Realização dos cursos com arma de fogo para os novos agentes concursados, capacitando 5.500 servidores.

b) Realização de cursos introdutórios para atender às demandas das assunções de unidades prisionais e complementação do quadro, capacitando 800 agentes.

6.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Realizar cursos de:

- Gestão para todos os diretores gerais do Sistema Prisional;
- Atualização para todos os técnicos de atendimento no Sistema Prisional (novos módulos do Sistema de Gestão Prisional - SIGPRI, classificação preso, atendimento jurídico e preenchimento do Programa Individualizado de Ressocialização - PIR);
- Atualização bianual para todos os agentes;
- Mediação de conflitos e direitos humanos.

6.2 Ação - Construir vestiários nas unidades prisionais para que os agentes possam armazenar seus pertences pessoais, visando à promoção do bem estar dos profissionais das unidades.

6.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

Prospecção dos locais para a construção dos vestiários nas unidades prisionais, elaboração do projeto executivo e orçamento.

6.2.2 Planejamento de médio prazo

Construir vestiários para os agentes em todas as unidades prisionais do Estado.

6.3 Ação - Reforma e adaptação de espaço voltado para desenvolvimento das atividades de treinamento com arma (estande de tiros) e demais treinamentos complementares.

6.3.1 Avanços até 2013

Identificação de um espaço para a criação da estande de tiros e solicitação de avaliação do imóvel pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

6.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aquisição e reforma do imóvel destinado à estande de tiros.

6.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Ampliar local para construir campo, quadra, e estande de tiros para arma longa.

b) Adequar alojamentos de forma a possibilitar a hospedagem de agentes de outras cidades que estejam em treinamento e, por consequência, a diminuição dos custos de diárias de viagem.

6.4 Ação – Utilizar plataforma de ensino de Educação à Distância (EAD) para realizar capacitações e reciclagens dos profissionais do Sistema Prisional, utilizando-se de parcerias, como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Organização das Nações Unidas (ONU), Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES), Rede Minas, etc.

6.4.1 Avanços até 2013

- a) Criação da Universidade Corporativa do Sistema Prisional em plataforma EAD.
- b) Manutenção de 27 laboratórios de informática em unidades prisionais para realização de aulas em EAD.

6.4.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Capacitação de 700 servidores técnicos e administrativos em cursos de Gestão de Parcerias, Saúde, Ensino, Classificação de Presos e Atendimento Jurídico. Tais Cursos não acarretarão custos adicionais para o Estado, pois podem ser realizados com estrutura tecnológica já disponível.
- b) Assinatura do convênio para captar recursos de forma a aumentar o número de laboratórios de informática nas unidades prisionais.

6.4.3 Planejamento de médio prazo

Implantar laboratórios de informática para a realização de cursos em EAD em todas as unidades prisionais.

6.5 Ação – Implantar processos de certificação profissional junto aos cargos de gerência, com o objetivo de garantir a melhoria da qualificação e crescimento profissional dentro do próprio Sistema.

6.5.1 Avanços até 2013

Formação de cadastro de reserva com profissionais selecionados, objetivamente para a função de diretor a partir de um processo seletivo que obedeceu a critérios técnicos.

6.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

Conclusão do processo de certificação para o cargo de diretor geral de unidade prisional.

6.5.3 Planejamento de médio prazo

- a) Priorizar nomeações de profissionais certificados para o cargo de diretor geral.
- b) Certificar diretores administrativos, de atendimento e de segurança.

6.6 Ação - Dar visibilidade para as ações dos servidores penitenciários, boas práticas para seu reconhecimento perante os pares e sociedade.

6.6.1 Avanços até 2013

- a) Definição e divulgação do conceito de boas práticas no Sistema Prisional.
- b) Criação de uma normatização especificando o conceito de boas práticas.
- c) Publicação de um edital de premiação para práticas inovadoras.

6.6.2 Planejamento de médio prazo

- a) Criação de um repositório virtual das boas práticas no Sistema Prisional.

6.7 Ação - Realizar cursos regulares de capacitação continuada em gestão para diretores de unidades prisionais.

6.7.1 Planejamento até dezembro de 2014

Especificação dos cursos regulares (com conteúdo e periodicidade) que serão implantados.

6.7.2 Planejamento de médio prazo

- a) Realizar curso de gestão para os diretores de unidades prisionais.
- b) Realizar cursos de treinamentos complementares obrigatórios bianuais.

6.8 Ação - Realizar o monitoramento e auditoria dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), de forma que os procedimentos mantenham-se atualizados e atendam a todas as especificidades de cada unidade prisional.

6.8.1 Avanços até 2013

- a) Readequação do procedimento operacional padrão, envolvendo cerca de 80 pessoas em 1 ano de trabalho.
- b) Criação de um núcleo de qualidade na SUAPI, com dois servidores com dedicação exclusiva.
- c) Realização do curso de multiplicadores em auditoria com a formação de 24 pessoas.

6.8.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Treinamento de 3.525 agentes de acordo com o novo procedimento.
- b) Seleção e capacitação de 288 auditores da qualidade.
- c) Realização de auditorias de processo em todas as 34 unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

6.8.3 Planejamento de médio prazo

- a) Auditar anualmente todas as unidades do Sistema Prisional.
- b) Realizar treinamento bianual dos agentes sobre os POPs.
- c) Revisar processos padronizados a cada dois anos.
- d) Novo edital de equipe de auditores publicado anualmente para criação de um quadro de reserva.

7. Garantir o bem estar e o respeito aos direitos individuais dos custodiados por meio da ampliação de parcerias com terceiros e do provimento da estrutura necessária a sua ressocialização seguindo as seguintes diretrizes:

- a) ampliar o número de vagas de estudo e trabalho; disponibilizar condições para o atendimento de saúde e psicossocial individualizado, inclusive estabelecendo novas parcerias com a rede de saúde;
- b) incentivar ações direcionadas às especificidades de gênero e minorias; melhorar o atendimento à família do preso, ampliando locais de atendimento e locais de acolhimento;
- c) ampliar o atendimento religioso.

7.1 Ação – Aprimorar a identificação de presos integrantes de facções criminosas, visando controle e alocação adequada dos mesmos, de forma a evitar o fortalecimento e domínio do crime dentro e fora da unidade.

7.1.1 Avanços até 2013

Na Penitenciária Nelson Hungria já é realizada identificação, separação e controle dos indivíduos pertencentes às facções criminosas.

7.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Publicação de uma resolução contendo diretrizes para a identificação, acompanhamento e alocação dos indivíduos pertencentes às facções criminosas nas unidades prisionais.
- b) Implantação da diretriz em todas as unidades.

7.1.3 Planejamento de médio prazo

Construir outra unidade prisional de segurança máxima para adequada alocação desse público.

7.2 Ação – Disseminar os valores da resolução pacífica de conflitos nas relações entre os atores atuantes na unidade prisional.

7.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

a) Formatação de curso de mediação em parceria com Escola de Formação da Secretaria de Defesa Social (EFES) e Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC).

b) Implantação de capacitação de mediação de conflitos para 1.500 servidores.

7.2.2 Planejamento de médio prazo

Implantar curso de mediação de conflitos de realização obrigatória para todos os servidores.

7.3 Ação – Desenvolver, implantar e fazer cumprir o novo Regimento Disciplinar do Sistema Prisional (REDIPRI).

7.3.1 Avanços até 2013

Execução dos trabalhos de revisão do REDIPRI.

7.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Conclusão da revisão e publicar resolução de implantação.

b) Divulgação do novo procedimento em todas as unidades prisionais.

7.3.3 Planejamento de médio prazo

Manter o procedimento atualizado.

7.4 Ação – Dar visibilidade para as boas práticas dos apenados, como trabalhos realizados e estudos.

7.4.1 Avanços até 2013

a) Realização, apenas em 2013, de: festival de música envolvendo 45 unidades, festival de coral penitenciário, envolvendo 12 unidades e olimpíadas esportivas em 45 unidades.

b) Projeto de piscicultura, incluindo a doação dos peixes produzidos no Sistema Prisional para instituições de caridade.

c) Projeto bicicleta ecológica em Santa Rita do Sapucaí: geração de energia a partir das pedaladas dos presos com intuito de iluminar uma praça pública.

7.4.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização do Concurso Miss Penitenciária Estadual.

b) Realização do festival da canção penitenciária.

c) Realização de olimpíadas esportivas abrangendo todas as unidades que possuem escola (68 unidades).

d) Implantação da Universidade corporativa do Sistema Prisional: criação de um sistema EAD com a finalidade de veicular cursos profissionalizantes para os presos.

7.4.3 Planejamento de médio prazo

a) Projeto TV CELA: criar um programa de TV estrelado pelos próprios custodiados, com o objetivo de trabalhar a comunicação, autoestima e profissionalização dentro das unidades prisionais.

b) Criar espaços destinados à promoção de atividades socioculturais e esportivas dentro das unidades.

c) Expandir o projeto Bicicleta Ecológica.

7.5 Ação - Promover atendimento de saúde e psicossocial continuado aos custodiados por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Municípios, instituições de ensino superior e conselhos profissionais, entre outros.

7.5.1 Avanços até 2013

a) Assunção, pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), do custeio de insumos, investimentos e manutenção dos 3 hospitais prisionais.

b) Compra de 78 ambulâncias em parceria com a SES.

c) Parceria com Universidades para atendimento de saúde e psicossocial.

d) Implementação de ações conjuntas com a Secretaria de Estado da Saúde como testagens de HIV, capacitações, reuniões com as Gerências Regionais de Saúde (GRS).

7.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização de parceria com a Secretaria de Estado de Saúde para assunção da gestão e custeio dos núcleos de saúde e psicossocial (pagamento de técnicos, custeio e investimento) das unidades prisionais.

b) Realização de parceria com o Município para atenção secundária e terciária de saúde.

c) Construção de 16 Farmácias de Minas em parceria com a SES nas seguintes unidades: Penitenciária Professor Aluísio de Oliveira, Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga, Presídio de Pouso Alegre, Penitenciária Francisco Floriano de Paula, Penitenciária de Teófilo Otoni, Centro de Apoio Médico Pericial, Complexo Penitenciário Nossa Senhora do Carmo, Presídio de Alfenas, Presídio de Montes Claros, Hospital de Toxicômanos Padre Wilson Vale da Costa, Penitenciária Dênio

Moreira de Carvalho, Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, Penitenciária de Formiga, Penitenciária Agostinho de Oliveira Junior, Presídio Promotor José Costa e Penitenciária de Três Corações.

d) Criação de uma resolução para regulamentar as parcerias, para atendimento dos presos nas áreas de saúde e psicossocial, com entidades de ensino superior.

e) Realização de reforma de 7 núcleos de saúde, com recursos da Secretaria de Estado de Saúde, nas seguintes unidades: Hospital de Toxicômanos Padre Wilson Vale da Costa, Penitenciária José Edson Cavalieri, em Juiz de Fora, Penitenciária Agostinho de Oliveira Júnior, em Unaí, Penitenciária de Formiga, Penitenciária Aloizio Inácio de Oliveira, em Uberaba, Presídio de Janaúba e Presídio Sebastião Satiro, em Patos de Minas.

f) Elaboração do Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre SEDS e SES para execução de recurso que são repassados do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde.

7.5.3 Planejamento de médio prazo

a) Assunção da gerência das ações de atendimento médico e psicossocial das unidades prisionais pela Secretaria de Estado de Saúde, como a contratação de pessoal, gestão da carreira, compra de materiais/medicamentos.

b) Classificar como despesa de saúde os gastos de atendimento de saúde do Sistema Prisional.

c) Reforma e adequação de todas as unidades de saúde do Sistema Prisional.

d) Realizar o diagnóstico epidemiológico da população carcerária em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES) com recursos do Fundo Nacional de Saúde.

e) Realizar capacitações conjuntas das equipes técnicas das unidades prisionais e da rede de saúde de referência, em oficinas de saúde, especialmente na temática de álcool e drogas.

7.6 Ação - Promover a educação e profissionalização continuada dos custodiados por meio de parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego, Municípios, instituições de ensino superior e conselhos profissionais dentre outros.

7.6.1 Avanços até 2013

a) 6.500 presos estudando (ensino médio e fundamental).

b) 100 presos cursando o ensino superior.

c) 4.000 presos profissionalizados.

d) 13.500 presos trabalhando.

e) Termo de Cooperação com a Faculdade FEAD para a disponibilização de 4.000 bolsas de estudo em nível superior até o final de 2015.

f) Criação do módulo de Gerenciamento do Trabalho do Preso no Sistema de Gestão Prisional.

g) Convênio firmado com a Secretaria de Estado de Educação para oferta de educação básica nas unidades do Sistema Prisional, por meio da implantação de escolas formais e a estruturação de laboratórios de informática.

7.6.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Inauguração de galpões de Escola e Trabalho nas unidades de: Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia, Penitenciária José M. Alkimin, Complexo Penitenciário Nelson Hungria, Presídio Sete Lagoas, Presídio Pouso Alegre, Presídio de Carmo do Paranaíba, São Joaquim de Bicas I, São Joaquim de Bicas II, Penitenciária José Martinho Drumond, Ponte Nova, João Pinheiro e Alfenas. Essa ação será financiada com recursos do BNDES (8,7 milhões de reais) e do Banco do Brasil (1,9 milhão de reais).

b) Profissionalização de 6.000 presos com recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

c) Planejamento, em conjunto com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), para implementação de ações de qualificação profissional dos presos em regime semiaberto para preenchimento de vagas de emprego.

7.6.3 Planejamento de médio prazo

a) Implantação de 10 novos galpões de escola e trabalho nas unidades prisionais, totalizando um investimento de 6 milhões cujos recursos estão sendo negociados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

b) Conveniamento com a Secretaria de Estado de Educação para a construção de 30 novas escolas e 40 módulos de laboratório de informática/biblioteca.

c) Encaminhamento para o trabalho e estudo de 100% dos presos aptos, de acordo com a classificação da Comissão Técnica de Classificação (CTC).

d) Escolas e oficinas de trabalho em todas as unidades prisionais que possuam presos condenados.

e) Conveniamento com a SEDESE para emissão de carteira de trabalho para todos os presos.

f) Conveniamento com a SEDESE para a criação de uma agência do Sistema Nacional de Emprego (SINE) com foco nos presos e egressos do Sistema Prisional.

g) Promover captação de recursos para viabilizar ações de qualificação profissional planejadas em conjunto com a SEDESE, voltadas ao público do regime semiaberto.

7.7 Ação – Garantir a adequação dos procedimentos durante a execução penal do custodiado portador de transtornos mentais e outras enfermidades agudas e crônicas.

7.7.1 Avanços até 2013

- a) Manutenção de 3 hospitais penitenciários.
- b) Reforma do Hospital Psiquiátrico de Barbacena com recursos da Secretaria de Estado de Saúde.
- c) Encaminhamento de 14 presos em medidas de segurança com periculosidade cessada para Residências Terapêuticas.

7.7.2 Planejamento até dezembro de 2014

Reforma do Hospital de Toxicômanos de Juiz de Fora, no valor de 250 mil reais, com recursos da Secretaria de Estado de Saúde.

7.7.3 Planejamento de médio prazo

- a) Reformar o Centro de Apoio Médico Pericial (CAMP).
- b) Ampliar 100 leitos no CAMP.

7.8 Ação – Garantir a adequação dos procedimentos de acolhimento, atendimento, segurança e revista durante a visita da família dos custodiados, promovendo maior interação entre o universo familiar e o universo prisional.

7.8.1 Avanços até 2013

Criação do Núcleo de Atendimento a Família (NAF) em Belo Horizonte, a fim de agilizar a regularização de documentação dos visitantes dos presos.

7.8.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Criação dos espaços para acolhimento da família dos presos em 5 unidades prisionais (Penitenciárias Nelson Hungria, José Martinho Drumond, Antônio Dutra Ladeira, São Joaquim de Bicas I e Araxá), cujo valor é de 740 mil reais, com recursos provenientes da operação de crédito do Banco do Brasil.
- b) Expansão do NAF para todas as unidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e mais 3 cidades do interior, a saber: Juiz de Fora, Pouso Alegre e Alfenas.

7.8.3 Planejamento de médio prazo

- a) Criar espaços de acolhimento da família em todas as unidades prisionais.

b) Expandir o atendimento do NAF para todas as unidades prisionais localizadas em zonas distantes do centro urbano.

c) Implantar Scanner Corporal em todas as unidades de grande/médio porte.

d) Articular com a SEDESE para estabelecer diretrizes institucionais que assegurem a efetiva inclusão do público do Sistema Prisional e suas famílias nos programas de Assistência Social.

7.9 Ação – Promover a identificação civil geral do apenado e disseminar mecanismos de inclusão cidadã, a fim de viabilizar bancarização, garantias jurídicas e econômicas, promovendo maior interação entre o universo do preso e da sociedade.

7.9.1 Avanços até 2013

a) Cartão Trabalhando a Cidadania: Parceria Banco do Brasil, Visanet e SEDS, para que todo o preso trabalhador seja inserido no sistema bancário, podendo receber seu salário em uma conta própria.

b) Identificação civil para 90% dos presos.

c) Convênio com a RECIVIL (sindicato dos oficiais de registro civil de Minas Gerais) para a emissão de segunda via de certidão de nascimento, reconhecimento de paternidade, casamentos gratuitos.

d) Convênio com a Receita Federal para confecção de CPF para os presos.

e) Aquisição de impressoras para fotos 3x4 para impressão de fotos dos presos para a identificação civil, evitando escoltas desnecessárias.

7.9.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Aumento dos presos com identificação civil para 95%.

b) Conveniamento com a Polícia Civil para dar celeridade à emissão de carteiras de identidade para os presos.

7.9.3 Planejamento de médio prazo

a) Identificar civilmente 100% dos presos.

b) Garantir que todos os presos que trabalham tenham o Cartão “Trabalhando a Cidadania”.

7.10 Ação – Implantar alas específicas para a população carcerária LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) nas unidades prisionais.

7.10.1 Avanços até 2013

Articulação entre SEDS e SEDESE para implantação de duas alas para o público LGBTT, uma na Penitenciária Jason Albergaria e outra no Presídio de Vespasiano.

7.10.2 Planejamento até dezembro de 2014

Identificação da demanda por ampliação de alas específicas para o público LGBTT.

7.10.3 Planejamento de médio prazo

Implantação de celas específicas em função da demanda.

7.11 Ação – Ampliar as condições para viabilizar a manifestação religiosa para os custodiados do Sistema Prisional.

7.11.1 Avanços até 2013

- a)** Mais de 400 instituições religiosas cadastradas e atuantes no Sistema Prisional.
- b)** Lançamento da cartilha da assistência religiosa e política sobre drogas no Sistema Prisional, a fim de subsidiar informações aos parceiros.
- c)** Seminário Estadual de Assistência Religiosa e Política sobre Drogas do Sistema Prisional.

7.11.2 Planejamento até dezembro de 2014

Disponibilização e monitoramento de atendimento religioso em todas as unidades prisionais.

7.11.3 Planejamento de médio prazo

Ampliar espaço físico destinado a manifestações religiosas nas unidades prisionais.

7.12 Ação – Humanizar a execução penal dos estrangeiros, melhorando a comunicação, o acompanhamento da pena e o encaminhamento para o programa de egressos.

7.12.1 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Propor uma resolução com o Tribunal de Justiça e em parceria com o Programa Novos Rumos para regulamentar o desligamento e saída temporária dos presos estrangeiros.
- b)** Criação de um programa de acompanhamento de presos estrangeiros, viabilizando a comunicação com seus consulados de origem.
- c)** Viabilização de um fluxo e estratégia específica de atendimento do PrEsp e/ou outro programa social para auxiliar quando da proximidade do fim da pena e preparação para o desligamento, inclusive viabilizando contato com a família via Skype.

7.12.2 Planejamento de médio prazo

Garantir o acompanhamento de todos os estrangeiros egressos do Sistema Prisional.

8. Criar e implementar uma política especial com ações de educação, prevenção, atendimento e tratamento aos usuários de drogas, inclusive equipamentos para atendimento específico a custodiados em situação de crise.

8.1 Avanços até 2013

Parceria com a Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas (SUPOD) para atuação da entidade Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas (ABRAÇO) no âmbito da Central de Flagrantes (CEFLAG), resultando no encaminhamento de presos em flagrante delito para comunidades terapêuticas.

8.2 Planejamento de médio prazo

Criar unidade prisional híbrida em parceria com entidades sem fins lucrativos de tratamento de toxicômanos para encaminhamento de dependentes químicos em situação de crise de abstinência (segundo critério a ser definido junto aos profissionais de saúde da SEDS), mediante laudo médico.

9. Fortalecer o papel da sociedade civil enquanto parceira da administração prisional, especialmente na orientação do trabalho e estudo, ampliando, inclusive, mecanismos de trabalho voluntário e estágios obrigatórios de universidade.

9.1 Ação - Articular e criar espaços que permitam a presença da sociedade civil no Sistema Prisional.

9.1.1 Avanços até 2013

a) Criação junto com o Projeto Novos Rumos de uma estratégia específica de fortalecimento/potencialização/criação dos Conselhos da Comunidade.

b) Participação mais efetiva do Sistema Prisional junto aos Conselhos Estaduais de Segurança Pública (CONSEPs).

9.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Criação de metodologia para captação de trabalho voluntário e estágios.

9.1.3 Planejamento de médio prazo

Ampliar do número de estagiários voluntários no Sistema Prisional.

10. Melhorar a gestão da informação e dos sistemas informatizados, com as seguintes diretrizes:

- a) ampliar capacidade de cruzar informações e integrar dados com os sistemas das Polícias e do Poder Judiciário;
- b) controlar e fornecer informação de qualidade e em tempo real sobre a execução da pena e sobre o controle gerencial das ações na unidade prisional;
- c) disponibilizar informações, normas e conhecimento de forma ampla e de fácil acesso aos servidores do Sistema e demais interessados.

10.1 Ação – Promover integração dos sistemas informatizados que contêm dados prisionais e judiciais.

10.1.1 Avanços até 2013

Início da reformulação do SIGPRI a partir da assinatura do contrato e início da execução dos primeiros módulos.

10.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Expansão do sistema SIGPRI por meio da especificação de 6 módulos (referentes ao indivíduo, estabelecimento, gestão de vagas, biometria e atendimento) e entrega de 3 módulos (referentes ao indivíduo, estabelecimento, conclusão de biometria). O investimento para essa ação será de 3 milhões de reais, com recursos provenientes do Banco do Brasil.

10.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Articular com Tribunal de Justiça (TJMG) e Polícia Civil para unificação do banco de dados de Execução de Pena do TJMG visando integração com o Sistema Prisional.

b) Terminar os demais módulos do SIGPRI referentes a: Estabelecimento Prisional, Evolução, Gestão de vagas, Atendimento e a Guarda do Preso.

11. Aprimorar a atuação da Inteligência do Sistema Prisional gerando informações tempestivas para antecipar possíveis situações de conflitos e riscos, de forma a melhorar as condições de segurança das unidades prisionais com as seguintes diretrizes:

- a) melhoria da seleção e capacitação dos servidores da Inteligência;
- b) melhoria dos equipamentos;
- c) aprimoramento dos sistemas de informação.

11.1 Ação – Aprimorar a escolha e treinamento dos agentes de inteligência nas unidades prisionais, dando preferência aos servidores efetivos para o exercício desta atividade.

11.1.1 Avanços até 2013

- a) Preferência para servidores efetivos na indicação para ocupar o cargo de assessor de inteligência nas unidades prisionais.
- b) Treinamento introdutório para os assessores de inteligência realizado na própria SEDS.

11.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aprimoramento dos critérios de escolha dos assessores de inteligência a partir do aprimoramento da investigação social.

11.1.3 Planejamento de médio prazo

- a) Realizar a capacitação rotineira dos assessores de inteligência por meio de cursos regionalizados (por Região Integrada de Segurança Pública – RISPS).
- b) Realizar cursos de inteligência para a assessoria central de inteligência do Sistema Prisional.
- c) Criar e divulgar uma doutrina de inteligência prisional estadual, consolidando o papel da inteligência.
- d) Criar e divulgar protocolos de atuação de inteligência.
- e) Realizar visitas técnicas anuais em todas as unidades prisionais para fiscalizar a atuação das Assessorias de Inteligência.

11.2 Ação – Aprimorar a gerência de informações de inteligência a orientar as unidades prisionais quanto a importância do preenchimento correto dos sistemas de informação de inteligência.

11.2.1 Avanços até 2013

- a) Criação de um banco de dados com informações de inteligência encaminhadas pelas unidades prisionais.
- b) Confecção do Relatório Periódico de Inteligência, contendo as principais ocorrências das unidades prisionais e notícias afetas ao Sistema Prisional, divulgado para o nível estratégico da SEDS.

11.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Estruturação e divulgação de bancos de dados que farão interface com o software de análise de vínculos e serão alimentados por dados provenientes das unidades prisionais.

11.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Aquisição de um software de análise de vínculos para aprimorar as investigações sociais realizadas pela Assessoria Central de Inteligência da SUAPI, com investimento de 340 mil reais e recursos provenientes da operação de crédito com o Banco do Brasil.

b) Expandir a divulgação do Relatório Periódico de Inteligência para todos os diretores de unidades prisionais.

c) Descentralizar a gerência de informações de inteligência prisional para diretorias regionais nas RISPS.

11.3 Ação - Articular as ações de inteligência prisional com as outras unidades de inteligência da rede de inteligência da Defesa Social e do Sistema de Justiça Criminal.

11.3.1 Avanços até 2013

Interlocução com o nível estratégico da rede de inteligência do Sistema de Defesa e do Sistema de Justiça.

11.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Articulação de ações junto à Polícia Civil e Militar a fim de ampliar a rede de compartilhamento de informações de inteligência para o âmbito local.

11.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Possuir bancos de dados de compartilhamento de informações de inteligência locais, com dados provenientes da Polícia Civil, Militar e Sistema Prisional.

b) Garantir a participação sistemática da inteligência prisional nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE) em todo o estado, com vistas ao compartilhamento de informações sobre indivíduos monitorados.

12. Garantir quantitativo e perfil adequado de servidores para a execução das ações relativas a custódia e ressocialização dos presos a partir das seguintes diretrizes:

- a) Substituição dos servidores contratados mediante contrato administrativo;
- b) Aumentar a agilidade na seleção e substituição de funcionários que se desligam do Sistema Prisional.

12.1 Ação - Realização de concursos para recrutamento de funcionários necessários para executar as atividades das unidades prisionais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Execução Penal (LEP).

12.1.1 Avanços até 2013

Realização do Projeto Quadro de Vagas, em parceria com o Escritório de Prioridades Estratégicas e a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), no intuito de criar uma metodologia para a mensuração da mão de obra necessária para as unidades prisionais.

12.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Identificação de iniciativas para otimização da mão de obra.
- b)** Realização de concursos para 3.538 agentes e 1.400 técnicos.
- c)** Nomeação de 3.410 agentes aprovados em concurso público realizado em 2013.
- d)** Identificação de postos de trabalho que podem ser ocupados por servidores temporários ou são passíveis de terceirização.

12.1.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Adequar o quadro de funcionários, de modo a possibilitar a custódia e ressocialização do preso nos moldes exigidos pela LEP.
- b)** Implantar tecnologias e projetos para otimizar a mão de obra existente.

12.2 Ação – Reformular a metodologia de seleção dos servidores, de forma a aumentar a agilidade na reposição do quadro de funcionários das unidades prisionais.

12.2.1 Avanços até 2013

Existência de uma diretoria de recrutamento e seleção de servidores.

12.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Criação de uma metodologia junto à Superintendência de Recursos Humanos para a seleção e reposição imediata do quadro de funcionários.

12.2.3 Planejamento de médio prazo

Repor todos os cargos vagos nas unidades prisionais em, no máximo, 5 dias úteis.

EIXO ATUAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Redefinir o plano de articulação regional da Instituição, gerando maior agilidade na tomada de decisão na área operacional

- Melhorar a representatividade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) nas Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP)
- Melhorar a articulação com o Gabinete Militar (Defesa Civil), Secretaria de Meio Ambiente e Saúde no planejamento e operacionalização de ações correlacionadas às atividades de Bombeiro.

2. Otimização do emprego e distribuição de efetivo, viaturas e equipamentos, com suas respectivas readequações em face da geografia regional, buscando a eficiência nos serviços.

- Ampliar o atendimento do CBMMG no Estado e nas cidades conurbadas, beneficiando a população mineira, reduzindo o tempo de resposta com a ampliação dos pontos de atendimento operacionais.
- Sistematização das informações de segurança contra incêndio e pânico, com foco na qualidade e agilidade na prestação de serviço, possibilitando ao cidadão acesso a ferramenta Descomplicar.

3. Incentivar a cultura de prevenção e de proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente, promovendo condições para que o cidadão identifique situações de risco e adote comportamentos/atitudes preventivas e de proteção, sendo capaz de solicitar auxílio, prestar informações e apoiar as ações do Corpo de Bombeiros.

- Criar cultura de prevenção e autoproteção na população, de forma que o cidadão saiba agir proativamente frente às situações de risco pessoal ou de outrem, e podendo ainda prestar primeiro atendimento até a chegada de agente especializado.
- Aumentar a percepção ao risco na comunidade, estimulando ações preventivas e proporcionando respostas eficientes aos desastres, de forma integrada com outras instituições.

4. Implementar plano de gestão do conhecimento com o pilar estrutural voltado para o serviço operacional prestado pela corporação, com oportunidades de melhorias focadas, principalmente, nas atividades de atendimento direto ao cidadão: salvamento, combate a incêndio e resgate.

- Delinear ações de gestão do conhecimento a partir dos cursos de formação e capacitação continuada do CBMMG, visando o acúmulo de conhecimento institucional, a fim de que se obter um fluxo de informações institucionais relevantes.

5. Desenvolver uma política de Gestão de Recursos Humanos para manter a qualidade do serviço prestado.

- Manter fluxo continuado de entradas de pessoal na corporação para ampliação e reposição de quadros existentes.

- Promover o incremento de servidores civis nos quadros do CBMMG, retirando encargos administrativos dos bombeiros militares, permitindo sua utilização nas áreas de atendimento direto ao cidadão.

- Consolidar a Academia do CBMMG como centro de formação, capacitação e treinamento na área de proteção social, com vistas à unificar a metodologia para consolidação do ensino, instrução e capacitação.

6. Preparar o Corpo de Bombeiros para os grandes eventos que ocorreram no Brasil e em Minas Gerais, como a Copa do Mundo.

- Delinear ações de planejamento operacionais, logístico e humano para atender as atividades a Copa do Mundo.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Construção da Academia de Formação do Corpo de Bombeiros, totalizando 7 milhões de reais de investimento, em negociação com o BID.
- Investimentos em materiais operacionais e equipamentos de telecomunicações superior a 5,5 milhões de reais, com o foco na Copa do Mundo.
- Formação de 960 novos militares para recompor o efetivo com investimentos de 2,2 milhões de reais em capacitação.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Redefinir o plano de articulação regional da Instituição, gerando maior agilidade na tomada de decisão na área operacional.

1.1 Ação - Melhorar a representatividade do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) nas Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP).

1.1.1 Avanços até 2013

- a)** Elaboração do Plano de Articulação Operacional, delimitando a atuação regional de cada comando operacional.
- b)** Encaminhamento de Proposta de Lei para a Assembleia Legislativa, contendo a proposta de redefinição da organização do CBMMG.
- c)** Aprovação da Lei Complementar nº. 130/2013, que altera a organização básica do CBMMG.
- d)** Encaminhamento de proposta de Decreto, com definição de locais e cronograma de ativação da articulação operacional de Bombeiro, criando os comandos nas cidades de Uberlândia e Juiz de Fora.

1.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Publicação do decreto e efetiva implementação da ocupação das edificações integradas (prédios das Regiões Integradas de Segurança Pública) dos Comandos regionais em Uberlândia e Juiz de Fora com destinação de 15 militares, por comando, para composição dos efetivos e ainda a distribuição de viaturas.

1.1.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Viabilizar a efetiva implementação do 4º e do 5º Comando Operacional de Bombeiros, respectivamente, em Montes Claros e Governador Valadares, com a estruturação necessária para funcionamento.
- b)** Elevar as Companhias de Patos de Minas, Ipatinga, Pouso Alegre, Poços de Caldas e Barbacena à condição de Companhia Independente, tendo como impacto direto o aumento do número de militares e recursos logísticos, bem como a facilitação para as tomadas de decisão em operações de bombeiros e integradas, gerando melhores condições de atendimento ao cidadão.

1.2 Ação - Melhorar a articulação com o Gabinete Militar (Defesa Civil), Secretaria de Meio Ambiente e de Saúde no planejamento e operacionalização de ações correlacionadas às atividades de Bombeiro.

1.2.1 Avanços até 2013

Assinatura de convênios de apoio mútuo entre o CBMMG e as Secretarias de Meio Ambiente e de Saúde que possibilitaram respectivamente a formação de brigadistas e 500 atendimentos aeromédicos.

1.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Dar continuidade aos treinamentos nos parques do Instituto Estadual de Florestas, formando brigadistas.

b) Efetivação do Decreto nº 46.449, de 25 de fevereiro 2014, de atendimento de ocorrências de massa (grande número de vítimas), integrando o Corpo de Bombeiros, a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria de Meio Ambiente e a Defesa Civil Estadual.

c) Ampliar o uso de aeronave para o atendimento pré-hospitalar através da realização de convênio com a Secretaria de Saúde, aumentando o número de horas voadas nos 2 helicópteros existentes e viabilizando o funcionamento de mais 1 helicóptero em parceria com a Secretaria de Saúde, com previsão de atendimento de, no mínimo, mais 250 ocorrências.

1.2.3 Planejamento de médio prazo

Viabilizar o atendimento aeromédico para 100% das regiões do Estado de Minas Gerais, quando houver condições climáticas e de pouso local.

2. Otimização do emprego e distribuição de efetivo, viaturas e equipamentos, com suas respectivas readequações em face da geografia regional, buscando a eficiência nos serviços.

2.1 Ação - Ampliar o atendimento do CBMMG no Estado e nas cidades conurbadas, beneficiando a população mineira e reduzindo o tempo de resposta com a ampliação dos pontos de atendimento operacionais.

2.1.1 Avanços até 2013

a) De 2003 a 2012, o Corpo de Bombeiros ampliou significativamente o número de quartelamentos para o atendimento ao cidadão, passando de 33 para 53 municípios, atendendo, diretamente, uma população de 10.075.621 pessoas.

b) Implementação, no ano de 2013, de uma Unidade de Bombeiro na cidade de Oliveira, com investimentos de aproximadamente 1,5 milhões de reais, melhorando as condições de atendimento direto de 41.372 mil habitantes e indireto de 191.950 mil habitantes.

2.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Implementação do Pelotão de Viçosa, com investimentos superiores a 3 milhões de reais e beneficiamento direto de população de 72.220 habitantes e indireto de mais de 155.000 habitantes.

2.1.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Estudar as alternativas de emprego operacional para primeiro atendimento em locais com mobilidade urbana limitada, incluindo cidades conurbadas e definindo ações para redução do tempo de espera no atendimento às emergências.
- b)** Viabilizar o aumento de atuação da Instituição, com a participação de bombeiros voluntários ou congêneres, possibilitando uma expansão da prestação de serviço.
- c)** Criar plano de ampliação de unidades, principalmente, no norte, leste e sul do Estado, a partir dos estudos realizados, dando continuidade ao processo de expansão das atividades com o fornecimento de um melhor atendimento, baseado na qualidade do serviço e conceitos modernos da atividade de Bombeiros.

2.2 Ação - Sistematização das informações de segurança contra incêndio e pânico, com foco na qualidade e agilidade na prestação de serviço, possibilitando ao cidadão acesso à ferramenta Descomplicar.

2.2.1 Avanços até 2013

- a)** De 2003 a 2010 foram viabilizadas constantes regulamentações das atividades de prevenção contra incêndio e pânico no Estado, estabelecendo critérios de segurança com ações preventivas, nas edificações e eventos, possibilitando estabelecimentos seguros ao cidadão.
- b)** Em 2011 e 2012, foram elaborados os módulos da plataforma INFOSCIP e a sua integração com a plataforma Minas Fácil, possibilitando a abertura de empreendimentos no Estado em até três dias, sem prejuízo do cumprimento da legislação de prevenção. Os trabalhos desenvolvidos culminaram em agilidade na etapa de análise de projeto, reduzindo o tempo médio de três meses para menos de dez dias em todo o Estado.
- c)** Em agosto de 2013, ocorreu o lançamento da plataforma INFOSCIP para acesso pela internet. O Projeto contou com investimento superior a 11 milhões de reais.

2.2.2 Planejamento até dezembro 2014

- a)** Ampliação do acesso ao INFOSCIP em todas as Unidades de Bombeiros no Estado.
- b)** Digitalização dos projetos de prevenção aprovados pelo CBMMG na RMBH.

2.2.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Digitalizar projetos de prevenção aprovados pelo CBMMG no Estado.
- b)** Atualizar normatização da regulamentação de prevenção do Estado de forma a adequar a norma às novas tecnologias de construção.
- c)** Desenvolver diagnóstico de causas mais frequentes de reprovação de projetos preventivos e criar banco de respostas para estas causas, de forma a orientar os trabalhos dos responsáveis técnicos na elaboração de projetos.

3. Incentivar a cultura de prevenção e de proteção à vida, ao patrimônio e ao meio ambiente, promovendo condições para que o cidadão identifique situações de risco e adote comportamentos/atitudes preventivas e de proteção, sendo capaz de solicitar auxílio, prestar informações e apoiar as ações do Corpo de Bombeiros.

3.1 Ação - Criar cultura de prevenção e autoproteção na população, de forma que o cidadão saiba agir proativamente frente à situações de risco pessoal ou de outrem, e podendo ainda prestar primeiro atendimento até a chegada de agente especializado.

3.1.1 Avanços até 2013

a) Realização de Cursos de Suporte Básico de Vidas e Combate à Princípio de Incêndio para os cidadãos, contando com mais de 15 mil pessoas treinadas.

b) Realização do Programa de Divulgação da Natação (Prodinata), ensinando natação e princípios de prevenção aquática a mais de 5.000 pessoas desde 2003.

c) Formação da Brigada de Incêndio da Cidade Administrativa, em 2011, sendo treinados mais de 2.000 voluntários que, durante um ano, desenvolvem atividades de prevenção nas Edificações Minas, Gerais e Tiradentes, atendendo um público de aproximadamente 20 mil pessoas por dia.

d) Desenvolvimento, em 2012, de atividades de formação de brigadas com servidores municipais nas cidades históricas de Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina e São João Del Rey, possibilitando ações imediatas para preservação do patrimônio público histórico, capacitando aproximadamente 120 pessoas.

e) Realização de formação de menores em situação de risco na profissão de bombeiro civil, através do programa Voluntários da Cidadania em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e da Vara Infração da Justiça da Infância e Juventude.

3.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Continuidade dos Cursos de Formação do cidadão em Suporte Básico de Vidas e Combate à Princípio de Incêndio, buscando ampliar o número de pessoas capacitadas.

b) Fortalecer os canais de comunicação com a sociedade, com a utilização dos meios de comunicação institucionais para obter avaliação dos serviços prestados junto à comunidade.

c) Treinamento de mais de 5.000 agentes prisionais, nas atividades Primeiros Socorro e Combate aos Princípios de Incêndio, através de ação conjunta com a Subsecretaria de Administração Prisional.

3.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Ampliar cursos relacionados à atividade do Corpo de Bombeiros, Suporte

Básico de Vidas e Combate à Príncipio de Incêndio, para voluntários, a fim de criar cultura de prevenção e autoproteção na população.

b) Criar novos mecanismos que ampliem o acesso do público às informações prestadas nos cursos, como, por exemplo, ensino à distância.

c) Articular com a Secretaria de Educação a formação de multiplicadores, professores e alunos, para propagar este conhecimento, utilizando parcerias com as escolas estaduais.

d) Realizar pesquisa amostral, aferindo a qualidade dos serviços prestados, após o atendimento de ocorrências e, inclusive, visitas pós-sinistros.

e) Padronizar procedimentos para disciplinar a utilização dos canais de comunicação institucionais, criando banco de respostas para as perguntas mais frequentes, de forma a agilizar as respostas ao cidadão.

3.2 Ação – Aumentar a percepção ao risco na comunidade, estimulando ações preventivas e proporcionando respostas eficientes aos desastres, de forma integrada com outras instituições.

3.2.1 Avanços até 2013

a) Realização do Programa Bombeiros nas Escolas, com discussão das temáticas de acidentes doméstico, acidente de trânsito e desastres naturais.

b) Realização de campanhas na mídia, ensinando a população a identificar os riscos decorrentes das chuvas.

3.2.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Elaboração de projeto envolvendo os Cadetes da Academia de Bombeiros Militar e a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) de Belo Horizonte, para conscientizar a comunidade de área de risco, sobre situações de deslizamento, enchentes e inundações.

b) Acrescentar, no planejamento estratégico da corporação, estratégias e ações voltadas para a sistematização de programas de conscientização das comunidades quanto aos riscos de desastres.

3.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Elaborar Planos de Contingência para os riscos específicos, de forma gradativa, formando uma rede de atendimento e apoio para os 853 municípios do Estado.

b) Criar um sistema integrado de monitoramento de riscos baseado nos Planos de Contingência, com ações de preparação, prevenção e resposta aos desastres, por meio da integração e alinhamento com outros órgãos, em todos os níveis.

c) Desenvolver as ações de preparação da comunidade, envolvimento de órgãos públicos e lideranças locais, com o foco na capacitação dos profissionais para uma atuação mais qualificada.

4. Implementar plano de gestão do conhecimento com o pilar estrutural voltado para o serviço operacional prestado pela corporação, com oportunidades de melhorias focadas, principalmente, nas atividades de atendimento direto ao cidadão: salvamento, combate a incêndio e resgate.auxílio, prestar informações e apoiar as ações do Corpo de Bombeiros.

4.1 Ação - Delinear ações de gestão do conhecimento a partir dos cursos de formação e capacitação continuada do CBMMG, visando o acúmulo de conhecimento institucional, a fim de que se obter um fluxo de informações institucionais relevantes.

4.1.1 Avanços até 2013

Preparação do público interno para fomentar a gestão do conhecimento no nível estratégico da Corporação, com a atribuição de realizar plano específico.

4.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Elaboração do plano de gestão do conhecimento da Corporação, prevendo as ações a serem desenvolvidas e tendo como projeto piloto o programa de preparação para a reserva que permite o desenvolvimento do compartilhamento de experiências.

4.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Criar banco histórico com relatos dos militares, perpetuando a história institucional, no qual serão compartilhados conhecimentos de Bombeiros, com o foco principal nos militares da área operacional com menos experiência ou em período de formação, evitando a perda do conhecimento com a aposentadoria de profissionais experientes.

b) Desenvolver projeto focado em grupos temáticos de discussão, em sistema virtual e fórum, para discutir assuntos de salvamento, combate a incêndio e resgate com a participação dos Militares de todas as Unidades de Bombeiros do Estado, com intuito de ganho de qualidade nas atividades operacionais, considerando a expertise dos militares.

c) Desenvolver sistema informatizado na forma de Banco de Competências, que permita à Corporação identificar os talentos de seus profissionais.

d) Criar repositório de conhecimento que, de forma virtual, permita que os trabalhos técnicos científicos produzidos nos cursos de formação sejam acessados pela comunidade de bombeiros em todo o Estado.

4.2.3 Planejamento de médio prazo

Garantir que o desenvolvimento de temáticas operacionais forneça subsídio para a tomada de decisão. Espera-se que os grupos temáticos agreguem valor ao serviço prestado, ampliando as boas práticas desenvolvidas nas unidades e repercutindo positivamente no atendimento ao cidadão.

5. Ação - Desenvolver uma política de Gestão de Recursos Humanos para manter a qualidade do serviço prestado.

5.1 Ação - Manter fluxo continuado de entradas de pessoal na corporação para ampliação e reposição de quadros existentes.

5.1.1 Avanços até 2013

a) Aprovação de edital para Concurso de Soldados (CFSd), com 800 novas vagas, com início previsto para o ano de 2014.

b) Manutenção da periodicidade das entradas, por concurso, de oficiais na Corporação, por meio do Curso de Formação de Oficiais - 30 vagas.

5.1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Finalização do processo seletivo para o Curso de Formação de Soldados e conquista da ampliação de mais 160 vagas, ampliando o número de 800 para 960 soldados bombeiros.

b) Execução do curso de formação, com disponibilização dos novos militares para trabalharem na Copa do Mundo de 2014.

5.1.3 Planejamento de médio prazo

Estudar alternativas de emprego operacional dos militares da corporação de forma a ampliar a capacidade de resposta do efetivo atual e elaborar propostas de ingresso e evolução do efetivo.

5.2 Ação - Promover o incremento de servidores civis nos quadros do CBMMG, retirando encargos administrativos dos bombeiros militares e permitindo sua utilização nas áreas de atendimento direto ao cidadão.

5.2.1 Avanços até 2013

Contratação de 27 servidores civis das áreas de biblioteconomia, pedagogia, direito e assistência social para desenvolvimento dos trabalhos atinentes às suas profissões, liberando os militares para o serviço operacional.

5.2.2 Planejamento até dezembro 2014

Realizar estudo dos cargos e funções que poderiam ser desenvolvido por profissionais de outras áreas do saber. Incluir neste estudo análise de viabilidade sobre a possibilidade de contratação dos profissionais de saúde como serviço temporário.

5.2.3 Planejamento de médio prazo

Ter o mínimo de militares vinculados à administração, priorizando o atendimento direto ao cidadão nas ocorrências típicas de bombeiro.

5.3 Ação - Consolidar a Academia do CBMMG como centro de formação, capacitação e treinamento na área de proteção social, com vistas à unificar a metodologia para consolidação do ensino, instrução e capacitação.

5.3.1 Avanços até 2013

a) Formatura da primeira turma de Oficiais Bombeiros com 100% do Curso realizado na Academia de Bombeiros Militar (ABM), possibilitando a padronização da formação e do serviço prestado.

b) Consecução do Projeto Arquitetônico de 16 salas de aula para a ABM, com o investimento de aproximadamente 400 mil reais.

5.3.2 Planejamento até dezembro 2014

Diagnosticar áreas de pesquisa e ensino na Corporação para melhoria do serviço e excelência do atendimento, com a produção e conhecimento (monografias, artigos científicos, teses) em atividades específicas de bombeiros.

5.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Construção das 16 salas de aula da Academia de Bombeiros Militar, com investimentos de 7 milhões de reais, em negociação com BID.

b) Reestruturação do ensino à distância para ampliação dos cursos, com o foco na padronização das capacitações no Estado e diminuição dos gastos.

6. Preparar o Corpo de Bombeiros para os grandes eventos que ocorrerão no Brasil e em Minas Gerais, como a Copa do Mundo.

6.1 Ação - Delinear ações de planejamento operacionais, logístico e humano para atender as necessidades da Copa do Mundo.

a) No ano de 2012, ocorreu a capacitação de 294 militares nas temáticas de requalificação em Atendimento Pré-Hospitalar, Gerenciamento de Grandes eventos e Sistema de Comando de Operação Básico.

b) No ano de 2013, foram realizados cursos básicos de Inglês e Espanhol e também requalificação em Atendimento Pré-hospitalar, totalizando 494 militares da região metropolitana treinados. Neste ano, foi trabalhada a concepção, junto ao Governo Federal, do Centro de Comando e Controle Integrado Móvel, com a entrega de caminhão no valor aproximado de 3 milhões reais.

6.1.2 Planejamento até dezembro 2014

Aquisição de materiais no valor aproximado de 2 milhões de reais para o desenvolvimento dos trabalhos.

EIXO POLÍTICA SOBRE DROGAS

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1.** Ampliar o número de vagas e as condições para acolhimento e tratamento destinadas aos usuários de álcool, tabaco, crack e outras drogas (dependentes químicos), bem como de seus familiares, e avaliar sistematicamente a efetividade do tratamento recebido, inclusive taxas de reabilitação.
- 2.** Implementar um sistema informatizado de controle, supervisão e acompanhamento dos atendimentos e casos em tratamento nas comunidades terapêuticas, primando pela avaliação da efetividade e possibilitando a geração de estatística e cruzamento de informações com outros sistemas de informação da Defesa Social.
- 3.** Ampliar mecanismos e formas de abordagem ao público mais amplo, implementando ações de prevenção ao uso de drogas em parceria com a comunidade local e fortalecendo a rede de multiplicadores.
- 4.** Ampliar e fortalecer a política sobre drogas em parceria com os municípios, fortalecendo os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMADs), mapeando e diagnosticando a situação local e articulando a rede disponível (redes de assistência social, rede de saúde e rede complementar de suporte social na atenção ao dependente químico).
- 5.** Ampliar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), por meio da Polícia Militar, com foco na ampliação do número de instrutores para expansão do programa.
- 6.** Ampliar as estratégias concernentes ao enfrentamento do uso e abuso do Crack, por meio do programa “Crack, é possível vencer”, realizado em parceria com o Governo Federal.
- 7.** Fortalecer as ações de prevenção, atendimento e encaminhamento para serviços especializados do público atendido pelo sistema prisional, sistema socioeducativo e público atendido pela política de prevenção à criminalidade em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas na medida em que, diante das situações concretas, esse uso ou abuso se constitua em fator individual e/ou social relevante para a vulnerabilidade ao processo de criminalização e violência.

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Ampliação para 695 vagas de atendimento em parceria com o Governo Federal: 41 entidades, incluindo atendimento para adolescentes, mulheres e mães nutrizes, com investimento no valor de 8,466 milhões de reais, totalizando 2.060 vagas para o Estado.
- Implantação de videomonitoramento nas cenas de uso de Belo Horizonte, em um total de 80 câmeras para quatro cenas de uso de crack, por meio do programa “Crack, é possível vencer”.
- Expansão do “Programa Papo Legal: diálogos comunitários para a prevenção do uso e abuso de drogas” para 19 novos municípios, totalizando 54 municípios atendidos pelo programa, no valor de 1,893 milhão de reais de investimentos.
- Capacitação de 720 profissionais de segurança pública para atuar nas cenas de uso, por meio do programa “Crack, é possível vencer” do Governo Federal, nos municípios de Uberaba, Contagem, Betim, Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de fora, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas, com investimento no valor de 240 mil reais.
- Recepção de 8 veículos automotivos (8 motocicletas e 24 capacetes) e 4 bases móveis equipadas (4 ônibus e 4 viaturas), para utilização nas cenas de uso dos municípios, no valor aproximado de 5,744 milhões de reais, por meio do programa “Crack, é possível vencer” do Governo Federal.
- Inauguração, em parceria com a prefeitura de Lagoa Santa, do Centro de Recuperação de Dependência Química - CREDEQ, unidade de referência de atenção ao usuário na modalidade comunidade terapêutica, com 45 vagas de atendimento, no valor de 1,5 milhão de reais.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Ampliar o número de vagas e as condições para acolhimento e tratamento destinadas aos usuários de álcool, tabaco, crack e outras drogas (dependentes químicos), bem como de seus familiares, e avaliar sistematicamente a efetividade do tratamento recebido, inclusive taxas de reabilitação.

1.1 Avanços até 2013

a) Criação da Unidade SOS Drogas como referência de acolhimento, orientação e encaminhamento. Em 2013, foram realizados 138.062 atendimentos.

b) Criação da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico instituída pelo Decreto Estadual 44.107/05. Até 2013, a rede tinha 30 credenciadas (que oferecem 1385 vagas por mês mediante convênio, sendo 930 ambulatorio, 25 permanência dia e 430 abrigo temporário).

c) Criação do Centro de Referência Estadual em Álcool e Drogas (CREAD), passando a atuar como modelador da Rede Complementar. Ampliação do número de vagas a partir de parceria, em 2013, com o Governo Federal, totalizando 510 vagas por mês em 37 instituições.

d) Criação do “LigMinas - 155 - opção 01 - SOS Drogas”, call center de referência para orientação à população sobre álcool, crack e outras drogas.

e) Celebração do Acordo de Cooperação técnica com a Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas - SENAD para fiscalização, acompanhamento e gestão das 695 vagas contratadas para 2014.

1.2 Planejamento até dezembro 2014

a) Ampliação de 695 vagas de acolhimento e tratamento em parceria com o Governo Federal: 41 novas entidades, incluindo atendimento para adolescentes, mulheres e mães nutrizes. Com as novas vagas criadas, a capacidade total de atendimento em 2014 passa a ser de 2.060 vagas.

- Inauguração, em parceria com a prefeitura de Lagoa Santa, do Centro de Recuperação de Dependência Química - CREDEQ, unidade de referência de atenção ao usuário na modalidade comunidade terapêutica, com 45 vagas de atendimento, no valor de 1,5 milhão de reais.

b) Ampliação do CREAD para os municípios de Uberlândia e Coromandel atendendo ao princípio de descentralização da política.

1.3 Planejamento de médio prazo

a) Elaboração de diagnóstico para avaliar demanda específica de vagas adicionais na rede complementar.

- b)** Aumentar progressivamente o número de vagas das comunidades terapêuticas.
- c)** Implantação de 20 Centros de Referência Comunitários para Atendimento ao Dependente Químico.

2. Implementar um sistema informatizado de controle, supervisão e acompanhamento dos atendimentos e casos em tratamento nas comunidades terapêuticas, primando pela avaliação da efetividade e possibilitando a geração de estatística e cruzamento de informações com outros sistemas de informação da Defesa Social.

2.1 Avanços até 2013

Criação do Observatório Mineiro de Informações sobre Drogas (OMID), instrumento de gestão do conhecimento em álcool e drogas. Em 2013, houve a reorganização do Portal Eletrônico.

2.2 Planejamento até dezembro 2014

- a)** Benchmark nacional para identificação de sistema que já esteja em funcionamento em algum estado brasileiro e que possa ser doado para controle das vagas e público atendido na rede complementar em MG (negociação em andamento com Alagoas).
- b)** Adaptação e implantação do sistema, com início da inserção de dados do público atendido de todas as 86 entidades com parceria em vigor.

2.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Implementar critérios de qualidade dos dados no sistema como pré-condição para a renovação de convênios.
- b)** Aprimorar o sistema de regulação de vagas, a partir do uso dos dados disponíveis no sistema informatizado.
- c)** Disseminar e viabilizar o acesso e a utilização, junto às unidades e programas da SEDS, do portal do Observatório Mineiro de Informações sobre Drogas, de forma a disponibilizar informações sobre locais e horários de atendimento das redes em cada município, facilitando ao usuário a busca de assistência.

3. Ampliar mecanismos e formas de abordagem ao público mais amplo, implementando ações de prevenção ao uso de drogas em parceria com a comunidade local e fortalecer a rede de multiplicadores.

3.1. Avanços até 2013

a) Instituição do “Programa Papo Legal: diálogos comunitários para a prevenção do uso e abuso de drogas” que atua na integração e fortalecimento de uma rede social de prevenção ao uso e abuso de drogas por meio de articulação de representantes de organizações governamentais e de organizações da sociedade civil. Disseminação do programa até 2013 para 35 municípios, com o número total de participações de 62.325 pessoas.

b) Ampliação das ações de prevenção, dentre as quais, o concurso de redação, frases e desenhos, chegando a mobilizar um total de 183.033 trabalhos de estudantes das redes de ensino, nos anos de 2011 e 2012.

c) Realização, em parceria com a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e com a Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), de 2 cursos de especialização *latu sensu* (35 presenciais e 297 EAD) para profissionais que atuam na temática sobre drogas.

3.1. Planejamento até dezembro 2014

a) Capacitação de 1.800 pessoas na temática sobre drogas.

b) Realização do XVI Concurso de Frases, Desenhos e Redação.

c) Expansão do “Programa Papo Legal: diálogos comunitários para a prevenção do uso e abuso de drogas” para 19 municípios, totalizando 54 municípios, no valor de 1,893 milhão de reais de investimento.

3.2. Planejamento de médio prazo

Ampliar o público e expandir os programas atualmente em funcionamento.

4. Ampliar e fortalecer a política sobre drogas em parceria com os municípios, fortalecendo os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas (COMADs), mapeando e diagnosticando a situação local e articulando a rede disponível (redes de assistência social, rede de saúde e rede complementar de suporte social na atenção ao dependente químico).

4.1 Avanços até 2013

a) Criação, em 2011, do Programa Estruturador Aliança Pela Vida, que instituiu o Cartão Aliança Pela Vida. Trata-se de um benefício, financiado pelo Estado, concedido para o usuário para custear seu tratamento junto às Comunidades Terapêuticas na modalidade abrigamento temporário, em parceria com a Secretaria de Saúde.

b) Desenvolvimento da ação Território Aliança (estabelecimento de parceria com município para articular intervenções em espaços públicos, principalmente em locais de maior vulnerabilidade associando estratégias de acolhimento social e melhorias urbanísticas) estruturado em dois tipos de atuação: abordagem social feita pela Secretaria de Saúde e apoio ao município para articulação local, contemplando 3 municípios.

c) Entre 2011 e 2013, realização de 25 capacitações de Gestores Municipais de política pública sobre drogas em 9 macrorregiões do Estado.

d) Criação e reativação, entre 2012 e 2013, pelos municípios, com incentivo da SUPOD, de 167 Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.

e) Integração de 32 COMADs à Rede Integrada de Conselhos Municipais sobre Drogas (RICOMAD), entre 2012 e 2013.

4.2. Planejamento até dezembro 2014

a) Doar veículos para COMAD's e Comunidades Terapêuticas cadastradas na Rede Complementar e as demais em processo de cadastramento (21 processos de doação em andamento, com expectativa de 50 veículos), que se originam de bens apreendidos do tráfico de drogas.

b) Fomentar a criação de 82 novos Conselhos sobre Drogas, capacitando 100 agentes representantes destes Conselhos.

4.3. Planejamento de médio prazo

Ampliar as ações do Programa Rede Complementar em especial nas regiões norte, Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais.

5. Ampliar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), por meio da Polícia Militar, com foco na ampliação do número de instrutores para expansão do programa.

Esta ação está detalhada na página 75, no eixo de atuação da Polícia Militar.

6. Ampliar as estratégias concernentes ao enfrentamento do uso e abuso do Crack, por meio do programa "Crack, é possível vencer", realizado em parceria com o Governo Federal.

6.1. Avanços até 2013

a) Adesão dos municípios de Uberaba, Contagem, Betim, Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas ao programa do Governo Federal: Crack, é possível vencer.

b) Definição das cenas de uso de Crack para atuação das equipes e implantação dos serviços e estratégias concernentes às diretrizes do programa.

c) Recebimento de 16 veículos automotivos (8 motocicletas, 4 ônibus e 4 automóveis) para utilização nas cenas de uso de crack em Belo Horizonte.

6.2. Planejamento até dezembro 2014

- a) Recepção de 16 veículos automotivos (8 motocicletas, 4 ônibus e 4 automóveis) para utilização nas cenas de uso de crack, para outros municípios, no valor de 5,744 milhões de reais de investimentos do Governo Federal.
- b) Capacitação de 720 profissionais de segurança pública para atuar nas cenas de uso dos municípios de Uberaba, Contagem, Betim, Uberlândia, Montes Claros, Ipatinga, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Sete Lagoas, no valor de 240 mil reais de investimentos.
- c) Definição de protocolo de atuação conjunta entre as Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros Militar, as Guardas Municipais e as equipes de saúde e assistência social.
- d) Implantação de videomonitoramento nas cenas de uso de Belo Horizonte, em um total de 80 câmeras para quatro cenas de uso de crack.
- e) Início das atividades de supervisão, fiscalização e gestão das vagas, constituídas de visitas técnicas trimestrais.
- f) Habilitação de 38 novas entidades para a prestação de serviços de acolhimento em comunidades terapêuticas.

6.3. Planejamento de médio prazo

- a) Ampliar as ações do Programa para os municípios de médio porte.
- b) Implantar metodologia de ação conjunta das polícias e atores da saúde e assistência social nos municípios de atuação.
- c) Implantar painel de status das ações do programa no conjunto de seus eixos, por meio do Portal OMID.

7. Fortalecer as ações de prevenção, atendimento e encaminhamento para serviços especializados do público atendido pelo sistema prisional, sistema socioeducativo e público atendido pela política de prevenção à criminalidade em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas na medida em que, diante das situações concretas, esse uso ou abuso se constitua em fator individual e/ou social relevante para a vulnerabilidade ao processo de criminalização e violência.

• **Desafios relativos à temática drogas que se relacionam aos programas de Prevenção Social à Criminalidade nas áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à Criminalidade.**

7.1. Avanços até 2013:

a) Em relação ao programa CEAPA são realizados projetos de execução de pena alternativa na temática de drogas (artigo 28 da Lei 11.343 de 2006), ou seja, grupos reflexivos operacionalizados por meio de parceria com entidades do 3º setor/universidades. Em 2013, 1.533 pessoas passaram pelos grupos temáticos de drogas.

b) Encaminhamentos, realizados pelos programas de prevenção à criminalidade, para tratamento na Rede de Atenção Psicossocial da Saúde e Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico.

7.2. Planejamento de médio prazo:

a) Ampliar e fortalecer os “Projetos de Execução de Penas Alternativas – Grupos Reflexivos” destinados ao público usuário de drogas em cumprimento de penas e medidas alternativas, considerando ainda sua aplicabilidade para outros tipos de casos:

- ampliação da disponibilidade de vagas dos “Grupos Reflexivos” da CEAPA, mediante identificação de parceiros com expertise e fonte de financiamento;
- fazer um estudo em conjunto com a SES sobre a viabilidade de expandir a oferta de “Grupos Reflexivos” por meio das Oficinas Terapêuticas da Rede de Atenção Psicossocial da Saúde;
- fazer estudo para avaliar a aplicabilidade da técnica de “Grupos Reflexivos” para o público dos outros programas da política de prevenção.

b) Adotar abordagem pedagógica de prevenção ao uso de drogas junto ao público jovem dos programas de Prevenção Social à Criminalidade, especialmente do Fica Vivo!, baseadas na promoção da autonomia do indivíduo e na redução de danos, em contraponto à lógica proibicionista e punitiva.

c) Nos territórios de atuação dos Centros de Prevenção à Criminalidade de base local que apresentam cenas de uso de drogas:

- articular as redes municipais de saúde e assistência social para atuação conjunta dos Consultórios na Rua e do Serviço de Abordagem Social junto aos usuários de drogas que se encontram em situação de rua em cenas de uso;
- contribuir para a atuação conjunta dos serviços de saúde e assistência social (CAPSAD e CRAS) junto ao público, compartilhando informações sobre o território, atendendo e orientando o público alvo da abordagem e realizando encaminhamentos para outros equipamentos e serviço da rede;
- articular com a gestão urbana municipal de modo a provocar a intervenção em ambientes desse território, promovendo o reordenamento sustentável do espaço urbano, por meio de ações como a revitalização dos espaços públicos, iluminação pública, etc.

• Desafios relativos à temática drogas relacionados ao Sistema Socioeducativo.

7.3. Avanços até 2013:

a) No âmbito do CIA-BH (unidade central que recebem adolescentes infratores apreendidos em Belo Horizonte) é realizado atendimento individual de forma

articulada pelas equipes da atenção básica da saúde municipal e da Vara da Infância e Juventude e, quando necessário, encaminhamento para o equipamentos da rede, dentre eles o Centro de Atendimento e Proteção à Jovens Usuários de Tóxicos (CAPUT) que é um equipamento especializado no atendimento ao adolescente usuário de drogas.

b) Nas unidades de internação e semiliberdade são realizadas oficinas de saúde que consistem em projetos locais sobre a temática drogas e outras, desenvolvidos pela equipe técnica socioeducativa em parceria com a Rede de Saúde. Em 2013, a média mensal foi de 1.703 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas com atendimento de saúde.

c) Foi implementado em 2010 projeto para suspensão do tabagismo nessas unidades do sistema socioeducativo em articulação com a rede de saúde, tendo como foco o adolescente e a família. Atualmente, não há tabagismo nas unidades socioeducativas, o que é um grande avanço para o sistema e para a saúde dos adolescentes.

7.4. Planejamento de médio prazo:

a) Buscar, em conjunto com a SES, SUPOD e SEDESE, desenvolver e implementar metodologia de atendimento socioeducativo no tocante à abordagem de prevenção ao uso de drogas, adotando uma pedagogia apropriada ao público adolescente, com vistas a qualificar a intervenção da equipe técnica em todos os níveis de prevenção.

b) Realizar capacitações, em parceria com a Escola de Saúde Pública e Coordenadoria de Saúde dos Privados de Liberdade da SES, das equipes de saúde das unidades de semiliberdade sobre a temática de álcool e outras drogas para qualificar o desenvolvimento das oficinas de saúde junto aos adolescentes nas unidades.

c) Incorporar ao Sistema de Informações de Atendimento Socioeducativo (SIAME) as informações relativas à temática de drogas, contemplando a qualificação do adolescente quanto à situação de uso, as intervenções da equipe técnica e a evolução do caso.

d) Assegurar, no âmbito do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente, o acolhimento e o atendimento a todo adolescente, independente do recebimento de medida protetiva ou socioeducativa, qualificando a sua relação com o uso ou abuso de álcool e outras drogas e realizando o devido encaminhamento para a rede.

e) Implementar nas unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, a rotina de realização anual da Semana de Saúde voltada para o tema de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a rede.

f) Incorporar à metodologia de atendimento socioeducativo os procedimentos relativos à abordagem ao uso abusivo de drogas, desde o acolhimento inicial, acompanhamento e até o desligamento do adolescente do programa socioeducativo.

g) Promover, em articulação com a rede, capacitações específicas em prevenção ao uso de álcool e outras drogas para qualificação das equipes técnicas socioeducativas e dos agentes de segurança socioeducativos, disseminando as diretrizes de atuação.

• **Desafios relativos à temática drogas relacionados ao Sistema Prisional.**

7.5. Avanços até 2013:

a) No âmbito das Unidades Prisionais são realizadas anualmente, pela equipe técnica de saúde e por entidades parceiras, ações de prevenção ao uso de álcool e outras drogas, como palestras, campanhas e atividades em grupo. Para isso, há parceria com 118 entidades de mútua ajuda e religiosas que atuam em 80 unidades prisionais.

b) Em 12 unidades prisionais, além da unidade PPP, há a suspensão do uso de tabaco pela população prisional.

7.6. Planejamento de médio prazo:

a) Fortalecer, ampliar e institucionalizar, no âmbito das unidades prisionais, a atuação das entidades parceiras (grupos de mútua ajuda e entidades religiosas) na abordagem de prevenção ao uso de drogas, a partir de:

- normatização da atuação dessas entidades nas unidades do sistema prisional por meio da inclusão no Procedimento Operacional Padrão (POP);
- elaboração de diretriz de encaminhamento qualificado dos usuários identificados a partir do Plano Individualizado de Ressocialização (PIR) para os “grupos de mútua ajuda”.

b) Qualificar a abordagem de saúde para prevenção ao uso drogas junto ao público do sistema prisional, a partir de:

- realização, em parceria com a SES, de diagnóstico epidemiológico da população prisional para qualificação do atendimento de saúde, inclusive sobre o aspecto do uso e abuso de álcool e outras drogas.
- desenvolver e implementar Projeto de Oficinas de Saúde para o sistema prisional por meio da realização, em parceria com a Escola de Saúde Pública e Coordenadoria de Saúde dos Privados de Liberdade da SES, de capacitações conjuntas das equipes técnicas das unidades prisionais com as equipes de referência da saúde municipal sobre a temática de álcool e outras drogas, para qualificar o desenvolvimento das Oficinas de Saúde nas unidades prisionais.

c) Estruturar e normatizar o fluxo de atuação da CEFLAG-BH, visando institucionalizar os vínculos com sua rede parceira e qualificar a abordagem na porta de entrada do sistema prisional, prevendo:

- articulação com as entidades da Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico, para acolhimento e encaminhamento para tratamento;
- articulação com Rede de Atenção Psicossocial da Saúde e Rede de Assistência Social do município, assegurando a atuação de equipe municipal na CEFLAG-BH, bem como os encaminhamentos necessários;

• articulação com a CEAPA para encaminhamento, para “grupos reflexivos”, de usuários de drogas com medida cautelar.

d) Incorporar à rotina de atendimento prisional os procedimentos relativos à abordagem ao uso abusivo de drogas, desde o acolhimento inicial, o acompanhamento e até o desligamento do indivíduo do sistema prisional.

e) Incorporar ao Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) as informações relativas à temática de drogas, contemplando a qualificação do indivíduo quanto à situação de uso, às intervenções da equipe técnica e à evolução do caso.

f) No âmbito da CEFLAG-BH, ou equipamento similar, deve-se assegurar o acolhimento e o atendimento a todo indivíduo, independente do recebimento de medida ou pena, qualificando a sua relação com o uso ou abuso de álcool e outras drogas e realizando o devido encaminhamento.

g) Buscar, em conjunto com a SES, SUPOD e SEDESE, desenvolver e implementar metodologia de abordagem de prevenção ao uso de drogas, adotando uma pedagogia apropriada ao público de 18 a 25 anos, considerado jovem adulto, com vistas a qualificar a intervenção da equipe técnica.

h) Intensificar estratégias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas nas unidades prisionais, realizando pelo menos 8 atividades durante o ano, por meio da própria equipe técnica da unidade ou em articulação e parceria com a rede local, como campanhas, palestras, atividades culturais, esportivas, de promoção ao cuidado e à saúde, de assistência espiritual, terapia ocupacional, oficinas de reflexão em grupo e grupos de ajuda mútua.

i) Desenvolver uma programação de mídia audiovisual específica para o público prisional, voltada para fatores de promoção de saúde e prevenção às drogas e disponibilizar televisões para transmissão nas unidades prisionais, especialmente nas portas de entrada.

j) Assegurar a realização, em todas as unidades prisionais, de oficinas de saúde e grupos de intervenção psicossocial, especialmente sobre a temática de drogas, visando fortalecer as estratégias de prevenção, priorizando a participação dos indivíduos que apresentam situação de uso frequente ou abusivo de álcool e outras drogas.

k) Articular com o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) – onde o programa estiver em funcionamento -, e diretamente com a Rede de Assistência Social e Complementar – nos demais municípios - o envolvimento da família do indivíduo em tratamento, adotando, dentre outras medidas, o referenciamento do caso ao CRAS do território de residência da família, como estratégia de prevenção da recaída do indivíduo e de fortalecimento dos fatores de proteção social de seu núcleo familiar.

l) Promover, em articulação com a rede, capacitações específicas em prevenção ao uso de álcool e outras drogas para qualificação das equipes técnicas prisionais e dos agentes de segurança, disseminando as diretrizes de atuação.

EIXO INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

SÍNTESE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- 1.** Fortalecer o papel da Integração da Gestão em Segurança Pública (IGESP) enquanto estratégia prioritária da Política de Integração operacional com foco na redução da criminalidade, inclusive fortalecendo as parcerias com o Judiciário, Ministério Público e Poder Municipal, e a qualificação e ampliação da equipe técnica.
- 2.** Aprofundar o processo de integração operacional, valorizando e criando mecanismos de fortalecimento da Diretriz Integrada de Ações e Operações (DIAO).
- 3.** Fortalecer o Disque Denúncia Unificado (DDU) enquanto instrumento estratégico de coleta de informações em parceria com a sociedade, implementando mecanismos de avaliação da efetividade da apuração das denúncias recebidas.
- 4.** Aprofundar a integração do trabalho das Corregedorias do Sistema de Defesa Social, fortalecendo inclusive as ações de prevenção.
- 5.** Garantir a produção de informações estatísticas de qualidade e ampliar o conhecimento em Defesa Social para subsidiar a tomada de decisão, a partir do fortalecimento do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS) enquanto unidade estratégica de produção e análise de dados sobre a dinâmica criminal.
- 6.** Aprofundar a integração dos sistemas informatizados do Sistema de Defesa Social e do Ciclo de Justiça Criminal, criando condições de cruzamento de dados sobre indivíduos e compartilhando informações entre as instituições, concluindo, assim, o Projeto Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS).
- 7.** Melhorar o serviço prestado ao cidadão, agilizando o registro de ocorrências policiais através da simplificação do Registro de Evento de Defesa Social (REDS) e o aumento de pontos de registro.
- 8.** Modernizar e melhorar a qualidade do serviço prestado pelo Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), revendo os fluxos de trabalho e mensurando e avaliando sistematicamente o tempo de resposta e a qualidade do atendimento.
- 9.** Implantar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) com dois propósitos: a) ampliar de forma significativa a resposta a eventos de crise e emergência e b) alcançar um novo patamar na integração operacional entre as instituições, otimizando a alocação de recursos voltados para o atendimento emergencial cotidiano e ampliando o intercâmbio de informações com outras unidades estratégicas internas (CINDS, DDU, Assessoria de Integração das Inteligências) e outras instituições (Polícia Rodoviária Federal - PRF, Polícia Federal - PF, Guarda Municipal, Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Coordenadoria Especial de Defesa Civil - CEDEC, entre outras).

10. Valorizar o ensino e a qualificação no Sistema de Defesa Social, melhorando a infraestrutura, incentivando o ensino integrado e implementando mecanismos de ensino à distancia.

11. Implementar uma efetiva política integrada da Segurança no Trânsito, com foco na redução dos acidentes e vítimas, inclusive intensificando as blitzes da Campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.”.

12. Aprimorar a alocação de recursos materiais e financeiros, a partir da construção de um inventário e da análise sistemática e periódica dos recursos operacionais disponíveis nas unidades territoriais integradas (viaturas, computadores, armas, equipamentos de proteção individual).

INVESTIMENTOS EM DESTAQUE

- Revisão das regras de carga do Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social (DW-SIDS) e aquisição de licenças de software para análise de dados em 2014, com investimento de 1,5 milhão de reais.
- Contratar consultoria a fim de que sejam mapeados os aspectos necessários para a finalização da integração dos sistemas, com investimento de 525 mil reais. Os investimentos já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Completar a integração de informações dos sistemas transacionais utilizados pelos órgãos que compõem o SIDS, com investimento de 2,9 milhões de reais. Os investimentos já estão em negociação com o BID.
- Conclusão de 77% das revisões de usabilidade do REDS até o final de 2014.
- Aquisição de 748 computadores, 282 impressoras e outros equipamentos tecnológicos até o final de 2014, aumentando a quantidade de pontos de acesso para registro de ocorrências nas unidades policiais, com investimento de 2,8 milhões de reais.
- Aquisição e implantação de GPS em 2.500 viaturas das Polícias Civil e Militar para agilizar e melhorar a qualidade do atendimento a emergências com investimento de 1,4 milhão de reais.
- Estruturação, em 2013, da Sala de Situação e Gerenciamento de Crises, que garante ampla integração entre órgãos que a compõem (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Gabinete Militar, Defesa Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, BHTRANS, Guarda Municipal, entre outros) com investimento de 1,8 milhão de reais.
- Desenvolvimento, ao longo do ano de 2014, do sistema integrador, com o investimento de 5,4 milhões de reais, que permitirá convergir imagem e dados das instituições que compõem o CICC.
- Realização de blitzes permanentes de fiscalização de alcoolemia a partir de outubro de 2013 nas RISP's de: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Ipatinga, Divinópolis e Lavras. Foram investidos 3,1 milhões de reais na aquisição dos equipamentos para composição dos kits blitz distribuídos para estas RISP's.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

1. Fortalecer o papel do IGESP enquanto estratégia prioritária da Política de Integração operacional com foco na redução da criminalidade, inclusive fortalecendo as parcerias com o Judiciário, Ministério Público e Poder Municipal, e a qualificação e ampliação da equipe técnica.

1.1 Ação – Reforçar o papel do IGESP como principal instrumento de integração operacional com foco na redução dos índices de criminalidade.

1.1.1 Avanços até 2013

a) Focalização do IGESP e adoção de monitoramento intensivo, inclusive com envolvimento da alta liderança do Governo Estadual nas ações de combate à criminalidade nos 14 municípios com maior representatividade dos índices criminais (Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares, Montes Claros, Divinópolis, Nova Serrana, Ipatinga, Santa Luzia, Sete Lagoas e Juiz de Fora).

b) Elaboração de diagnósticos detalhados sobre o crime de roubo nos 14 municípios priorizados pelo IGESP Focal e de planos de ação específicos para cada Zona Quente de Criminalidade (ZQC).

1.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização do segundo ciclo do IGESP Focal, inclusive com reuniões de rede em cada município (envolvendo Poder Judiciário, Ministério Público, Prefeitura e principais atores da comunidade local).

b) Criação de bases de dados e conhecimento de melhores práticas e estratégias para enfrentamento dos problemas identificados.

c) Aparelhamento do IGESP através de aquisição de computadores (22 unidades) e notebooks (13 unidades), com investimento de 86 mil reais, visando a utilização de softwares mais avançados de análise criminal.

1.1.3 Planejamento de médio prazo

Continuar e aprofundar o IGESP, ampliando sua capacidade de intervenção para outros tipos de crimes violentos.

1.2 Ação – Incentivar a participação ativa do Judiciário, Ministério Público e Poder Municipal no IGESP, fortalecendo sua efetividade.

1.2.1 Avanços até 2013

a) Nomeação de juízes e promotores de referência por cada Região Integrada de Segurança Pública (RISP), por meio de ato normativo do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.

b) Realização de reuniões de rede com participação ativa destes atores (Judiciário, Ministério Público e Prefeituras).

1.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Continuidade da participação e, quando couber, atualização dos nomes dos juízes e promotores de referência por RISP.

b) Estabelecimento de fóruns específicos com atores da rede para tratar de questões locais prioritárias (como prevenção a crimes em postos de gasolina e disseminação de mecanismos de autoproteção em proximidades de faculdades e escolas).

1.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Criar mecanismo institucional de reconhecimento pessoal de juízes, promotores e representantes de outras instituições que tenham se destacado enquanto apoiadores da metodologia do IGESP, contribuindo para bons resultados em áreas específicas.

b) Articular diretamente com as Secretarias Municipais de Segurança Pública e Guardas Municipais, identificando contribuições para solução de problemas locais que possam ser pactuadas no Ciclo do IGESP.

1.3 Ação - Privilegiar, na composição da equipe do IGESP, servidores efetivos de carreira, complementando-a com servidores nomeados em cargos em comissão.

1.3.1 Avanços até 2013

Composição da equipe IGESP com 10 servidores em comissão e 5 efetivos (sendo 2 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGGs).

1.3.2 Planejamento de médio prazo

a) Viabilizar junto à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) a alocação de novos EPPGGs para o cargo de coordenador metodológico e outras funções ligadas ao IGESP, em função da diversificação da metodologia para enfrentamento de outros tipos de crime.

b) Articular com o Gabinete da SEDS e a SEPLAG a ampliação da alocação de servidores efetivos na equipe IGESP, atingindo o número de 10 servidores de carreira.

1.4 Ação - Ampliar a qualificação técnica da equipe IGESP, especialmente fortalecendo o papel e a capacidade de análise operacional das soluções de redução do crime pelos coordenadores metodológicos.

1.4.1 Avanços até 2013

Capacitação interna dos coordenadores metodológicos por meio de ciclos de debates e de prática contínua de tutoria.

1.4.2 Planejamento até dezembro de 2014

Estabelecimento do programa interno de capacitação continuada para a equipe do IGESP.

1.4.3 Planejamento de médio prazo

- a) Estabelecer programa de capacitação introdutória aos novos coordenadores.
- b) Contratar cursos de aperfeiçoamento e de especialização para a equipe do IGESP, preferencialmente na modalidade de Ensino à Distância.
- c) Valorizar a equipe do IGESP, criando condições para a manutenção dos profissionais.

1.5 Ação – Avaliar periodicamente os resultados da metodologia IGESP Focal, verificando, especialmente, a necessidade de alteração/expansão dos municípios focalizados.

1.5.1 Avanços até 2013

Introdução de diagnóstico local da dinâmica da criminalidade como pré-condição para a realização do Ciclo de reuniões do IGESP Focal.

1.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

Realização de avaliação para verificar a necessidade de manutenção das áreas hoje priorizadas como de tratamento pelo IGESP Focal.

1.5.3 Planejamento de médio prazo

- a) Manter a realização sistemática de avaliação e dos monitoramentos mensais para verificar o desenvolvimento dos índices nas Zonas Quentes de Criminalidade (ZQCs).
- b) Criar metodologia e realizar avaliação de impacto do IGESP Focal e de seus pressupostos de cooperação.

1.6 Ação – Definir e implementar sistemática de monitoramento da criminalidade nos locais onde não há IGESP Focal.

1.6.1 Avanços até 2013

Realização do IGESP Ordinário nos 853 municípios do Estado, com respectiva elaboração de Documento Orientado para Gestão e Solução de Problemas (DOGESPs) contendo planos de ação para enfrentamento da criminalidade em cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP).

1.6.2 Planejamento de médio prazo

a) Aprimorar e automatizar os relatórios de análise criminal, com foco na identificação e análise de ZQCs.

b) Elaborar um relatório de análise criminal que abarque todo o Estado e tenha uma periodicidade definida, com vistas a se verificar e alertar para o possível surgimento de novas ZQCs.

1.7 Ação – Rever a sistemática de premiação do IGESP, focando em incentivos não financeiros de reconhecimento pessoal, como notas meritórias e medalhas.

1.7.1 Avanços até 2013

Estabelecimento de notas meritórias e notas de elogio como premiação do IGESP Focal pela Secretaria Executiva Estadual (SEE).

1.7.2 Planejamento até dezembro de 2014

Concessão das notas de elogio e notas meritórias, a partir da avaliação realizada.

1.7.3 Planejamento de médio prazo

Continuar e desenvolver novas formas institucionais de valorização pessoal do profissional de Defesa Social que se destaca na atuação junto ao IGESP.

1.8 Ação – Incrementar a qualidade dos relatórios para o IGESP, agregando informações sobre os resultados operacionais da AISP (dados quantitativos sobre: inquéritos instaurados; inquéritos concluídos; percentual de elucidação; mandados de busca e apreensão e prisão solicitados e cumpridos; “alvos” indicados no início do ciclo e situação dos mesmos; armas apreendidas; abordagens realizadas; entre outros).

1.8.1 Avanços até 2013

a) Obtenção de informações sobre os resultados das ações pactuadas nas reuniões de trabalho do IGESP, evidenciando os produtos alcançados por meio da ação policial.

b) Produção e aprimoramento do Diagnóstico e Monitoramento de Análise Criminal.

1.8.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Articulação com o Colegiado Técnico Operativo do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CTO-CINDS) para obtenção de dados de inquéritos e mandados extraídos do Sistema de Procedimentos de Polícia Administrativa e Judiciária (PCnet) para a reunião de rede.

b) Articulação com o CTO-CINDS para obtenção do dado de armas apreendidas nos territórios tratados pelo IGESP Focal.

1.8.3 Planejamento de médio prazo

- a) Ampliar a equipe de análise criminal do CINDS, viabilizando a execução periódica e com alta qualidade dos relatórios propostos.
- b) Estruturar ferramentas e sistemas que permitam a extração automática das informações identificadas, de forma georreferenciada.
- c) Fortalecer o CINDS de forma a viabilizar a produção de novos relatórios:
 - análises preditivas constituídas a partir da avaliação de condicionantes ambientais de forma a prever a evolução da dinâmica criminal;
 - análises específicas da dinâmica criminal local de forma a identificar os fatores que mais afetam a sensação de segurança da população local;
 - relatórios sistêmicos que tratem de questões socioeconômicas das zonas quentes de criminalidade e estabelecer modelos de análises criminais que estabeleçam relações entre esse tipo de informação e o fenômeno da criminalidade.

2. Aprofundar o processo de integração operacional, valorizando e criando mecanismos de fortalecimento da DIAO.

2.1 Ação – Realizar estudo sobre o custo/benefício da implantação de Unidades Prediais Integradas no que diz respeito aos prédios de RISP/AISP e estabelecer diretrizes para o Projeto.

2.1.1 Avanços até 2013

Elaboração de novo Plano de Necessidades, definindo diretrizes para novo modelo predial.

2.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Inauguração da AISP Serra, com investimento de 2,4 milhões de reais.
- b) Inauguração da Unidade Integrada de Campanha, com investimento de 140 mil reais.
- c) Reforma da AISP de Uberaba, com investimento de 280 mil reais.
- d) Reavaliação do Projeto AISP e RISP, elaborando novo projeto arquitetônico padrão, mais funcional e menos oneroso.

2.1.3 Planejamento de médio prazo

Desenvolver um estudo para analisar o impacto e os resultados da existência de Unidades Integradas, para aperfeiçoamento da atuação conjunto.

2.2 Ação – Remodelar a DIAO a partir de metodologia de gestão de processos, deixando mais claro o fluxo e as etapas de cada procedimento integrado.

2.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

Aprovação da implementação do novo modelo entre as instituições do Sistema de Defesa Social e selecionar os processos que serão priorizados no trabalho de revisão.

2.2.2 Planejamento de médio prazo

- a) Adequar os processos selecionados ao formato definido.
- b) Treinar os agentes públicos operacionais para utilização do novo documento.

2.3 Ação – Priorizar a atuação da SEDS, no âmbito do Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), no monitoramento de indicadores de qualidade dos serviços, na observância dos protocolos da Diretriz Integrada de Ações e Operações (DIAO), que passa a ser o documento de referência das ações do Centro, e no encaminhamento para o Colegiado de Corregedorias de não conformidades observadas.

2.3.1 Avanços até 2013

- a) Capacitação de teleatendentes, policiais e bombeiros na DIAO.
- b) Acompanhamento da capacidade de atendimento de chamadas pelo CIAD, por meio do índice de chamadas atendidas.

2.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Mapeamento e desenho dos processos referentes ao CIAD, com foco na DIAO e sua inclusão no desenvolvimento da solução integradora do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), estabelecendo, ainda, indicadores e mecanismos de monitoramento do processo.
- b) Realização de estudo preliminar para definição de situações a serem encaminhadas para Corregedorias e do fluxo de informações entre essas e o CIAD.

2.3.3 Planejamento de médio prazo

- a) Incluir na DIAO protocolos relacionados ao serviço CIAD.
- b) Acompanhar indicadores relacionados à satisfação do usuário com o serviço CIAD e efetividade do atendimento de ocorrências, incluindo tempo de espera pela presença de policiais e bombeiros no local da ocorrência e prazo para registro no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS).
- c) Analisar casos de desvios de conduta e ineficiência de atendimento em conjunto (CIAD e Corregedorias) e definir a sistemática de alteração de protocolos de atuação com base nos resultados dessas análises.

2.4 Ação – Focar a atuação do Colegiado de Corregedorias em fiscalizar cumprimento dos protocolos da DIAO.

2.4.1 Planejamento até dezembro de 2014

Adição, no rol de atribuições das Corregedorias, da apuração de desvios em relação às condutas previstas na DIAO, definindo procedimentos para tal.

2.4.2 Planejamento de médio prazo

a) Modelar os processos para monitorar as anomalias de atuação em relação aos processos da DIAO.

b) Treinar os funcionários das Corregedorias para apuração de descumprimento da atuação prevista na DIAO.

3. Fortalecer o Disque Denúncia Unificado (DDU) enquanto instrumento estratégico de coleta de informações em parceria com a sociedade, implementando mecanismos de avaliação da efetividade da apuração das denúncias recebidas.

3.1 Ação – Rever as atribuições do Colegiado Técnico-Operativo do Disque Denúncia Unificado (CTO-DDU), direcionando-o para o foco no monitoramento de indicadores de qualidade e resultado.

3.1.1 Avanços até 2013

a) Relatórios emitidos pelo sistema Business Intelligence (BI) são encaminhados pelos coordenadores do DDU às respectivas instituições (PMMG, PCMG, CBMMG e SEDS). A SEDS recebe as informações quanto ao percentual de apuração de denúncias.

b) Acompanhamento do indicador de denúncias respondidas (sem análise do mérito da resposta).

3.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Mapeamento dos processos de controle dos resultados das apurações de denúncias anônimas, realizado atualmente pelas Instituições e levantamento de indicadores/variáveis que demonstrem efetividade do resultado da apuração das denúncias.

b) Implementação de mecanismos de avaliação da efetividade/qualidade das apurações de denúncias anônimas e acompanhamento de indicadores de resultado e qualidade das apurações de denúncias anônimas.

4. Aprofundar a integração do trabalho das Corregedorias do Sistema de Defesa Social, fortalecendo inclusive as ações de prevenção.

4.1 Ação – Aprofundar a integração do trabalho das Corregedorias do Sistema de Defesa Social (SEDS, PMMG, PCMG e CBMMG).

4.1.1 Avanços até 2013

Implantação do Colegiado de Corregedorias, com reuniões periódicas para analisar os resultados alcançados e situações críticas.

4.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Levantamento de pontos adicionais de interseção da atuação operacional das Corregedorias dos órgãos do Sistema de Defesa Social.

b) Elaboração de Resolução Conjunta quanto às ocorrências que envolvam ao mesmo tempo agentes de mais de um dos órgãos do Sistema de Defesa Social.

4.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Adotar software que integre os procedimentos e informações das Corregedorias do Sistema de Defesa Social.

b) Elaborar protocolos de atuação conjunta preventiva e repressiva a partir dos pontos de interseção identificados.

4.2 Ação – Intensificar as ações de prevenção na atuação das corregedorias do Sistema de Defesa Social.

4.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

a) Aquisição de 04 viaturas equipadas para implantação de Equipes de Prevenção Móvel nas Corregedorias da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Secretaria de Defesa, com investimento de 379 mil reais.

b) Implementação de uma rotina de visitas às unidades prisionais e socioeducativas, inclusive nos finais de semana, para disseminação de orientações acerca do regime disciplinar e fiscalização.

5. Garantir a produção de informações estatísticas de qualidade e ampliar o conhecimento em Defesa Social para subsidiar a tomada de decisão, a partir do fortalecimento do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS) enquanto unidade estratégica de produção e análise de dados sobre a dinâmica criminal.

5.1 Ação - Aumentar a compreensão da qualidade da atuação do Sistema de Defesa Social através de pesquisas de campo que analisem a percepção do cidadão frente aos serviços e os resultados finais da política de Defesa Social.

5.1.1 Avanços até 2013

a) No ano de 2013, foram concluídas as pesquisas de Letalidade, a de Satisfação do Cidadão com o Atendimento do Sistema de Defesa Social e a de Índice de Qualidade de Vida da População relativa à Defesa Social (IQVDS), perfazendo um investimento total de 330 mil reais.

b) Ainda no ano de 2013, foram realizados os trabalhos de campo e conclusão dos relatórios finais da pesquisa de Avaliação Continuada das Atividades de Ensino - Patrulha Rural, a pesquisa de Avaliação da Saúde do Profissional de Defesa Social - Polícia Civil e a pesquisa de Identificação e Divulgação de Boas Práticas Policiais, perfazendo um investimento total de 275 mil reais.

5.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Execução do Convênio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) 761925, que prevê pesquisa sobre Perfil Profissiográfico dos agentes de Defesa Social, com o investimento de 802 mil reais.

b) Execução do Convênio SENASP 774262, que prevê pesquisa e capacitação para prevenção do uso de substâncias psicoativas pelos profissionais do Sistema de Defesa Social, com o investimento de 708 mil reais.

5.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Manter a série histórica das pesquisas sobre vitimização e medo, satisfação do cidadão com o atendimento dos órgãos de Defesa Social, letalidade policial, resolutividade correcional, dentre outras.

b) Conferir sistematicidade à aplicação das pesquisas de vitimização, de forma a construir uma base histórica comparável, viabilizando o acompanhamento da evolução da dinâmica criminal por meio de dados alternativos ao registro formal de ocorrências.

5.2 Ação - Fortalecer a capacidade técnica do CINDS, privilegiando, em sua composição, servidores efetivos especializados e promovendo capacitações continuadas em segurança pública em parceria com instituições de ensino e pesquisa.

5.2.1 Avanços até 2013

a) Alocação de 4 servidores efetivos no CINDS com perfil analítico.

b) Capacitação interna de pessoal, através de cursos desenvolvidos pela própria equipe.

5.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

Capacitação da equipe na utilização de softwares avançados de análise criminal e estatística por meio de recursos de convênio com a SENASP, com investimento de 108 mil reais.

5.2.3 Planejamento de médio prazo

Incentivar a permanência de servidores qualificados por meio do oferecimento de cursos de extensão e especialização financiados pelo Estado e que impliquem vínculo ao CINDS por determinado período.

5.3 Ação – Fortalecer o CINDS, dotando-o de sistemas e ferramentas tecnológicas adequadas à sua atuação.

5.3.1 Avanços até 2013

a) Implementação, capacitação e utilização de softwares estatísticos, de geoprocessamento e analíticos (4 licenças do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e 1 de MapInfo).

b) Início da modernização do parque tecnológico, com aquisição de computadores e projetores, com investimento de 134 mil reais.

5.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Aquisição de notebooks e softwares visando favorecer características essenciais às atividades desenvolvidas no CINDS, tais como análise e processamento de grande massa de dados e renderização de mapas e imagens para o georrefereciamento de ocorrências, fruto do Convênio Federal 776363/2012 entre a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG) e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), com o investimento de 235 mil reais.

5.3.2 Planejamento de médio prazo

a) Captar, constantemente, o mercado fornecedor, buscando deixar o CINDS atualizado com as ferramentas estatísticas de ponta.

b) Migrar da estrutura do CINDS para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) para propiciar maior aproximação da estrutura responsável pela tecnologia da informação, Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social (ATSIDS).

5.4 Ação – Desenvolver acervo digital com a versão integral e resumo executivo de todas as pesquisas e conteúdo de projetos da Política de Defesa Social, a fim de que um repositório de conhecimento seja estruturado e utilizado para consumo interno dos servidores do Sistema de Defesa Social.

5.4.1 Avanços até 2013

Organização em arquivos internos digitalizados de todas as pesquisas realizadas até 2013.

5.4.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Elaboração de resumo executivo de todas as pesquisas realizadas até 2013 e disseminação destes resultados para o Sistema de Defesa Social.

b) Disponibilização em acervo digital aberto para consumo interno no Sistema de Defesa Social do conteúdo das pesquisas, inclusive resumo executivo.

5.4.3 Planejamento de médio prazo

Disponibilizar síntese dos resultados das pesquisas no site da Secretaria.

5.5 Ação – Publicar, com periodicidade definida, relatórios estatísticos amplos e detalhados com informações sobre criminalidade e demais eventos de defesa social, a partir das informações colhidas nos sistemas informatizados.

5.5.1 Avanços até 2013

Publicação mensal dos crimes violentos registrados no Estado, com destaque para os municípios com mais de 100 mil habitantes.

5.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Implantação de metodologia de divulgação dos índices de criminalidade onde serão apresentados os dados desagregados de criminalidade violenta dos 853 municípios mineiros, mensalmente, visando uma maior transparência e uma melhor avaliação do contexto da violência no Estado.

b) Divulgar, em Belo Horizonte, os índices de criminalidade por região, evidenciando as zonas quentes de criminalidade (ZQCs)

c) Continuar alimentando o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – Justiça Criminal (SINESPJC) do Ministério da Justiça, garantindo que a classificação de Minas Gerais se mantenha na condição de “dados de boa qualidade alimentados corretamente”.

5.5.3 Planejamento de médio prazo

Ampliar as naturezas criminais (estatísticas de outros crimes) a serem disponibilizadas para acesso ao público em geral.

5.6 Ação – Acompanhar o desempenho e a qualidade da conduta policial através do monitoramento de indicadores como letalidade e tempo máximo de apuração e da realização de pesquisas, garantindo a implementação de ações a partir de seus resultados.

5.6.1 Avanços até 2013

Realização de pesquisas pela SEDS quanto a letalidade e satisfação da população com os órgãos do Sistema de Defesa Social (PMMG, PCMG e CBMMG).

5.6.2 Planejamento até dezembro de 2014

Participação efetiva no planejamento das pesquisas de modo a garantir que temas e itens relevantes e de aplicação prática sejam priorizados.

5.6.3 Planejamento de médio prazo

Estabelecer fóruns com cada instituição que tenha participado da pesquisa para a proposição de ações que visem o incremento da atuação do Sistema de Defesa Social.

6. Aprofundar a integração dos sistemas informatizados do Sistema de Defesa Social e do Ciclo de Justiça Criminal, criando condições de cruzamento de dados sobre indivíduos e compartilhando informações entre as instituições, concluindo, assim, o Projeto Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS)

6.1 Ação – Prospectar e desenvolver/adquirir ferramentas de análise que extraiam os dados dos sistemas do Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS) e simplifiquem a produção de relatórios.

6.1.1 Avanços até 2013

a) Criação, em 2006, do Armazém de Informações do SIDS (DW-SIDS), com o objetivo de prover o SIDS de uma solução com a qual fosse possível extrair dados de diversos sistemas informatizados (ex.: REDS, Controle de Atendimento e Despacho - CAD - e o PCnet) e transformá-los em informações gerenciais e estratégicas para a tomada de decisão.

b) Migração do banco de dados do Armazém (DW-SIDS) para o Datacenter da Prodemge, propiciando condições de trabalhar com maior volume de dados, advindos, inclusive, da inserção do universo PCnet no Armazém.

c) Análise de ferramenta de Business Discovery (BD) complementar ao Armazém do SIDS, que cruza informações dos diversos bancos de dados e as apresenta em formato gerencial (ainda em fase de avaliação).

6.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Disponibilização do novo ambiente do DW-SIDS de forma centralizada no Datacenter da Prodemge.

b) Disponibilização da 1ª etapa do universo do PCnet em produção, mediante homologação junto à PCMG.

c) Conclusão da fase de testes da nova ferramenta de BD.

d) Revisão das regras de carga do DW-SIDS e aquisição de licenças de software para análise de dados, com investimento de 1,5 milhões de reais advindos da Operação de Crédito junto ao Banco do Brasil (BB).

6.1.3 Planejamento de médio prazo

Implementar e disponibilizar aos usuários a(s) ferramenta(s) selecionada após testes.

6.2 Ação – Buscar a conclusão do Projeto SIDS, definindo custo e cronograma desta conclusão e prevendo todo o conjunto de ações necessárias para tal, inclusive, por exemplo, a atualização automática do REDS após a conclusão da investigação no PCnet.

6.2.1 Avanços até 2013

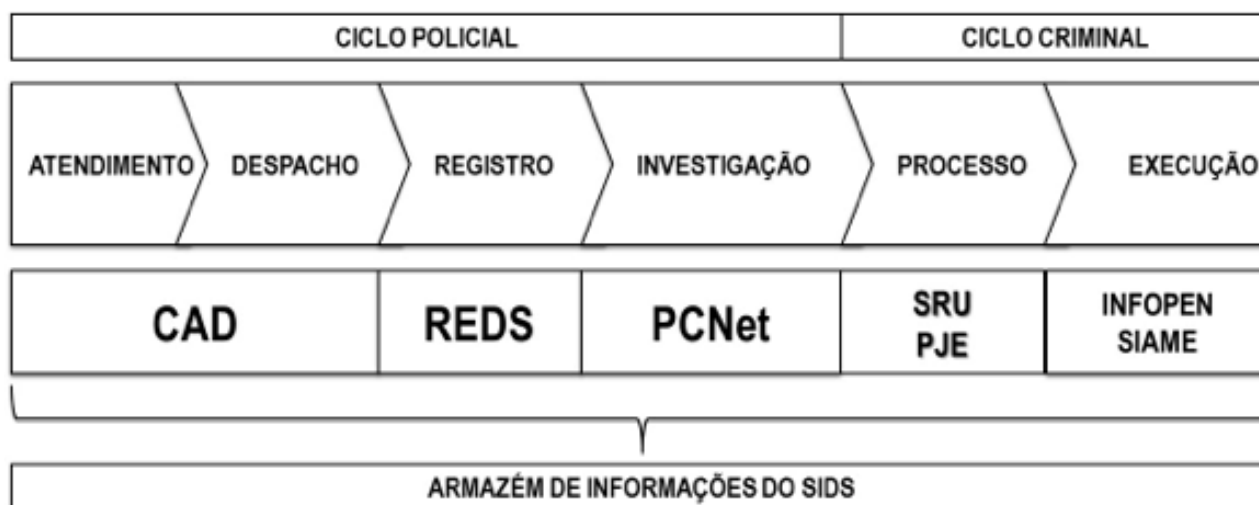
a) Integração dos sistemas CAD e REDS ao Armazém de Informações.

b) Revisões sistemáticas nos sistemas transacionais, no sentido de se depurar o registro e a compatibilização de dados, permitindo uma melhor integração informacional entre os sistemas, ocasionando melhor análise dos eventos de defesa social. (ex.: compatibilização de tabelas do REDS, revisão de tabelas do REDS/PCnet).

6.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Implantação do REDS e PCNet em todo o estado de MG, sendo que a PCMG está finalizando a disseminação nas últimas áreas restantes (Ipatinga, Barbacena e Teófilo Otoni).

b) Desenvolvimento da integração PCnet ao Armazém de Informações, concluindo, assim, as informações da primeira fase do ciclo de Justiça Criminal (do momento do atendimento até a investigação).



6.2.3 Planejamento de médio prazo

- a) Possibilitar ao cidadão que possa acompanhar, via *web*, a evolução das providências estatais tomadas a partir da ligação de emergência, de denúncia ou do registro de ocorrências no tocante aos desdobramentos de investigação, oferecimento da denúncia, processo judicial, execução penal e ressocialização do egresso.
- b) Firmar cooperação técnica com os órgãos e instâncias que compõem a etapa final do ciclo de Justiça Criminal, quais sejam, Sistema Prisional, Ministério Público e Tribunal de Justiça, com o objetivo de concluir a integração de sistemas.
- c) Contratar consultoria a fim de que sejam mapeados os aspectos necessários para a finalização da integração dos sistemas, com investimento de 525 mil reais. Os investimentos já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- d) Completar a integração de informações dos sistemas transacionais utilizados pelos órgãos que compõem o SIDS, com investimento de 2,9 milhões de reais. Os investimentos já estão em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

6.3 Ação – Estabelecer protocolos para disponibilizar amplo acesso às informações dos sistemas que compõem o SIDS para os órgãos do Sistema de Defesa (resguardados níveis de segurança).

6.3.1 Avanços até 2013

- a) Foi confeccionada em 2012 uma primeira versão da “Política de Acesso” do SIDS, com foco inicial no Armazém do SIDS. A criação desta política de acesso tem como objetivo garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.
- b) Implementação de integrações de sistemas por meio de webservices (CAD/REDS, REDS/PCnet, REDS/Sistema de Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico – Infoscip – dentre outros).

6.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Elaboração e validação de uma proposta de resolução de sistemas do SIDS.
- b) Elaboração e validação de políticas de acesso para acesso aos sistemas.
- c) Elaboração de estudos visando à melhoria na segurança dos sistemas a partir de um segundo critério de autenticação dos usuários do SIDS.
- d) Disponibilização de alguns serviços por meio de dispositivos móveis (como consulta de veículos, indivíduos e condutores) resguardando a política de acesso e confidencialidade das informações disponibilizadas.
- e) Celebração de termos de cooperação técnica, visando à disponibilização de acesso à informações para outros órgãos externos ao Sistema de Defesa Social,

como Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) e Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS).

6.3.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Implementar critério de autenticação dos usuários do SIDS mais seguro e elaborado.
- b)** Implantar webservice robusto que atenda a todas as instituições em acordo com a política de acesso adotada.
- c)** Utilizar padrões para integração de dados/informações conforme política estabelecida pelo governo federal (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING).

6.4 Ação - Reorganizar a estrutura de construção do SIDS a partir da lógica da criação de um Cadastro Único de Defesa Social que efetue a conversão de informações advindas de todas as áreas da Política de Defesa Social, de forma que seja possível avaliar as intersecções entre atuações com focos diversos, bem como identificar com mais precisão o perfil do público atendido.

6.4.1 Avanços até 2013

- a)** Os sistemas CAD, REDS e PCNet foram construídos ou adaptados de forma que os dados sejam exportados de um para o outro, sem perda de informações, o que já ocorre através da integração entre eles.
- b)** Em 2012, foi realizado um estudo conjunto entre SEPLAG, SEDS, PCMG e Consórcio Minas Cidadão (gestão das Unidades de Atendimento Integrado UAI's) para modernização da emissão da Carteira de Identidade, o que implicava na disponibilização de uma solução de identificação biométrica do tipo Automated Fingerprint Identification System (AFIS), que atenderia ao Sistema de Defesa Social. Foi realizado um estudo para a implantação desse projeto via modelagem de Parceria Público-Privada.

6.4.2 Planejamento de médio prazo

- a)** Contratar consultoria para mapeamento de processos das informações para as quais há interesse de compartilhamento entre os órgãos, da realidade dos sistemas informatizados e para redesenho destes, de forma a criar integrações, tais como a criação de “chaves” de identificação de indivíduos que perpassam os registros, desde a ocorrência até o cumprimento da pena ou medida socioeducativa e acompanhamento do egresso. Nessa perspectiva, visa-se o planejamento de intervenções nos sistemas do SIDS, na lógica de projeto, com fim estabelecido, ao contrário da lógica de processo, atualmente vigente.
- b)** Implantar o AFIS, projeto para tornar a identificação civil e criminal de indivíduos, bem como de emissão de carteiras de identidade, mais ágeis, precisos e econômicos, por meio da informatização dos processos de captação, armazenamento, consulta e comparação destas informações, bem como da coleta digital de dados biométricos de indivíduos. O primeiro passo será a criação de

banco de dados a partir da digitalização do acervo de registros e fichas criminais contidos no Instituto de Identificação da Polícia Civil.

7. Melhorar o serviço prestado ao cidadão, agilizando o registro de ocorrências policiais através da simplificação do Registro de Evento de Defesa Social (REDS) e aumento de pontos de registro.

7.1 Ação – Simplificar os diversos formulários do REDS, a fim de que sejam colhidas somente informações essenciais ao registro inicial da ocorrência, bem como à produção de dados estatísticos, reduzindo o tempo de preenchimento.

7.1.1 Avanços até 2013

Aprimoramento e simplificação dos formulários do REDS de 24 tipos de crime, como, por exemplo, crimes contra a pessoa (como ameaça, homicídio, lesão corporal), crimes contra o patrimônio (como roubo, furto, estelionato, extorsão), extravio de documentos e outras (como uso e tráfico de drogas, suicídio, encontro de cadáver), cujas naturezas de ocorrências representam mais de 40% do total de registros.

7.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a)** Conclusão de 77% das revisões de usabilidade do REDS.
- b)** Realização de estudo sobre auditoria das revisões implementadas no ano de 2013.
- c)** Ocorrências de menor potencial ofensivo (extravio de documentos e outros) serão registradas de forma simplificada via Delegacia Virtual, conforme detalhamento na página 89.

7.1.3 Planejamento de médio prazo

- a)** Auditoria das revisões implementadas e aplicação dos ajustes metodológicos necessários.
- b)** Criar novos mecanismos materiais e tecnológicos para facilitar o preenchimento das ocorrências com o objetivo de liberar os policiais para o trabalho finalístico.

7.2 Ação – Viabilizar o preenchimento do REDS em dispositivos embarcados ou portáteis.

7.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

No âmbito da ATSIDS está previsto o estudo para adaptação do CAD, REDS e ISP, para disponibilização de serviços em dispositivos móveis, tablets e computadores embarcados, tais como pesquisa básicas sobre indivíduos, veículos e condutores.

7.2.2 Planejamento de médio prazo

Disponibilizar versão simplificada do CAD e REDS em dispositivos embarcados ou portáteis, de forma funcional e com a devida usabilidade.

7.3 Ação – Melhorar a infraestrutura e criar novos pontos de registro do REDS nas unidades policiais e de bombeiros, inclusive melhorando a velocidade de conexão da internet.

7.3.1 Planejamento até dezembro de 2014

Aquisição de 748 computadores, 282 impressoras e outros equipamentos tecnológicos, aumentando a quantidade de pontos de acesso para registro de ocorrências nas unidades policiais, com investimento de 2,8 milhões de reais advindos da Operação de Crédito junto ao BB.

8. Modernizar e melhorar a qualidade do serviço prestado pelo Centro Integrado de Atendimento e Despacho (CIAD), revendo os fluxos de trabalho e mensurando e avaliando sistematicamente o tempo de resposta e a qualidade do atendimento.

8.1 Ação – Modernizar a infraestrutura de atendimento e despacho do CIAD, de forma a aumentar a qualidade do serviço, a agilidade do atendimento, inclusive monitorando as viaturas por GPS, e as condições de trabalho dos teleatendentes e despachantes.

8.1.1 Avanços até 2013

Melhoria da infraestrutura de atendimento com aquisições de computadores, novos fones e outros equipamentos, com o investimento total de 360 mil reais.

8.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Nova modernização da infraestrutura, com aquisição de computadores, cabines, mobiliário, aparelhos telefônicos e outros, além de manutenção predial, com investimento de 1,1 milhão de reais.

b) Aquisição e implantação de GPS em 2.500 viaturas das Polícias Civil e Militar para agilizar e melhorar a qualidade do atendimento a emergências, com investimento de 1,4 milhão de reais advindos da Operação de Crédito junto ao BB.

8.1.3 Planejamento de médio prazo

Concluir o prédio do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) com alocação definitiva do CIAD para melhor cumprimento dos objetivos do Centro.

8.2 Ação – Identificar necessidade de formalização e elaborar proposta de protocolos operacionais específicos entre o CIAD e serviços municipais relevantes (tais como verificação de óbitos, disque sossego, guarda municipal e outros).

8.2.1 Planejamento até dezembro de 2014

Identificação dos serviços específicos com os quais devem ser elaborados protocolos, considerando a interface com o CIAD.

8.2.2 Planejamento de médio prazo

a) Elaborar uma proposta preliminar dos principais protocolos a partir da visão do Sistema de Defesa Social e negociação com as prefeituras dos principais municípios do Estado.

b) Definir os protocolos integrados entre CIAD e agências municipais e incluir na DIAO estes protocolos.

9. Implantar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) com dois propósitos: a) ampliar de forma significativa a resposta a eventos de crise e emergência e b) alcançar um novo patamar na integração operacional entre as instituições, otimizando a alocação de recursos voltados para o atendimento emergencial cotidiano e ampliando o intercâmbio de informações com outras unidades estratégicas internas (CINDS, DDU, Assessoria de Integração das Inteligências) e outras instituições (Polícia Rodoviária Federal - PRF, Polícia Federal - PF, Guarda Municipal, Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTRANS, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, Coordenadoria Especial de Defesa Civil - CEDEC, entre outras).

9.1 Ação - Implantar o CICC, inclusive desenvolvendo protocolos de atuação.

9.1.1 Avanços até 2013

a) Definição do layout do CICC futuro.

b) Aquisição de hardware, software e mobiliário (por esforço próprio da Secretaria ou fornecidos pelo Governo Federal) para compor o CICC futuro.

c) Estruturação da Sala de Situação e Gerenciamento de Crises, que garante ampla integração entre órgãos que a compõem (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Gabinete Militar, Defesa Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, BHTRANS, Guarda Municipal, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, Forças Armadas e Minas Arena, entre outros) com investimento de 1,8 milhão de reais advindos das Operações de Crédito junto ao BB e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Definição quanto ao modelo de gestão da logística do CICC futuro.

b) Definição dos processos e indicadores para inclusão no sistema integrador.

c) Desenvolvimento do sistema integrador, com o investimento de 5,4 milhões de reais advindos da Operação de Crédito junto ao BB, que permitirá convergir imagem e dados das instituições que compõem o centro.

9.1.3 Planejamento de médio prazo

a) Executar fluxo de conhecimento entre os atores que compõem o CICC futuro que possibilite maior e melhor atuação preventiva e repressiva dos órgãos do Sistema de Defesa Social.

b) Buscar integração de dados, imagens e informações de mais atores externos ao Sistema de Defesa Social, de forma a proporcionar um melhor serviço de defesa social à sociedade e contribuição do Sistema de Defesa Social com outras áreas que afetam a população.

10. Valorizar o ensino e a qualificação no Sistema de Defesa Social, melhorando a infraestrutura, incentivando o ensino integrado e implementando mecanismos de ensino à distancia.

10.1 Ação – Redefinir a vinculação da Escola de Formação de Defesa Social (EFES) na estrutura organizacional da Secretaria, vinculando-a diretamente ao gabinete da Secretaria e centralizando nela todas as atribuições relativas aos processos de treinamento e capacitação de todas as áreas da Secretaria (Projeto Academia de Defesa Social), prevendo, inclusive, quadro de coordenação técnica e docentes (permanentes e temporários) qualificados para desenvolvimento pedagógico de alta qualidade de todos os processos citados, sejam eles internos (da SEDS) ou integrados.

10.1.1 Planejamento até dezembro de 2014

a) Elaboração de marco normativo reposicionando a Escola de Formação na estrutura organizacional da SEDS, vinculada diretamente ao Gabinete da Secretaria.

b) Elaboração de propostas de marcos normativos da Academia de Defesa Social com definição das unidades administrativas, quadro de pessoal e orçamento próprio.

10.1.2 Planejamento de médio prazo

a) Aprovar os marcos normativos quanto a definição das unidades administrativas, quadro de pessoal e orçamento próprio.

b) Elaborar projeto pedagógico para reconhecimento da escola regular pelo Conselho Estadual de Educação.

10.2 Ação – Inserir em todos os treinamentos, cursos introdutórios e continuados do Sistema de Defesa e sugerir a inclusão nos cursos introdutórios e continuados do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público e Defensoria) de disciplina sobre a política de integração e seus instrumentos e mecanismos, elaborando Matriz de Ensino Integrado.

10.2.1 Avanços até 2013

a) A Política de Integração já está contemplada no Plano de Curso Introdutório contida no tópico “Sistema de Defesa Social”, de forma abrangente, sem detalhamento de suas nuances.

b) O Núcleo de Ensino Integrado em parceria com as demais áreas da Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social desenvolveu a minuta de Matriz Curricular Mínima da Política de Integração.

10.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Apresentação e alinhamento com os órgãos do Sistema de Defesa Social e do Sistema de Justiça do conteúdo das disciplinas, evitando sobreposição de ementas.

b) Desenvolvimento de proposta de Resolução Conjunta, pelo Comitê Integrado de Ensino e Pesquisa, que estabeleça a inserção da disciplina nos treinamentos das corporações e posterior aprovação pelo Colegiado de Integração.

c) Propositura de parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) para elaboração da ementa e desenho da disciplina.

10.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Realizar avaliações dos cursos que serão realizados com a inserção da nova disciplina.

b) Adequar a ementa da disciplina, considerando as avaliações preenchidas pelos alunos.

c) Propor parceria com instituições especializadas para realizar avaliação de impacto sobre a aprendizagem, percepção e internalização da política de integração na atuação dos profissionais.

10.3 Ação – Disseminar a figura do multiplicador como estratégia de expansão das ações de ensino nos sistemas socioeducativo e prisional.

10.3.1 Avanços até 2013

a) Implantação da figura do multiplicador, possibilitando a execução descentralizada dos cursos e treinamentos dentro dos Sistemas Prisional e Socioeducativo.

b) Realização de cursos de multiplicadores de instrutores de Grupo de Intervenção Rápida (GIR) e Grupo de Escolta Tático Prisional (GETAP) para Agentes de

Segurança Penitenciários de sedes de RISP(s) e curso de multiplicadores em auditoria da qualidade do sistema prisional para servidores da SEDS. Como resultado, mais de 600 servidores foram capacitados.

c) Realização de cursos de multiplicadores, para coordenação e execução de cursos introdutórios nas RISP, envolvendo 100 servidores.

10.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Realização de cursos pelos multiplicadores formados no Curso de Auditores do Sistema Prisional na disseminação dos conhecimentos em auditoria nas sedes de RISP.

b) Realização de curso pelos multiplicadores formados no GIR e GETAP.

c) Execução de curso para capacitação de 100 multiplicadores para os cursos introdutórios e treinamentos complementares.

10.3.3 Planejamento de médio prazo

Solidificar a filosofia de multiplicadores como forma de fazer chegar aos servidores da área finalística e área meio dos sistemas prisional e socioeducativo novos conhecimentos potencializadores do exercício da profissão.

10.4 Ação - Implantar sede própria para a Academia de Defesa Social, dotada da estrutura física adequada às novas atribuições.

10.4.1 Avanços até 2013

Projeto da Academia elaborado, aprovado e previsto na carteira de Projetos Estratégicos para o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2012-2015.

10.4.2 Planejamento até dezembro de 2014

Identificação de espaço para implantação da sede provisória da Academia de Defesa em ambiente físico adequado.

10.4.3 Planejamento de médio prazo

a) Dotar a EFES de uma equipe provisória de técnicos dedicada exclusivamente para a execução do Projeto de Implantação da Academia.

b) Instalar, provisoriamente, em espaço adequado para funcionamento, as atividades de capacitação em regime regular.

c) Definir e aprovar espaço para construção/adaptação da sede definitiva da Academia de Defesa.

d) Orçar e contratar a obra da sede definitiva da Academia de Defesa Social.

10.5 Ação – Desenvolver estrutura para produção e disseminação de cursos e capacitações na modalidade Ensino à Distância (EAD) em atenção à demanda da SEDS e demais órgãos.

10.5.1 Avanços até 2013

a) Estudo e definição do projeto, com determinação das principais necessidades de estrutura física, de pessoal e de custeio. Especificação da maior parte da estrutura básica de equipamentos.

b) Realização de capacitação de servidores da EFES para atuarem como instrutores – tutores em EAD através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e da rede EAD SENASP.

10.5.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Aquisição dos equipamentos básicos para produção piloto de vídeoaulas, com investimento de 319 mil reais.

b) Definição de cursos em que EAD é viável e desejável junto às unidades demandantes, para determinação e planejamento de um projeto piloto.

c) Mapeamento das condições de infraestrutura de tecnologia das unidades prisionais, especialmente capacidade da rede, soluções de segurança para acesso web e inventário de disponibilidade de equipamentos com configuração mínima viável para a execução das vídeo-aulas (PC com cd-rom, dvd e televisão, caixa de som).

10.5.3 Planejamento de médio prazo

a) Selecionar, contratar e treinar pessoal técnico para atuar no núcleo de produção de EAD.

b) Realizar cursos via Plataforma Moodle de EAD, desenvolvida pelo sistema prisional.

c) Instalar o Núcleo de EAD com capacidade para atender às demandas da SEDS de capacitação viáveis em EAD.

d) Elaborar o plano quinquenal de investimentos e modernização do parque tecnológico da SEDS com vistas à viabilização do EAD via Rede em todo o estado de Minas ao final de 5 anos, com foco na expansão e aumento da rede e dos servidores.

10.6 Ação – Organizar o funcionamento regular do Comitê de Ensino e Pesquisa, mediante o estabelecimento de pautas sistemáticas, bem como garantir a efetiva participação de representantes das instituições envolvidas, internas e externas ao Sistema de Defesa Social, a fim de que as parcerias necessárias à implementação da Matriz de Ensino Integrado e demais capacitações possam ser acordadas, planejadas e executadas.

10.6.1 Avanços até 2013

Publicação da Resolução Conjunta n. 01 de 24 de setembro de 2012 dispendo sobre a composição e competência do comitê gestor de integração de ensino e pesquisa do Sistema de Defesa Social.

10.6.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Apresentação de proposta de matriz curricular mínima da Política de Integração.
- b) Aprovação de matriz curricular mínima junto ao Colegiado de Integração do Sistema de Defesa Social.

10.6.3 Planejamento de médio prazo

Manter o comitê em funcionamento.

11. Implementar uma efetiva política integrada da Segurança no Trânsito, com foco na redução dos acidentes e vítimas, inclusive intensificando as blitzes da Campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.”.

11.1 Ação – Consolidar e expandir a Campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.”.

11.1.1 Avanços até 2013

- a) Realização de blitzes permanentes de fiscalização de alcoolemia nas RISP’s de: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Juiz de Fora, Governador Valadares, Montes Claros, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Ipatinga, Divinópolis e Lavras. Foram investidos 3,1 milhões de reais na aquisição dos equipamentos para composição dos kits blitz distribuídos para estas RISP’s.
- b) Realização de campanhas educativas em bares, restaurantes, empresas, escolas e faculdades localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o intuito de conscientizar o cidadão sobre os perigos da ingestão de álcool e outras drogas associada à direção.
- c) Criação da operação integrada “Labirinto” com o fechamento das vias de saída de regiões com concentração de bares em Belo Horizonte.
- d) Realização de capacitação dos profissionais de segurança pública para a padronização dos procedimentos da campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.”.

11.1.2 Planejamento até dezembro de 2014

- a) Distribuição de etilômetros para expansão da Campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.” para 31 novos municípios.
- b) Realização de ações conjuntas entre a campanha “Sou pela vida. Dirijo sem Bebida.” e o projeto de execução penal temático de trânsito, como atuação

dos cumpridores em blitzes e em palestras educativas, nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia.

c) Alinhamento, junto à Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC), para a realização de operações da campanha “Sou pela vida. Dirijo sem Bebida.” em ocasiões de grandes eventos.

11.1.3 Planejamento de médio prazo

Expandir a Campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.” para todos os municípios com mais de 100 mil habitantes e com alto número de acidentes de trânsito com vítimas graves e fatais.

11.2 Ação - Institucionalizar a interlocução da campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.” com o Projeto de Execução Penal Temático sobre Trânsito, desenvolvido pelo programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), visando ampliar o atendimento de pessoas autuadas/condenadas pelo cometimento de crimes de trânsito, de forma a qualificar o caráter pedagógico e reflexivo da responsabilização penal.

11.2.1 Avanços até 2013

a) Implantação de projeto de execução penal temático de trânsito, pela Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), nos municípios de: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberlândia, com a participação de 1.379 pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas (apenas em 2013).

b) Em Belo Horizonte, o Projeto de Execução Penal Temático sobre Trânsito é desenvolvido em parceria com a instituição Centro de Ensino Técnico (CENTEC), pela qual foi possível realizar ações integradas para a participação das pessoas em cumprimento de penas e medidas alternativas nas blitzes educativas empreendidas pela campanha “Sou pela Vida. Dirijo sem Bebida.”.

11.2.2 Planejamento até dezembro de 2014

a) Implantação de projeto de execução penal temático de trânsito nos municípios de Araguari, Ipatinga, Uberaba e Vespasiano.

b) Buscar a realização de ações conjuntas entre a campanha “Sou pela vida. Dirijo sem Bebida.” e o Projeto de Execução Penal Temático sobre Trânsito nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia.

11.2.3 Planejamento de médio prazo

a) Consolidar o Projeto de Execução Penal Temático sobre Trânsito, de forma a aproximar a oferta e a demanda de vagas nos municípios que já são atendidos pelo projeto e garantir a integralidade do ciclo de responsabilização penal.

b) Consolidar a interlocução entre a campanha “Sou pela vida. Dirijo sem Bebida.” e o Projeto de Execução Penal Temático sobre Trânsito desenvolvido pelo Programa CEAPA, em todos os municípios de atuação do programa.

c) Articular, com o Poder Judiciário, a aplicação de penas alternativas que visam o trabalho em grupo reflexivo, em todos os municípios atendidos pela CEAPA.

11.3 Ação – Criar setor específico dentro da estrutura da Secretaria de Estado de Defesa Social para articular e coordenar a política integrada de segurança no trânsito, visando a redução do número de acidentes de trânsito terrestre no Estado de Minas Gerais.

11.3.1 Avanços até 2013

a) Destinação de equipe exclusiva para trabalhar com política integrada de segurança no trânsito dentro da Assessoria da Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social.

b) Reestruturação do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) através da aquisição de equipamentos e mobiliário.

c) Aquisição de servidor para disponibilização dos dados do REDS para a BHTRANS.

d) Simplificação do formulário de trânsito do REDS.

11.3.2 Planejamento até dezembro de 2014

Inclusão do tema segurança no trânsito no Decreto de Competências da SEDS.

11.3.3 Planejamento de médio prazo

a) Criar setor específico de trânsito na estrutura orgânica da SEDS.

b) Integrar todos os municípios mineiros ao Sistema Nacional de Trânsito.

c) Executar plenamente o Plano Mineiro de Prevenção e Atendimento a Acidentes de Trânsito Terrestre (PMPAAT), especialmente a implantação do Observatório de Trânsito do Estado de Minas Gerais para a produção de informações e diagnósticos de trânsito, a articulação intersetorial dos diversos órgãos e entidades para propor ações de intervenção e o monitoramento e avaliação dessas ações.

d) Desenvolver sistema para controle efetivo dos recursos do CETTRAN.

12. Aprimorar a alocação de recursos materiais e financeiros, a partir da construção de um inventário e da análise sistemática e periódica dos recursos operacionais disponíveis nas unidades territoriais integradas (viaturas, computadores, armas, equipamentos de proteção individual).

12.1 Ação - Elaborar diagnóstico sobre a disponibilidade de infraestrutura tecnológica e recursos materiais e logísticos em cada unidade operacional do Sistema de Defesa Social, tornando tal diagnóstico orientador da alocação de recursos.

12.1.1 Planejamento até dezembro de 2014

Realização de levantamento periódico, com atualização mínima semestral, da infraestrutura e dos itens estratégicos (viaturas, computadores, armas, equipamentos de proteção individual) das unidades operacionais da Polícia Militar e da Polícia Civil de todo o Estado, a partir de informações repassadas em grau de detalhe pelas instituições.

12.1.2 Planejamento de médio prazo

- a)** Definir e executar sistemática de acompanhamento da demanda, aquisição e distribuição de recursos logísticos e tecnológicos.
- b)** Orientar a alocação de recursos nos territórios específicos segundo lacunas identificadas na pesquisa.

APÊNDICE - PLANILHA

SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS

| EIXO | AÇÃO | VALOR | FONTE |
|---|--|-------------------|---------------------|
| EIXO PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE | Implantação de 4 Centros de Prevenção à Criminalidade | R\$ 303.818,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação do Programa Mediação de Conflitos no bairro Serra, em Belo Horizonte | R\$22.358,00 | Banco do Brasil |
| | Reestruturação de Centros de Prevenção à Criminalidade | R\$ 1.300.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação do programa CEAPA em Vespasiano e Araguari | R\$ 763.486,00 | Convênio Federal |
| | Desenvolvimento de projeto piloto de Justiça Restaurativa | R\$ 612.083,00 | Convênio Federal |
| | Implantação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante | R\$ 71.880,00 | Convênio Federal |
| | Implantação e gestão de 8 Centros de Prevenção à Criminalidade | R\$ 32.500.000,00 | BID (em negociação) |
| EIXO POLICIAMENTO OSTENSIVO E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA- POLÍCIA MILITAR | Construção e estruturação de Batalhões e Companhias de Polícia Militar | R\$ 18.774.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de viaturas diversas (caminhonetes, carros e motos) | R\$ 27.825.522,00 | Banco do Brasil |
| | Gestão Terceirizada da Frota | R\$ 8.716.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção de Hangar em Uberlândia | R\$ 900.000,00 | Banco do Brasil |
| | Substituição das centrais telefônicas por tecnologia de voz sobre IP | R\$ 1.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de Rádios Digitais | R\$ 3.700.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição do Banco de Dados e respectivos softwares para fins de integrar e atualizar a infraestrutura de tecnologia de gestão da informação da PMMG | R\$ 5.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação de Sistemas de Videomonitoramento | R\$ 45.271.396,00 | Banco do Brasil |
| | Reestruturação de GEPAR | R\$ 2.603.137,00 | BNDES |
| | Aquisição de viaturas e equipamentos para o Projeto Polícia para Cidadania | R\$ 9.220.000,00 | BNDES |
| | Implantação de Patrulhas Rurais | R\$ 16.534.924,75 | Banco do Brasil |
| | Implantação de Estande de Tiros para a PMMG | R\$ 750.000,00 | BNDES |
| | | R\$ 3.046.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de viaturas para as Unidades Especializadas da PMMG | R\$ 32.300.000,00 | BNDES |
| | Aquisição de motocicletas para o Projeto de Setorização da PMMG | R\$ 4.226.253,00 | BNDES |
| | Aquisição de Armamento para a PMMG | R\$ 3.000.000,00 | BNDES |

| EIXO | AÇÃO | VALOR | FONTE |
|---|---|-------------------|-------------------------------------|
| EIXO POLÍCIA JUDICIÁRIA E APURAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS - POLÍCIA CIVIL | Implementação da Delegacia Virtual | R\$ 1.140.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção, reforma e estruturação de Delegacias para implantação do Projeto Delegacia Modelo | R\$ 26.320.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção do Núcleo Integrado de Perícias Criminais | R\$ 14.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção e estruturação de Postos de Perícia Criminal Integrados (PPIs) | R\$ 9.250.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de equipamentos hospitalares | R\$ 2.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Reforma e equipamentos para o Instituto de Identificação de Minas Gerais (IIMG) | R\$ 2.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção do Auditório da ACADEPOL | R\$ 4.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Reformas e estruturação de unidades da PCMG | R\$ 11.626.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de viaturas para a PCMG | R\$ 31.179.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de equipamentos para o Projeto Inovações tecnológicas para Investigação Criminal | R\$ 17.378.000,00 | Banco do Brasil |
| | Desenvolvimento de Sistema de Gestão do Conhecimento | R\$ 3.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Disseminação de Acesso do PCNET | R\$ 3.112.918,00 | Banco do Brasil |
| | Modernização da identificação civil e criminal com identificação biométrica computadorizada de indivíduos, incluindo melhorias no PCNet | R\$ 8.006.000,00 | BID (em negociação) |
| EIXO SISTEMA SOCIO-EDUCATIVO | Implantação e ampliação de Centros Socioeducativos | R\$ 13.700.000,00 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 30.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | | R\$ 13.700.000,00 | SDH Governo Federal (em negociação) |
| | Reforma de unidades socioeducativas | R\$ 897.000,00 | Tesouro Estadual |
| | | R\$ 1.020.000,00 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 1.750.000,00 | BNDES |
| | Instalação de sistema de aquecimento solar nas Unidades Socioeducativas | R\$ 917.000,00 | Banco do Brasil |
| Desenvolvimento de nova versão do Sistema de Informação do Atendimento às Medidas Socioeducativas - SIAME | R\$ 1.651.900,00 | Banco do Brasil | |

| EIXO | AÇÃO | VALOR | FONTE |
|---------------------------------|---|--------------------|---------------------|
| EIXO SISTEMA SOCIO-EDUCATIVO | Reestruturação de Unidades Socioeducativas (aquisição de equipamentos e veículos) | R\$ 4.360.000,00 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 167.000,00 | BNDES |
| EIXO SISTEMA PRISIONAL | Construção de 12 unidades prisionais e ampliação de 4 unidades prisionais | R\$ 122.705.000,00 | DEPEN |
| | | R\$ 113.337.618,00 | Banco do Brasil |
| | Construção e manutenção de 11 APAC's | R\$ 9.200.000,00 | BNDES |
| | | R\$ 30.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | Duplicação de 3 Unidades Prisionais | R\$ 8.700.000,00 | Banco do Brasil |
| | Reforma do Presídio Pedro Leopoldo | R\$ 426.000,00 | Banco do Brasil |
| | Reforma do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP) Gameleira | R\$ 2.800.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção de Central de Escolta das Unidades Prisionais | R\$ 240.000,00 | Banco do Brasil |
| | Construção de galpões de trabalho e escola em unidades prisionais | R\$ 1.950.000,00 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 8.150.000,00 | BNDES |
| | | R\$ 6.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | Reestruturação e Modernização das Unidades Prisionais | R\$ 13.374.901,00 | Banco do Brasil |
| | Renovação da frota do Sistema Prisional | R\$ 7.415.000,00 | Banco do Brasil |
| | Maquinário para implantação/atualização das oficinas de trabalho | R\$ 1.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Desenvolvimento de Sistema Informação do Sistema Prisional | R\$ 3.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Reforma na Penitenciária José Maria Alkimin | R\$ 2.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação de Núcleos de Assistência as Famílias | R\$ 740.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação de Sistemas de bloqueador de celular | R\$ 4.000.000,00 | Banco do Brasil |
| | Aquisição de Armamento para o Sistema Prisional | R\$ 3.200.000,00 | BNDES |
| | Expansão das atividades de monitoramento eletrônico de presos | R\$14.000.000,00 | BID (em negociação) |
| EIXO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR | Construção da Academia de Formação do Corpo de Bombeiros | R\$ 7.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | Aquisição de material operacional e de telecomunicações para a Copa do mundo | R\$ 5.500.000,00 | Tesouro Estadual |
| | Investimento em capacitação profissional de 960 novos militares. | R\$ 2.500.000,00 | Tesouro Estadual |

| EIXO | AÇÃO | VALOR | FONTE |
|---|---|---------------------------|---------------------|
| EIXO POLÍTICA SOBRE DROGAS | Aquisição de veículos para Comunidades Terapêuticas | R\$ 2.485.002,00 | Convênio Federal |
| | Ampliação de 695 vagas de atendimento em Comunidades Terapêuticas | R\$ 8.466.000,00 | Convênio Federal |
| EIXO POLÍTICA SOBRE DROGAS | Implantação da Unidade de Referência de Atenção ao Usuário e seus Familiares em Sete Lagoas | R\$ 1.500.000,00 | Tesouro Estadual |
| | Expansão do “Programa Papo Legal: diálogos comunitários para a prevenção do uso e abuso de drogas” para 19 novos municípios. | R\$ 781.918,64 | Tesouro Estadual |
| | Capacitação de profissionais de segurança pública para atuação no Programa “Crack, é possível vencer” | R\$ 240.000,00 | Convênio Federal |
| | Recepção de bases móveis, veículos, equipamentos e videomonitoramento nas cenas de uso para implementação do Programa “Crack, é possível vencer” | R\$ 5.744.000,00 | Convênio Federal |
| EIXO INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL | Digitalização da radiocomunicação para atendimento a emergências com implantação de localização GPS para as instituições do Sistema de Defesa Social (a ser executado pela Polícia Militar) | R\$ 25.560.000,00 | BID (em negociação) |
| | Revisão das regras de carga do Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social e aquisição de licenças de software para análise de dados | R\$ 1.500.000,00 | Banco do Brasil |
| | Integração e compartilhamento dos bancos de dados dos órgãos do Sistema de Justiça em Minas Gerais | R\$ 3.500.000,00 | BID (em negociação) |
| | Fortalecimento do treinamento e capacitação do Sistema de Defesa Social | R\$ 15.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | Melhoria do acesso à Justiça para comunidades vulneráveis e população de rua | R\$ 8.000.000,00 | BID (em negociação) |
| | Ampliação do acesso para registro de ocorrências nas unidades policiais - aquisição de equipamentos | R\$ 2.800.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação de GPS em 2.500 viaturas das polícias para melhorar a qualidade do atendimento a emergências | R\$ 1.400.000,00 | Banco do Brasil |
| | Estruturação da Sala de Situação e Gerenciamento de Crises | R\$ 829.219,00 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 831.521,12 | BNDES |
| | Desenvolvimento da Solução Integradora | R\$ 5.400.000,00 | Banco do Brasil |
| | Ampliação das Blitzes “Lei Seca” (blitzes permanentes de fiscalização de alcoolemia) | R\$ 3.100.000,00 | Banco do Brasil |
| | Implantação de Torres de Radiocomunicação | R\$ 7.130.507,32 | Banco do Brasil |
| | | R\$ 9.683.138,54 | BNDES |
| TOTAL | | R\$ 909.105.501,37 | |

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado de Minas Gerais

Alberto Pinto Coelho

Secretário de Estado de Defesa Social

Rômulo de Carvalho Ferraz

Secretária-Adjunta de Estado de Defesa Social

Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo

Chefe de Gabinete

Raquel Starling de Andrade

Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais

Oliveira Santiago Maciel

Chefe Adjunta da Polícia Civil de Minas Gerais

Maria de Lurdes Camilli

Chefe Adjunto Institucional

Jésus Trindade Barreto Júnior

Comandante Geral da PMMG

Cel PM Márcio Martins Sant'Ana

Chefe do Estado-Maior da PMMG

Cel PM Divino Pereira de Brito

Chefe do Gabinete Militar do Governador

Cel PM Alex de Melo

Subchefe do Estado Maior da PMMG

Cel PM Adeli Silvio Luiz

Assessor de Desenvolvimento Organizacional

Cel PM Luiz Rogério de Andrade

Comandante Geral do CBMMG

Cel BM Ivan Gamaliel Pinto

Chefe do Estado-Maior do CBMMG

Cel BM Ezequiel Silva

Colaboradores da Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS

Aaron Duarte Dalla

Afonso Rodrigues Mariano Junior

Albert Xavier Freitas

Amaury Costa Inácio da Silva

Ana Carolina Gonçalves Ferreira

Ana Cristina Braga Albuquerque

Ana Luísa Silva Falcão

Ana Luiza Werneck Passos

Andreza Rafaela Abreu Gomes Naves

Antônia Isaltina Mussi

Ariane Gontijo Lopes Leandro

Bernardino Soares de Oliveira Cunha

Camila Silva Nicácio

Camila Xavier Camargos

Cleiton Camilo Dutra

Cloves Eduardo Benevides

Cristiane Duarte Merllo

Daniel de Oliveira Malard

Daniel França Alves

Daniela Tiffany Prado de Carvalho

Diego Mendes de Souza

Eduardo Henrique Almeida de Oliveira

Elaine Rocha Maciel

Elder Carlos Gabrich

Emanuele Fraga Isidoro

Érika Vinhal Rodrigues Vieira

Fabiane Alessandra Rodrigues Oliveira

Felipe Afonso Costa

Fernanda Leonel Santos

Fernanda Machado Givisiez

Fernanda Osório Faria

Fidias Gomes Siqueira

Flávia Assumpção Diniz de Moraes

Flavia Cristina Mendes

Flavia Gotelip Correa Veloso

Gerda Graciela Rodrigues de Oliveira

Giselle da Silva Cyrillo

Gleysiane Freire Diniz

Helil Bruzadelli Pereira da Silva

Henrique Oliveira Carvalho

Israel Rossi Almeida Alves

Janaíssa Luiza Del Bioni

Juliana Avila Teixeira
Letícia Cancela de Oliveira
Lucas Pereira de Miranda
Luis Otávio Milagres de Assis
Luiza Hermeto Coutinho Campos
Luiza Moreira Arantes de Castro
Maíra dos Santos Moreira
Mara Alves dos Santos
Mariana Procópio de Castro Lima
Michele Duarte Silva
Murilo Andrade de Oliveira
Natalia De Carvalho Rocha

Odilon de Souza Couto
Otávio Augusto Oliveira Lana
Otávio Henrique de Carvalho
Pabloneli de Sousa Vidal
Paola Cristina Soares Da Silva
Rafaela Cossenzo Lopes de Santana
Reginaldo Santos Soares
Rita de Cássia Salomão
Rosângela Simão Paulino
Samuel Marcelino de Oliveira Júnior
Sílvia Cristina Nunes dos Santos
Talles Andrade de Souza

Colaboradores da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG

Ten Cel PM Rodrigo Sousa Rodrigues
Ten Cel PM Willian Soares Sobrinho
Ten cel PM Antônio J. M. Fernandes
Ten Cel PM Winston Coelho Costa
Ten Cel PM Rogério Marques
Ten Cel PM Alberto Luiz Alves
Ten Cel PM Antônio Marcos Alves

Maj PM Marco Aurélio Zancanela
Maj PM Nirlane de Souza Barroso
Maj PM Euler Roberto Soares de Souza.
1º Ten PM Rodrigo A. L. de Miranda.
2º Sgt PM Alyssom Adamo R. Casal
3º Sgt Rafael Camilo Astoni

Colaboradores do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG

Ten Cel BM Sebastião C. F. Reis
Ten Cel BM Eduardo A. de Brito Nery

Cap BM Stella Coeli Flori M. N. Vieira
Cap BM Paulo Eduardo S. Mesquita

Colaboradores da Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG

Joaquim Francisco Neto e Silva
Renato de Alcino Vieira
Rachel Juliene Menezes Sodré

Colaboradores do Escritório de Prioridades Estratégicas

Ricardo Lopes Martins
Geórgia Ribeiro Rocha
Armando Antonnioni Londero Ferreira

Consultoria Especializada

Núcleo de Estudos em Segurança Pública da Fundação João Pinheiro - NESP

Coordenadores do NESP

Eduardo Cerqueira Batitucci
Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Assistentes de Pesquisa

Camila Costa
Luânia Ludmilla Castro

Equipe do Projeto

Pesquisadores

Amanda Mátar de Figueiredo
Andréia dos Santos
Eduardo Cerqueira Batitucci
Elaine de Fátima Mello Santos
Letícia Godinho de Souza
Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz
Rosânia Rodrigues de Sousa
Sérgio Luiz Felix da Silva

Bolsistas

Anna Carolina Marotta de Oliveira
Daniela Bittencourt Rocha
Fernanda Peixoto Petrocchi Costa
Gabriela Gomes Cardoso
Gutemberg Brandon V. de Andrade
Sara Vitral Rezende

Apoio Técnico

Gislene Aparecida de Andrade Cruz

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A

ABIN: Agência Brasileira de Inteligência
ABM: Academia de Bombeiros Militar
ABRAÇO: Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas
Acadepol: Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
AFIS: Identificação Automatizada de Impressões Digitais (Automated Fingerprint Identification System)
AGEI: Assessoria de Gestão Estratégica e Inovação
AISP: Área Integrada de Segurança Pública
ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações
APAC: Associação de Proteção aos Condenados
ASSPROM: Associação Profissionalizante do Menor
ATSIDS: Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social

B

BB: Banco do Brasil
BH: Belo Horizonte
BHTRANS: Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
BD: Business Discovery
BI: Business Intelligence
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

C

CAD: Controle de Atendimento e Despacho
CAMP: Centro de Apoio Médico Pericial
CAPS: Centros de Atenção Psicossocial
CAPSAD: Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPUT: Centro de Atendimento e Proteção à Jovens Usuários de Tóxicos
CBMMG: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais
CBTU: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas
CEAPA: Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas
CEDEC: Coordenadoria Especial de Defesa Civil
CEFLAG: Central de Flagrantes
CEIP: Centro de Internação Provisória
CENTEC: Centro de Ensino Técnico
CEPAM: Coordenadoria Especial de Política para Mulheres
CERESP: Centro de Remanejamento do Sistema Prisional
CERNA: Centro “Risoleta Neves” de Atendimento
CERSAM: Centro de Referência em Saúde Mental
CETRAN: Conselho Estadual de Trânsito
CFSd: Concurso de Soldados
CIA: Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional
CIAAP: Centro de Integração e Apoio ao Adolescente de Patrocínio
CIAD: Centro Integrado de Atendimento e Despacho
CICC: Centro Integrado de Comando e Controle
CIETP: Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CINDS: Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CMT: Centro Mineiro de Toxicomania

CNJ: Conselho Nacional de Justiça
CNMP: Conselho Nacional do Ministério Público
COMAD: Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas
COMOVEEC: Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais
COMPDEC: Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CONSEP: Conselho Estadual de Segurança Pública
COPASA: Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPC: Centros de Prevenção à Criminalidade
CPCD: Comissão Permanente de Combate à Dengue
CPEC: Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CREAD: Centro de Referência Estadual em Álcool e Drogas
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSE: Centro Socioeducativo
CTC: Comissão Técnica de Classificação
CTO: Colegiado Técnico-operativo
CURAR: Programa de Custódia, Ressocialização e Assistência ao Recuperando

D

DDU: Disque Denúncia Unificado
DEAI: Delegacia Especializada de Apuração de Ato Infracional
DEAM: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DEH: Delegacias Especializadas de Investigação de Homicídios
DEOESP: Divisão Especializada de Operações Especiais
DEPEN: Departamento Penitenciário Nacional
DIAO: Diretrizes Integradas de Ações e Operações de Defesa Social
DICCP: Departamento de Investigação de Crimes contra o Patrimônio
DICCV: Divisão Especializada de Crimes Contra a Vida
DIHPP: Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa
DIOPF: Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família
DOGESPs: Documento Orientado para Gestão e Solução de Problemas
DPMG: Defensoria Pública de Minas Gerais
DW-SIDS: Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social

E

EAD: Ensino à Distância
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente
EFES: Escola de Formação do Sistema de Defesa Social
EJA: Educação para Jovens e Adultos
Enasp: Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
ENS: Escola Nacional da Socioeducação
e-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico
EPPGG: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

F

FHEMIG: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FJP: Fundação João Pinheiro
FUNDEP: Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão

G

GEDUC: Gestão do Sistema Socioeducativo
GEPAR: Grupos Especializados em Policiamento de Áreas de Risco
GETAP: Grupo de Escolta Tático Prisional
GIE: Grupo de Intervenção Estratégia
GIR: Grupo de Intervenção Rápida
GRS: Gerências Regionais de Saúde

I

IC: Instituto de Criminalística
IGESP: Integração da Gestão em Segurança Pública
IIMG: Instituto de Identificação da Polícia Civil
IML: Instituto Médico Legal
INDG: Instituto de Desenvolvimento Gerencial
INFOPEN: Sistema de Informações Penitenciárias
Infoscip: Informações do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico
INFRAERO: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IQVDS: Índice de Qualidade de Vida da População relativa à Defesa Social
ISP: Informações de Segurança Pública

L

LEP: Lei de Execução Penal
LGBTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros

M

MG: Minas Gerais
MJ: Ministério da Justiça
MP: Ministério Público
MSE: Medida Socioeducativa

N

NAF: Núcleo de Atendimento a Família
NAVCRADI: Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância
NAVCV: Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos
NEAF: Núcleo de Encaminhamento para a Família
NESP: Núcleo de Estudos em Segurança Pública
NETP: Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O

OMID: Observatório Mineiro de Informações sobre Drogas
ONG: Organização não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

P

PAAHM: Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante
PCMG: Polícia Civil de Minas Gerais
PCnet: Sistema de Procedimentos de Polícia Administrativa e Judiciária
PETP: Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PF: Polícia Federal
PIR: Programa Individualizado de Ressocialização
PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais
PMPAAT: Plano Mineiro de Prevenção e Atendimento a Acidentes de Trânsito Terrestre
POM: Plano Operativo Municipal
POP: Procedimento Operacional Padrão
PPAG: Plano Plurianual de Ação Governamental
PPCAAM: Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados

de Morte
PPI: Posto de Perícia Integrada
PPP: Parceria Público Privada
PPVD: Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica
PrEsp: Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas
PRF: Polícia Rodoviária Federal
Prodinata: Programa de Divulgação da Natação
PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROVITA: Proteção à Vítima e Testemunha Ameaçada

R

REDIPRI: Regimento Disciplinar do Sistema Prisional
REDS: Registro de Eventos de Defesa Social
RICOMAD: Conselhos Municipais sobre Drogas
RISP: Região Integrada de Segurança Pública
RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

S

SDH: Secretaria de Direitos Humanos
SECT: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
SECTES: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SEDESE: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SEDS: Secretaria de Estado de Defesa Social
SEE: Secretaria Executiva Estadual
SEEJ: Secretaria de Estado de Esportes e Juventude
SEEMG: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SENAD: Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLAG: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SES: Secretaria de Estado de Saúde
SETOP: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas
SIAME: Sistema de Informação do Atendimento às Medidas Socioeducativas
SIDS: Sistema Integrado de Defesa Social
SIGIE: Sistema de Informações do Grupo de Intervenção Estratégica
SIGPRI: Sistema de Gestão Prisional
SINASE: Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINE: Sistema Nacional de Emprego
SINESPJC: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública -
Justiça Criminal
SUAPI: Subsecretaria de Administração Prisional
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
SUASE: Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas
SULOG: Subsecretaria de Inovação e Logística
SUPID: Subsecretaria de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema
Defesa Social
SUPOD: Subsecretaria de Políticas sobre Drogas

T

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta
TI: Tecnologia da Informação
TJMG: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

U

UAI: Unidades de Atendimento Integrado
UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais
UFSJ: Universidade Federal de São João del-Rei

Z

ZQC: Zona Quente de Criminalidade